

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOÃO PAULO DA SILVA

**ESPAÑHÓIS NO INTERIOR DE SÃO PAULO:
múltiplas possibilidades de incorporação**

SÃO CARLOS-SP

2020

JOÃO PAULO DA SILVA

ESPAANHÓIS NO INTERIOR DE SÃO PAULO:
múltiplas possibilidades de incorporação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

São Carlos, SP
2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato João Paulo da Silva, realizada em 06/07/2020.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi (UFSCar)

Profa. Dra. Elda Evangelina González Martínez (CSIC-ICM)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira (UNESP)

Prof. Dr. Gustavo Takeshy Taniguti (IFMG)

Profa. Dra. Svetlana Ruseishvili (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Para Jéssica, por todo amor, companheirismo,
cumplicidade, parceria e apoio.
E para Luiz Carlos, meu pai, meu herói.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço de maneira imensurável meu orientador, Oswaldo Truzzi, por ter, primeiramente, me aberto as portas para seu grupo de pesquisa e confiado em meu trabalho desde 2012. Como a maioria das pesquisas, essa tese passou por alguns percalços, os quais eu não teria superado sem a sua orientação. Oswaldo sempre foi solícito em sanar dúvidas e dirimir inquietações. Suas indicações, tanto teóricas, quanto empíricas e até mesmo para a estrutura da tese, foram sempre precisas, sem as quais, o caminho teria sido muito mais árduo. Muito obrigado, Oswaldo. Você é uma inspiração para mim e, sem seu apoio, jamais teria chegado a essa etapa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, responsáveis por parcela significativa de minha formação. Gostaria de destacar o tratamento sempre solícito e cordial, mesmo para mim que não pertencia anteriormente a UFSCar. Destaco aquelas/es que tive o privilégio de cursar disciplinas por elas/es ministradas: Valter Silvério, Rodrigo Constante Martins, Jacqueline Sinhoretto, Gabriel Feltran, Cibele Rizek, Isabel Georges, Fábio Bechara Sanchez, Jacob Lima, Jorge Leite Jr., Richardo Miskolci e André Ricardo de Souza. Às professoras Priscila Martins Medeiros e Samira Marzochi por terem aberto suas disciplinas para meu estágio supervisionado. Em especial, agradeço a professora Maria Aparecida de Moraes Silva, pesquisadora a qual admiro muito tempo antes de pensar em cursar pós-graduação. Foi uma honra ter sido seu aluno. Por fim, estendo nesse momento, os agradecimentos à Silmara Dionizio, sempre solícita e paciente para auxiliar em qualquer trâmite burocrático.

Agradeço a professora Svetlana Ruseishvili e ao professor Paulo Eduardo Teixeira pelas contribuições ao trabalho no meu exame de qualificação. Aproveito para agradecer aos dois pela generosidade em participar da banca de defesa da tese, assim como pela presença da estimada professora Elda Evangelina González Martínez – uma das principais referências sobre imigração espanhola para o Brasil - e de Gustavo Takeshy Taniguti, cujo trajetória também me inspira bastante. Agradeço também a professora Marília Klaumann Cánovas pela generosidade em contribuir para a pesquisa, indicando bibliografia e possibilitando o acesso aos jornais *Diario Español*. Sua pesquisa sobre espanhóis em São Paulo é precursora e muito inspiradora para esse trabalho.

Às pessoas que me auxiliaram direta ou indiretamente para a pesquisa. Em Olímpia, Miguel Gil. Em Cafelândia, Paulo Odenio Pacheco. Em Catanduva, Alberto Lahóz. Em Sorocaba, Sérgio Coelho de Oliveira. Em Bauru, Rosemeire D'Ávila. Em Jales e Santa Fé do

Sul, Sedeval Nardoque. E principalmente, agradeço a todos os membros da comunidade espanhola que cederam seu tempo para compartilhar suas histórias e as trajetórias de suas famílias.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES por ter me concedido a bolsa de pesquisa durante os dois anos iniciais da pesquisa. Por razões de reprodução material da existência, abri mão do financiamento por uma proposta de trabalho. Entretanto, graças à bolsa, consegui me dedicar integralmente as atividades da pós-graduação por um tempo, o que me garantiu boas experiências e certo adiantamento em algumas atividades de pesquisa.

Pesquisa esta que, iniciada em 2016, atravessou vários momentos sombrios para o cenário democrático brasileiro: o golpe, os cortes na área de educação e pesquisa, a ascensão do autoritarismo e se encerra durante a pandemia causada pelo Covid-19 e em tempos sombrios nos quais se encontra o cenário político brasileiro. Foi um desafio manter a concentração e a motivação diante de tantos abalos conjunturais que passou o país ao longo desses quatro anos. Para isso, o apoio dos amigos foi fundamental:

Do nosso grupo de pesquisa, agradeço a amizade, o apoio e as contribuições sempre relevantes de Carla Fernandes da Conceição, João Pedro Volante, Paolo Targioni, Patrícia Bosenbecker, Fabio Pucci e Renan Vidal Mina. Aproveito para estender os agradecimentos aos colaboradores do projeto “Percurso histórico-sociais na incorporação de imigrantes na incorporação de imigrantes no oeste paulista (1880-1950)”: Ana Silvia Volpi Scott, Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi, Gustavo Taniguti, Rogério da Palma, Gabriela Valentini, José Moya e Prof^a Dr^a. Elda Vangelista Gonzales Martinez. Do PPGS, guardo carinho especial por Felipe Rangel Martins, Luana Dias Motta, Karina Almeida de Souza (grande companheira de representação discente e de Revista *Áskesis*), Felipe Padilha, Rodrigo Espinoza, Giulliano Placeres, Giuliana Denari (com a qual tive prazer em ministrar uma disciplina para graduação como professores substitutos), Filipe Moreno Horta, Francisco Javier Mazerer Gaitero, Beatriz Patriota, Tainá Reis e Luiz Fernando Costa de Andrade. Aos amigos de música e de tantos outros encontros: Ednilson Santos, Kléber dos Santos Rodrigues, Igor Ferra, Steffano Giuffruda, André e Thiago Lima. Aos amigos de docência e/ou pesquisa: em especial a Julia Sibien, Raul Nunes (a qual agradeço o auxílio com alguns mapas), Antônio de Pádua Cury, Antônio da Silva, Maurício Ricci, Sérgio Alberto Ramos Jr., Marcos Gigante, Fransérgio Follis, Leila Massarão, Mariana Lucchino, Edie Hadler Cappellini, João Otávio Siqueira Jr. e a tantos outros companheiros de profissão que passaram pela minha trajetória. Agradeço também inestimável ajuda do amigo historiador Yuri Resende para diagramar a tese. Ainda, aproveito

para estender meus agradecimentos à Letícia Canônico, Juliana Reijane Neo e Bruna Ferraz, que me auxiliaram nas transcrições das fontes. À Cibele Bertolino, por me dar suporte psicológico para enfrentar tudo isso. Aos amigos Leck Filho, Juliana Nutti, Thiago Martins, Natália Baptistini, Juninho Oliveira e tantos outros. Por fim, guardo um agradecimento especial à família Carneiro, que ocupa vários degraus acima no nível de amizade: Cristiane, Jefferson, Neuza e Luiz. Sem vocês quatro, o caminho seria árduo e, talvez, intransponível.

Agradeço a minha família, por possibilitar, com muita luta, que eu pudesse só estudar durante a minha vida escolar. A Deus, aos deuses, ao universo e/ou a alguma força, por ter me possibilitado tantas conquistas. A meu pai, Luiz Carlos da Silva, e minha mãe, Leila Fátima Aparecida Prado da Silva, certamente abriram mão de algumas realizações para que os filhos pudessem estudar. São verdadeiros heróis. A minha irmã Renata da Silva Alves Bolzam, ao meu irmão, Alexandre da Silva, e ao meu cunhado, Maurício José Alves Bolzam, por também sempre também me propiciarem boas condições de estudo. Agradeço aos amados sobrinhos Arthur e Sofia por trazerem luz e cor a meu mundo.

Por fim, agradeço à minha amada Jéssica de Godoy. Sem o seu amparo, carinho, paciência, senso de realidade, tolerância e amor, certamente não conseguiria concluir essa etapa de minha vida. Seu companheirismo em tempos tão sombrios e tão difíceis para o país e para a profissão é o principal alento para continuar tocando em frente. Você é minha inspiração, tanto intelectual quanto profissionalmente. Obrigado, meu amor!

“O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa citation à l’ordre du jour — e esse dia é justamente o do juízo final.” Walter Benjamin

RESUMO

A presente tese tem como objetivo compreender os múltiplos modos de incorporação dos imigrantes espanhóis no interior de São Paulo, com enfoque no período entre 1890 e 1940. Para produzir tal análise, procuramos compreender como os espanhóis se inseriram a partir dos diferentes contextos apresentados por seis diferentes regiões do interior paulista: Sorocaba, Franca, Catanduva, Cafelândia, Bauru e Olímpia. Objetivando traçar essa multiplicidade de possibilidades de incorporação, buscamos analisar questões como os recursos mobilizados pelo grupo, as facilidades e dificuldades impostas pelas localidades, as possibilidades de ascensão econômica, os arranjos com as elites locais, os investimentos na identidade étnica de origem, entre outras. A partir de um diversificado aporte teórico procedente dos estudos migratórios, buscamos fazer uma análise de diferentes trajetórias de espanhóis nessa localidade, demonstrando a partir desses casos heterogêneos o que chamamos de múltiplos modos de incorporação realizados pelo grupo.

Palavras-chave: imigração espanhola; espanhóis no interior paulista; modos de incorporação de imigrantes; estudos migratórios; identidade étnica espanhola; percursos migratórios.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the multiple modes of incorporation of Spanish immigrants in São Paulo between 1890 and 1940, by analysing six different contexts (cities) in the provinces of this state: Sorocaba, Franca, Catanduva, Cafelândia, Bauru and Olímpia. To outline the multiple possibilities of incorporation of the group, the main issues we analyse are: its numerical size, the resources that were mobilized, the facilities and difficulties imposed by each locality, the possibilities of upward mobility, the arrangements with the local elites, and the investments in the ethnic identity, among others. Based on diversified theoretical contributions from migratory studies, we seek to make an analysis of different trajectories of Spaniards, demonstrating from a set of heterogeneous cases the multiple forms of incorporation carried out by the group.

keywords: Spanish immigration; Spaniards in the provinces of São Paulo; Immigrant modes of incorporation; Spanish ethnic identity; migratory paths.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo comprender los múltiples modos de incorporación de inmigrantes españoles en el interior de São Paulo entre 1890 y 1940. Para producir dicho análisis, buscamos comprender cómo se insertaron los españoles desde los diferentes contextos presentados por seis regiones diferentes del interior de São Paulo: Sorocaba, Franca, Catanduva, Cafelândia, Bauru y Olímpia. Para delinear esta multiplicidad de posibilidades de incorporación, buscamos analizar temas como los recursos movilizados por el grupo, las instalaciones y dificultades impuestas por las localidades, las posibilidades de crecimiento económico, los acuerdos con las élites locales, las inversiones en la identidad étnica de origen, entre otros. Con base en una contribución teórica diversificada de los estudios migratorios, buscamos hacer un análisis de las diferentes trayectorias de los españoles en este lugar, demostrando a partir de estos casos heterogéneos lo que llamamos múltiples formas de incorporación llevadas a cabo por el grupo.

Palabras clave: Inmigración española; españoles en el interior de São Paulo; modos de incorporación de inmigrantes; estudios migratorios; identidad étnica española; caminos migratorios.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Províncias espanholas.....	16
Figura 2 - Mapa apresentando panorama geral dos espanhóis no interior de São Paulo (1920).....	30
Figura 3 - Matéria do periódico <i>El Diario Español</i> sobre venda de terras em Birigui....	34
Figura 4 - Frente pioneira e população estrangeira por município em 1854.....	34
Figura 5 - Aproximação da frente pioneira e população estrangeira por município em 1886.....	35
Figura 6 - Avanço da frente pioneira e população espanhola por município em 1920.....	36
Figura 7 – Trajetória da família Lahóz (Catanduva).....	37
Figura 8 – Trajetória da família Bravo Del Val (Santo Anastácio).....	38
Figura 9 – Trajetória da família Perez Muñoz (Santa Fé do Sul).....	39
Figura 10 – Trajetória da família Ruiz Pelegrina (Bauru).....	40
Figura 11 – Trajetória da família Muñoz Gil (Olímpia).....	41
Figura 12 – Trajetória da família Calvo Garcia (Olímpia).....	42
Figura 13 – Trajetória da família Rodrigues Blanco (Olímpia).....	43
Figura 14 – Mapa das associações espanholas no interior paulista segundo as referências bibliográficas.....	59
Figura 15 - <i>Layout</i> da capa do jornal <i>Diario Español</i>	61
Figura 16 - <i>Layout</i> interno: correspondentes do <i>Diario Español</i> no interior.....	61
Figura 17 - <i>Layout</i> interno: anúncios comerciais de espanhóis no interior.....	62
Figura 18 - <i>Una excursión por la línea S. Paulo Norte</i> : matéria de Héctor E. Garcia.....	67
Figura 19 - Anúncio de venda de terras em Birigui com lista de espanhóis que adquiriram terras na região.....	73
Figura 20 - Anúncio de venda de terras em Birigui (formato de matéria jornalística).....	73
Figura 21 - Pequeno anúncio de venda de terras feito por um espanhol.....	74
Figura 22 - Marcha do café rumo ao oeste do estado de São Paulo.....	107
Figura 23 - Mapa atual do estado de São Paulo destacando os seis municípios estudados	108
Figura 24 – Mapa da região central de Sorocaba com destaque para as regiões “Além Ponte” e “Além Linha”.....	114
Figura 25 – Ficha de José Pineda Rodrigues no DEOPS.....	126
Figura 26 - Ficha de Alonso Gomes no DEOPS.....	134
Figura 27 - Ficha de Alonso Gomes no DEOPS.....	134
Figura 28 - Ficha de Salvadora Lopes Peres no DEOPS.....	136
Figura 29 - Ficha de Salvadora Lopes Peres no DEOPS.....	136
Figura 30 - Período de chegada e profissões dos imigrantes espanhóis em Franca entre 1861 e 1955.....	143
Figura 31 – Mapa do Estado de São Paulo destacando os municípios de Catanduva e Cafelândia.....	153
Figura 32 - Palacete “Castelinho”, que atualmente abriga a Pinacoteca de Catanduva, construído em 1929 para servir de residência à família Barrionuevo.....	158
Figura 33 - Fachada do Museu Espanhol de Cafelândia em 2019.....	169
Figura 34 - Panorâmica de parte do acervo do Museu Espanhol de Cafelândia (2019).....	170
Figura 35 – Castanholas em exposição no Museu Espanhol de Cafelândia (2019).....	170
Figura 36 - Acervo interno do Museu Espanhol de Cafelândia (2019).....	171
Figura 37 - Foto dos irmãos Sanches o primeiro encontro da família, realizado em 2001.....	178
Figura 38 - Foto do segundo encontro da família Sanches, em 2017. Detalhe para o brasão da família ao fundo.....	178

Figura 39 - Foto do encontro em comemoração ao centenário da imigração da família Molina Carrillo, em 2012.....	179
Figura 40 - Anúncio em jornal local da oficina de Gaspar Olher Parra em 1941.....	179
Figura 41 - Prédio do Centro Espanhol de Cafelândia funcionando como primeira sede temporária da prefeitura e câmara municipal em 1926.....	183
Figura 42 - Ficha de Eloy Rodrigues Blanco no DEOPS.....	211
Figura 43 - Ficha de Eugênio Calvo no DEOPS.....	212
Figura 44 - Ficha de Eugênio Calvo no DEOPS.....	212
Figura 45 - Ficha de Eloy Rodrigues Alvar no DEOPS.....	214
Figura 46 - Ficha de Eloy Rodrigues Alvar no DEOPS.....	214
Figura 47 - Ficha de registro de sócio de Argemira Rodrigues na Sociedade de Socorros Mútuos de Olímpia.....	225
Figura 48 - Ficha de Argemira Rodrigues no DEOPS.....	227
Figura 49 - Ficha de Argemira Rodrigues no DEOPS.....	227

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Discriminação por quinquênio das principais nacionalidades entradas no Estado de São Paulo (1885-1929)	6
Tabela 2 - Cifras de saídas por portos espanhóis e cifras de entrada no Brasil dos imigrantes espanhóis (1885-1934)	21
Tabela 3 - Entradas e saídas de imigrantes espanhóis pelo porto de Santos (1911-1919)	22
Tabela 4 - Densidades médias (hab./km ²) da Espanha e Andaluzia (1877-1930)	23
Tabela 5 - Presença de espanhóis no Brasil por estado em 1920 e 1940	28
Tabela 6 - Distribuição da população estrangeira no Brasil em 1920, dados de São Paulo	28
Tabela 7 - Dados do Censo de 1920 sobre os municípios com presença espanhola mais relevantes	30
Tabela 8 - Quantidade de espanhóis, italianos e portugueses no noroeste paulista em 1920	36
Tabela 9 - Quantidade de espanhóis, italianos e portugueses no centro-oeste paulista em 1920	37
Tabela 10 - Anúncios de negócios pertencentes a espanhóis no interior de São Paulo (1912-1921)	70
Tabela 11 - Menções no <i>Diario Español</i> a associações espanholas pelo interior paulista	77
Tabela 12 - Brasileiros e estrangeiros em Sorocaba (1934)	110
Tabela 13 - População rural e urbana em Sorocaba em 1934	110
Tabela 14 - Brasileiros e estrangeiros em Sorocaba (1940)	110
Tabela 15 - Números absolutos de entrada de imigrantes em Franca entre 1880 e 1920...	138
Tabela 16 - Brasileiros e estrangeiros em Franca (1934)	139
Tabela 17 - População rural e urbana em Franca (1934)	139
Tabela 18 - Brasileiros e estrangeiros em Franca (1940)	140
Tabela 19 - Nacionalidade dos empresários calçadistas (por amostragem de cinquenta inventários de empresas registradas entre 1900 e 1969)	147
Tabela 20 - Brasileiros e estrangeiros em Catanduva (1934)	156
Tabela 21 - População rural e urbana de Catanduva (1934)	156
Tabela 22 - Brasileiros e estrangeiros em Catanduva (1940)	156
Tabela 23 - Brasileiros e estrangeiros em Pirajuí e Cafelândia (1920)	162
Tabela 24 - Brasileiros e estrangeiros em Cafelândia (1934)	163
Tabela 25 - População rural e urbana em Cafelândia (1934)	163
Tabela 26 - Brasileiros e estrangeiros em Cafelândia (1940)	163
Tabela 27 - Brasileiros e estrangeiros em Bauru (1934)	188
Tabela 28 - População rural e urbana em Bauru (1934)	188
Tabela 29 - Brasileiros e estrangeiros em Bauru (1940)	189
Tabela 30 - Brasileiros e estrangeiros em Olímpia (1934)	200
Tabela 31 - População rural e urbana em Olímpia (1934)	200
Tabela 32 - Brasileiros e estrangeiros em Olímpia (1940)	201
Tabela 33 - Estrangeiros na região Noroeste em 1920 e 1940	238

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelos teóricos através das disciplinas.....	103
Quadro 2 - Prefeitos de Cafelândia entre 1926 e 2013.....	180
Quadro 3 – Modos de incorporação de espanhóis em Bauru.....	192
Quadro 4 - Fazendeiros do município de Olímpia em 1925.....	203
Quadro 5 - Panorama geral dos modos de incorporação dos espanhóis nos municípios estudados.....	229

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – INSERÇÃO A (NOR)OESTE: OS ESPANHÓIS PELO INTERIOR DE SÃO PAULO	6
1.1. A região da Andaluzia.....	17
1.2. A região da Galícia.....	25
1.3. A presença espanhola no interior de São Paulo: um panorama geral.....	27
1.4. Identidade étnica espanhola: uma questão de invisibilidade?.....	41
CAPÍTULO II – IMPRESSIONES DE VIAJE: O INTERIOR DE SÃO PAULO PELO OLHAR DO JORNAL <i>DIARIO ESPAÑOL</i>	57
2.1. “Notas” ou “impressões” das viagens de correspondentes do <i>Diario Español</i> ao interior do estado.....	62
2.2. Anúncios de negócios da colônia espanhola pelo interior de São Paulo.....	69
2.3. Matérias sobre associativismo étnico e atividades culturais da colônia espanhola.....	76
CAPÍTULO III – MODOS DE INCORPORAÇÃO: DIFERENTES APORTES TEÓRICOS	84
3.1 Assimilação: do etnocentrismo à ressignificação.....	84
3.2. Perspectiva transnacional.....	95
3.3. Para além da assimilação: olhares não-étnicos para a incorporação.....	96
3.4. Abordagem comparativa.....	97
3.5. Produção e coleta de dados: diversidade metodológica.....	99
3.6. Interdisciplinaridade: uma necessidade.....	101
CAPÍTULO IV – AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE INCORPORAÇÃO DE IMIGRANTES ESPANHÓIS EM SEIS MUNICÍPIOS DO INTERIOR PAULISTA	106
4.1. Sorocaba: incorporação predominantemente urbana	109
4.1.1. O interior sem o café: pecuária, algodão e industrialização em Sorocaba... 111	
4.1.2. Além Ponte: uma região predominantemente espanhola.....	113
4.1.3. Espanhóis em Sorocaba: trajetórias de incorporação.....	118
4.1.4. Sorocaba Operária: a presença espanhola e os ecos da Guerra Civil.....	126
4.2. Franca: uma incorporação segmentada	138
4.2.1. Espanhóis em Franca.....	143
4.4.2. Imigrantes espanhóis na indústria calçadista.....	145
4.3. Catanduva e Cafelândia: espanhóis formando a elite local	152
4.3.1. Espanhóis em Catanduva.....	155
4.3.2. Espanhóis em Cafelândia.....	162
4.4. Bauru: uma inserção heterogênea	186

4.4.1. Espanhóis em Bauru.....	187
4.5. Olímpia: incorporação predominantemente rural.....	198
4.5.1. Espanhóis em Olímpia.....	199
4.5.2. Ecos da Guerra Civil na colônia espanhola de Olímpia.....	210
4.5.3. Sociedad Española de Socorros Mutuos y Recreativa de Olímpia.....	221
4.6. Conclusão do capítulo: comparando as múltiplas possibilidades de incorporação	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS – ESPANHÓIS NO INTERIOR DE SÃO PAULO E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE INCORPORAÇÃO...	233
REFERÊNCIAS.....	239
FONTES.....	239
ENTREVISTAS.....	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	240

INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objetivo compreender os múltiplos modos de incorporação dos imigrantes espanhóis no interior de São Paulo, destacando o período entre 1890 e 1940. Para isso, analisamos seis localidades diferentes do interior paulista: Sorocaba, Franca, Catanduva, Cafelândia, Bauru e Olímpia. Para produzir tal análise, procuramos compreender como os espanhóis se inseriram a partir dos diferentes contextos apresentados por essas regiões. A fim de traçar essa multiplicidade de possibilidades de incorporação, buscamos analisar questões como os recursos mobilizados pelo grupo, as facilidades e dificuldades impostas pelas localidades, as possibilidades de ascensão econômica, os arranjos com as elites locais, os investimentos na identidade étnica de origem, entre outras. A motivação inicial desta pesquisa foi buscar preencher as lacunas deixadas pela produção esparsa e ainda muito pequena sobre a imigração espanhola para o interior de São Paulo. Segundo Marília Klaumann Cánovas (2007, p. 11), os estudos sociológicos e historiográficos ao reconhecerem “a relevância do papel desempenhado pelo imigrante na sociedade brasileira”, privilegiaram as análises de alguns grupos frente a outros. No caso da imigração para o estado de São Paulo, o grupo mais privilegiado pela profusão de estudos dentro da temática dos estudos migratórios de cunho histórico é o dos italianos. Nesse sentido, as análises sobre a imigração espanhola foram preteridas pela maioria dos especialistas da área, mesmo o grupo estando entre os três principais contingentes de imigrantes europeus que adentraram ao estado de São Paulo ao longo de fins do século XIX até meados do XX, período que compreende esse estudo.

Ainda que não tenhamos uma pluralidade de estudos acadêmicos que versem sobre a imigração espanhola para São Paulo, as obras existentes sobre a temática nos trazem importantes pontos de partida para essa investigação. Podemos, com efeito, dividir as pesquisas feitas até então em dois tipos distintos de abordagem: uma mais ampla, clássica, que busca traçar um perfil mais generalizado acerca da chegada e inserção dos espanhóis no estado; e outra que se restringe mais a estudos focalizados em apenas um município ou microrregião.

Dentro das abordagens mais amplas, José de Souza Martins, em seu texto *A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira*, é um dos primeiros autores a abordar os equívocos das interpretações sobre as migrações europeias para São Paulo que tratam o imigrante europeu como “categoria indiferenciada”. Martins aponta para o fato do grande fluxo da imigração dos espanhóis ser posterior à entrada dos italianos. Para o autor, isso significa que os espanhóis vieram para “repor a força de trabalho do imigrante

italiano, que não estava sendo recriada pela própria imigração italiana ou que estava abandonando o país desde fins do século XIX” (MARTINS, 1989, p. 7).

A imigração espanhola no Brasil, de Herbert Klein (1994) e *O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis*, de Elda Evangelina Gonzáles Martínez (2000), constituem até hoje os dois estudos mais clássicos sobre a temática no país. Buscando um importante grau de generalização, os pesquisadores se utilizam primordialmente de fontes quantitativas para tentar traçar um perfil mais geral da imigração espanhola no país. Já Claudio Aguiar (1991), em *Os Espanhóis no Brasil*, traz uma boa contribuição sobre as transformações do regime jurídico e das políticas imigratórias no Brasil e na Espanha, desde 1822 até o contexto do pós-Segunda Guerra Mundial.

Em relação aos trabalhos centrados em focos locais do interior do estado de São Paulo, a produção é ainda mais rara. Temos trabalhos sobre Sorocaba (OLIVEIRA, 2002), Franca (DIAS, 2010) e Bauru (BERLINI, 1999; D’ÁVILA, 2004). Efetivamente, a obra mais vasta sobre uma região do interior é *Hambre de Tierra*, de Marília Klaumann Cánovas (2005). Na pesquisa, a autora analisa a região do município de Novais, onde encontrou uma presença significativa de imigrantes espanhóis, conseguindo, inclusive, entrevistar imigrantes da primeira geração. Os trabalhos de Ismara Izepe de Souza (2001; 2005 e 2006) também tocam de maneira tangencial a comunidade espanhola que reside no interior, sobretudo sob o aspecto da participação destes em movimentos políticos de esquerda. Ainda, recentemente, Oswaldo Truzzi e Rogério da Palma (2014) publicaram um artigo sobre a imigração espanhola em São Carlos, procurando a partir deste caso discutir as possíveis razões da invisibilidade do grupo no estado.

Embora contemos com algumas pesquisas já realizadas em localidades específicas, tais trabalhos se revelam apenas fragmentos de uma experiência mais ampla, que por si só, não permitem uma maior análise abrangente, que englobe diferentes municípios, propiciando a oportunidade de realizar análises comparativas e, conseqüentemente, traçar um panorama mais geral sobre a incorporação dos imigrantes espanhóis no interior de São Paulo. É imprescindível dizer que o interior paulista não pode ser tratado de forma homogênea, pois abrange realidades distintas, muito em função de sua “colonização” ter se dado em momentos diferentes, devido ao fato da expansão da cafeicultura avançar ao interior em momentos cronológicos distintos. Conseqüentemente, o interior foi se formando de modo heterogêneo em relação à expansão cafeeira e ferroviária, aos portes das cidades, aos grupos que chegaram a diferentes épocas e ao desenvolvimento da área urbana.

A grande dificuldade encontrada no processo de pesquisa foi o acesso ao campo e, conseqüentemente, às fontes. A falta de uma cultura de conservação patrimonial e de documentação histórica é algo que atravessa todo o país. No interior, esse problema é ainda mais evidenciado. Janaína Amado (1990, p. 12) aponta que esse tipo de documentação local “geralmente está em mãos de pessoas que se consideram ‘donas’ e não querem cedê-la”. Isso efetivamente ocorreu em dois municípios diferentes, os quais os responsáveis pela documentação histórica das associações espanholas protelaram seu acesso por incontáveis vezes, até que por força de tempo e prazo, optamos pela desistência. Ainda há casos de outros municípios em que conseguimos um informante de pesquisa, mas infelizmente as fontes locais e as possibilidades de entrevistados se revelavam inexistentes.

Superadas essas dificuldades, foi possível encontrar uma razoável quantidade de fontes locais, as quais permitiram a produção de uma análise mais pormenorizada sobre o processo de incorporação dos imigrantes espanhóis em seis regiões do interior de São Paulo. Além dos dados estatísticos produzidos pelos censos de 1920, 1934 e 1940, as variadas fontes utilizadas para a pesquisa da presente são compostas por: entrevistas com espanhóis de primeira e segunda geração, nas quais buscamos traçar as trajetórias familiares desde a saída da Espanha até o respectivo município; bibliografia produzida por historiadores e memorialistas locais, que por vezes traziam informações relevantes sobre o grupo; publicações históricas locais como almanaques e revistas agrícolas; trabalhos acadêmicos que, indiretamente, através de suas fontes, nos permitiu tecer análises sob uma outra ótica; memoriais produzidos por famílias espanholas; estatutos, fichas de sócios e atas de associações étnicas; registros e prontuários do DEOPS/SP; e coleção composta por 1.612 edições do jornal *Diario Español*¹.

No primeiro capítulo da tese, buscamos traçar um panorama geral da imigração espanhola para o interior de São Paulo. Mais precisamente para as regiões mais a oeste paulista, à medida que foi a localidade que mais recebeu espanhóis no estado de São Paulo. Baseado nas concepções elaborada por Alejandro Vázquez (1992) e José Moya (2004), procuramos demonstrar quais os fatores *macro* e *microestruturais* que possibilitaram a vinda de um grande contingente de espanhóis para o interior de São Paulo entre fins do século XIX e a primeira metade do XX. Para compreender melhor esse cenário, fizemos uma breve incursão tanto nas condições históricas e sociais das províncias de Andaluzia e Galícia, que representavam a origem de respectivamente 60% e 20% dos imigrantes para o interior, quanto nas condições

¹ Agradecemos imensamente a historiadora Marília Klaumann Cánovas por ter, gentilmente, cedido o material.

encontradas no interior de São Paulo (MARTÍNEZ, 2000). Nesse momento, também discutimos o papel da imigração no projeto de branqueamento do Brasil.

O período de maior incidência da imigração espanhola para o interior de São Paulo foi entre 1905 e 1920, com 205.008 entradas registradas, o que representou aproximados 32% entre todos os imigrantes que entraram no estado durante o período (KLEIN, 1994). Esse aumento ocorreu muito em função do Decreto Prinetti, que proibiu a imigração subvencionada de italianos para o Brasil, que com 169.429 entradas, tiveram o número de ingressos superados pelos espanhóis nesse período. Assim, através dos dados do recenseamento de 1920, ainda no primeiro capítulo, procuramos estabelecer as regiões do interior de São Paulo que mais receberam espanhóis durante esse fluxo. Demonstramos também o exemplo de seis percursos migratórios de famílias que se instalaram em municípios destas regiões. Por fim, finalizamos o capítulo discutindo a questão da mobilização da identidade étnica espanhola no interior de São Paulo a partir de uma possível invisibilidade do grupo muito afirmada pela bibliografia. Ainda, discutimos os impactos da Guerra Civil Espanhola nessa constituição de identidade.

Em seguida, no segundo capítulo, ponderamos sobre as impressões que o jornal da capital *Diario Español* produzia sobre o interior de São Paulo. Propriedade do galego José Eiras Garcia, o *Diario* foi o mais importante e longo periódico da colônia espanhola em todo o estado. Para escrever esse capítulo, nos debruçamos de maneira pormenorizada em mais de 1.600 edições quase diárias nos intervalos de anos de 1912 a 1914 e 1918 a 1922, separando todas as menções que aparecia sobre o interior, desde notícias corriqueiras, passando por publicidade, quanto descrições mais pormenorizadas. Através de uma série de matérias escritas a partir das descrições de viagens de três correspondentes do jornal a diferentes municípios do interior de São Paulo, pudemos captar um pouco a forma que essas regiões eram veiculadas pelo *Diario*. Ainda, analisamos todos os anúncios publicitários e as menções as associações étnicas referentes aos espanhóis do interior de São Paulo contidas nessas edições.

No terceiro capítulo, apresentaremos uma revisão de diferentes contribuições teóricas para a análise da incorporação dos imigrantes nas sociedades receptoras. Para tal, fizemos uma retomada histórica dos conceitos, partindo do etnocêntrico paradigma da assimilação, criado por Robert Park, passando pelas críticas e ressignificações do conceito realizadas por Alba, Nee (2003) e Truzzi (2015). Também passamos pelas definições de incorporação discutidas por Alejandro Portes, que balizará parte das análises realizadas no próximo capítulo. Portes - em conjunto com Rubén Rumbaut (2014) - afirma que não é possível encontrar e nem produzir uma teoria que, sozinha, dê conta de todos os aspectos da imigração. Assim, a abordagem multidisciplinar, com vários elementos teóricos, indica o melhor caminho para uma análise mais

completa do fenômeno da imigração. Complementando o olhar sobre os modos de incorporação, o trabalho de Nina Glick Schiller, Ayşe Çağlar e Thadeus Guldbrandsen (2006) aponta que os imigrantes são atravessados por vários modos de incorporação ao mesmo tempo. As autoras e o autor sugerem, portanto, que se faça uma análise caso-a-caso, o que buscamos fazer no capítulo quatro.

Por fim, o quarto capítulo é o elemento central da tese. Através da análise particularizada da imigração espanhola em seis municípios de diferentes portes e localizados em diferentes regiões do interior de São Paulo, procuramos estabelecer exemplos do que chamamos de múltiplos modos de incorporação. Ressaltamos que não tivemos a pretensão de cobrir todo o interior paulista. Isso seria inviável. A ideia foi demonstrar que diferentes regiões oferecem diferentes condições de inserção para os espanhóis recém-chegados, que por sua vez, respondem de diferentes maneiras a essas condições, produzindo assim uma multiplicidade de modos de incorporação. Pelas razões explicitadas acima, os municípios escolhidos foram Sorocaba, Franca, Catanduva, Cafelândia, Bauru e Olímpia. Cada um deles apresentando uma especificidade diferente e, por conseguinte, demonstrando modos de incorporação bastante heterogêneos, tanto internamente, quanto entre si.

CAPÍTULO I – INSERÇÃO A (NOR)OESTE: OS ESPANHÓIS PELO INTERIOR DE SÃO PAULO

O fim do século XIX e o início do XX compreendem o período do grande fluxo migratório da Europa para a América, com um significativo deslocamento de pessoas, um “verdadeiro êxodo ultramarino que se convencionou chamar emigração de massa” (CÁNOVAS, 2005, p. 39). Essa etapa da História marcou a entrada da maior parte do contingente de imigrantes europeus para a América e, conseqüentemente, para o Brasil. Mais de dois terços do total de imigrantes europeus que adentraram à América chegaram durante essa época (KLEIN, 2000). Assim, devido à conjuntura da expansão da cafeicultura, o interior de São Paulo acabou sendo o local de destino de boa parte dos imigrantes que chegaram ao país nesse momento.

Nesse contexto, os espanhóis foram o terceiro grupo numericamente mais significativo entre os imigrantes europeus e asiáticos que adentraram no Brasil. Segundo estatísticas oficiais, entre 1820 e 1972, aproximadamente 717 mil espanhóis entraram no país, contra aproximadamente 1.7 milhões portugueses e 1.6 milhões de italianos, sendo estes os dois grupos numericamente mais relevantes. Dentre esses espanhóis, só o estado de São Paulo, entre 1885 e 1929, recebeu aproximadamente 380 mil imigrantes, número que também os coloca como o terceiro grupo mais expressivo da região (MARTÍNEZ, 2000). Além disso, a imigração espanhola para São Paulo passou a ser, de 1905 a 1920, a mais numerosa do estado, com 205.008 ingressos, superando em número entradas, durante esse período, a imigração portuguesa, que contou com 171.249 ingressos, e a italiana, com 169.429 (MARTINS, 1989; CÁNOVAS, 2005).

Tabela 1 (continua) - Discriminação por quinquênio das principais nacionalidades entradas no Estado de São Paulo (1885-1929)

Período	Total	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Diversos
1885-1889	167.664	137.367	18.486	4.843	-	6.968
1890-1894	319.732	210.910	30.752	42.316	-	20.899
1895-1899	415.253	219.333	28.259	44.678	-	11.305
1900-1904	171.295	111.039	18.530	18.842	-	11.191
1905-1909	196.539	63.595	38.567	69.682	825	23.870
1910-1914	362.898	88.692	111.491	108.154	14.465	40.096
1915-1919	83.684	17.142	21.191	27.172	12.649	5.530

Tabela 1 (conclusão) - Discriminação por quinquênio das principais nacionalidades entradas no Estado de São Paulo (1885-1929)

Período	Total	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Diversos
1920-1924	197.312	45.306	48.200	36.502	6.591	60.713
1925-1929	289.941	29.472	65.166	27.312	50.573	17.418

Fonte: Cánovas (2005, p. 115)

Valendo-se da abordagem *push-pull*², Herbert Klein (2000) foi um dos primeiros historiadores a se debruçar especificamente sobre os espanhóis que vieram para o Brasil. Segundo Klein, a condição econômica da Espanha foi fator de expulsão preponderante pela emigração dos espanhóis no período de imigração em massa. Em momentos de reconfigurações econômicas, existem três fatores fundamentais que afetam a capacidade da população em enfrentar essas transformações: “o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos” (KLEIN, 2000, p. 14). Quando há - como no caso das citadas grandes migrações dos séculos XIX e XX – uma combinação desses três fatores, emigrar aparece como uma das únicas saídas possíveis. Cabe ressaltar que para o autor em questão, “a maioria dos migrantes não desejam abandonar suas casas nem suas comunidades [...] Na grande maioria dos casos, não logram permanecer no local porque não têm como alimentar-se nem a si próprios nem a seus filhos” (KLEIN, 2000, p. 13).

Essas reconfigurações econômicas pelas quais passou a Europa no decorrer dos séculos XVIII e XIX foram geradas pela soma de alguns fatores. Primordialmente, pelo surto demográfico, como provável efeito dos avanços da medicina e das melhorias das condições sanitárias, fazendo com que a população europeia praticamente dobrasse durante o período (BAHAMONDE, 1992). Além disso, os cercamentos, que suprimiram o uso costumeiro e tradicional da terra pelos camponeses pobres e a crescente mecanização da agricultura, diminuíram a necessidade de mão de obra. Portanto, podemos dizer que, segundo essa interpretação, a Europa passou por grande aumento populacional, ao mesmo tempo em que diminuía a necessidade de mão de obra, gerando assim um excedente de força de trabalho (KLEIN, 2000).

Com efeito, a Espanha foi um dos países que mais sofreram com essas reconfigurações. Ainda que um pouco mais tardio que o restante da Europa, o país também passou por um

² Essa é a abordagem analítica mais comum nos estudos clássicos sobre as imigrações históricas entre Espanha e Brasil durante o período estudado.

aumento demográfico, passando de 16,6 milhões de habitantes em 1877 para 18,6 em 1900. Em 1930, o país já contava com 23,5 milhões de habitantes, o que demonstra um crescimento significativo, se levarmos em conta que a gripe espanhola ocorrida em 1917-1918 eliminou um quinto da população (CÁNOVAS, 2005). Segundo o historiador sueco Magnus Mörner (1992), o processo de industrialização espanhol, lento e tardio somado com a crescente formação de latifúndios em algumas regiões do país foram as principais causas da não absorção dos espanhóis durante o crescimento demográfico. Ou seja, a permanência de estruturas tradicionais e pré-industriais teria sido o principal *fator de expulsão* de imigrantes do país.

Além dos *fatores de expulsão* mais comuns ao restante da Europa, a Espanha, em particular, possuía mais um: a deserção do serviço militar. Durante o fim do século XIX, a Espanha passava por duas guerras coloniais, em Cuba e no Marrocos. “Nesse período registra-se um crescente êxodo ultramarino, impulsionado, mais que tudo, pelo receio das pessoas de ser enviadas ou de ter algum filho ou parente convocado para a Guerra [...]” (CÁNOVAS, 2005, p. 48).

Retomando Klein, os *fatores de expulsão* não explicariam, por si só, a emigração com destino ao Brasil. Há que se considerar igualmente os *fatores de atração* do futuro local de destino para a emigração. No caso do interior de São Paulo, a *atração* não era exercida apenas pela expansão da cafeicultura, gerada pela crescente demanda de café na Europa e na América do Norte; mas também e, principalmente, pela quantidade de terras disponíveis, sobretudo nas regiões mais a oeste do estado, o que possibilitaria a aquisição de terras pelo imigrante. Em suma, “na Europa, a terra era cara e a mão de obra, barata. Na América, a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão de obra era escassa; portanto, cara” (KLEIN, 2000, p. 15-16).

Entretanto, ainda que frequentemente utilizada, a abordagem *push-pull* apresenta algumas limitações. Alejandro Portes e Rubén Rumbaut (2014) apontam que o principal problema desse tipo de análise está nela muitas vezes ser utilizada para explicar apenas a imigração em seu “pós-fato”. Ou seja, em seu uso corrente, a abordagem *push-pull* apenas elenca os fatores de expulsão e atração após a realização do fluxo migratório. Portanto, essa teoria é incapaz de explicar as razões pelas quais regiões com características semelhantes não exercem igualmente esse movimento. Mas isso não significa que esse modelo de abordagem deva ser totalmente descartado. Segundo os autores citados, essa ótica pode ser utilizada para determinar a potencialidade para a migração. Potencialidade esta que é normalmente explorada por recrutadores de imigrantes, por exemplo. Os autores mencionam que, apesar de

problemática, esse modelo de abordagem ainda é uma das formas mais tradicionais de análise dos fenômenos migratórios (PORTES; RUMBAUT, 2014, p. 49).

As explicações de viés macroeconômico sobre o fenômeno da imigração são intimamente ligadas à abordagem *push-pull*. Para esse modelo de análise, o trânsito de pessoas é um mecanismo de restabelecimento de equilíbrio entre países e regiões com abundância em oferta de mão de obra, mas pobres em capital, e aqueles em situação oposta. Pode-se incluir nesse modelo de análise, as abordagens marxianas, que ligam a migração ao fluxo de capital. Portanto, a concentração de pessoas acompanharia a concentração de capital. Marx aponta que a expropriação camponesa e a produção de uma massa populacional são condições necessárias para a acumulação primitiva capitalista.

Segundo Márcio de Oliveira, existem três dimensões que inter-relacionam as migrações com o desenvolvimento capitalista:

1) desestruturação da economia camponesa tradicional, provocando a migração de grandes levas de camponeses sem trabalho ou terra em direção às nascentes cidades industriais; 2) desenvolvimento dos meios de transportes, que permitiu e incentivou o rápido deslocamento dos contingentes humanos liberados; 3) processo de concentração industrial em algumas cidades. (OLIVEIRA, 2014, p. 75)

Ainda sob essa ótica, Rosa Luxemburgo (1970) assinala que a manutenção de potenciais imigrantes em áreas pré-capitalistas é uma garantia da reprodução ampliada do capital, afinal, em casos de necessidade, há importação de mão de obra barata com a finalidade de manter e aumentar a acumulação. Segundo Maria Aparecida de Moraes Silva, a tese de Rosa Luxemburgo permanece atual, à medida que:

Hoje em dia, diferentes pesquisas em várias regiões do mundo têm mostrado que, cada vez mais, o capital busca estes viveiros de mão de obra barata, desqualificada, a fim de aumentar os níveis de acumulação. A mundialização e seu corolário - a reestruturação produtiva - trouxeram várias consequências, dentre elas, a precarização, a segmentação por sexo e raça/etnia, a desqualificação, a temporalidade do trabalho, além do desemprego e da exclusão social. Diante deste quadro, migrar vem se tornando uma necessidade para milhões de pessoas em muitas partes do mundo. (SILVA *et al.*, 2006, p. 90)

Paralelamente a essa abordagem macroeconômica, existe ainda o componente individual na tomada de decisão de imigrar, na qual o indivíduo, com base na análise de custo-benefício, opta por migrar (ou não) e para onde ir. Segundo esse componente, os indivíduos se mudam para lugares onde podem maximizar os ganhos no processo. O economista americano George Jesus Borjas (1989) criou um elaborado modelo demonstrando que antes de tomar a

decisão de imigrar, o indivíduo realiza um cálculo entre os ganhos esperados e os custos da imigração. Nesse cálculo, o potencial imigrante leva em conta fatores como a renda esperada, a possibilidade de trabalho correspondente à sua habilidade, o clima, a cultura e a taxa de criminalidade do país de destino, subtraindo destes os mesmos fatores no país de origem. Segundo Borjas, há uma expectativa do indivíduo em maximizar suas rendas com a imigração. Assim, se o resultado da subtração mencionada for consideravelmente positivo, ocorre-se a imigração.

Entretanto, Portes e Rumbaut (2014, p. 51) pontuam que essas teorias econômicas sofrem das mesmas deficiências empíricas que a *push-pull*, uma vez que regiões do mundo menos desenvolvidas, com comparáveis níveis de subemprego e pobreza, produzem fluxos de migração muito diversos. Assim, enquanto algumas regiões são fontes de fluxos consideráveis de pessoas, em outros, a população permanece no lugar. Estando essas áreas sujeitas às mesmas condições do capital, esse modelo de abordagem não dá conta de explicar as causas dessa diferença empírica. Da mesma forma, no nível individual, não fica claro por que os atores racionais sujeitos aos mesmos cálculos de custo-benefício em potenciais imigrações exibem diferentes comportamentos. Alguns partem, mas muitos outros não.

O historiador José Moya possui a mesma crítica de Portes e Rumbaut a esse tipo de abordagem teórica. Segundo Moya, esse tipo de explicação é incompleta e apresenta um defeito básico: há lugares onde existem inúmeros fatores de expulsão, como fome, guerra e crise do trabalho, mas que jamais desenvolveram taxas relevantes de emigração. Ao passo que há outros lugares que possuem inúmeros fatores atrativos, como terras férteis e desocupadas, economia ascendente, bons salários e que, da mesma maneira, nunca atraíram contingente significativo de imigrantes. Dessa maneira, o historiador aponta que as migrações não são apenas causadas por fatores estruturais, que tiram do imigrante a sua capacidade de agência, transformando-os em “peças” que se movem de um lado para outro para atender agendas econômicas, e tampouco esse fenômeno é resultado do acúmulo de milhões de decisões individuais. Para pensar a questão da imigração internacional e, mais especificamente a espanhola, Moya, em *Primos y extranjeros: la inmigración española en Buenos Aires*, pretende tratar a questão da imigração da maneira mais abrangente possível, buscando não deixar lacunas sobre as razões que explicam o fenômeno da migração. Assim, o autor substitui os fatores de atração e expulsão pelo que chama de interação entre fatores macro e microestruturais. Para o Moya, as migrações ocorrem por uma interação entre esses fatores, que moldam tanto os padrões de migração quanto os de adaptação do grupo no lugar de destino e interligam “tendências globais e redes com bases locais” (MOYA, 2004, p. 405).

Ao analisar a dimensões macroestruturais da emigração espanhola, o autor elenca o que denomina de “cinco revoluções globais” como igualmente fundamentais para a construção desses fatores: 1) a revolução demográfica; 2) a revolução liberal; 3) a revolução agrícola; 4) a revolução industrial e, por fim; 5) a revolução nos meios de transporte.

Ao expor a primeira revolução, o autor aponta que a população europeia saltou de 140 milhões em 1750 a 429 milhões em 1900, passando de 17% para 25% da população mundial. Moya conclui, portanto, que a emigração massiva é uma das formas de controle desse crescimento emergente.

Já a revolução liberal fez com que a difusão do liberalismo como ideologia europeia dominante facilitasse o ideário da imigração como parte do novo paradigma a partir do século XIX. Se durante o antigo regime, o poder do rei se media pela quantidade de súditos, pós-teoria de Thomas Malthus, o excesso de pessoas poderia significar fracasso político. O contrário também é válido: para alguns teóricos, quanto mais povoado um país, maior a sua riqueza, o que igualmente estimula a migração para áreas com escassez de mão de obra. Além disso, a nova ideologia impunha constrangimentos à proibição de imigrações, afinal, defendia as liberdades individuais. Consequentemente, tanto no âmbito oficial, quanto no popular, pairava a ideia de liberdade de ir e vir dos indivíduos.

As revoluções agrícola e industrial estão relativamente interligadas. A transição de uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial fez com que as pequenas propriedades ficassem mais escassas. Além disso, os cercamentos das terras comunais acabaram arruinando aqueles camponeses que não conseguiram se converter em empresários agrícolas. O contexto dos cercamentos também auxilia a produção de mão de obra urbana para as indústrias, afinal, os camponeses acabam tendo como uma das únicas saídas a venda da força de trabalho para as indústrias. Ainda que a revolução industrial tenha sido lenta e gradual, certamente ela alterou o mundo de uma forma mais revolucionária e radical do que qualquer revolução política. Nesse contexto, uma força de trabalho móvel se torna condição necessária para o seu desenvolvimento. Assim, a relação entre cercamentos, revolução industrial, urbanização e migração torna-se evidente. Mesmo se observarmos as regiões menos industrializadas, como Galícia e Andaluzia, a maioria dos imigrantes partiu de cidades maiores, em processo de protoindustrialização.

Por fim, o desenvolvimento dos transportes ocorreu, no geral, para movimentar mercadorias ao invés de pessoas. Entretanto, no contexto das quatro revoluções acima, os transportes também foram utilizados para deslocar grande número de imigrantes. Na Espanha,

o desenvolvimento dos transportes foi tardio. A maioria dos imigrantes foi deslocada por companhias alemãs, britânicas ou francesas.

Uma vez explicados os fatores macrossociais, se faz necessário compreender as razões da escolha do destino para os imigrantes. Por que os espanhóis preferiram atravessar o Atlântico? Por que não navegaram através do Mediterrâneo e migraram para Argélia? Por que não migraram para outros países europeus? Ou para a América do Norte? Esses questionamentos nos apontam para a existência dos fatores microssociais nos processos migratórios. Além disso, Moya aponta que os imigrantes são especialmente associativos. Portanto, o passo seguinte da adaptação do grupo é recriar uma rede social secundária no local de origem. Sendo assim, como as tendências locais impactam nos grupos, fortalecendo ou debilitando a organização da coletividade? Até que ponto as associações formam uma continuidade de práticas prévias ou são respostas ao novo meio? Quais as fontes de conflito e os elementos atenuantes? São questionamentos que, segundo Moya, podem revelar parte dos fatores microssociais que variam o destino da migração de cada grupo.

Faz-se necessário dizer que José Moya estuda a imigração de espanhóis para Buenos Aires. Portanto, se sua análise dos fatores macrossociais é completamente pertinente para o presente estudo, devemos nos ater apenas aos apontamentos mais gerais e teóricos que faz sobre os fatores microssociais para, com efeito, buscarmos compreender quais razões levaram os espanhóis a optarem pelo interior de São Paulo como destino.

O processo de “colonização”³ do interior de São Paulo, a partir de meados do século XIX, é diretamente inserido no contexto das grandes imigrações. Durante esse período, houve uma grande preocupação dos cafeicultores paulistas com uma possível falta de braços para o trabalho, resultado do iminente processo de abolição. É nesse recorte temporal que se dá a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pós-leis Eusébio de Queiroz (1850) e Vente Livre (1871). A expansão da economia cafeeira no interior paulista coincidiu com o início do processo do fim da escravidão. Segundo Paula Beiguelman (1977), o empreendimento cafeeiro já era reconhecido como um modelo que requeria uma disciplina de trabalho mais rígida e contínua. Assim, iniciou-se uma discussão de quem ocuparia o lugar do escravo nos sistemas de grande lavoura. Aproveitar a mão de obra aqui disponível, no caso, dos libertos e dos

³ O termo “colonização”, assim como os termos “povoamento”, “desbravamento” e “ocupação”, podem remeter a falsa ideia que o território que formava o interior de São Paulo era vazio. Esse termo, efetivamente, contém uma grande carga de violência simbólica. Essa “colonização” não é de espaços vazios. Os nativos que viviam na região foram privados da posse ancestral de suas terras, de sua cultura e, sobretudo, de suas próprias vidas. Assim, esses termos precisam ser discutidos e apresentados sempre sob rasura. (SILVA, 2015)

nacionais livres? Ou importar mão de obra imigrante? Mais: se a opção fosse por esta, quais povos seriam os mais aptos para o trabalho?

Essas questões, que tanto permeavam a mentalidade da elite rural brasileira, se materializam em um Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Em nome do governo imperial, João Vieira Lins Cansação de Sinimbu, ministro de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, convocou fazendeiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, para discutir os rumos da agricultura na região. Estiveram em pauta sete questões fundamentais, dentre as quais duas se referem especificamente à questão da mão de obra:

1. Quais as necessidades mais urgentes e imediatas da grande lavoura? 2. É muito sensível a falta de braços para manter ou melhorar ou desenvolver os atuais estabelecimentos da grande lavoura? 3. Qual o modo mais eficaz e conveniente de suprir essa falta? 4. Poder-se-á esperar que os ingênuos, filhos de escravas, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrário, quais os meios para reorganizar o trabalho agrícola? 5. A grande lavoura sente carência de capitais? No caso afirmativo, é devido este fato à falta absoluta deles no país, ou à depressão do crédito agrícola? 6. Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convém criar estabelecimentos especiais? Como fundá-los? 7. Na lavoura têm-se introduzido melhoramentos? Quais? Há urgência de outros? Como realizá-los? (*apud* EISENBERG, 1989, p. 141-142).

Durante o evento, que contou com a presença de 48 fazendeiros do interior de São Paulo⁴, a imigração já aparece como a principal alternativa para tocar a cafeicultura na região. Os trabalhadores nacionais, fossem eles livres ou recém-libertos, eram vistos como indolentes pelos fazendeiros. É de extrema importância lembrar que a partir da década de 1870, um novo “projeto de nação” passa a ser pensado sob a égide de teorias científicas - como o eugenismo e o darwinismo social -, que indicavam que o atraso econômico de países como o Brasil era o efeito biológico da degeneração racial do povo que aqui habitava. Nesse contexto, é possível aferir que a opção pelo trabalho imigrante foi, também, uma medida que visou o embranquecimento da população brasileira (SCHWARCZ, 1996; MISKOLCI, 2012).

A opção pela mão de obra imigrante fez com que São Paulo adotasse a opção política da imigração subsidiada. A partir da década 1880, ou seja, às vésperas da abolição, o governo brasileiro passou a financiar a vinda de trabalhadores europeus para a substituição dos “futuros libertos”. O governo brasileiro pagava a passagem transatlântica, mais as despesas de transporte até a fazenda. Além disso, a partir de 1887, com a construção da Hospedaria dos Imigrantes,

⁴ 279 fazendeiros assinaram o livro de presença, sendo 154 do Rio de Janeiro, 71 de São Paulo e 53 pessoas de Minas Gerais (EISENBERG, 1989, p. 142).

era garantida a hospedagem até a alocação dos imigrantes para a fazenda. Para evitar a vinda de trabalhadores imigrantes temporários, oferecia-se o subsídio apenas para famílias, o que certamente compõe um fator local fundamental para compreensão da estrutura da imigração espanhola para a região estudada, à medida que grande parte dos espanhóis que vieram para o interior, vieram por conta do subsídio (MARTINEZ, 2000). Como aponta Klein, dos 102.008 espanhóis que entraram em São Paulo via hospedaria entre 1910 e 1915, 85% vieram de forma subvencionada.

Outro fator essencial na escolha pelo interior de São Paulo foi a existência de redes migratórias. Segundo Cánovas, ao longo de seu processo, a imigração para América vai assumindo um caráter interpessoal no qual fatores como “laços de parentesco, amizade, vizinhança ou simplesmente de origem comum representaram atrativo e realimentaram o fluxo” (CÁNOVAS, 2005, p. 75). Portanto, a gratuidade da passagem somava-se com a garantia de encontrar parentes, amigos e/ou conhecidos - com quem muitas vezes os interessados em emigrar se correspondiam por cartas - aumentando ainda mais o interesse pelo interior de São Paulo.

Sob esta perspectiva, a formação de redes se torna um elemento decisivo para o estabelecimento de fluxos migratórios mais constantes. Moya aponta que os imigrantes são especialmente associativos. Assim, logo que se adaptam ao país de destino, (re)criam uma rede social com o local de origem, fato este que aumenta substancialmente o número de novos imigrantes daquela determinada étnica. Sobre a formação de redes nos processos migratórios, Oswaldo Truzzi aponta que os conceitos de “cadeias e redes são instrumentos poderosos para explicar por que alguns locais de destino se vinculam fortemente a outros locais de origem dos imigrantes” (2008, p. 214). Essa perspectiva de análise fornece uma dimensão mais relacional entre famílias, grupos e/ou indivíduos e não somente as questões individuais ou macrossociais. Originário da década de 1960, o conceito de cadeias migratórias é definido como “o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores” (MACDONALD; MACDONALD, 1964, p. 82). Já o conceito de redes as define como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (MASSEY, 1988, p. 396). Segundo Truzzi, há um papel ativo dos emigrados para a formação de redes migratórias, afinal, são eles que fornecem informações quanto as oportunidades e/ou dificuldades,

perspectivas de trabalho e de moradia. Certamente, essas informações são fundamentais para o estímulo ou não no comportamento de novos migrantes em potencial. (TRUZZI, 2008)

Em 1992, ano em que a descoberta da América pelos espanhóis completou 500 anos, foi lançado na Espanha dois extensos volumes intitulados *Historia General de la Emigración Española a Iberoamérica*. Essa obra, organizada por Pedro A. Vives, Pepa Veja e Jesús Oyamburu, compila 37 artigos escritos por diversos autores especialistas na temática da imigração espanhola para a América entre 1492 e 1992. De todos estes artigos, 11 abordam especificamente a periodização das décadas finais do século XIX até 1930, conhecida como “imigração massiva”. Outros 17 textos com enfoques regionais também tocam invariavelmente esse período. Absolutamente todos os artigos que abordam as razões da imigração trabalham ou com o conceito de fatores *expulsión-atracción (push-pull)* ou com a conceituação dos fatores macroestruturais e microsociais.

Dentro desta vasta obra, temos o texto de Alejandro Vázquez (1992), intitulado *Causas de la emigración y tipología de los emigrantes*. Como o próprio título sugere, Vázquez versa especificamente sobre as razões da emigração da Espanha para a América, partindo também do paradigma expulsão-atração, mas, assim com Moya, completando o conceito com outras variáveis que o tornam mais complexo e completo. Para Vázquez, o fenômeno da imigração em massa não une apenas países e continentes, mas também microrregiões. Além disso, o autor aponta que, ainda que a esse fenômeno seja um processo social e estrutural, os indivíduos com seus desejos, necessidades, ambições e relações pessoais, também são peças-chaves na equação de análise para o fenômeno da imigração. Mais precisamente como esses indivíduos agem frente as grandes transformações ocorridas na Europa – e por consequência na Espanha - naquele momento. Transformações estas que Vázquez também elenca: o advento do liberalismo, a revolução agrária, modernização demográfica, industrialização, modernização dos transportes e da comunicação. Nesse novo momento, por exemplo, as novas relações jurídicas constituídas a partir do liberalismo constroem a ideia de liberdade individual que permite aos indivíduos uma inédita noção de possibilidade de mobilidade. A partir do início dessa mobilidade, os laços de união, solidariedade e informação também entram na equação das possibilidades de imigração. No caso da emigração à América, esses laços com o lugar de origem estabelecem cadeias migratórias, retroalimentando o processo, funcionando como ponto de informação e de inserção de imigrantes ao novo país. Afinal, para tomar a decisão de emigrar nesse contexto, quanto mais se conhecer as condições do mercado de trabalho e as possibilidades de mobilidade no local de destino, maiores as chances de realizar o traslado.

Entretanto, Vázquez adverte que essas transformações econômicas e sociais na Espanha não foram homogêneas nem sincrônicas. A variação regional da emigração espanhola para a América vai se construindo a partir do tipo de inserção de cada região nesse processo de transformações na economia espanhola, dependendo muito da maneira e da velocidade em que se desestrutura o antigo regime e, conseqüentemente, do modo que surge o capitalismo. Assim, os diferentes graus de expulsão de mão de obra agrícola ou artesanal de um lado soma-se aos diferentes graus de absorção e as diferentes possibilidades de mobilidade social para essa mão de obra em outros mercados. Na América existem grandes zonas produtivas a serem exploradas. Para tal, é desejável pelas elites locais a presença de mão de obra barata e em grande quantidade para substituir a mão de obra escravizada, que já se encontrava em processo de abolição.

Para Vázquez (1992) e Moya (2004), a ideia de “Estado-Nação” não é uma boa unidade de análise para compreender o processo concreto da emigração espanhola, à medida que esta não se originou exatamente de uma nação, mas sim de determinadas localidades. No caso da imigração espanhola para São Paulo, a grande maioria dos espanhóis que entrou no estado e, por conseqüência, no interior, é proveniente da Província de Andaluzia. Segundo Rosario Márquez e Elda González Martínez (1992, p. 14), 60% dos espanhóis residentes em São Paulo eram andaluzes, seguido pelos galegos, que com 20% formavam o segundo maior grupo do estado. Estima-se que cerca de 500 mil andaluzes adentraram na América no período das emigrações em massa, número responsável por cerca de 15% do total de imigrantes espanhóis que adentraram ao continente.

Figura 1 - Províncias espanholas



Fonte: Adaptado de Moya (2004)

1.1. A região da Andaluzia

De toda a Espanha, a Andaluzia foi, por excelência, uma região de migrantes. Desde finais do século XV até os primeiros anos do XIX, detecta-se nessa região uma contínua corrente migratória. Entre 1493 e 1600, por exemplo, havia 20.229 andaluzes nas Índias, de um total de 54.881 espanhóis, o que percentualmente significa 36,9% (MÁRQUEZ; MARTÍNEZ, 1992). Porcentagem esta que pode ser ainda mais elevada, se considerarmos que a Andaluzia fornecia a maior parte dos soldados e marinheiros para as armadas e frotas que não necessitavam licença para emigrar, portanto, não entravam para as estatísticas.

Como já visto, a grande maioria dos espanhóis que tiveram o estado de São Paulo como destino eram da região da Andaluzia, no extremo sul da Espanha. Segundo Maria Francisca Martinez Romero (1997), a província da Andaluzia era uma das mais prósperas da Espanha até o início do século XIX, devido a uma economia agrícola diversificada, baseada, sobretudo, na produção dos pequenos e médios produtores, responsáveis por 27,9% da produção agrícola da região, e do comércio de especiarias, muito em função do estreito de Gibraltar pertencer a região. Vale ressaltar que essas unidades produtivas eram provenientes de terras arrendadas pela nobreza desde meados do século XVIII. Assim, o regime de posse da terra em Andaluzia tinha uma peculiaridade interessante: apesar da maior parte das terras estarem nas mãos da nobreza e da igreja⁵, os latifúndios pertencentes a estes grupos eram arrendados, formando médias e pequenas fazendas de exploração da terra (RUÍZ, 2000).

Na virada para o século XIX, a divisão social de Andaluzia contava com uma nobreza decadente, mas ainda no topo; com grandes arrendatários em ascensão, membros de uma burguesia local que utiliza seus capitais acumulados para arrendar várias terras, ficando em uma segunda posição na hierarquia social da região; em terceiro, se encontravam os pequenos e médios arrendatários; e na base, o grupo mais numeroso em piores condições: os trabalhadores e os camponeses, que viviam sempre no limite de sua subsistência (RUÍZ, 2000), se utilizando sempre das terras comuns, à medida que estes “tinham tido acesso à terra pelo sistema de ‘campos abertos’, sobre os quais tinham liberdade de buscar o melhor aproveitamento (caça, pesca, lenha, coleta de frutos)” (CÁNOVAS, 2005, p. 90).

Entretanto, durante o século XIX, “foram produzidas importantes transformações na posse e no uso da terra, que trouxeram consigo o fortalecimento do latifúndio e a crise do pequeno proprietário” (PEREZ, 2000, p. 540). Essas transformações foram acentuadas pela

⁵ 60% das terras da Andaluzia pertencia a nobreza; 17% estava nas mãos da Igreja Católica; e os 23% restantes se dividiam entre a Coroa espanhola, as terras particulares que já estavam sendo adquiridas por uma burguesia local e as terras comunais (RUIZ, 2000, p. 1).

decadência do comércio de especiarias na região, o que levou a burguesia comercial em ascensão usar seus capitais para adquirir mais terras. Iniciou-se também no período o processo de desamortização na Espanha, pelo qual a terra se torna propriedade, sendo vendida através de leilões públicos. Em 1836, Juan de Dios Álvarez Mendizábal, então Presidente do Conselho de Ministros da Espanha, promoveu uma grande desamortização, sobretudo dos terrenos eclesiásticos. As terras a serem leiloadas foram divididas em grandes lotes, praticamente extinguindo as possibilidades de aquisição pelos pequenos e médios proprietários. Em 1837, foi promulgado o decreto “de señorios”, que convertia em propriedade privada os títulos sobre a territorialidade apresentados pelos nobres. Por fim, em 1855, Pascual Madoz, então Ministro da Fazenda, realizou a desamortização das terras municipais, terrenos baldios e das terras comuns, o que converteria de vez pequenos proprietários e camponeses livres em assalariados (RUIZ, 2000, p. 1-2).

Ao final desse processo, a Andaluzia passou a ser um local onde predominavam os latifúndios. Além disso, as camadas médias praticamente foram extintas. De um lado, no topo da hierarquia econômica, estavam os grandes proprietários de terras - detentores de títulos de nobreza e membros da burguesia comercial que investiram em terras. Do outro, a maior parte da população, era formada pela “classe trabalhadora e ‘pobre’, que constituía três quartos da população andaluz, formada nas áreas rurais por camponeses jornaleiros e pequenos proprietários; e nos núcleos urbanos, por um proletariado de serviços e atividades marginais e esporádicas” (RUIZ, 2000, p. 3).

É perfeitamente possível verificar uma similitude entre as expropriações que estavam sendo realizadas na Andaluzia e aquelas efetivadas pelo processo dos cercamentos ocorrido na Inglaterra entre os séculos XVII e XVIII. Como visto, ao longo do século XIX, o acesso à terra foi sendo cada vez mais restrito na região do sul da Espanha. Nesse movimento, a “economia de subsistência [dos camponeses] passou a ser ameaçada – e depois vencida – pelas diversas apropriações dos bens comunais por parte dos grandes proprietários [...]” (CÁNOVAS, 2005, p. 90).

Nesse sentido, o historiador Manuel González de Molina Navarro, especialista em história agrária andaluz, nos demonstra as consequências desse processo de expropriação:

Quando esse tipo de direitos [às terras comuns] desaparece como consequência da afirmação da propriedade privada ou estatal no campo, os jornaleiros são constringidos a conseguir através do mercado os bens que antes conseguiam grátis pela natureza. A dependência do mercado se intensifica tanto para conseguir os produtos imprescindíveis, como para ingressar no mercado de trabalho assalariado, que se converte na principal

fonte de renda. O grau de mercantilização de suas economias aumenta e, conseqüentemente, a subordinação ao capital (NAVARRO, 1992, p. 28).

Essa conjuntura, que também atingia Andaluzia, ajuda a compor os fatores das imigrações em massa do final do século XIX e início do século XX. Afinal, parte desses expropriados são quem compõem os mais de 200 mil andaluzes que emigraram para o estado de São Paulo no período. Portanto, a já citada dissolução do modo de vida camponês mais tradicional provoca a migração desses camponeses primeiramente para as cidades industriais e/ou, se necessário, para outras regiões, incluindo outros continentes. Segundo Jeffrey Lesser,

O duplo processo de industrialização e desenvolvimento urbano criou, do lado europeu, um movimento de expulsão, devido a um crescimento populacional não plenamente absorvido e, do lado americano, um movimento de atração resultante da expansão da economia. A emigração da Itália, da Espanha e de Portugal para as Américas cresceu de forma explosiva (LESSER, 2015, p. 101).

Se o conceito de “Estado-Nação” não é tão preciso para a análise das imigrações espanholas para o Brasil, mesmo no interior da Andaluzia, há significativas variações regionais. Enquanto Sevilla tem uma tradição maior, Huelva e Cádiz possuem taxas de imigração menores. Nesse sentido, é possível dizer que há uma Andaluzia oriental e interiorana, que pouco recebeu influência das correntes migratórias e uma Andaluzia ocidental, marítima, que recebeu com grande força o impacto americano. Ainda que seja muito difícil traçar uma linha precisa entre ambas, é possível falar de uma variedade de situações separadas por leves nuances. Nas palavras de Rosario Márquez:

Ninguém contesta a primazia do eixo Sevilha-Cádiz e, ao longo dele, com uma largura de várias dezenas de quilômetros, foram registrados os fenômenos mais pronunciados. Mas não é necessário ficar muito longe desse eixo para verificar se havia regiões nas quais o impacto do fenômeno americano era mínimo; nem emigrantes de qualidade apreciável, nem alteração das culturas, grande circulação monetária. [...] Havia uma vasta Andaluzia que permaneceu quase nas margens dos eventos americanos. (1992, pp. 4-5)

Segundo Elda González Martínez (1992), realizar uma análise quantitativa precisa dos andaluzes na América é praticamente inviável, pois os registros raramente dão conta da especificidade dos locais de origem dos imigrantes. Além disso, há uma prática conhecida dos andaluzes de emigrar por Gibraltar. Prática essa que não produz registros na saída e nos países de entrada, os registros levam em conta a identidade nacional e não regional. Entretanto, o estado de São Paulo apresenta uma peculiaridade: os inventários econômicos, demográficos e culturais dos consulados, o que permitiu que Martínez fizesse o levantamento regional, chegando nas cifras aproximadas apresentadas.

De fato, a imigração clandestina era a saída para muitos andaluzes empobrecidos durante o processo pelo qual passava a região. Mesmo com a passagem subsidiada, os custos totais da emigração por vias legais eram elevados, além de toda a burocracia do processo:

Os requisitos para que um jovem de 20 anos obtivesse a autorização incluíam: cédula de identidade, autorização dos seus pais ou tutores, certidão de batismo, certificado de encontrar-se livre de toda a responsabilidade de quintas (tributos territoriais) e de haver efetuado o depósito de 1500 pesetas em espécie, certificado de não estar processado e nem com qualquer pendência judicial, expedido pelo juiz de instrução da comarca correspondente. Todos esses documentos deveriam receber os vistos do alcaide ou do funcionário responsável, no Pueblo, onde o interessado deveria pagar ainda 15 pesetas para fazer frente ao custo do papel timbrado (imposto do timbre). (CÁNOVAS, 2005, p. 52)

Na Andaluzia, a renda média anual de um grande proprietário de terra girava em torno de 18.000 pesetas. O pequeno proprietário, que possuía 10 hectares ou menos, ganhava em torno de 2000 pesetas anuais; já o camponês assalariado, apresentava um ganho médio de 900 pesetas anuais. Nesse sentido, embora estes últimos fossem, na teoria, os maiores candidatos a emigração, os custos da viagem, mesmo subsidiada, praticamente inviabilizavam a travessia⁶ (CÁNOVAS, 2005). Portanto, o perfil aproximado do emigrante espanhol que veio para o estado de São Paulo no final do século XIX e início do XX, é o do pequeno ou médio agricultor, que foi se empobrecendo ao longo do processo de desamortização de terras. Na maior parte das vezes, suas propriedades eram vendidas ou deixadas como garantias de empréstimos para os custos da viagem. Além disso, não era raro emigrar parte da família que sabia que não teria direito a herdar a propriedade – no caso, os filhos mais novos. “Sem condições de sobreviver e manter a família apenas com a exploração de sua propriedade ou sequer de alimentar qualquer expectativa quanto a uma provável melhoria nas condições de vida” (CÁNOVAS, 2005, p. 104) a imigração se apresentava como uma possibilidade viável de ter uma vida melhor. O Boletim da Direção Geral de Emigração, publicado na Espanha em 1926, descreve resumidamente as condições da maioria dos andaluzes que optam pela emigração para São Paulo:

Os andaluzes, por outro lado, seduzidos pelas promessas da propaganda que faz este Estado de São Paulo, vem com toda sua família, carregados com o peso das bocas de uma porção de pessoas menores que não podem trabalhar. Muitas vezes vendem na Espanha o pouco que possuíam para trazer a este país recursos que quase sempre se esgotam em Gibraltar, em gastos com

⁶ Os custos pessoais com a emigração podiam variar bastante. De antemão, homens em idade militar precisariam pagar 1500 pesetas como uma indenização ao Estado. Os custos apenas com a passagem giravam em torno de 600 a 800 pesetas. Além disso, há diversos outros custos, desde a expedição de documentos para a imigração, passando pelo deslocamento até a cidade portuária, além dos custos com estadia e alimentação até o momento do embarque. Custos estes que afligiam também aqueles que viajavam de forma subsidiada pelo Estado brasileiro.

hospedagem na espera do navio. (*apud* MÁRQUEZ; MARTÍNEZ, 1992, p. 17)

“Os custos do caminho legal e o tempo despendido pelos interessados para cumprir as exigências burocráticas na obtenção da autorização legal de embarque provavelmente pesaram na opção de muitos pela clandestinidade” (CÁNOVAS, 2005, p. 57). A principal saída era a emigração clandestina pelo porto de Gibraltar ou até mesmo por emigrar com a documentação falsa por Portugal. Como podemos observar na tabela abaixo, a diferença entre as estatísticas de emigrantes que saíram dos portos espanhóis e dos imigrantes que entraram no Brasil é muito evidente, chegando a quase 100 mil no quinquênio de 1910 a 1914.

Tabela 2 - Cifras de saídas por portos espanhóis e cifras de entrada no Brasil dos imigrantes espanhóis (1885-1934)

Período	Emigrantes saídos por portos espanhóis (Fonte: IGE Espanha)	Imigrantes entrados no Brasil (Fonte: DNI Brasil)	% diferencial
1885-1889	11.410	18.783	+ 65%
1890-1894	34.513	89.603	+160%
1895-1899	36.674	74.684	+104%
1900-1904	14.510	29.518	+103%
1905-1909	59.551	90.106	+51%
1910-1914	44.745	143.485	+221%
1915-1919	7.264	38.166	+425%
1920-1924	10.864	44.906	+313%
1925-1929	15.294	37.025	+142%
1930-1934	9.302	9.517	+5%
Total	248.041	575.793	-

Fonte: Cánovas (2005, p. 117)

Ainda que o processo da emigração produzisse seus custos, a possibilidade de se obter uma passagem sem pagar nada foi um incentivo fundamental na escolha para o Brasil. A empresa Antunes e Cia, casa de imigração com sede em Lisboa e filial em Gibraltar, foi encarregada de recrutar imigrantes para São Paulo. Seus agentes recorriam aos povoados e aldeias andaluzes em busca de candidatos para migrar pelo porto (inglês) de Gibraltar. Por esse porto poderia se burlar a legislação espanhola sobre a imigração. Em 1916, 58,3% vieram por Gibraltar; no ano seguinte, 65,9% (CÁNOVAS, 2005).

Como os andaluzes passavam por um processo recorrente de empobrecimento, a imigração subsidiada constituiu um elemento diferencial para atrair parte do contingente para o Brasil. Sem a utilização do subsídio, o fluxo de espanhóis se dirigia majoritariamente à Argentina e Cuba, países com raízes históricas e culturais mais próximas à Espanha. Segundo dados de Herbert Klein (1994), dos 102.800 espanhóis que passaram pela Hospedaria dos imigrantes em São Paulo entre 1910 e 1915, apenas 15% haviam pago suas passagens.

O sistema de recrutamento de imigrantes foi se aperfeiçoando com a criação de agências de propagandas que funcionavam independentemente dos consulados. A partir de 1896 essas agências atuavam informando as vantagens apresentadas pelo governo paulista que serviam de atração para os potenciais imigrantes: passagem subvencionada para toda a família para agricultores que estivessem dispostos a trabalhar em lavouras de café, alojamento gratuito ao chegar, garantia de contrato de trabalho e repatriação a cargo do Estado em caso de falecimento do principal membro da família antes de cumprir-se os dois anos do contrato. Assim, a possibilidade de conseguir esses benefícios foi um incentivo fundamental na escolha para São Paulo. Muitos escolheram esse caminho para tentar chegar ao Rio da Prata e reemigrar, sobretudo, para a Argentina. Os dados abaixo ajudam a ilustrar essa prática, demonstrando que entre 1911 e 1914, 22.457 espanhóis reemigraram pelo porto de Santos para o Rio da Prata. Em média, isso significa aproximadamente um quinto dos espanhóis que entraram durante o mesmo período, além de ser um número um pouco superior do que os espanhóis que retornavam para a Europa.

Tabela 3 - Entradas e saídas de imigrantes espanhóis pelo porto de Santos (1911–1919)

Ano	Entradas	Saídas	
		Europa	Rio da Prata
1911	17.862	1.913	2.278
1912	28.987	2.993	2.893
1913	33.066	3.604	3.985
1914	14.903	3.604	3.366
1915	4.369	2.374	2.330
1916	7.409	1.999	1.589
1917	9.691	1.383	1.940
1918	1.930	226	2.072
1919	3.773	1.197	2.004
Totais	121.990	20.310	22.457

Fonte: Cánovas, 2005, p. 149

Com efeito, durante o processo de acumulação primitiva na Espanha, livrar-se de parte de seu “exército de reserva” era de fundamental importância para amenizar os efeitos da densidade populacional e, conseqüentemente, o desemprego, evitando assim possíveis quadros maiores e mais generalizados de miséria que pudessem desencadear revoltas populares (SOUZA, 2006). Se as taxas de crescimento e densidade populacional da Espanha eram consideradas altas para o país, a Andaluzia apresentava números ainda maiores:

Tabela 4 - Densidades médias (hab./km²) da Espanha e Andaluzia (1877-1930)

Ano	Espanha	Andaluzia
1877	32,9	40,2
1887	34,7	41,8
1900	36,8	43
1910	39,4	45,8
1920	42,2	50,0
1930	50	54,3

Fonte: Cánovas (2005, p. 93)

Já no Brasil, o mesmo processo de acumulação primitiva atraiu essa força de trabalho excedente da Europa para as lavouras de café, com o intuito, sobretudo, de criar um exército de trabalhadores reservas formado por livres e libertos por aqui. Esse processo, segundo Marx, era uma forma de “regular o salário, isto é, [...] rebaixá-lo a um nível conveniente, para prolongar a jornada de trabalho e manter o trabalhador no grau desejado de dependência” (MARX, 1977, p. 65).

A ideia partilhada por muitos espanhóis, candidatos à imigração, de conseguir terras e constituir, como na Espanha, pequenas e médias propriedades a fim de prosperar, não passava de mera propaganda, uma “isca” feita em conjunto pelos agentes de imigração de ambos os países: o Estado brasileiro e os ganchos⁷ espanhóis. “Os slogans publicitários reproduziam a imagem do café como o ‘ouro negro’ e as fazendas como um ‘mar verde’.” (SOUZA, 2006, p. 11). Os slogans, de fato, não mentiam. O café era extremamente valioso e as fazendas se constituíam em verdadeiros “oceanos verdes”. No entanto, o imigrante não viria para possuir parte desses “oceanos”, mas sim, para substituir a mão de obra escravizada na produção do café.

O trabalho como colono consistia em cuidar de um número determinado de pés de café durante um ano. Em troca recebia um salário, uma pequena casa de madeira, sem solo e sem

⁷ Nome dado aos agentes recrutadores de imigrantes na Espanha.

mobiliário e a possibilidade de intercalar seus cultivos com o café, além de poder cultivar a própria horta. A colheita era um trabalho extra. Os contratos eram de dois anos, se faziam por escrito, na língua do imigrante com a presença do trabalhador, do fazendeiro, de um tradutor e de um delegado. Entretanto, o alto percentual de analfabetismo, 72% entre os espanhóis que entravam no país, poderia fazer com que os imigrantes fossem enganados. Esses contratos eram renovados sempre em dezembro. Em caso de quebra, as partes deveriam comunicar um mês antes (MARTINEZ, 1992).

Nesse contexto, os imigrantes enfrentaram penosas condições de trabalho e de tratamento. Os fazendeiros, acostumados a lidar com escravos através da violência, foram responsáveis por inúmeros casos de abusos e maus tratos aos imigrantes. Em parte das fazendas, por exemplo, o local de habitação dos imigrantes era a senzala apenas com algumas adaptações. Em 1909, o jornal espanhol *El País* descreve com pesado tom a situação dos imigrantes espanhóis nas fazendas em São Paulo:

As fazendas para a cultura de café são no Brasil, salvo raríssimas exceções, verdadeiras penitenciárias onde os colonos são presos e tratados como presidiários, submetidos a uma disciplina insuportável, a um tratamento brutal, inédito. (*apud* MARTINEZ, 1992, p. 18)

As péssimas condições de trabalho dos imigrantes nas fazendas paulistas já era um fato bastante conhecido na Europa desde o início do século. Em 1902, foi promulgado na Itália o Decreto Prinetti, que proibia a imigração subsidiada de italianos para o Brasil. Ao final da década, o governo espanhol também enviará um inspetor de imigração, Gamboa Navarro, para verificar as condições dos colonos espanhóis nas fazendas. Após a inspeção, o governo espanhol também proíbe as imigrações subsidiadas para o Brasil. Em 26 de agosto de 1910 é publicado o Decreto Real, que em seu artigo primeiro afirmava: “Desde a publicação deste decreto e até nova ordem, está proibida a emigração dos espanhóis ao Brasil com bilhete gratuito.” (*apud* MARTINEZ, 1992, p. 19) Em 1912, as atividades dos ganchos foram proibidas. Contudo, os espanhóis, sobretudo os andaluzes, pela proximidade com o porto de Gibraltar, continuaram a emigrar mesmo sem a devida autorização. Portanto, a medida do governo espanhol pouco repercutiu, tendo em vista que a entrada de espanhóis só aumenta a partir do decreto: em 1911 e 1912, são registradas respectivamente 17.862 e 28.897 entradas, frente a 13.336 entradas em 1910. Em percentuais em relação a 1910, no primeiro ano após o decreto, o desembarque de espanhóis em Santos subiu em 33% e em 1912, aumentou 116%, mais do que o dobro.

Como resposta aos decretos europeus, o governo do estado de São Paulo promulga em 27 de dezembro 1911 o Patronato Agrícola, “destinado a auxiliar as execuções das leis federais e estaduais no que concerne à defesa dos direitos e interesses dos operários agrícolas” (ALESP, 2019). Além disso, as atribuições desse órgão são:

- I. Promover por todos os meios ao seu alcance a fiel execução do decreto federal n. 6437, de 27 março de 1907, e mais disposições sobre colonização e imigração do Estado, procurando além disso, resolver, por meios suasórios, quaisquer dúvidas que por ventura surjam entre os operários agrícolas e seus patrões.
- II. Intentar e patrocinar as causas para cobrança de salários agrícolas e para o fiel cumprimento dos contratos nos termos da legislação vigente.
- III. Fiscalizar as cadernetas dos operários agrícolas, a fim de verificar si estas se revestem das formalidades prescritas pela lei federal n. 6437, de 27 de março de 1907.
- IV. Promover contra os aliciadores de colonos as providencias autorizadas por lei.
- V. Fiscalizar as agências e sub-agências de venda de passagens e de cambio aos operários agrícolas.
- VI. Levar ao conhecimento das autoridades competentes as queixas dos operários agrícolas relativamente a atentados contra a sua pessoa, família e bens.
- VII. Promover a organização e fiscalizar o funcionamento de cooperativas entre os operários agrícolas para assistência medica, farmacêutica e ensino primário.
- VIII. Promover a organização de cooperativas para os acidentes do trabalho.
- IX. Impor e promover a cobrança de multas estabelecida por esta lei.
- X. Apresentar um relatório mensal ao Secretário da Agricultura, sobre o serviço a seu cargo. (ALESP, 2019)

As principais reclamações dos colonos eram de atraso de salário, erro nos valores, melhores condições de vida e até mesmo a retenção de bens quando o colono decidia sair da fazenda ao fim do contrato. Não raro, o chefe de família buscava a ajuda de órgãos espanhóis ou de um conterrâneo letrado para procurar a algum Patronato Agrícola. Ainda que os fazendeiros tivessem maior peso nas disputas judiciais, pois “o governo de São Paulo era ele mesmo o instrumento dos fazendeiros de café” (HOLLOWAY, 1984, p. 67), a criação do Patronato Agrícola representava um avanço no direito dos imigrantes, que ao menos agora tinham um órgão para recorrer.

1.2. A região da Galícia

Diferentemente da Andaluzia, a Galícia não possui um histórico remoto de imigração. Durante os primeiros anos de colonização espanhola da América, a porcentagem de galegos entre os espanhóis imigrados não ultrapassou 4%, sendo que entre 1540 e 1559, o número foi

de aproximadamente 0,8% entre os espanhóis colonizadores. Já no século XIX, a porcentagem sobe consideravelmente. Entre 1887 e 1895, fica entre 29% e 34% e chega a aproximados 50% durante a Primeira Guerra Mundial. (CAGIAO, 1992)

Assim como na Andaluzia, desde o fim do século XVIII existe um crescimento demográfico mais elevado na Galícia do que no restante da Espanha. Paralelamente, o sistema econômico tradicional, baseado em agricultura de subsistência, entrou em crise, atrasando a industrialização na região. Assim, parte do êxodo galego explica-se pelos impactos produzidos pelo surgimento de novas relações econômicas e sociais nascidas da expansão capitalista na Espanha.

Além das mudanças de tipo estrutural, o fenômeno migratório encontrou na Galícia sólidas bases em sua estrutura fundiária, baseada em minifúndios. Pilar Cagiao (1992) chama de “mecanismo facilitador” essa maior possibilidade dos potenciais emigrantes galegos em vender ou hipotecar suas propriedades, proporcionando meios a pequenos e médios camponeses para poder realizar sua emigração sem depender tanto do subsídio. Nesse sentido, os galegos possuem maiores possibilidades econômicas para escolher seu local de destino do que os andaluzes. Entre 1887 e 1895, entre 29% e 34% dos espanhóis emigrantes eram galegos. Cifras estas que chegam a 50% nas primeiras décadas do século XX. Contudo, a maior parte os galegos foram para as Antilhas, México, Cuba, Uruguai e Argentina, representando neste último 55% dos espanhóis que ali adentraram (CÁNOVAS, 2005). Os que vieram para o Brasil optaram por outras regiões que possibilitavam uma inserção mais urbana ao grupo. No Pará ocuparam vários trabalhos urbanos, como hoteleiros, motoristas de bondes, comerciantes e industriais. No Amazonas trabalharam sobretudo na construção da linha férrea Madeira-Mamoré. No Rio de Janeiro, onde representaram 70% da colônia espanhola, também se desenvolveram no ramo da hotelaria e comércio. São Paulo, que dependia sobretudo da imigração subsidiada, foi, junto com a Bahia, um dos dois únicos estados brasileiros que a imigração galega não foi a mais hegemônica entre os espanhóis (CÁNOVAS, 2005).

No ano de 1910 foi publicada na Galícia uma cartilha para o emigrante, na qual são elencadas várias precauções financeiras àqueles que decidissem emigrar:

Uma vez decidida a viagem, nunca deve ser realizada sem um orçamento detalhado, que se um viajante abastado for notado por ordem, em um migrante com recursos limitados, quando não for contratado, é uma necessidade: o bilhete, o embarque, as despesas a bordo, desembarque, estadia, os primeiros dias que deveriam estar sem ocupação, [...] tudo deve ser adicionado e ainda acrescentar 25%, pelo menos, imprevistos, porque nada é mais angustiante do que estar em um determinado momento com necessidade e sem recursos em um lugar estranho. (*apud* CAGIAO, 1992, p. 299)

A forma e o conteúdo desse documento demonstram que, de fato, os galegos possuíam maior agência para emigrar do que os andaluzes. Ao se dirigir diretamente àqueles que escolhiam emigrar e elencar entre os custos da viagem a passagem e a sobrevivência no novo país nos primeiros dias sem emprego, a cartilha é voltada justamente para quem buscava imigrar por meios próprios. Para quem apresentava essa condição, alguns condicionantes eram fundamentais para a escolha do local de destino: a situação dos países receptores, as possibilidades de trabalho e de ascensão social, proximidade cultural, custo da viagem e relações de proximidade ou parentesco com outros imigrantes são os principais fatores a ser levados em conta na hora de escolher para onde ir. Portanto, para a imigração galega, o fator preponderante para a escolha do interior de São Paulo foi a presença de redes migratórias, à medida que a maior parte do grupo veio através de recursos próprios.

1.3. A presença espanhola no interior de São Paulo: uma visão geral

O estado de São Paulo foi, de longe, o que mais recebeu imigrantes espanhóis. Segundo as estatísticas que contabilizam somente as entradas legais, entre 1885 e 1929, o estado recebeu aproximadamente 380 mil espanhóis (MARTINEZ, 2000). Em um outro recorte temporal, feito por Camargo (1952, ver Tabela 5), que leva em consideração os anos de 1920 e 1940, é verificada a presença de 292.434 espanhóis em São Paulo, contra 29.680 do Distrito Federal, segunda localidade que mais os recebeu. Nesses mesmos anos, todos os estados juntos, somados, apresentam 74.605 entradas, menos da metade do número que chegou em São Paulo. Em percentuais, isso significa que 78% dos espanhóis vieram para o estado de São Paulo, maior concentração entre todos os grupos de imigrantes europeus na região (KLEIN, 1994, ver Tabela 6).

Além da quantidade, há outra diferença fundamental entre São Paulo e os demais estados: a distribuição. Enquanto nos demais, a maioria se concentrou nas capitais, sobretudo em áreas urbanas, em São Paulo, a grande maioria se dirigiu para o interior, para as lavouras de café. Ainda nos dados de 1920, dos 195.575 espanhóis que entraram no estado este ano, 172.673 se dirigiram para o interior. Em 1940, dos 159.509 que passaram pela hospedaria, 124.373 também se inseriram no interior (BERLINI, 1999). Assim, pode-se dizer mais especificamente que a grande maioria dos espanhóis residentes no Brasil até um pouco depois de 1940 viviam no interior de São Paulo. Portanto, analisar a inserção desse grupo de imigrantes nesta região específica é de fundamental para a compreensão da colônia espanhola no país.

Tabela 5 - Presença de espanhóis no Brasil por estado em 1920 e 1940

Estado	1920	1940	Total
São Paulo	171.289	121.145	292.434
Distrito Federal	18.221	11.459	29.680
Rio Grande do Sul	5.359	2.675	8.034
Rio de Janeiro	4.900	2.221	7.121
Paraná	1.817	3.190	5.007
Bahia	2.489	2.046	4.535
Pará	3.355	1.065	4.420
Espírito Santo	1.055	405	1.460
Amazonas	986	322	1.308
Pernambuco	1.014	201	1.215
Santa Catarina	806	144	950
Mato Grosso	570	319	889
Goiás	192	127	319
Acre	97	18	115
Maranhão	65	35	100
Ceará	23	44	67
Alagoas	38	24	62
Sergipe	20	11	31
Rio Grande do Norte	19	8	27
Paraíba	13	6	19
Piauí	5	9	14
Total	219.142	147.897	367.039

Fonte: Adaptado de Camargo (1952)

Tabela 6 - Distribuição da população estrangeira no Brasil em 1920, dados de São Paulo

Origem	% em São Paulo	Número total no Brasil
Espanhóis	78,2%	219.142
Italianos	71,4%	558.405
Portugueses	38,6%	433.577
Japoneses	87,3%	27.976
TOTAL	100%	1.565.961

Fonte: Adaptado de Klein (1994)

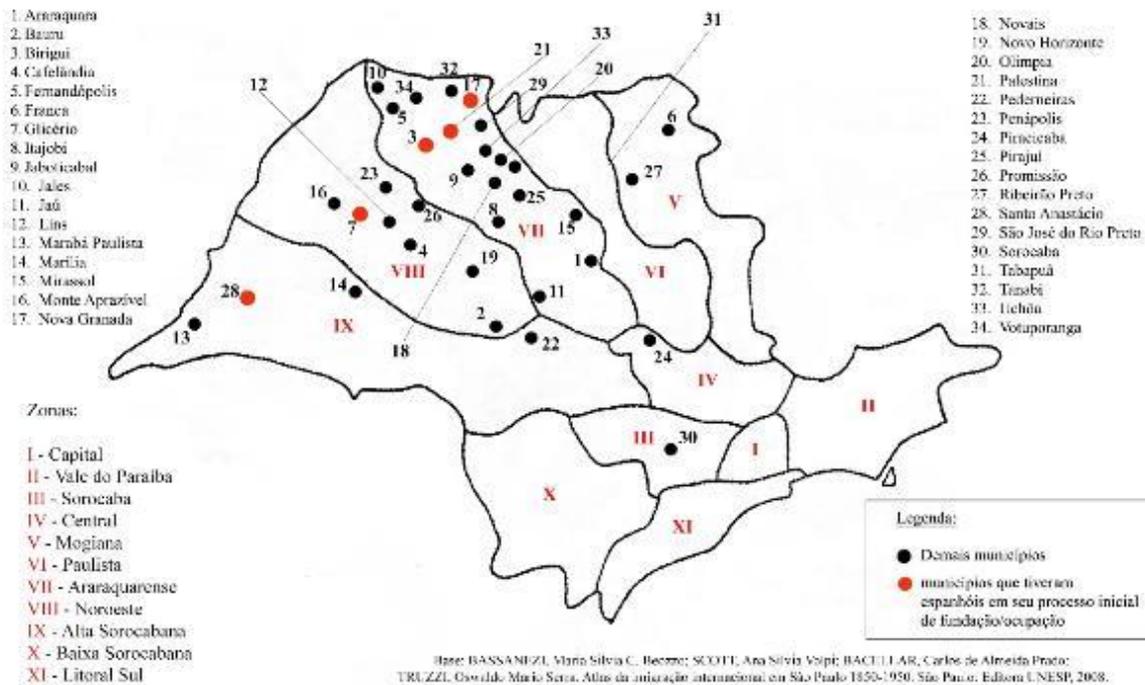
O ponto do qual precisamos partir para compreender a inserção dos espanhóis no interior de São Paulo é que este grupo chegou ao estado posteriormente aos italianos, realizando assim o que José de Souza Martins (1989) classifica como uma imigração tardia. Segundo o autor, enquanto a grande maioria dos italianos imigrou para o Brasil ao final do século XIX com o objetivo de substituir a mão de obra escrava, os espanhóis chegaram majoritariamente entre 1905 e 1920, quando o Brasil já sentia o efeito do Decreto Prinetti, que proibia a imigração de italianos subsidiada pelo governo brasileiro. Nesse momento, muitos italianos estavam retornando a seu país ou reemigrando para a Argentina ou Uruguai. Assim, pode-se dizer que os espanhóis vieram também para substituir os italianos como mão de obra nas lavouras de café.

Essa imigração tardia impactou tanto na inserção quanto na mobilidade do grupo no interior de São Paulo. Por terem chegado mais tarde, não alcançaram a fase tão próspera da cultura do café e foram obrigados a se dirigirem, majoritariamente, para as zonas pioneiras, mais a oeste do estado. Segundo Beatriz Medeiros de Melo:

era menor o tempo de que o colono dispunha para o cultivo dos artigos que serviam a subsistência da família, prejudicando ora os rendimentos com o trabalho nos cafezais, ora as possibilidades de diminuição de custos com a subsistência e mesmo a comercialização dos excedentes desta produção, que complementava a renda das famílias (2013, p. 74).

Podemos observar esse padrão de inserção ao cruzarmos os dados fornecidos pelo Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950 (BASSANEZI *et al.*, 2008) com informações bibliográficas sobre diversos municípios do interior de São Paulo que apontam alguma relevância da presença dos imigrantes espanhóis nesses municípios. Dos 34 municípios levantados, a grande maioria se encontra nas zonas novas:

Figura 2 - Mapa apresentando panorama geral dos espanhóis no interior de São Paulo (1920)

Tabela 7 (continua) - Dados do Censo de 1920 sobre os municípios com presença espanhola mais relevantes⁸

Município	Habitantes	Espanhóis	Estrangeiros	% por hab.	% por estrangeiro	Zona pertencente
Araraquara	48.119	1.919	12.469	4%	15%	Araraquarense
Bauru	20.386	1.690	4.537	8%	37%	Noroeste
Penápolis (Birigui, Glicério e Promissão)	43.871	4.275	12.743	10%	34%	Araraquarense
Pirajuí (Cafelândia)	12.929	2.973	7.586	23%	39%	Araraquarense
Franca	44.308	2.281	6.193	5%	37%	Mogiana
Itajobi	18.653	1.096	3.906	6%		Araraquarense
Jaboticabal	51.941	3.078	12.250	6%	25%	Araraquarense
Jaú	45.586	4.505	10.889	10%	41%	Araraquarense
Lins	12.692	527	3.061	4%	17%	Noroeste

⁸ Os municípios de Fernandópolis, Jales, Marabá Paulista, Marília, Novais, Palestina, Santo Anastácio e Votuporanga realizaram seu processo de emancipação após 1920, não constando nos dados do censo nem como distrito. Os atuais municípios de Birigui, Glicério, Promissão, Cafelândia, Mirassol, Monte Aprazível, Nova Granada, Tanabi e Uchôa aparecem no censo como distritos dos municípios os quais acompanham na tabela.

Tabela 7 (conclusão) - Dados do Censo de 1920 sobre os municípios com presença espanhola mais relevantes

Município	Habitantes	Espanhóis	Estrangeiros	% por hab.	% por estrangeiro	Zona pertencente
Rio Preto (Mirassol, Monte Aprazível, Nova Granada, Tanabi e Uchôa)	126.796	8.570	22.404	7%	38%	Araraquareense
N. Horizonte	13.813	897	1.662	6%	54%	Noroeste
Olímpia	45.046	2.578	8.117	6%	32%	Araraquareense
Pederneiras	28.488	1.742	4.186	6%	42%	Noroeste
Piracicaba	67.732	2.877	12.085	4%	24%	Central
Ribeirão Preto	68.838	5.407	21.748	8%	25%	Mogiana
Sorocaba	43.323	2.867	6.306	7%	45%	Sorocabana
Tabapuã	14.538	2.022	3.999	14%	51%	Araraquareense

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi; Francisco (2002)

Aproximadamente⁹ 18 municípios fazem parte da zona Araraquareense (Araraquara, Birigui, Fernandópolis, Itajobi, Jaboticabal, Jales, Jaú, Mirassol, Nova Granada, Novais, Olímpia, Palestina, Pirajui, São José do Rio Preto, Tabapuã, Tabani, Uchôa e Votuporanga) e oito fazem parte da zona Noroeste (Bauru, Cafelândia, Glicério, Lins, Monte Aprazível, Novo Horizonte, Penápolis e Promissão). Apenas um município (Piracicaba) está na Zona Central, mais antiga. Vale ressaltar que há forte presença de espanhóis na fundação de cinco municípios entre esses: Birigui, Glicério, Nova Granada, Palestina e Santo Anastácio. Todos eles a extremo oeste do estado.

É possível dizer, portanto, que a imigração espanhola coincidiu com a expansão do café para o oeste novo. Segundo Henry Marcelo Martins da Silva (2013, p. 5), em 1920, 49,9% dos 133.749 espanhóis que viviam no interior de São Paulo estavam nas zonas novas, contra 31,9% dos italianos e 27,2% dos brasileiros. Os espanhóis encontravam-se, sobretudo, nas regiões Araraquareense, Alta Sorocabana e Noroeste.

⁹ São dados aproximados cruzando mapas, à medida que não foi encontrado esse dado em fontes e/ou referências bibliográficas para grande parte dos municípios. Sobretudo as regiões de fronteira entre zonas podem apresentar alguma distorção com a realidade.

É muito comum os estudos migratórios estudarem a movimentação entre a região de origem e a região de destino. Trabalhos que demonstrem as trajetórias percorridas pelos imigrantes tanto no país de origem quanto no país de destino são raros¹⁰. Segundo Truzzi e Volante (2019), essa leitura pode captar uma imagem artificialmente estática da realidade:

Estática no sentido de que em geral pressupõem que as famílias constituintes de um determinado grupo étnico sempre estiveram naquela localidade desde que realizaram a migração transatlântica, quando na verdade elas normalmente se movimentaram com certa frequência muito antes de se estabelecerem em áreas – sejam urbanas ou rurais – de um determinado município. (2019, p. 161-162)

A chegada dos espanhóis, mais tardia, coincide com o processo de expansão das fronteiras do interior do estado de São Paulo, mais especificamente, com o deslocamento progressivo da frente pioneira. Assim, a maioria da trajetória dos espanhóis em São Paulo é marcada por essa mobilidade espacial que acompanha esse deslocamento de fronteiras.

Segundo Márquez e Martínez (1992) os andaluzes foram importantes nesse processo de ampliação das fronteiras para o interior. A forma de ingresso dos andaluzes ao mercado de trabalho paulista era quase sempre como colonos nas fazendas de café. Quando algumas variáveis eram efetivadas – mais de dois membros da família aptos para o trabalho e produção de gêneros alimentícios na horta familiar que permitisse a subsistência sem gastos – os colonos conseguiam poupar uma pequena quantia de capital que permitia a possibilidade de trabalharem como empreiteiros. A tarefa destes era justamente atuar, a serviço dos cafeicultores, na incorporação e no preparo para o plantio de novas terras além da fronteira. O trabalho era duro, constante e sacrificante. Por cinco anos, nada recebiam pelo trabalho. Contudo, ficavam com o lucro da primeira colheita, o que era uma maneira de amealhar uma pequena fortuna, obter independência e comprar o próprio lote de terras. As autoras afirmam que foram os andaluzes os primeiros imigrantes a avançar as fronteiras, descritos pelo Boletim de Emigração de 1926 como “a vanguarda do trabalho e da civilização que avança no que até pouco tempo era lugar abandonado aos índios e as feras” (*apud* MÁRQUEZ; MARTÍNEZ, 1992, p. 20).

Em 1905, os espanhóis possuíam apenas 476 propriedades agrícolas em São Paulo, o que representava apenas 1.1% das propriedades nessa região. A título de comparação, nesse mesmo ano, os italianos já possuíam 14,3% das fazendas do estado (KLEIN, 1994). Já em 1932, com a chegada de mais espanhóis, somado a expansão da fronteira, o grupo conta com 8.930 propriedades rurais pelo interior, sendo 72,2% pertencentes a zona nova (MÁRQUEZ;

¹⁰ Isso se dá, sobretudo, pela dificuldade em encontrar fontes que traduzam esses percursos.

MARTÍNEZ, 1992). Nesse sentido, se desenvolve um mercado de venda de terras no interior, muitas vezes realizadas por espanhóis, ou como proprietários, ou – na maioria das vezes – como representantes. O jornal *Diario Español*, periódico étnico dedicado aos espanhóis residentes no estado de São Paulo¹¹, veicula ao longo de suas edições inúmeras propagandas de vendas de terras nas zonas novas: Birigui, Penápolis, Bebedouro, São José do Rio Preto, Assis e Nova Europa são alguns dos municípios pelos quais existem muitos anúncios de vendas de terras destinadas à colônia espanhola. Para tal, os textos apresentam alguns atrativos: representantes de vendas espanhóis, depoimentos de membros da colônia que residem na região, estrutura existente e até mesmo apelam para superlativos, como chamar as regiões de “Eldorado brasileiro” ou de “Nova Espanha”.

A título de exemplo, a edição do dia 16 de maio de 1914 apresenta uma grande matéria sobre “a zona de Birigui”. O texto diz que essa região, que conta com 12 mil quilômetros quadrados, compreende uma “zona agrícola riquíssima, exuberante e de salubridade comprovada”. Além disso, aponta que nos 18 meses que tem de existência, Birigui já conta com um hotel, fundado por um espanhol chamado Francisco Galindo de Castro. O jornal afirma que “não cansa de aconselhar aos compatriotas que aspiram a realização de sua independência por meio do trabalho e contam com algumas economias, que visitem a zona de Birigui e adquiram alguns lotes de terreno”. As terras, segundo o texto, são utilizadas para plantar tanto café, quanto arroz, quanto cana-de-açúcar, sendo comparável “as melhores e mais escolhidas terras de Cuba”. A matéria ainda apresenta algumas imagens da região (*DIARIO ESPAÑOL*, 16 mai. 1914)

¹¹ Tratarei mais especificamente do jornal no capítulo 2 da presente tese.

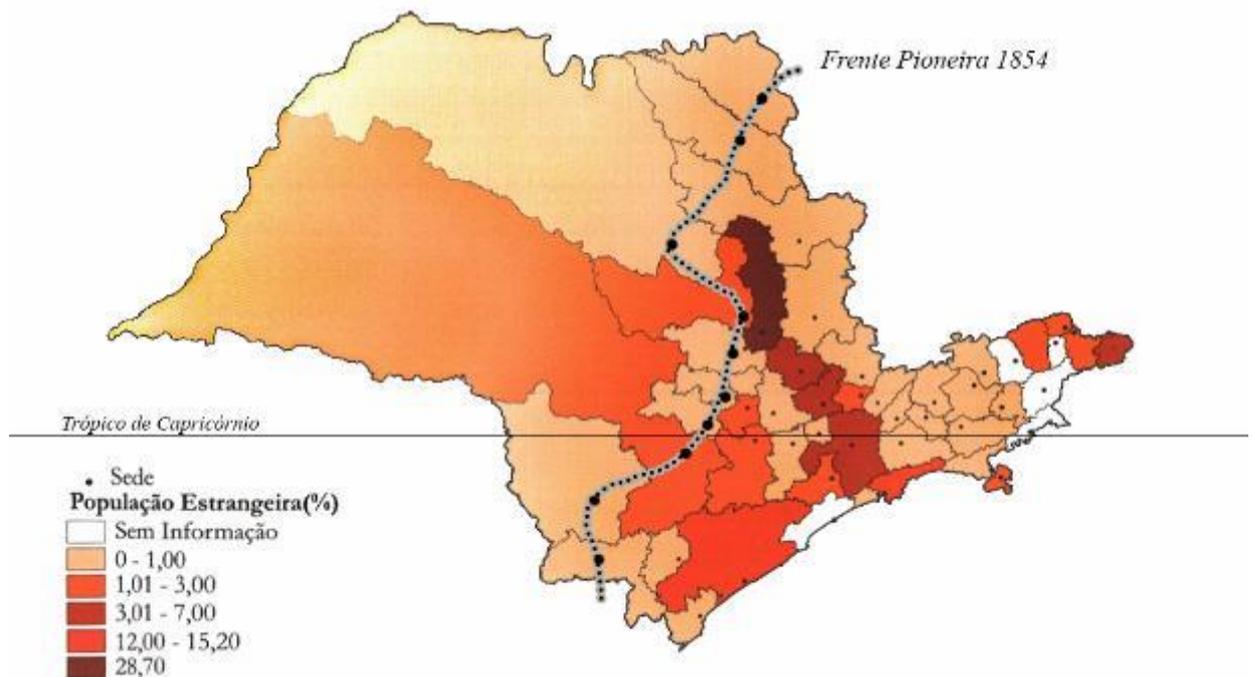
Figura 3 - Matéria do periódico *Diário Español* sobre venda de terras em Birigui



Fonte: *Diário Español* (16 mai. 1914)

Truzzi e Volante (2019) ilustram graficamente o deslocamento progressivo da fronteira rumo as chamadas zonas novas do oeste paulista. Em 1854 (Figura 4) a fronteira da área colonizada do interior do estado, bem como a população estrangeira, se limitava a uma região mais central, composta pelos municípios de Franca, Batatais, Araraquara, Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Tatuí, Itapetininga, Itapeva e Apiaí (TRUZZI, VOLANTE, 2019, p. 169).

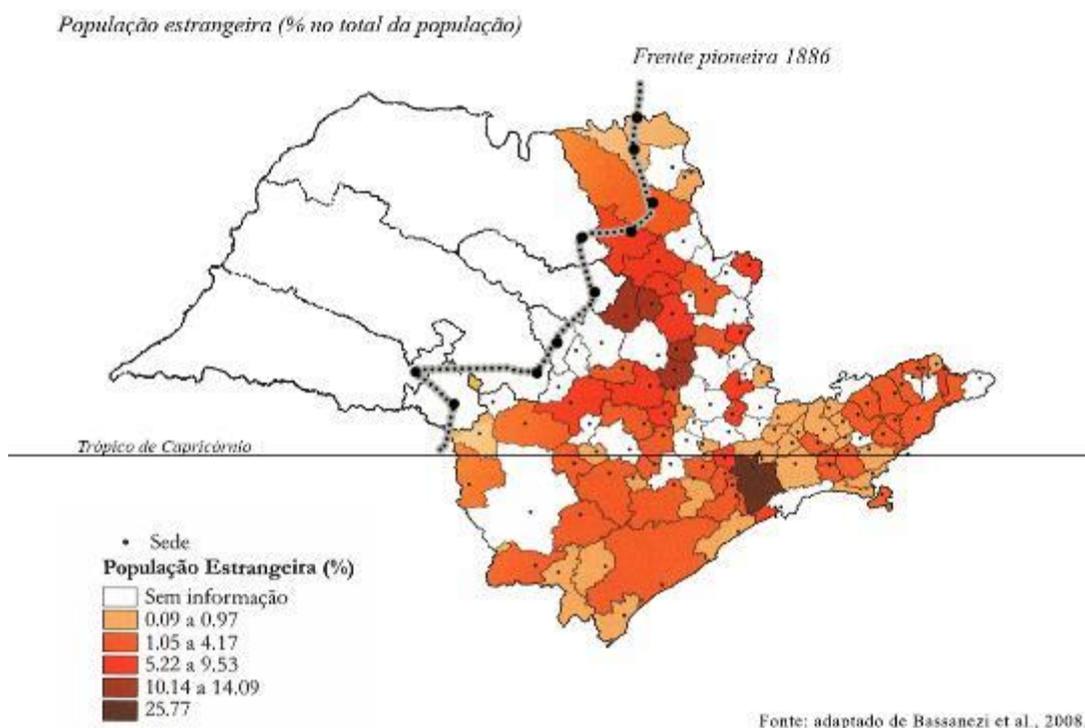
Figura 4 - Frente pioneira e população estrangeira por município em 1854



Fonte: TRUZZI, VOLANTE, 2019.

Em 1886 (Figura 5) a fronteira é deslocada ligeiramente à oeste, englobando os municípios de Igarapava, Ituverava, Batatais, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Araraquara, Jaú, Lençóis Paulista, Campos Novos Paulista e Santa Cruz do Rio Pardo (TRUZZI, VOLANTE, 2019, p. 169)

Figura 5 - Aproximação da frente pioneira e população estrangeira por município em 1886

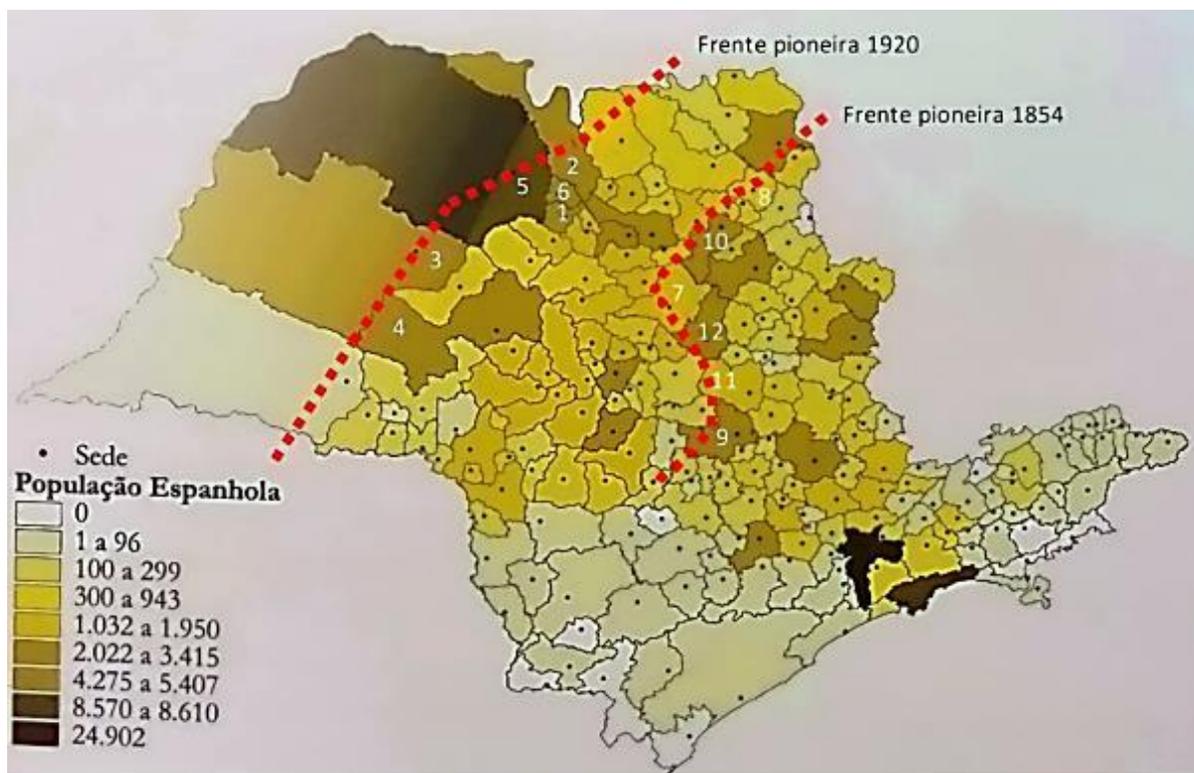


Fonte: adaptado a partir de Bassanezi *et al.*, 2008

Já em 1920, ano em que a presença espanhola no interior de São Paulo já passa a ser maior, a fronteira se desloca de maneira considerável à oeste, abrangendo os municípios de Barretos, Olímpia, São José do Rio Preto, Penápolis e Conceição do Monte Alegre (TRUZZI, VOLANTE, 2019, p. 161). É possível observar uma concentração maior de espanhóis no noroeste do estado. Selecionando especificamente os municípios de Catanduva, Olímpia, Penápolis, Pirajuí, São José do Rio Preto e Tabapuã, verificamos uma presença maior de espanhóis do que italianos e portugueses em cinco desses seis municípios, sendo que esses seis municípios somados apresentam um total de 22.382 espanhóis, para 20.997 italianos e apenas 8.202 portugueses. A título de comparação com outra região, ao selecionarmos seis municípios de uma região mais central do estado – Araraquara, Batatais, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Claro e São Carlos - que compõe as etapas anteriores do processo de expansão das fronteiras, o resultado é bem diferente. Os italianos apresentam a maioria em todos os municípios e os portugueses são mais numerosos que os espanhóis em metade deles. Somando os seis

municípios, os números apresentam uma larga vantagem para os italianos: 39.372 contra 13.810 espanhóis e 9.844 portugueses (ver Tabela 8).

Figura 6 - Avanço da frente pioneira e população espanhola por município em 1920 (destaque para municípios analisados nas tabelas abaixo)



Fonte: adaptado a partir de TRUZZI, VOLANTE (2019) e BASSANEZI *et al.* (2008)

Tabela 8 - Quantidade de espanhóis, italianos e portugueses no noroeste paulista em 1920

Município	Nacionalidade		
	Espanhóis	Italianos	Portugueses
Catanduva (1)	2.060	1.775	589
Olímpia (2)	2.578	3.696	1.352
Penápolis (3)	4.275	3.714	1.570
Pirajuí (4)	2.877	2.361	740
Rio Preto (5)	8.570	8.278	3.507
Tabapuã (6)	2.022	1.173	444
Total	22.382	20.997	8.202

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Tabela 9 - Quantidade de espanhóis, italianos e portugueses no centro-oeste paulista em 1920

Município	Nacionalidade		
	Espanhóis	Italianos	Portugueses
Araraquara (7)	1.919	5.775	2.915
Batatais (8)	350	2.225	376
Piracicaba (9)	2.877	7.387	651
Rib. Preto (10)	5.407	10.907	2.706
Rio Claro (11)	1.116	4.843	1.248
S. Carlos (12)	2.141	8.235	1.948
Total	13.810	39.372	9.844

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Para ilustrar essa questão, apresentarei a seguir seis percursos de famílias que acabaram por se fixar em regiões da zona nova: a família Lahóz, de Catanduva; a família Bravo Del Val, de Santo Anastácio; e a família Perez Muñoz, de Santa Fé do Sul; a família Ruiz Pelegrina, de Bauru; e as famílias Muñoz Gil, Calvo Garcia e Rodrigues Blanco, de Olímpia.

Figura 7 – Trajetória da família Lahóz (Catanduva)



Fonte: entrevista com Alberto Lahóz, 09/06/2016, Catanduva/SP

A trajetória da Lahóz aqui no Brasil começou em 1892, quando Manoel Lahóz e Adelaide Jodas Barbero chegam em Santos, vindos da cidade de Nerja, em Málaga. Segundo relato de Alberto Lahóz, o casal imigrou para o Brasil pois Manoel era pobre e o pai de Adelaide, capitão da esquadra espanhola, por não aprovar o romance, deserdou-a e passou a perseguir Manoel. Chegando ao país, são encaminhados através da Hospedaria dos Imigrantes como colonos para uma fazenda em Bocaina. Em 1909, um de seus filhos, Jose Angel Lahóz, consegue amealhar 3 contos de réis e comprar 10 alqueires de terras ainda em mata virgem, já na região de Catanduva, de uma companhia de colonização de Araraquara. Jose segue para a região sem a família para derrubar a mata, construir uma casa e plantar os primeiros pés de café. Em 1911, volta para buscar a família. Pouco tempo depois, adquire mais 15 alqueires de fazenda. Em 1924, compra máquina de beneficiamento de café, um caminhão para transporte, além de dois sítios vizinhos, o que demonstra mobilidade social ascendente.

Figura 8 – Trajetória da família Bravo Del Val (Santo Anastácio)



Fonte: Memorial dos Municípios (2017)

O percurso traçado pela família Bravo Del Val tem um início um pouco diferente. Em 1910, Francisco Bravo Del Val, oriundo do município de Lorca, na província de Múrcia, desembarca no Rio de Janeiro e segue para Descalvado, já no interior de São Paulo, onde trabalha como colono até 1917. Nesse mesmo ano, parte para Penápolis com o objetivo de adquirir um sítio. Entretanto, Francisco é informado nesse município que com a mesma quantia

conseguiria comprar maior quantidade de terras na região de Santo Anastácio. Assim, segue para a região, onde consegue adquirir 50 alqueires e se torna um dos primeiros habitantes dali.

Figura 9 – Trajetória da família Perez Muñoz (Santa Fé do Sul)



Fonte: entrevista com Jaime Perez Muñoz, 02/03/2017, Santa Fé do Sul/SP

A trajetória da migração da família Perez Muñoz iniciou em meados da década de 1910, quando Joaquim Muñoz e Ana Maria Baños se estabeleceram como colonos em uma fazenda em São José do Rio Preto. Na década de 1920, o casal era proprietário de um sítio de 30 alqueires em Tanabi. Em 1924, através de cartas, chamaram à imigração a filha, Ana Maria Baños e o genro, Jaime Perez Lopes, que chegaram ao país neste mesmo ano. Em 1937, Joaquim Muñoz falece e sua esposa vende o sítio em Tanabi e reparte a herança com os filhos. Em 1942, Ana e Jaime, com o dinheiro da herança, compram um sítio de 10 alqueires em Votuporanga. No mesmo município, em 1951, Ana e Jaime conseguem comprar um sítio maior, com 20 alqueires. O filho, Jaime Perez Muñoz – neto de Joaquim e Ana – consegue comprar seu sítio, de 15 alqueires, em 1956, no município de Santana da Ponte Pensa, propriedade esta que possui até hoje.

Figura 10 – Trajetória da família Ruiz Pelegrina (Bauru)



Fonte: CARVALHO (2001)

A história da imigração da família Ruiz Peregrina se inicia ao final do século XIX. No ano de 1892, Simphoriano Cara Bella e Dolores Ruiz Blanco partiram da cidade de Messina Bombaron, no Sul da Espanha, com destino ao Brasil. A única garantia do futuro que possuíam era uma carta de chamada, que lhes assegurava trabalho e alojamento na lavoura de café da Fazenda Corumbá, no povoado de Bauru (SP), município de Espírito Santo da Fortaleza, na Serra dos Agudos. Também por carta de chamada de Dolores, seu irmão, Gabriel Ruiz Blanco e sua cunhada, Adelaide Venegas Pelegrina, também vieram para o Brasil, acompanhado por seus sete filhos, nos últimos anos do século XIX. Entretanto, a família não se adaptou ao clima quente da região e se mudou para Mendonza, na Argentina. Já em 1914, Manoel e José Ruiz Pelegrina, dois dos filhos de Gabriel e Adelaide, retornam para Bauru por conta de uma forte bronquite de Manoel. José Ruiz casou-se em 1916, com Dolores Cara Ruiz, sua prima, filha dos tios que o acolhera. No mesmo ano, montou uma fábrica de banha, a qual, na década de 1920, substituíra por uma fábrica de meias. (CARVALHO; CARVALHO, 2001)

Figura 11 – Trajetória da família Muñoz Gil (Olímpia)



Fonte: entrevista com Claudina Gil e Miguel Gil, 23/01/2018, Olímpia/SP

Já as trajetórias das famílias Muñoz e Gil partem do mesmo lugar na Espanha, chegando até a Olímpia, onde se unem por matrimônio. A família Muñoz saiu de Aldeia de lo Bispo, Salamanca, para Olímpia por carta de chamada para trabalhar na fazenda de um primo, espanhol, chamado Agapito Cañada. Partindo do mesmo lugar, a família Gil chegou inicialmente em Bebedouro, para trabalhar como colonos. Por já virem da Espanha com certa reserva financeira, rapidamente conseguiram adquirir terras em Olímpia, formando uma grande fazenda. Para construir a sede da fazenda, José e Paula Ruiz Gil contratam Alexandre Muñoz como pedreiro. Em seguida, Felicidad Muñoz, filha de Alexandre, se casa com Roque Gil, filho de José e Paula, unindo as famílias por laços matrimoniais.

Figura 12 – Trajetória da família Calvo Garcia (Olímpia)



Fonte: entrevista com Elzira Calvo Baraldi, 22/01/2018, Olímpia/SP

Em 1908, as famílias de Eugênio Calvo e Almiración Garcia, ainda crianças, foram da Espanha para a Argentina. Em 1919 vieram para o Brasil para trabalhar como colonos em lavouras de café. A família Garcia veio para uma fazenda em Colina, próximo a Barretos. Já a família Calvo veio para a região de Monte Azul Paulista, relativamente próxima a Colina. Em um baile neste município, Eugênio e Almiración se conheceram e, posteriormente, se casaram. Tempos depois, o patriarca da família Calvo compra uma chácara de frutas de 10 alqueires em Olímpia, onde o casal viveria dali em diante. Já a família Garcia adquire uma fazenda de café em Garça, próximo a Marília.

Figura 13 – Trajetória da família Rodrigues Blanco (Olímpia)



Fonte: entrevista com Eloy Rodrigues Blanco, 23/01/2018, Olímpia/SP

Por fim, temos a trajetória de imigração da família Rodrigues Blanco. No final do século XIX, Eloy Rodrigues Alvar partiu da Galícia para a Argentina por não ter recebido terras na partilha de bens da família. Ao encontrar dificuldades na Argentina, Eloy decide reemigrar para o Brasil, chegando até Rio Claro e, em seguida, buscando trabalho na região de Olímpia, “fim da linha do trem”, nas primeiras décadas do século XX. A partir de 1910, Eloy começa a trazer a família, através de cartas de chamada. Sua esposa, que havia ficado na Espanha, falece um pouco antes da viagem e Eloy tem de retornar a Galícia para buscar seu filho, Benito. Acaba retornando e trazendo sua irmã, Flores. A partir de então, outros membros da família passam a imigrar diretamente para Olímpia por conta de cartas de chamada de Eloy, que também é um dos membros fundadores da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos do município.

É interessante notar que dos seis percursos apresentados, cinco apresentam trajetórias de migração internas no interior do estado. Apenas o percurso da família Ruiz Pelegrina não apresenta essa característica. Dos percursos migratórios analisados em Bauru, a maioria também não apresenta migração interna. Os imigrantes espanhóis que ali se encontram já foram diretamente para Bauru, grande parte deles através de cartas de chamada de amigos ou parentes, o que indica que possuir redes no local era um forte fator de inserção e estabelecimento (SOBREIRA, 1999; D’ÁVILA, 2001).

As análises realizadas também demonstram que o percurso Espanha-Argentina-Brasil, sobretudo entre os galegos, era mais comum do que aponta a bibliografia clássica sobre o tema. Segundo essa literatura, a preferência dos espanhóis pela Argentina fazia com que muitos desses viessem inicialmente para o Brasil, aproveitando-se das facilidades do subsídio, para em seguida migrar para Argentina. Entretanto, como visto, há também vários casos que apresentam a trajetória inversa, bem como a ida para Argentina e o retorno para o Brasil¹².

Com efeito, a característica mais comum dos percursos analisados é a inserção mais a oeste do interior de São Paulo. Como visto, o *timing* de chegada da grande maioria dos espanhóis é um pouco posterior a dos italianos, o que acaba por coincidir com a expansão das fronteiras do interior paulista. Quanto mais a oeste, mais barata a terra. Assim, adquirir uma propriedade não era sonho impossível. Muito pelo contrário. A maioria das famílias estudadas nessa tese conseguiram se tornar proprietárias, seja no meio rural ou urbano, logo na primeira geração.

A questão das oportunidades de ascensão social dos imigrantes estrangeiros – sobretudo a partir do acesso à propriedade rural - que chegaram ao país no período estudado constitui-se em um dos temas mais polêmicos tratados pela sociologia histórica das migrações (FAUSTO, 1991). Há, com efeito, duas interpretações opostas sobre as oportunidades de mobilidade social do imigrante. A interpretação mais clássica, encontrada em Michael Hall (1969), Warren Dean (1977) e José de Souza Martins (1979), sustenta que as condições econômicas dos imigrantes colonos, somada à conjuntura interna pós Lei de Terras de 1850, quase sempre impossibilitava a ascensão do grupo.

Há também pesquisadores que adotam e demonstram a perspectiva contrária. Para Thomas Holloway (1984), o imigrante teve uma “existência viável”, devido à ampla disponibilidade de terras, sobretudo em regiões de fronteira. Segundo o autor, a quantidade de terras disponíveis era muito maior do que as elites cafeicultoras locais poderiam utilizar. Deste modo, os imigrantes conseguiram, mesmo com dificuldades, economizar para comprar uma pequena propriedade. Maurício Font (2010) vai além: para o sociólogo, os imigrantes tiveram um papel fundamental no fomento de um mercado interno paulista, desvinculado da produção

¹² A partir década de 1870, a Argentina passou por um período de intenso crescimento econômico, pautado pela abertura para o mercado Europeu. Esse modelo atraía capitais, mercadorias e, conseqüentemente, mão de obra imigrante. Entretanto, esse sistema entrou em decadência a partir de novembro de 1890, quando a Inglaterra passa a cessar a transferência trimestral de fundos para a Argentina pagar os fartos empréstimos internacionais que utilizava para sustentar seu crescimento. A partir de década de 1910, a crise se agrava por conta da Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, chega a seu ápice com a quebra da bolsa de Nova York em 1929. Esse processo pode auxiliar na compreensão desse movimento de migração de espanhóis da Argentina para o Brasil durante esse período. (LENZ, 2006)

cafeeira para a importação, que ajudava a compor uma realidade socioeconômica mais complexa. Realidade esta que, por sua vez, criava novas possibilidades para a composição de uma “nova” elite paulista, não diretamente ligada ao café e que permitia a presença do imigrante.

Especificamente sobre o *background* e a mobilidade dos imigrantes espanhóis, a bibliografia clássica sobre o tema aponta que os espanhóis que emigraram para o Brasil eram os desfavorecidos economicamente. Nas interpretações de Martinez (2000), Klein (1994) e Martins (1989), o espanhol que emigrava para o Brasil, era aquele que pertencia aos estratos mais baixos da população daquele país. Essa conclusão se dá pelo fato do Brasil não figurar como primeira opção do emigrante espanhol, que via de regra, se tivesse condições econômicas de emigrar por meios próprios, preferiria Argentina ou Cuba, países com a sua língua de origem. Assim, segundo os autores, o principal fator de atração para a imigração espanhola ao Brasil era o subsídio. Portanto, a maioria dos espanhóis que aqui entraram, optaram pela imigração subsidiada:

A alternativa de emigrar só foi escolhida a partir do momento em que se tornou possível fazê-lo gratuitamente. Esta foi uma característica decisiva de emigração espanhola: só iriam para as fazendas aqueles que não tinham dinheiro para comprar uma passagem que lhes permitisse emigrar para a Argentina, o Uruguai ou Cuba. Portanto, pode-se inferir que emigraram para São Paulo os mais carentes, aqueles que não podiam assumir os custos da viagem para a família (MARTÍNEZ, 2000, p. 251).

Já para Vázquez (1992) e Cánovas (2005), a realidade era outra: a maioria dos espanhóis que migraram para o Brasil era de pequenos proprietários estabelecidos, mas que contavam com uma limitada possibilidade de ascensão econômica na Espanha. Muitos deles, inclusive, deixavam suas terras e casas como garantia no país de origem para conseguir empréstimos para a viagem.

Vázquez (1992) aponta que há uma relação íntima entre pequena propriedade e imigração. Para o autor, o pequeno proprietário era o tipo ideal para emigrar, afinal, a pequena propriedade era insuficiente para manter a família e ter mobilidade social na Espanha, mas era suficiente para cobrir os custos da viagem e começar uma nova vida na América. Como visto anteriormente, o custeio da passagem foi um fator indispensável para emigrar. Entretanto, a passagem não era o único item que formava o custo total da operação. Há também os custos burocráticos, o deslocamento ao porto, os gastos de equipamento para viagem, a hospedagem até a data da emigração, o tempo de trabalho perdido nesse processo, entre outros. Vázquez

aponta que “em situações de crise, o pequeno camponês poderia hipotecar ou vender para financiar sua emigração” (1992, p. 205).

Apesar do autor apontar que esse imigrante com um pouco mais de capital teria mais liberdade para escolher para onde migrar e de sabermos que a depender da quantia levantada nesse processo, o Brasil não figurava como a primeira opção, Vázquez afirma que no processo de imigração para a América, havia pouco espaço para os espanhóis extremamente pobres. Assim, apesar dos trabalhadores do campo que não possuíam terra terem maior necessidade de migrar, o processo era realizado, em geral, por aqueles que conseguiam algum meio de financiar a viagem. Mesmo entre aqueles que tinham sua passagem subsidiada. Em que pese essa divergência sobre a posição social do imigrante na Espanha, os autores apresentam um consenso ao dizer que o grupo apresentava um maior *background* agrícola.

A imigração espanhola se constitui em uma imigração tardia. Isso fez com que os espanhóis se inserissem em sua maioria, nas regiões mais a (nor)oeste do interior de São Paulo. Muitas vezes, como visto em exemplos de trajetórias familiares apresentadas, os espanhóis trabalhavam um tempo como colonos e/ou empreiteiros em regiões mais centrais e amalhavam um capital para comprar terras mais baratas a (nor)oeste. Por ainda ser uma região de fronteiras abertas, o interior de São Paulo era atrativo para os imigrantes. Ainda que houvesse dificuldades em se conseguir uma propriedade, a grande quantidade de terras ainda não colonizadas trazia em si uma promessa de ascensão que a Espanha naquele momento não oferecia.

Quanto à mobilidade, o *timing* de chegada dos espanhóis posterior em relação aos italianos pode ter ocasionado algumas desvantagens frente a este grupo, que chegou em um momento que o café estava no auge e conseguiram se estabelecer primeiro em regiões inicialmente mais prósperas. Ainda assim, via de regra, os espanhóis conseguiam ascender economicamente, sobretudo adquirindo pequenas e médias propriedades rurais. Entretanto, há que se considerar as especificidades locais. Apesar do campo mostrar mobilidade social na maioria dos casos já na primeira geração, tentar estabelecer uma única narrativa para essa questão pode nos levar a apagar diferenças importantes de realidades locais diversificadas. Para produzir uma narrativa mais plural, que capte os diferentes modos de incorporação dos espanhóis no amplo e diverso interior do estado de São Paulo, realizarei no quarto capítulo uma análise específica de seis municípios em que a presença espanhola foi relevante: Sorocaba, Franca, Catanduva, Cafelândia, Bauru e Olímpia.

1.4. Identidade étnica espanhola: uma questão de invisibilidade?

Terminaremos estas ligeiras notas, escrita de maneira apressada, com uma crítica para os próprios espanhóis. Por que nossos compatriotas não banem o velho costume de batizar suas fazendas com nomes vulgares e de nenhum significado para a grande família espanhola, em vez de fazê-las conhecidas com nomes que recordem a raça, a Espanha, a seus feitos históricos, aos grandes homens que ela produziu? É necessário que se deem conta do erro que cometem em procederem assim e deem a suas belas propriedades agrícolas um nome que, só ao pronunciar, cause entusiasmo e alegria ao espanhol e meditação profunda ao que não seja, demonstrando-lhe que é uma raça ativa, honrada, que deixam no Brasil pegadas indeléveis de caráter empreendedor, de sua força expansiva, de seu dilatado espírito civilizador. Se nós não fazemos, quem há de recordar nosso nome e nossa pátria?

José Eiras Garcia, Diario Español, 10 de junho de 1912

Segundo estimativas, existem 15 milhões de descendentes de espanhóis no Brasil e, sobre eles, curiosamente se estende um véu de mistério e silêncio. Onde estão? O que fazem? Sentem-se totalmente brasileiros ou espanhóis? Que influência tiveram e continuam tendo no desenvolvimento econômico, cultural ou simplesmente humano deste país? Quem eram os 750.000 espanhóis que aqui chegaram à procura de trabalho desde a independência até os dias de hoje? Há alguma razão sociológica para justificar essa lacuna de informação?

Juan Arias, El País, 5 de junho de 2014

Os excertos de dois artigos jornalísticos destacados acima são marcados por similaridades, apesar de terem mais de um século de diferença. Ambos são escritos por jornalistas espanhóis que são residentes no Brasil e ambos pertencem a periódicos espanhóis que são publicados por aqui. Mais do que isso, ambos tocam em seu conteúdo uma questão fundamental para a investigação do tema da imigração espanhola para o Brasil: a identidade espanhola. Mais precisamente, a invisibilidade acerca dessa identidade.

Os estudos clássicos sobre as imigrações históricas para o interior de São Paulo, embora reconheçam a importância numérica da imigração espanhola para a região, qualificam os espanhóis como “invisíveis”, sobretudo frente aos italianos e japoneses (MARTINS, 1989; KLEIN, 1994; MARTINEZ, 2000; CÁNOVAS, 2009). Essa suposta característica aparece em forma de questionamento no título do segundo artigo supracitado, escrito em 2014 por Juan Arias na versão brasileira do jornal *El País*: “O misterioso silêncio dos 15 milhões de brasileiros de sangue espanhol: que influência tiveram e seguem tendo no desenvolvimento econômico, cultural e humano do Brasil esses cidadãos?”.

Parte desse desconhecimento de Arias sobre as marcas deixadas pelos espanhóis na sociedade brasileira é reflexo da escassez de produções acadêmicas sobre a imigração espanhola

no Brasil, sobretudo no que se refere ao interior de São Paulo. Com efeito, é muito comum aos estudos sobre imigração para o Estado de São Paulo, tratar o imigrante como “categoria indiferenciada”. Segundo José de Souza Martins (1989, p. 5-6):

Supostamente, todos os imigrantes das várias nacionalidades assumiram, no contato com a sociedade brasileira, as mesmas características sociais e culturais, diferenciados unicamente pela língua de origem. Na verdade, atribuiu-se a todos os imigrantes um perfil que foi o do imigrante italiano, supondo-se que os imigrantes das várias nacionalidades tiveram a mesma trajetória no Brasil (MARTINS, 1989, p. 5-6).

Os imigrantes de diferentes nacionalidades chegaram ao Brasil em épocas e circunstâncias distintas, se inserindo (ou não) de diversas maneiras às regiões de destino. Como visto, os espanhóis tiveram o auge de sua imigração para o Brasil em um período posterior ao dos italianos. Assim, o tratamento dos espanhóis como “categoria indiferenciada”, bem como a escassez de trabalhos sobre a temática contribui decisivamente para a invisibilidade do grupo dentre os imigrantes que contribuíram para a formação social do estado de São Paulo

Ainda sobre a produção bibliográfica, se faz necessário se ater ao fato que as escolhas de pesquisa normalmente são pautadas ou pelo interesse pessoal do pesquisador, ou pelo campo e/ou contexto em que a pesquisa se insere. No campo dos estudos migratórios é muito comum os pesquisadores escolherem um grupo por questões pessoais, como por exemplo por serem descendentes de tal grupo; ou pela urgência e pelo grau de tensão que o grupo traz para a ordem social do país em que se insere, como no caso do crescente número de trabalhos sobre as imigrações contemporâneas haitiana, boliviana e síria para o Brasil. Nesse contexto, como já visto, a produção acadêmica sobre os espanhóis no interior de São Paulo ainda é incipiente, fragmentada e, sobretudo, descontínua, o que limita o auxílio dessas pesquisas no papel da construção da visibilidade dos imigrantes espanhóis no estado (TRUZZI; PALMA, 2015).

Outro aspecto levantado pela bibliografia é uma possível assimilação do grupo e, conseqüentemente, sua invisibilidade. A bibliografia mais clássica sobre o tema discorre que os espanhóis assimilaram com mais facilidade. Herbert Klein, por exemplo, aponta que os espanhóis tiveram “integração invulgarmente rápida [...] à sociedade mais ampla” (1994, p. 91). De fato, o grupo era considerado um dos mais ideais para projeto de branqueamento do Brasil: brancos, europeus, católicos e com a língua não muito diferente do português. Portanto, facilmente “assimilável” pelos moldes mais tradicionais e desejáveis pelas elites nacionais (SOUZA, 2005).

Ainda dentro de um paradigma mais tradicional de análise, José de Souza Martins (1989), aponta a chegada tardia - posterior à imigração italiana em massa - e a dificuldade de

mobilidade social como os principais fatores responsáveis pela construção da invisibilidade dos espanhóis, apesar da colônia ser muito numerosa no estado de São Paulo.

Voltando aos excertos do início do texto, já em 1912 há uma contundente crítica feita por José Eiras Garcia, espanhol, editor do jornal *Diario Español*, sobre a falta de ligação de seus conterrâneos que vivem no estado de São Paulo com o seu país de origem. Garcia questiona o fato de os espanhóis não darem nomes nativos a suas propriedades agrícolas, preferindo “nomes vulgares e de nenhum significado para grande família espanhola”. O próprio editor admite que sem essas marcas identitárias, seria difícil alguém se recordar dos espanhóis por aqui. Assim, o questionamento de 1912 - “quem há de recordar nosso nome e nossa pátria?” - parece se ligar ao questionamento de 2014 sobre o “misterioso silêncio” dos brasileiros “de sangue espanhol”.

Entretanto, nem a rápida assimilação, nem a suposta invisibilidade do grupo aconteceram de modo tão simples e linear como sugere a bibliografia, os jornais e seus respectivos autores. A colônia espanhola deixou marcas de identidade importantes em diversos municípios do interior do estado de São Paulo. Sorocaba chegou a possuir bairros inteiros que abrigavam os imigrantes espanhóis. Alguns desses bairros ficaram até hoje imortalizados com nomes que remetem à colônia: Vila Barcelona, Vila Haro, Jardim Martinez, Jardim Dias, Jardim Gutierrez e Morro do Garrido. As ruas destes mesmos bairros também seguem o mesmo padrão: Granada, Madri, Cervantes, Catalunha, entre outras (OLIVEIRA, 2002).

É fundamental também ressaltar a importância das associações étnicas como espaços de reforço de identidade étnica do país de origem. Nesses espaços, os imigrantes exercitavam laços de sociabilidade que possibilitavam o contato com o país de origem e, conseqüentemente, a manutenção da memória do grupo. As referências bibliográficas registram várias associações espanholas no interior de São Paulo, espalhadas por diferentes cidades (MARTINEZ, 2014)¹³:

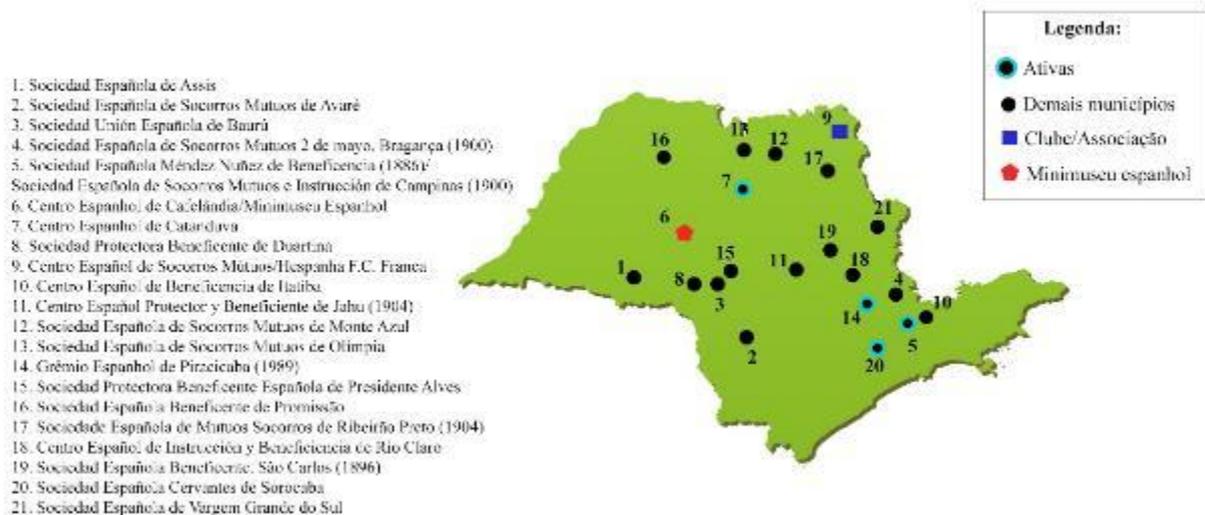
1. Sociedad Española de Assis
2. Sociedad Española de Socorros Mutuos de Avaré
3. Sociedad Unión Española de Baurú
4. Sociedad Española de Socorros Mutuos 2 de mayo. Bragança (1900)
5. Sociedad Española Méndez Nuñez de Beneficencia (1886) / Sociedad Española de Socorros Mutuos e Instrucción de Campinas (1900)

¹³ Como veremos no último capítulo, os jornais noticiam movimentações de mais 12 associações diferentes. Entretanto, não sabemos se essas outras agremiações foram ativas, de fato, ou apenas se reuniram pontualmente. Por isso, optamos aqui por manter as citadas pela bibliografia.

6. Centro Espanhol de Cafelândia/Minimuseu Espanhol
7. Centro Espanhol de Catanduva
8. Sociedad Protectora Beneficente de Duarteina
9. Centro Español de Socorros Mútuos/Hespanha F.C. Franca
10. Centro Español de Beneficencia de Itatiba
11. Centro Español Protector y Beneficiente de Jahu (1904)
12. Sociedad Española de Socorros Mutuos de Monte Azul
13. Sociedad Española de Socorros Mutuos de Olímpia
14. Grêmio Espanhol de Piracicaba (1989)
15. Sociedad Protectora Beneficente Española de Presidente Alves
16. Sociedad Española Beneficente de Promissão
17. Sociedade Española de Mutuos Socorros de Ribeirão Preto (1904)
18. Centro Español de Instrucción y Beneficiencia de Rio Claro
19. Sociedad Española Beneficente. São Carlos (1896)
20. Sociedad Española Cervantes de Sorocaba
21. Sociedad Española de Vargem Grande do Sul

Figura 14 – Mapa das associações espanholas no interior paulista segundo as referências bibliográficas

Associações Espanholas no Interior Paulista



Base: MARTINEZ, E.E.G. La prática asociativa de los españoles en Brasil: la preponderancia de los espacios únicos nacionales frente a los regionales. In: BLANCO, Juan Andrés; D'ACOSTA, Arsenio (Org). El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y variaciones. Madrid: Sílex ediciones S.L., 2014.

Fonte: elaboração própria a partir de Martinez (2014)

Franca, por exemplo, chegou a possuir duas associações étnicas que coexistiram durante parte da primeira metade do século XX: um Centro Español de Socorros Mútuos e um clube esportivo, chamado Hespanha F.C. (DIAS, 2010). Das 20 associações encontradas, apenas quatro continuam ativas¹⁴: Campinas, Piracicaba, Sorocaba e Catanduva. Em Cafelândia, existe um minimuseu espanhol, que exhibe alguns objetos da época em que a associação era ativa. Já em Marília, atualmente há uma associação virtual bastante ativa nas redes sociais virtuais, pela qual os descendentes almejam dar início a concepção de uma associação física.

A principal função das associações era auxiliar os membros da colônia. Elas atuavam em um espaço deixado pelo poder público: saúde e segurança social. Assim, as associações ofereciam, normalmente, recursos de seguridade: saúde, trabalho, escolas, apoio jurídico e ajuda monetária para o funeral. Além disso, as associações eram locais de manutenção de vínculos com os locais de origem e também ajudavam na inserção do imigrante na cidade, à medida que eram espaços de sociabilidade geralmente abertos à comunidade (DIAS, 2010; MARTINEZ, 2014).

Compreendendo o processo sob a ótica do conceito de assimilação ressignificado por Alba, Nee (1997) e Truzzi (2012), faz-se necessário tentar construir a análise de como os imigrantes espanhóis influenciaram e foram influenciados no processo de reorganização das fronteiras culturais entre os grupos. Nesse sentido, a investigação deve ser feita a partir de como os espanhóis e seus descendentes investiram em sua identidade étnica ao longo dos anos. Entretanto, Stuart Hall (2012, p. 109) adverte que a identidade não é algo fixo ao sujeito. Ela é construída dentro de discursos e produzidas em contextos históricos e institucionais, dentro de formações e práticas discursivas específicas, realizada através de estratégias e iniciativas específicas. Nesse sentido, a presença de associações étnicas espanholas por vários locais do interior é um indicativo de que a assimilação não foi tão linear quanto aponta Klein, pois elas marcam uma busca desse grupo por uma identificação com sua cultura de origem. Se existe de fato uma “invisibilidade” do grupo, certamente ela não é ocasionada, em um primeiro momento, por um baixo investimento de seus membros nas suas posições identitárias de origem. Há, entretanto, três hipóteses que nos auxiliam a entender essa suposta “invisibilidade” dos espanhóis no interior de São Paulo: a imigração tardia; a suposta (baixa) mobilidade vertical do grupo e sua implementação predominantemente rural, à medida que a construção identitária passa, sobretudo, pela afirmação de elites urbanas; e a influência da Guerra Civil Espanhola.

¹⁴ Ressaltamos que essas associações não estão ativas ininterruptamente desde o momento da fundação. Elas foram fechadas e reabriram em outra época, mas no mesmo prédio.

Sobre a imigração tardia, de fato o grande fluxo da imigração dos espanhóis é posterior à entrada dos italianos. Para José de Souza Martins, isso significa que os espanhóis vieram para “repor a força de trabalho do imigrante italiano, que não estava sendo recriada pela própria imigração italiana ou que estava abandonando o país desde fins do século XIX” (MARTINS, 1989, p. 7). Isso poderia explicar as razões que levam os italianos a terem mais visibilidade do que os espanhóis: eles chegaram primeiro, em maior número e se colocaram em regiões mais a leste do estado, mais próximas a capital. Entretanto, Truzzi demonstra em *A Italianidade no interior paulista* (2015) que a construção da identidade italiana não foi tão linear como parece, alternando momentos de forte identificação da comunidade italiana com a identidade étnica de origem, com longos períodos de “des-etnização”. Nas palavras do autor, o que resta é apenas uma “etnicidade simbólica” (GANS, 1979) praticada no âmbito privado e familiar:

Foi, portanto, por meio desse longo e conturbado processo que muitos brasileiros nascidos em lares de famílias italianas (especificamente, para efeito desta obra, no interior paulista) tornaram-se definitivamente nacionais, completamente desapegados das origens de seus antepassados, salvo pelos resquícios renitentes de uma tradição culinária ou religiosa herdada, mas mesmo assim certamente abasileirada. (TRUZZI, 2015, p. 126)

O primeiro investimento dos espanhóis em sua identidade étnica de origem não se diferencia muito do realizado por outros grupos de imigrantes europeus que aqui viviam. Se ver como um europeu branco era muitas vezes uma estratégia para “marcar uma posição relativa superior na hierarquia social vigente nas fazendas, buscando, sobretudo para os fazendeiros, sinalizar seu status diferenciado” (TRUZZI, 2016, p. 38) tanto em relação aos negros, quanto aos trabalhadores brasileiros, considerados “caipiras” e indolentes por parte dos imigrantes (MELO, 2013). Isso aparece com certa frequência nas entrevistas. Um dos entrevistados¹⁵ citou que em seu município “teve muitos espanhóis e italianos que se deram bem. Eram pessoas ‘super-trabalhadoras’, ao passo que o negro era indolente, não gostava de trabalhar e o brasileiro muito menos!”. Outro entrevistado, ao ser questionado sobre a presença de casamento interétnico dentro da colônia espanhola, disse que “casar com brasileiro, sempre achava que não dava certo. Brasileiro não gostava de trabalhar. A gente via que eles não se esforçavam né? A roça ficava no mato. Já de negro a gente era amigo, vizinho. Mas não podia casar. Era diferente.”. Entretanto, o casamento era visto com bons olhos se fosse com outro imigrante: “espanhol e italiano é tudo trabalhador, né?” – disse. Segundo Truzzi, “situa-se aí outro

¹⁵ Por se tratar de temas contemporâneos que podem – e devem – ser tratados como racismo, preferimos suprimir a identificação dos entrevistados nesse momento. Ainda que se cometa anacronismo ao tecer julgamentos do passado com o olhar do presente, essas falas podem suscitar esse sentimento em alguns leitores.

elemento de uma identidade em formação: o início da construção de uma ética do trabalho, de uma visão – diga-se de passagem, até então inédita em nossas plagas – do trabalho como algo a ser valorizado”. (2016, p. 40)

Certamente, a Guerra Civil Espanhola foi o fato que produziu maior impacto na comunidade espanhola residente no Brasil (SOUZA, 2005). Se, por um lado, o conflito pode ter unido parcelas do grupo na mobilização de auxílios aos compatriotas que estavam na Espanha, por outro, acabou por fragmentar ainda mais os espanhóis que residiam no Brasil. Segundo Ismara Izepe de Souza, “as rivalidades e os desentendimentos políticos presentes na Espanha em conflito atravessaram o oceano, repercutindo junto à comunidade espanhola radicada no Brasil” (2005, p. 103). Se inicialmente, o espanhol era visto pelas elites dirigentes do Brasil como um tipo desejável de imigrante, a partir da Guerra, eles passam a ser vistos por estas como “comunistas”. Entre o total de estrangeiros expulsos do país entre 1935 e 1937 por questões políticas, os espanhóis representavam impressionantes 45,78%, entre eles estavam inúmeros residentes em Sorocaba e Nova Granada (SOUZA, 2005, p. 163).

Do ponto de vista do projeto de Estado brasileiro varguista gestado da década de 1930, além de sofrerem com a questão da perseguição aos estrangeiros, os espanhóis sofreram diretamente os impactos do anticomunismo. Com o desenrolar da Guerra Civil, a vinculação do espanhol com o comunismo ficou muito forte. As notícias aqui vinculadas sobre a Guerra Civil auxiliaram muito nessa vinculação. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro:

A imprensa diária divulgou, durante todo o período em que se desenrolou a guerra civil na Espanha, fotografias de crianças refugiadas, casas e igrejas destruídas por bombardeios, mães desesperadas diante de seus filhos “mortos pelo comunismo”. Enquanto os homens do exército republicano eram comparados a um bando de mercenários desorganizados e violentos, os soldados do exército nacionalista eram apresentados como salvadores aclamados pelo povo. (2011, p. 160)

Assim, os espanhóis se tornariam duplamente indesejáveis: estrangeiros e comunistas.

Sob a óptica do discurso anticomunista, os espanhóis radicados no Brasil desde o início do século XX tornaram-se, nos anos de 1930, um dos grupos de estrangeiros mais visados pela Polícia Política, o Deops/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. Eram considerados como perigosos à ordem pública e social por defenderem, na sua maioria, projetos políticos que contestavam o governo de Getúlio Vargas por sua postura autoritária, nacionalista e xenófoba. Fichados como “subversivos” da ordem, os espanhóis destacaram-se como agitadores políticos, panfletários, editores e distribuidores de jornais que circulavam na clandestinidade. (CARNEIRO, 2011, p. 168)

O anticomunismo é uma das práticas sociais mais relevantes da história recente do Brasil. O combate ao perigo vermelho justificou ideologicamente para a população brasileira

dois golpes políticos que culminaram em duas ditaduras do século XX – o Estado Novo e a Ditadura Militar de 1964¹⁶. Carla Simone Rodeghero define o fenômeno do anticomunismo como “uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas” (RODEGHERO, 2002, p. 464). Obviamente, a ligação entre espanhóis e o comunismo impactou diretamente na colônia, sobretudo pós-Estado Novo, regime que além de se notabilizar pelo pouco apreço aos estrangeiros, perseguia de maneira violenta quem era identificado como tendo ideologias políticas no campo da esquerda. Se fosse estrangeiro, havia o grande risco de deportação. Para os espanhóis identificados com a esquerda, o risco era ainda maior: ser entregue ao regime franquista, com grandes chances de fuzilamento.

Além disso, a Guerra Civil Espanhola impactou diretamente as associações. Ainda que o governo Vargas tenha proibido a prática de atividades políticas por estrangeiros, nacionalizado o ensino, proibido idiomas estrangeiros nas escolas em 1938 e intensificado pós-1942, a repressão às nacionalidades alemã, italiana e japonesa, por conta da 2ª Guerra Mundial, a repressão às entidades espanholas iniciou antes. Em novembro de 1937, Venâncio Ayres, delegado de Ordem Social, determinou o fechamento de todas as sociedades espanholas que apresentasse alguma simpatia aos republicanos na Espanha (SOUZA, 2005, p. 151-152).

Em Bauru, por exemplo, o fechamento foi antecipado: em 3 de novembro de 1935, o delegado de regional polícia do município, Fábio Barbosa Lima ordenou o fechamento da Sociedade Unión Hespanhola, devido a uma disputa interna entre franquistas e republicanos. O despacho expedido pelo delegado e que caça o alvará de funcionamento da instituição, cita as ameaças de violência entre seus membros e a ameaça da “política estrangeira” dentro do país:

Funciona nesta cidade, a título precário, com alvará concedido pelo exmo. Sr. Dr. Secretário de Segurança Pública, consoante o artigo 171 do Regulamento Policial, a Sociedade Unión Espanhola. Devido a guerra civil que assola a Espanha, lavra, entre a colônia espanhola local, uma surda divergência, tanto assim que a diretoria da referida sociedade tem pedido garantias à polícia para realizar, em sua sede, festas, eis que há um grande número de espanhóis contrários a estas festas, devido estar a sua pátria banhadas em sangue. Ainda ontem esta Regional se viu obrigada a garantir, com policiais, a ordem; e ao dr. Delegado tem chegado vários outros pedidos. Assim, considerando que os alvarás são dados a título precário para reuniões ordeiras; que aos delegados competem a fiscalização destas sociedades e portanto, ficando a seu critério seu funcionamento em momentos tais, que a ordem pública local está sendo ameaçada por essa sociedade e atravessamos um momento melindroso, em consequência do estado de guerra no Brasil, que o Brasil é neutro na questão

¹⁶ O anticomunismo foi uma das justificativas discursivas usadas em 2016 – tanto em manifestações, quanto em discursos parlamentares – para justificar o impeachment que retirou do poder a presidenta Dilma Rousseff. Além disso, esse discurso é retomado de forma recorrente como uma das bases de sustentação ideológica do governo Jair Bolsonaro.

interna da nação espanhola e por isso cumpre as autoridades zelar por esta neutralidade, em um caso mínimo como o da Sociedade Unión Hespahola pode acarretar-nos dissabores grandes; que esta Sociedade está degenerando em foco da desordem e degenerou em política estrangeira dentro de nossa Pátria. Resolvo suspender seu funcionamento, e recorro de meu ato ao mesmo sr. Dr. Secretário da Segurança Pública, pedindo-lhe que se digne de cassar o alvará de funcionamento da sociedade Unión Hespahola de Bauru, isso pelos motivos expostos.

Já em 1937, o Centro Republicano Espanhol de Sorocaba foi fechado por determinação da Superintendência de Ordem Política e Social do governo Vargas por ser considerado uma “célula comunista” (SOUZA, 2001, p. 100).

Com efeito, a pesquisa aponta que, para além da ideia de “invisibilidade”, o investimento dos espanhóis em sua identidade étnica passa por três tempos distintos: 1) *tempo da chegada*: momento em que o imigrante chega e, ao entrar em contato com o grupo nativo busca se diferenciar dele, bem como estabelece, se apropria e aproveita de redes étnicas já constituídas, como a colônia espanhola e/ou as associações étnicas. Nesse tempo, os arranjos institucionais do Estado brasileiro, que buscava no imigrante uma nova lógica produtiva marcada pelo branqueamento, incentivavam esse investimento étnico; 2) *tempo do esquecimento*: momento em que a identidade étnica é tensionada e passa pelo processo de “des-etnização” (TRUZZI, 2015). Esse tempo atua especialmente sobre a segunda geração, à medida que essa já, muitas vezes, realiza casamentos interétnicos, estuda em escolas locais, tornando-se, de fato, brasileiros. Já nesse tempo, os arranjos institucionais do Estado forçavam a des-etnização: as tensões causadas pela Guerra Civil Espanhola, a ligação dos espanhóis com o comunismo, o fechamento das associações étnicas pelo governo de Vargas e, sobretudo, o medo de ser deportado pelo Estado Novo, são forças estruturais marcantes nesse processo; 3) *tempo da retomada*: processo mais contemporâneo, pelo qual a identidade espanhola passa a ser vista novamente como positiva, em que tradições do passado são retomadas e ressignificadas, que associações étnicas passam a ser reabertas e, conseqüentemente, o “revival ethnic” passa a sair mais do âmbito privado. É interessante notar que esse processo é liderado, muitas vezes, pela própria segunda geração, já envelhecida, que passa a olhar para o passado de maneira a ressignificá-lo positivamente. Além disso, esse movimento de reencontro com a ancestralidade espanhola é associado, sobretudo pela terceira geração, ao desejo de se obter a cidadania europeia.

A questão da identidade é um dos pontos importantes para a compreensão da incorporação. Se o processo de incorporação não foi linear, mas sim plural e diversificado nos diferentes municípios e microrregiões dentro do interior de São Paulo, a construção da

identidade étnica espanhola também foi marcada por diferenças, que serão igualmente investigadas nos municípios especificados.

Para complementar o panorama que traçamos sobre a imigração espanhola no interior de São Paulo, abordaremos, no próximo capítulo, a visão que o jornal espanhol *Diario Español* recebia e produzia sobre esse interior. Assim, buscamos demonstrar como esse olhar traçado por um jornal étnico que circulava entre a comunidade espanhola de diversas regiões do estado de São Paulo - ainda que tivesse sua circulação concentrada na capital, por ser editorado lá - poderia de alguma forma impactar na visão que a colônia tinha sobre determinada região e até sobre si mesma.

CAPÍTULO II – *IMPRESIONES DE VIAJE: O INTERIOR DE SÃO PAULO PELO OLHAR DO JORNAL DIARIO ESPAÑOL*

A imprensa surgiu no país de forma tardia. Durante o período colonial ela foi praticamente inexistente, a exceção de pequenos panfletos que circulavam em alguns centros urbanos. A Coroa portuguesa criava vários empecilhos para o desenvolvimento desse segmento em sua colônia. A proibição das manufaturas no Brasil afetou diretamente o desenvolvimento da imprensa, à medida que a publicação de jornais, de certa forma, também respondia a uma lógica de produção manufatureira¹⁷. Mesmo em Portugal, até o início do século XIX as publicações impressas eram muito raras, pois havia forte um controle por órgãos censórios da Igreja Católica e da Coroa (MELO, 2003). Ademais, não era interessante para metrópole permiti um meio para que circulassem críticas à colonização. Segundo Maria Helena Rolim Capelato (1988, p. 38), “os núcleos urbanos eram pouco significativos na sociedade colonial havendo predominância de uma população do campo, analfabeta, constituída na sua maioria por escravos, dispersa em áreas distantes.” Todos esses fatores somados são decisivos para a não se constituir uma imprensa regular no Brasil colonial.

Esse cenário vai se alterar com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, que, além de autorizar as manufaturas no país, cria a Imprensa Régia. A partir de então, os jornais vão se proliferando pouco a pouco, sobretudo nas capitais. Mas é na virada do século XIX para o século XX que o empreendimento jornalístico artesanal/familiar é substituído por grandes empresas tipográficas (SODRÉ, 1977). No estado de São Paulo, esse fenômeno derivou-se a partir da expansão da lavoura cafeeira e dos consequentes processos de urbanização e industrialização. Cánovas (2007, p. 31) aponta que:

A passagem do século XIX representa o marco de transição da pequena para a grande imprensa, e seu crescimento traduz e ilustra um momento decisivo da existência da nascente metrópole do café, sublinhando a realidade inerente aos novos espaços da vida urbana, e aos novos personagens e grupos sociais que passam a coexistir. Esse novo momento vivenciado pela cidade em seu acelerado processo de urbanização foi marcado por profundas alterações em todos os níveis da vida social e pela incorporação de novos hábitos, que surgiam no bojo dessas transformações. A escrita ganha *status* privilegiado e se populariza: cartazes, letreiros, fachadas, anúncios, transformam-se em elementos essenciais desse novo cenário, agora impressos nas oficinas gráficas que apresentam grande surto de desenvolvimento na cidade, em decorrência das recentes demandas.

¹⁷ A proibição das manufaturas no Brasil foi oficialmente decretada pela rainha Maria I em 1785. O decreto foi revogado pelo príncipe regente João VI em abril de 1808.

Essas transformações da imprensa na virada para o século XX, portanto, coincide com o momento do grande fluxo migratório para São Paulo. Dado o contexto, a capital do estado reúne condições necessárias para a proliferação de diversas formas de imprensa imigrante: jornais, almanaques, revistas e livros de diferentes grupos e das mais variadas correntes ideológicas. As publicações dos imigrantes acompanham o processo da imprensa nacional. Começam com uma pequena estrutura artesanal na qual o proprietário atuava como colunista, repórter, redator, tipógrafo e, eventualmente, até vendia o jornal nas ruas. Com a constante profissionalização da imprensa, os periódicos imigrantes que pretendiam sobreviver, precisaram acompanhar as transformações recorrentes. Nesse processo, as publicações menores tendiam a ser mais efêmeras. O desenvolvimento da imprensa imigrante nesse período:

[...] podia ser observado pela significativa e diversificada quantidade de títulos editados na cidade entre o final do século 19 e primeiras décadas do 20. Inúmeros periódicos, como o *Fanfulla*, editado em italiano, o *Deusche Zeitung*, semanário alemão, o *Diário Español*, o *Al-Faiáh*, primeiro jornal em língua árabe publicado no Brasil, e os japoneses *Shukan Nambei* e *Nippak Shimbun*, ocupavam espaço nas bancas lado a lado com os jornais da grande imprensa. (SOUZA, 2010, p. 22)

Publicados na língua nativa dos imigrantes, esses jornais utilizavam-se, na maior parte das vezes de uma linguagem popular, com a finalidade de facilitar o acesso à leitura pelos grupos coloniais espalhados por São Paulo. Embora os periódicos sejam produzidos majoritariamente na capital, sua circulação pelo interior é facilitada com o crescimento da malha ferroviária. As associações étnicas existentes no interior também atuavam como meio de difusão dessas publicações, ao mesmo tempo que se utilizavam das páginas destas para divulgar suas fundações, reuniões, comemorações ou ações. As casas de comércio pertencentes a imigrantes também assinavam e comercializavam os jornais que, por sua vez, muitas vezes também apresentavam anúncios desses comércios.

Em 1896 é lançada no Brasil a *Revue du Brésil*, primeira publicação que continha algumas matérias na língua espanhola. Editada em Paris pelo italiano Alexandre D'Atri a publicação era bimestral e redigida em três línguas: italiano, francês e espanhol, voltada, sobretudo, para estrangeiros residentes no Brasil e brasileiros residentes na Europa que queriam se informar sobre o país. Segundo Marcelo Cintra de Souza (2010), há menções esparsas sobre a existência de um jornal em língua espanhola no Brasil já em 1871, chamado *Correo Ibérico*. Entretanto o autor menciona que a publicação espanhola mais antigas do país é o semanário socialista *El Grito del Pueblo*, lançado em 1900, publicado sempre em espanhol, italiano e português. Em 1909 é lançado por C. de la Peña no Rio de Janeiro o volume único de uma

publicação chamada *Lembranza de Galicia*, voltada especificamente à colônia galega da região. Entre 1880 e 1930, aproximadamente 15 periódicos voltados aos imigrantes espanhóis circularam em São Paulo, com destaque para os jornais *La Ibéria*, *El Herald*, *La Voz de España*, *La tribuna Española*, *La Nación*, *Gaceta Hispana*, além do *Diario Español*, considerado a mais importante e duradoura publicação espanhola no país. (QUINTELA, 2002; SOUZA, 2010)

O jornal *Diario Español* foi criado em São Paulo em 1898, por José Eiras Garcia. Garcia nasceu em 1868, em Pontevedra, Galícia, onde era proprietário de uma tipografia e uma livraria. Em 1894, Garcia foge para a América após sofrer ameaças de políticos locais pelo posicionamento de seu periódico local. Assim, chega a São Paulo e rapidamente passa a trabalhar em jornais da cidade, como o *Correio Paulistano*. Em 1900 funda seu primeiro jornal étnico, o *La Voz de España*. O periódico circulou inicialmente de julho de 1900 até março de 1901, retornando em outubro de 1905 e, posteriormente, se fundindo ao *Diario Español*, segundo jornal lançado por Eiras na capital. Este, que será objeto de nossa análise, foi fundado em outubro 1898 e circulou até 1922, um pouco após a morte de Garcia (CÁNOVAS, 2007). No editorial do exemplar de inauguração do jornal, Garcia aponta os objetivos da publicação: informar aos leitores todos os assuntos que dizem respeito a Espanha, seja de forma direta ou indireta, além de trazer informações sobre o Brasil, “de tal maneira que se torna desnecessária a consulta a outros jornais para descobrir os acontecimentos do dia” (GARCIA *apud* CÁNOVAS, 2007, p. 33)

A experiência de Garcia fez do *Diario Español* uma verdadeira empresa jornalística. Nas palavras de Cánovas (2007, p. 34):

[...] isso talvez explique a sua relativa longevidade, num ambiente em que folhas se criavam e se extinguíam, provavelmente por falta de recursos [...]. Foram muitas as estratégias orquestradas para a sua manutenção no período, uma das quais diz respeito aos anúncios publicitários veiculados: em determinados períodos pôde ser observada a circulação de anúncios em língua portuguesa, uma “abertura” do jornal a outros anunciantes não pertencentes exclusivamente à colônia. Por outro lado, tal longevidade, levando-se em conta as características do seu público-alvo é, no mínimo, instigante. O imigrante espanhol desse período está “entre os mais pobres e os de menor mobilidade social”, e, somado a isto, devemos contabilizar o seu elevado índice de analfabetismo, como aspectos a desafiar a nossa compreensão.

A estrutura do jornal é relativamente comum em todo o período. Normalmente, a notícia que ocupa o centro da capa é relacionada diretamente a Espanha. Ainda na capa, também é comum encontrar notícias referentes a outros países que possuem um número relevante de imigrantes espanhóis, como Argentina e Cuba. Algumas edições trazem na capa editoriais sobre

a situação econômica do estado de São Paulo, bem como notícias relacionadas a políticas migratórias. Nas páginas subsequentes, o jornal apresenta pequenas notícias sobre a comunidade espanhola no estado. Nesse trecho, é comum aparecer várias notícias relacionadas a espanhóis no interior de São Paulo. Nas páginas finais, o periódico apresenta propagandas de comércios, compra e venda, empresas e serviços, sobretudo, da comunidade espanhola. Com alguma frequência, aparece anúncios de negócios relacionados ao interior.

O propósito desse capítulo não é se debruçar especificamente sobre o *Diario Español* propriamente dito. Esse trabalho já foi realizado de forma minuciosa por Cánovas (2007). Nosso objetivo aqui é demonstrar como o interior era retratado por um periódico editorado e publicado na capital e que, por consequência, encontrava entre os espanhóis residentes em São Paulo seu maior público leitor. Tivemos acesso aos exemplares de 1912 até 1922, com poucos interlúdios de edições entre esses anos. Entre as 1.612 edições pesquisadas, pudemos verificar que as menções a comunidade espanhola que vivia no interior de São Paulo se dividia, basicamente, em quatro grandes temas: 1) anúncios sobre estabelecimentos comerciais e industriais de propriedade de espanhóis; 2) anúncios de vendas de terras dirigidos especificamente aos imigrantes espanhóis; 3) notícias e divulgação de atividades sobre o associativismo étnico dos espanhóis; e uma 4) sessão chamada “impressões de viagem”, correspondentes do *Diario* viaja pelo interior, relatando suas impressões de como a comunidade espanhola vivia em diversas cidades. Esse último ponto é a base para analisarmos a visão que o jornal, a partir do olhar do jornal, produzia sobre o interior. Como visto no capítulo anterior, José Eiras Garcia, editor chefe do *Diario* chegou a reclamar no editorial de 10 de junho de 1912 da falta de investimento pelos espanhóis pelo interior em sua identidade étnica de origem. Nesse sentido, procuramos observar o perfil que o jornal traçava sobre o interior de São Paulo. Também faremos um levantamento dos anúncios publicitários de negócios de espanhóis pelo interior. Ainda nesse sentido, analisaremos como algumas propagandas de vendas de terra ou de emprego poderiam servir para atrair espanhóis para uma determinada região.

Figura 17 - *Layout* interno: anúncios comerciais de espanhóis no interior



Fonte: *Diario Español*, mar. 1921

2.1. “Notas” ou “impressões” das viagens de correspondentes do *Diario Español* ao interior do estado

Entre as mais diversas seções do jornal *Diario Español*, há eventualmente matérias relativamente longas em que José Eiras Garcia ou algum correspondente realiza viagens ao interior de São Paulo, produzindo textos com - segundo palavras do próprio periódico - “notas” ou “impressões” sobre a comunidade espanhola nessas regiões. Vale ressaltar que o jornal apresenta frequentemente uma grande lista com nomes que denomina de “nossos correspondentes” ou “representantes” (Figura 16), composta por pessoas em diversas localidades, responsáveis pelo envio de notícias referentes a comunidade espanhola naquela determinada região. Nesse sentido, o jornal também publica ao longo de seus exemplares notas desses correspondentes sobre diversos municípios de São Paulo.

Em 10 de junho de 1912, o jornal publica as “notas da última viagem realizada pelo diretor” José Eiras Garcia “em visita à algumas zonas agrícolas” do interior do estado de São Paulo. Após viajar por Jaú, São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Bebedouro, Garcia aponta produzirá um texto ilustrativo “a respeito da verdadeira situação em que se encontram boa parte dos espanhóis” nessas regiões, advertindo que sua matéria será publicada “sem adornos retóricos que tratem de aumentar ou diminuir” a situação da colônia residente no estado de São Paulo. No texto, Garcia indica que seus “compatriotas ali domiciliados progridem de modo surpreendente”. O autor tece comentários bastante elogiosos sobre a qualidade das terras dessas regiões, apontando que estas trarão benefícios a todos aqueles que souberem nelas trabalharem. Em suas palavras: “Terra fértil, terra rica, terra que somente solicita a carícia do homem para produzir variados, copiosos e delicados frutos”. Garcia termina seu texto dizendo que o “segredo da abundância em que vivem” os espanhóis essas regiões é de terem:

[...] energia suficiente para trabalhar e efetuar alguma poupança para com ela comprar terras que, em seguida, fizeram sua independência econômica. Facilmente passaram da condição de assalariados a de homens livres, e essa troca se acentua, ocorre em progressão e não está longe o dia em que os proprietários agrícolas espanhóis do estado de São Paulo fazem sentir sua força extraordinária no solo por seu número, senão pela sua riqueza.

Ainda nessa coluna, José Eiras Garcia escreve sobre outros municípios que havia visitado antes. Começando por Taiúva - município próximo a Ribeirão Preto e Jaboticabal - o jornalista aponta a importância de algumas fazendas e casas comerciais pertencentes a espanhóis no município¹⁸. Após criticar os colonos espanhóis que fogem das fazendas, não cumprindo seus contratos, o autor conclui que Taiúva é “uma fonte de riqueza espanhola, onde o trabalhador vive contente”. Seguindo suas impressões, Garcia aponta que Bebedouro é um local cheio de “capitalistas, fazendeiros, artesãos, industriais comerciantes e lavradores” espanhóis.

A seguir, Garcia descreve uma “zona do estado”, onde, segundo sua percepção, existem mais espanhóis pelo interior. Localizada geograficamente no noroeste de São Paulo, a região denominada pelo autor de “Monte Azul”, abarca o atual município de Monte Azul Paulista e será constituído, posteriormente, o município de Olímpia. Ao relatar sobre essa região, Garcia menciona o “milionário Juan Saborido”, que seria dono de 400 alqueires em terras que circundam a região¹⁹. Em menção a Fazenda Boa Esperança, Garcia aponta que:

O incansável agricultor D. Juan Saborido adquiriu, a distância de 20 quilômetros de Monte Azul, 400 alqueires de fertilíssimas terras e sem perda de tempo, começou a surpreendente e custosa obra de cultivar mais da metade da indicada extensão, plantando 200 mil cafezais e levantando espaçosas casas de morada para colonos, construção de fornos para a fabricação de ladrilho e telha, e preparando excelentes pastos e estufas. Construiu, ademais, um soberbo edifício que destinou a sua vivenda particular, distante 300 metros da estação ferroviária, situada esta última nos extensos terrenos das empresas de Saborido.

É possível notar que, em 1912, a visão do jornal *Diario Español* sobre os espanhóis que viviam no interior era bastante enaltecida. Ainda que o jornal produza críticas pontuais, como a falta de “costume [entre espanhóis] de batizar suas fazendas” com nomes que tenham algum significado para a “grande família espanhola” e o abandono de contrato por parte de alguns colonos, o editor quase sempre enaltece as possibilidades de ascensão social do grupo no

¹⁸ Os nomes dos fazendeiros espanhóis de Taiúva apresentados por Garcia são: Manuel Lorenzo Ballón, Avelino Giráldez, Julio Suárez, Nemesio Martín, José Maria Martinez, Valentin del Arco, Domingo Gonzáles, Celestino Hernández, Isidoro Pérez, Cecilio Blanco, Benigno Gíaldez e Manuel Serrano.

¹⁹ Veremos no capítulo 4, mais especificamente quando formos tratar do município que Olímpia, que Juan Saborido aparece como o fazendeiro responsável por trazer os primeiros colonos espanhóis para aquela região. Essa notícia faz referência a essa justamente essa propriedade.

interior, sobretudo no meio rural. Ao mobilizar a ideia de que através do trabalho e da poupança, o grupo pode passar da condição de “assalariados a homens livres”, Garcia aponta ali a principal possibilidade de mobilidade social para os espanhóis no meio rural do interior paulista. A despeito dessa ser uma visão bastante romantizada do processo de incorporação, essa era uma possibilidade que, de fato, se apresentava a parte da colônia, sobretudo nas regiões mais novas.

No ano de 1918, José Eiras Garcia fará uma nova viagem ao interior, para conhecer a região de São José do Rio Preto. Segundo Garcia, muitos leitores estavam pedindo opinião do jornal sobre as terras comercializadas na região por uma empresa de colonização chamada *Nova Hespânia*, de propriedade de Rodrigo Barjas. O autor aponta que, após investigação nos tribunais do município de São José do Rio Preto, o *Diário* garantia que as terras foram adquiridas por Barjas através de leilão público junto a José de Araújo, antigo proprietário que teria perdido as terras por conta de dívidas, sendo assegurada, portanto, sua aquisição por espanhóis. A seguir, Eiras escreve sua opinião sobre essas terras:

[...] é justo dizer que a qualidade das terras do núcleo *Nova Hespânia* é excelente. Eles se adaptam a todos os tipos de culturas, especialmente café. Eles existem em abundantes fontes de água potável e suas florestas são exuberantes e contêm bosques de leis. Essas terras estão bem distantes da linha férrea, mas essa dificuldade desaparecerá, talvez em grande parte, quando a guerra terminar, já que três projetos já foram aprovados para corrigir esse inconveniente, com a finalidade de favorecer a nova área agrícola da qual estamos falando [...]. A construção de uma ferrovia e de uma rodovia que servirá para o trânsito de automóveis. Nossa opinião desinteressada é que essas terras têm um grande futuro e que podem ser adquiridas sem medo de qualquer tipo de dívida pelos espanhóis que desejam fazer uma fortuna em um prazo não muito distante com a valorização da terra. Os proprietários do núcleo *Nova Hespânia* Sres. Rodrigo Barjas e cia. dividiram as imensas áreas da referida propriedade em lotes de 20, 30, 40, 50, 100, 200 e 500 alqueires, estipulando o preço de 40 \$ 000 por alqueire. Com relação aos pagamentos dos lotes adquiridos, eles podem ser feitos da seguinte maneira: metade do valor da compra à vista e a outra metade pelo período de um ano, acumulando juros de 1 por 100 mensais. As pessoas que pagarem em dinheiro por suas compras receberão o benefício de 5.000 réis por alqueires.

Em seguida, a matéria elenca alguns “compatriotas” que já adquiriram terras no tal núcleo: Juan Garcia Soler, com 419 alqueires é o que adquire o lote maior, seguido de Antonio Vicente Alonso, com 300 e Andrés Soler Cervantes e Antonio Rubio, com, respectivamente, 260 e 222 alqueires. Francisco Stearopol, Nicolas Criado, Alfonso Invernón, Ginés Carrido, Bartolomé Caparrós, Andrés Morata, Francisco Cano Navarro, Antonio Tudela, Manuel de Haro, José de Haro, Cistobal Cano Garcia, Jose Rubio, Francisco Criado, Ernesto Pasanelli, Elisardo Fernandez Fortes, Manuel Gomez Otero, Anastasio Carvalho, Francisco Berzano,

Virgilio Berzano, Domingo López, Elisardo Fernandez Fortes, Antonio Godoy Repiso e Antonio Polachini completam a lista, com lotes que variam de 30 a 134 alqueires.

A edição do dia 05 de setembro de 1919 apresenta um pequeno texto sobre a viagem de Manuel Rodriguez, correspondente do *Diario Español*, para o município de Assis. Rodriguez afirma que foi recebido “calorosamente” na estação ferroviária pelos espanhóis Manuel Morata, Eugenio Maldonado e Juan Maldonado. Ao descrever a cidade, o correspondente mais uma vez mobiliza a questão da fertilidade da terra somada ao árduo trabalho dos espanhóis como possibilidade de garantir lucrativos frutos à colônia. Além de visitar fazendas de espanhóis, como a de Francisco Lopez Garcia, Rodriguez também aponta ter passado pelo estabelecimento comercial de Clarindo Gomes, que o recebeu “cordialmente” e o presenteou com “excelentes bebidas”. Por fim, a matéria finaliza descrevendo que em Assis, “os espanhóis ilustres e entusiasmados, cuja vida exemplar os torna dignos da simpatia geral e da grande apreciação que desfrutam dentro e fora da colônia”, além de dizer que o *Diario Español* possui bastante prestígio por lá e que ele pretende garantir um aumento no número de leitores após a sua passagem.

Em 1920, encontra-se a série de reportagens intituladas hora *Notas de Viagem*, hora *Impressões de Viagem*, nas quais os representantes Manuel Rodriguez, José Rúbio e Héctor Eiras Garcia – filho do proprietário do jornal – relatam suas “impressões” de vários municípios pelo interior de São Paulo. Relativamente nos moldes dos textos que vimos acima, mas de maneira mais sucinta, os repórteres vão descrevendo diversas regiões a partir de suas experiências nesses locais. Uma parte desses relatos faz referência as relações pessoais dos viajantes com os espanhóis que os recebem. Em que pese o tom muitas vezes celebrativo dessas notas de viagens, elas traduzem a visão que o principal jornal dos imigrantes espanhóis de São Paulo tinha dessas regiões. Visão esta que poderia servir de indicativo para espanhóis recém-chegados a São Paulo ou os que buscavam outros municípios para se instalarem, à medida que os textos apresentam condicionantes das regiões, algumas possibilidades de incorporação e, ainda, apresentava alguns membros da colônia que tinham negócios nesses municípios.

A primeira matéria da série, publicada no dia 09 de fevereiro e assinada por Manuel Rodriguez, abarca os municípios de Casa Branca, Vargem Grande do Sul, São João da Boa Vista, Bairro Alegre, Espírito Santo do Pinhal, Itapira e Engenheiro Coelho. O autor inicia a série dizendo que “ao abandonar a capital com a agradável missão de visitar as numerosas colônias espanholas na linha Mogiana, o fiz com grande satisfação, pois sabia que haveria de encontrar amigos sinceros e entusiastas admiradores de nosso valente diário”. Em Casa Branca, Rodriguez disse ser recebido por Luis Antonio Villar, encarregado dos maquinistas da

Companhia Mogiana no município. Sem apresentar muitas informações dessa primeira localidade, parte para Vargem Grande do Sul, onde afirma ter visitado a fazenda de “frutas espanholas” de Antolin Castroviejo, além de ter assistido um filme no *Cinema Internacional* do município, de propriedade do espanhol Juan Gómez. O jornalista afirma que a colônia espanhola encontra bastante simpatia das autoridades locais, pelo fato do presidente da Câmara municipal ser um “conacional”. Rodriguez está fazendo referência a Belarmino Rodrigues Peres, fazendeiro da região que foi subprefeito da vila de Vargem Grande entre 1916 e 1921, sendo o primeiro prefeito quando a vila se tornar município em 1922. Chegando em São João da Boa Vista, Rodriguez visita Francisco Palma, “fazendeiro e comerciante em grande escala”, o qual o acompanhou nas visitas, entre elas, na fábrica de sabão de Antonio Lansae. Ao visitar a fazenda de Palma, o correspondente aponta que todos os trabalhadores são espanhóis e são bem tratados e remunerados com correção. A ética do trabalho é valorizada pelo autor do texto, ao dizer que em São João da Boa Vista, “os braços do trabalhador se transformam em uma fonte de riqueza”. Na vila de Bairro Alegre, Rodriguez encontra o correspondente do *Diario Español* na região, o fazendeiro e proprietário de uma fábrica de telhas Laureano Alvarez. Em Espírito Santo do Pinhal, Rodriguez recruta o comerciante Rafael Gualda Garcia como correspondente local. Depois de visitar fazendeiros, lamenta não conseguir se encontrar com Francisco Pérez, dono de uma “importante confeitaria” na cidade. Em Itapira, é recebido por Juan Sánchez, agente consular, comerciante e proprietário. Também correspondente do jornal, Sánchez estava sendo responsável pela criação de uma associação espanhola no município. Por fim, em Engenheiro Coelho, Rodriguez afirma encontrar Alfonso Alonso, que ocupa uma boa posição na região por ter uma empresa que vende lenha para a capital do estado.

A edição do dia 20 de fevereiro apresenta uma extensa matéria sobre a viagem de Héctor Eiras Garcia para a região de Nova Granada e São José do Rio Preto. Por ser a primeira contribuição do jornalista para essa série, Garcia começa como uma “advertência ao leitor”:

Caro leitor, não pense em encontrar nessas linhas refinamentos da linguagem, nem os poderes da imaginação. Não procure literaturas, nem harmonias de frases esplêndidas de devaneios e lirismo... As linhas que você lerá foram tiradas da caderneta de um louco excursionista que, entediado com a vida insuportável da capital, fugiu para o primorosamente lindo interior do estado de S. Paulo. São notas fugazes, impressões rápidas, escritas ao voar do lápis, nervoso e desajeitado [...]

Héctor Eiras Garcia possuía uma linguagem mais rebuscada, “poética” e, conseqüentemente, prolixa do que os outros jornalistas responsáveis pelos relatos de viagem, como podemos observar na descrição de sua partida de São José do Rio Preto até Nova Granada:

“Nuna noite quente de dezembro, lindamente lânguida, deixei a cidade sugestiva e interessante de Rio Preto, para ir para a distante Nova Granada. Eram 2 da manhã, com uma suave lua cheia. A cidade sonolenta e letárgica parecia sorrir para as carícias amorosas do silêncio”. Por isso, sua análise de apenas dois municípios, ocupava praticamente uma página toda do jornal (Figura 18). Entretanto, essa característica de escrita deixa o texto muito mais descritivo, apresentando mais detalhes das regiões em comparação aos outros correspondentes.

Figura 18 - *Una excursión por la línea S. Paulo Norte*: matéria de Héctor E. Garcia



Fonte: *Diario Español*, 02 set. 1920

O jornalista viaja até Nova Granada em companhia de Amador Casado, correspondente do jornal na região. Casado e sua família trabalham para Pedro Rodriguez, proprietário rural em Nova Granada, que também acompanhará o jornalista durante o percurso. Chegando na cidade, Garcia visita inicialmente os comerciantes espanhóis: as mercearias de Juan Vallejo e Juan Antonio Collado, a alfaiataria de Rafael Latorre e a padaria de Viente Lucas. O jornalista se diz “encantado com a invejável situação financeira de que gozam e o prestígio que os

comerciantes espanhóis mencionados têm” e fica admirado pelo fato de “uma vila perdida no meio da selva, como Nova Granada ter um comercio tão avançado e próspero”. Ao visitar os fazendeiros, Garcia produz uma lista com 63 espanhóis de Nova Granada. Ainda que a maioria seja de pequenos proprietários, é um número bem expressivo, o que demonstra boa possibilidade de aquisição de terras para o grupo na região:

Blas Ruiz, 10 alqueires; Jacinto Ruiz, 20 alqueires; Francisco Tavares da Silva, 85 alqueires; Manuel Claro, 80 alqueires; Gabriel Cervantes Belmoente, 30 alqueires; Manuel Claro Román, 15 alqueires; Diego Cervantes, 10 alqueires; José Bogaz Calvo, 18 alqueires; Felipe Durán Bravo, 14 alqueires; Diego Fernández, 40 alqueires; José Martin, 100 alqueires; Gregorio Herrero, 28 alqueires; José Mola, 30 alqueires; Felipe Sanchez, 67 alqueires; Gaspar Vicente, 25 alqueires; Angel Sanchez, 30 alqueires; José Maria Vicente, 10 alqueires; Ricardo Couto, 50 alqueires; Juan Romero Ruiz, 20 alqueires; Victorino Flores, 10 alqueires; Sergio Flores, 10 alqueires; Nicolas Flores, 50 alqueires; Felipe Flores, 39 alqueires; Agustin San Juan, 16 alqueires; Juan Jiménez Sánchez, 25 alqueires; Antonio Sánchez Vaca, 22 alqueires; Manuel Nuñez Fernández, 24 alqueires; José Sanchez Escobar, 15 alqueires; Francisco Ponce, 20 alqueires; Cristóbal López, 20 alqueires; Alejo Gomez, 23 alqueires; José Manzano, 16 alqueires; Benito Palacio, 10 alqueires; Andrés Casado, 100 alqueires; Miguel Moreno, 11 alqueires; Diego Cerdán 10 alqueires; Fernando Costa 12 alqueires; Antonio Moreno, 14 alqueires; José Pérez Cabello, 15 alqueires; José Antonio Fernández, 27 alqueires; Fabián Moreno Cano, 33 alqueires; Agueda Pérez, 11 alqueires; Francisco Portillo, 15 alqueires; Miguel Gamero, 13 alqueires; Felipe Sanchez Martininez, 13 alqueires ;; José López Sanchez, 10 alqueires; Manuel Perez Robies, 50 alqueires; Andrés Sanchez, 27 alqueires; Jacinto Durán, 20 alqueires; Pedro Rodriguez, alqueires; Amador Sanchez, 12 alqueires; Francisco Barco, 60 alqueires; José Navarro 25 alqueires; José Galán, 18 alqueires; Santiago Calvo, 30 alqueires; Alonso Jiménez, 17 alqueires; Abdón Navarro, 10 alqueires; Miguel Olivera, 20 alqueires; Eugenio Fernández, 30 alqueires; Francisco Dominguez, 12 alqueires; Lorenzo Fuentes, 20 alqueires; Rosendo Gaján, 82 alqueires; Anselmo Casado, 20 alqueires.

A próxima matéria, publicada no dia 13 de março, é assinada por José Rúbio²⁰, que afirma ter partido com Héctor Eiras Garcia de São José do Rio Preto em companhia de Timóteo Jiménez para conhecer os municípios do entorno, a começar por Mirassol. O relato que o autor do texto faz desse município é bastante positivo, chegando a dizer que é a região “mais atrativa” que já viu no estado de São Paulo, pois Mirassol está em “constante progresso em que a agricultura é fonte inesgotável que riquezas”. Ainda, o correspondente afirma que visitou vários comércios de espanhóis, como os de Martin Garcia e Tomás Fernandes, demonstrando possibilidades de mobilidade urbana. Por fim, o texto afirma que a colônia espanhola é muito

²⁰ A primeira matéria assinada por José Rúbio data do dia 19 de fevereiro e faz referências ao município de Gavião Peixoto. Entretanto, o autor afirma que por conta de uma forte chuva, não conseguiu realizar as visitas. Por isso, o texto não apresenta informações relevantes.

amiga do coronel Victor Britto Bastos, influente político da região. Na mesma matéria, o jornal apresenta um problema enfrentado por alguns espanhóis em Monte Aprazível, que haviam comprado algumas terras ainda em matas virgens há nove anos atrás e terão de abandonar suas fazendas já cultivadas por conta de terem perdido um processo que existia previamente a compra e que eles desconheciam.

As colunas sobre as viagens ao interior seguem no mesmo formato por todo ano, alternando os cronistas e os municípios, mas sempre demonstrando casos de espanhóis bem-sucedidos e apontando indiretamente possibilidades de incorporação na região. Na edição do dia 03 de julho, José Rúbio escreve seus comentários sobre Bauru. A ênfase do texto é toda voltada ao aspecto urbano da cidade. Na visão do jornalista, Bauru é uma das “melhores cidades que o estado possui em termos de tráfego comercial”, em função de ser o entroncamento das três ferrovias: Noroeste, Araraquarense e Paulista. Entretanto, Rúbio tece críticas a dificuldade de transitar pelas ruas da cidade, devido aos buracos nas vias públicas. Antes de partir, o correspondente visita Enrique Soler e Antonio Palma, donos de estabelecimentos comerciais no município. Já a edição do dia 27 de setembro traz os apontamentos de Rúbio sobre Catanduva. Diferentemente de Bauru, a ênfase agora é para os proprietários rurais do município, com destaque para os fazendeiros Miguel Barrionuevo, Antonio Romera, Diego Sánchez, Antonio Blás, Martín Herrera, Nemésio Garcia e Cristóban Cano.

É curioso notar que existem poucas menções a Sorocaba ao longo da coleção analisada, ainda que a comunidade espanhola seja muito representativa no município. Mesmo os anúncios publicitários relacionados a Sorocaba, como veremos, são escassos se compararmos com a quantidade de espanhóis residentes na cidade. É provável que a quantidade de notas de uma determinada região dependesse de dois fatores primordiais: a atuação do correspondente local e a capacidade de entrada e circulação do *Diario Español* entre a colônia. Essas viagens realizadas pelos três representantes do jornal ao interior têm como objetivo, além de informar aos leitores sobre as regiões, divulgar o jornal em diversos pontos do estado, além de buscar parceiros comerciais para anunciar no jornal.

2.2. Anúncios de negócios da colônia espanhola pelo interior de São Paulo

Na coleção analisada, foram encontrados 55 diferentes anúncios comerciais relativos a comunidade espanhola no interior de São Paulo. A maioria deles se repetiam por várias edições - algumas vezes em sequência - chegando até mesmo a atravessar vários anos do jornal. A maior parte das propagandas faz referência a “casas comerciais”. São 30 anúncios dessa

modalidade, o que representa 54,6% dentre os 55 diferentes encontrados na pesquisa. Em segundo lugar, temos anúncios de 13 hotéis, totalizando 23,6%. As indústrias de espanhóis vêm em seguida, com dez anúncios diferentes, ou, 18,2% em termos percentuais. Ainda temos alguns anúncios isolados de agentes financeiros, profissionais liberais e vendedores de terras e sementes de cebolas. Esses 55 anúncios são espalhados entre 24 municípios diferentes, sendo que Jaú, com nove propagandas diferentes, é o que apresenta maior diversidade de anunciantes. Bebedouro apresenta cinco reclames diversificados e Bauru e São José do Rio Preto, quatro. Na tabela abaixo, listamos os municípios e as principais modalidades de negócio pertencentes a espanhóis que aparecem nos anúncios nas edições do *Diario Español* entre 1912 e 1921.

Tabela 10 (continua) - Anúncios de negócios pertencentes a espanhóis no interior de São Paulo (1912-1921)

	Casas comerciais	Indústrias	Hotéis
1912	São Carlos São Roque (2) Araraquara Bebedouro Jaú Dois Córregos	Taiúva (2) Jaú Bebedouro (2)	Jaú
1913	Jaú (2) São Carlos Taiúva	São Carlos Bariri	Franca
1914	Ribeirão Preto Avaré Franca		São José do Rio Preto Monte Azul Bauru Birigui
1918	Jaú (2) Birigui (2) Bocaina	Bebedouro (2)	Bauru (2) São José do Rio Preto (2) Botucatu
1919	Assis		Sorocaba

Tabela 10 (conclusão) - Anúncios de negócios pertencentes a espanhóis no interior de São Paulo (1912-1921)

	Casas comerciais	Indústrias	Hotéis
1920	Catanduva Itapira Espírito Santo do Pinhal Mococa Ribeirão Preto	São João da Boa Vista	
1921	Uchôa Jaú (2)		
1922	Itapira Catanduva		Catanduva

Fonte: *Diario Español*, 1912, 1914, 1918, 1919, 1920 e 1922.

A título de exemplo, destacamos alguns desses anúncios. No ano de 1912, a edição do dia 08 de janeiro apresenta o anúncio de um “armazém de comestíveis da viúva de Sánchez e Moura” em Dois Córregos. Ainda em janeiro, no dia 30, há o reclame de uma fábrica de chocolates em Jaú, pertencente a Juan Alvarez Alvarez. José Narváez aparece como importador e vendedor de vinhos de Málaga em São Carlos na edição do dia 18 de abril. Em edições de junho, o já mencionado Juan Saborido aparece como dono de fazendas e indústrias pelo interior. Ainda nesse mês, os irmãos Cenoz e Bonifácio Casillas anunciam, respectivamente, uma oficina de carpintaria e uma casa comercial em Bebedouro. Por fim, em julho aparecem anúncios de uma casa comercial pertencente a Saldiva e filhos em Jaú, além um “hotel de mais de 20 quartos” pertencente a Pablo Grañé nesse mesmo município. Durante o segundo semestre, boa parte dos anúncios se repetem.

O ano de 1914 apresenta a propaganda de três hotéis distintos de propriedade de espanhóis pelo interior: em São José do Rio Preto, propriedade de Antônio Montañez; em Monte Azul Paulista, propriedade de Massas e Barbero; e em Bauru, propriedade de Lázaro Mateo. Esse ano também apresenta a publicidade de José Ruana Delgado como comerciante de sementes de cebolas em Piracicaba. Em julho, Francisco Garcia Bultrago anuncia a fundação de seu armazém de secos e molhados em Avaré. A edição do dia 16 de maio traz uma grande matéria sobre “a zona de Birigui”. Com a finalidade de comercializar lotes de terras na região, o texto diz que essa zona, que conta com 12 mil quilômetros quadrados, pertence a comarca de Penápolis, compreende uma “zona agrícola riquíssima, exuberante e de salubridade

comprovada”. Segundo o anúncio, nos 18 meses que tem de existência, Birigui já conta com um hotel, fundado por um espanhol chamado D. Francisco Galindo de Castro. A partir de então, essa propaganda se repetirá frequentemente no periódico.

Dentre o período analisado, o ano de 1918 é o que apresenta maior variedade de negócios e cidades. A começar pelos hotéis, temos cinco anúncios diferentes. Em Bauru, temos os anúncios do *Hotel Granada*, de Eduardo Calejón, e do *Hotel Espanhol*, de Juan Moreno. Os irmãos Antonio e Juan Camarero aparecem na edição do dia 21 de junho como proprietários do *Hotel Universal* em São José do Rio Preto. A matéria aponta que o nome escolhido se deu pelo fato de atender uma região com grande diversidade de imigrantes. Ainda em São José do Rio Preto, José Garcia de Castro aparece como proprietário de um hotel na região central do município. Por fim, em 25 de junho, temos o anúncio do pensionato de José González, adquirido do compatriota Benjamin Fernández em Botucatu. Manuel Trigo aparece em junho como proprietário de uma fábrica de telhas e tijolos em Birigui. Por fim, em 27 de julho, existe a propaganda do escritório de engenharia de Eduardo Campoó em São José do Rio Preto. Campoó era engenheiro civil formado na Espanha, com aperfeiçoamento em topografia nos Estados Unidos. Chegou ao Brasil em 1914 e atuou a partir de 1917 no levantamento topográfico da região.

O ano de 1919 é o que apresenta menos variedades de anúncios novos. Destaque para o Gran Hotel Español em Sorocaba, propriedade de Adolfo Costilhas. Já em 1920, Antonio Navas aparece como dono de um armazém chamado Casa Granada, em São José do Rio Preto e temos os reclames de uma fábrica de sabão de Antonio Lansac chamada Alfonso XIII, em São João da Boa Vista. Por fim, o ano de 1922 – ano final do *Diario Español* – apresenta também pouca variedade de anúncios inéditos. Destacamos os reclames de uma casa comercial pertencente a Rafael Centurion e do *Hotel Brazil*, propriedade de Pedro Soto, ambos os negócios em Catanduva.

Outros tipos de anúncios com bastante incidência entre as páginas do *Diario Español* são aqueles voltados à venda de terras especificamente para imigrantes espanhóis. Basicamente, esses anúncios se dividem em três tipos: 1) os que aparecem como publicidade de forma direta, ocupando grandes espaços dos jornais e, normalmente, feitos por grandes companhias de colonização (Figura 19); 2) os que são feitos de maneira implícita em formato de matéria jornalística (Figura 20); e 3) os que pequenos anúncios de espanhóis vendendo suas fazendas ou parte delas (Figura 21).

Figura 19 - Anúncio de venda de terras em Birigui com lista de espanhóis que adquiriram terras na região

Diario Español

ATENCIÓN

The S. Paulo Land & Lumber Co.
Compañía de tierras y maderas—**BIRIGUY**

A pedido de algunos amigos resucito desde ALGUNOS LOTES a modo de experimento a precios, buscados en diversas épocas.
Los que vendidos en estas condiciones por algún número de los siguientes, dándose preferencia a los pedidos de Lotes de 20 alquintres para arriba.
Birigui es la zona más floreciente de todo el Estado de S. Paulo.
Venidos a ver, para creer, que es un terreno para todos.

Informaciones con el Sr. James Melton, Director General de la Compañía en Birigui.
Línea Ferro-Noroeste—**BIRIGUY.**

BIRIGUY

Lotes vendidos en dos meses, desde 1. de Enero hasta 28 de Febrero del corriente año :

Nombre	Área	Valor	Nombre	Área	Valor
Francisco Biondini	10	100	María Felicidade Soares	10	100
Antonio Biondini	10	100	Francisco José Soares	10	100
Luiz Biondini	10	100	João Soares	10	100
Paulo Biondini	10	100	Antonio Soares	10	100
...

Fonte: *Diario Español*, 16 mai. 1913

Figura 20 - Anúncio de venda de terras em Birigui (formato de matéria jornalística)

LAS MEJORES TIERRAS

Para pequeñas haciendas

Por cada día son más importantes las adquisiciones de tierras en la espléndida zona de Biriguy, en la línea Noroeste.

La producción es tan exuberante, que bien puede tacharse de extraordinaria.

Como demostración de lo que valen aquellas incomparables tierras, publicamos hoy en la tercera página de este número la fotografía de un cafeto nuevo, que apenas cuenta dos años y medio.

En Biriguy las plantaciones son todas de la misma naturaleza, pues la calidad de las tierras no tiene comparación alguna.

Conviene que los connacionales que se dedican a la agricultura y poseen algunos recursos, se fijen en el anuncio que publicamos a este respecto en el lugar competente, y aprovechen la magnífica ocasión que se les depara de convertirse en propietarios y comprar tierras de especial calidad en Biriguy, en donde, dentro de poco tiempo, su precio habrá triplicado.

Fonte: *Diario Español*, 28 ago. 1913

Figura 21 - Pequeno anúncio de venda de terras feito por um espanhol



Fonte: *Diario Español*, 25 nov. 1913

Os anúncios de venda de terras em Birigui permeiam os jornais basicamente durante todo o período analisado. Seja em forma de publicidade direta ou intrínseco a textos informativos do jornal – em uma espécie de publicidade disfarçada de reportagem - a recorrência desses anúncios chega a ser quase que diários em alguns períodos. Por vezes, o jornal chega a aconselhar “compatriotas que aspiram a realização de sua independência por meio do trabalho e contam com algumas economias” a adquirirem um lote de terras em Birigui. As propagandas também fazem menções a espanhóis que já adquiriram terras no município e a comércios pertencentes ao grupo. Em um texto recorrente em 1914, o jornal aponta que o povoado se desenvolve de maneira rápida, graças à companhia de venda de terras que atua na região. Segundo a peça publicitária, há uma facilidade na aquisição de terras por pequenos sitiantes e colonos, pois parcelam a terra em até três anos, desde que paguem um sinal de trinta por cento. O texto apresenta Birigui como uma Eldorado em que o pequeno agricultor pode ficar rico.

Na edição do dia 08 de junho de 1914, o jornal mostra uma matéria sobre a nova região intitulada “aumento de proprietários”. O texto informa que os espanhóis frequentemente têm procurado o jornal para relatar que resolveram “transladar o estado até Birigui” para adquirir terras para cultivos. Julian Gil e Vicente Garcia se mostram satisfeitos com a aquisição de terras na região. A matéria diz que a companhia *The S. Paulo Land & Lumber Co.* vendem terras de 5 á 30 alqueires, tendo como principais clientes os imigrantes, sobretudo os espanhóis e italianos.

Nos primeiros anos do século XX, a extensa área do estado de São Paulo denominada zona Noroeste, “localizada entre os rios Aguapeí (também conhecido como rio Feio) e Tietê estendendo-se até o rio Paraná” (SOUZA, 2014 p. 154) atraiu interesse de grandes investidores para colonizar e, posteriormente, negociar essas terras. Nesse cenário a *Companhia de Terras e Madeira de São Paulo* surge em outubro de 1912, pela iniciativa de dez sócios com um capital de oitocentos mil contos de réis, tendo o inglês James Mellor como seu principal acionista. A empresa modificará seu nome para *The S. Paulo Land, Lumber & Colonization Company* em 1914.

Segundo Marco Aurélio Barbosa de Souza (2014), a iniciativa de criar uma grande companhia de colonização foi utilizada para superar os problemas oriundos da falta de legalização de parte significativa das terras da região e do mapeamento e extensão das propriedades. Para isso, a empresa contou com auxílio do advogado e político local Manoel Bento da Cruz, sendo este remunerado com alguns lotes de terras. Segundo Souza (2014, p. 174):

[...] a Companhia resultou da confluência de interesses de grandes proprietários e capitalistas que precisavam ampliar a escala de retalhamento e comercialização das terras da região desfazendo-se de propriedades cujos títulos eram incertos e, ao mesmo tempo, potencializar sua rentabilidade. E dentre os grandes proprietários destacaram-se Augusto Elysio Castro Fonseca e o coronel Manoel Bento da Cruz. [...] Para o sucesso da comercialização, a empresa utilizou-se de diversas estratégias, em especial, o uso de propagandas realizadas em jornais e panfletos com publicação em outros idiomas destinadas, principalmente, a imigrantes. O uso dessas estratégias permitiu que a Companhia alcançasse o objetivo pretendido: a venda fracionada de uma grande extensão de terras em pouco tempo.

Os espanhóis Francisco Galindo de Castro e Francisco Martins Archilla foram dois dos primeiros a adquirirem terras em Birigui, em dezembro de 1911. Eles chegaram a ter como moradia inicial na região dois vagões de trens cedidos pela Companhia Noroeste até que pudessem expulsar os nativos, derrubar as matas, preparar as terras para o plantio e construir casas (SOUZA, 2014). Em 1914, Francisco Galindo de Castro já era proprietário do primeiro hotel de Birigui.

Na edição do dia 11 de dezembro de 1914, há um texto sobre o terceiro aniversário de fundação de Birigui, “colônia em que tantos compatriotas são proprietários de férteis terras que lhes asseguram um porvir de abundância e bem-estar”. Chama atenção a grande quantidade de espanhóis que participaram da comemoração: as famílias de Francisco Galindo, Nicolás da Silva Nunes, Francisco Romero, Francisco Figueras Cruz, Dr. José Sanchez, José Muñoz, França Contil, José Constantino, José da Silva Nunes, Manuel Rodriguez, Antonio Muñoz, Juan

Plácido Tavares (chefe da estação), Juan Rocha, Wajy Rahall, José Marquez, José Pepinelli, Luís Establ, José Esquarinato, Angelo Araldi, Juan Rodríguez, Francisco Conde José Masón, Blás Gonzalez, Alfonso Garcia, Julio Montenegro, Juan Garcia, Antonio Márquez, Francisco Pimenta, Juan Fernandez, Pedro Segura, José Martin, Francisco Martín, Juan del Piccolo, Antonio Gonzalez, José Ferrera Batista, Luís Bolaña, Manoel Taboada, Antonio Simões e Antonio Belmonte.

As propagandas da *Companhia* nas edições do ano de 1921 anunciam que já foram vendidos 1.740 lotes em Birigui, sendo 500 deste montante para famílias espanholas. Os anúncios sempre afirmam que com “pouco dinheiro” é possível “afastar-se da servidão, tornando-se proprietário”, gerando “independência e fortuna” para si e para os filhos. A garantia dos títulos de propriedade também é frisada quase que constantemente nos anúncios. Nesse contexto, há também a espanhóis revendendo terras anteriormente compradas em Birigui. É o caso de Gabriel Mellado, que anuncia na edição de 12 de março de 1920 a venda de um sítio de 21 alqueires, com água abundante, contendo 20 mil pés de café, quatro casas de moradas para colonos, além de casa de morada para a família, com um salão na parte da frente para fins comerciais.

Em edições do ano de 1918, encontramos anúncios de venda de terras em Catanduva. Juan Alvarez y Alvarez, espanhol domiciliado em Jaú, aparece como representante de venda de terras da Fazenda S. Martinho, na então Vila Adolpho, que virá a ser Catanduva ao longo desse mesmo ano. São comercializados lotes de 50 e 100 alqueires, custando respectivamente, 5 e 10 contos de réis, sendo pagos em 6 anos em parcelas anuais. Em caso de aquisição do lote maior à vista, o preço reduziria para 6 contos de reis.

2.3. Matérias sobre associativismo étnico e atividades culturais da colônia espanhola

Outro tipo de menção muito recorrente a comunidade espanhola do interior de São Paulo no *Diario Español* são os anúncios das associações étnicas pelo interior. Cruzando as referências bibliográficas que tratam sobre a temática, chegamos a encontrar menções de associações étnicas espanholas em 21 municípios pelo interior do estado²¹. Já a coleção de jornais analisada apresentou a menção a 22 associações em municípios diferentes (Tabela 11). Ao cruzar as listas, constatamos que os jornais fazem alusão a doze municípios com associações que não constam em bibliografia sobre associativismo espanhol no estado de São Paulo: Bebedouro, Bariri, Birigui, Botucatu, Cravinhos, Pederneiras, Santa Adélia, Santa Rita do Passa

²¹ Ver relação no capítulo anterior da presente tese.

Quatro, São Carlos, São José do Rio Preto, São Simão e Uchoa. Ao somar as duas listas, podemos verificar a existência de associações espanholas em ao menos 33 municípios diferentes do interior paulista.

Tabela 11 (continua) - Menções no *Diario Español* a associações espanholas pelo interior paulista²²

Ano	Associação/Cidade	Menção
1912	Centro Espanhol Beneficente de Bebedouro	Convocação para eleição da primeira diretoria
1914	Associação Espanhola de Bariri	Carta da associação parabenizando o jornal pelo posicionamento
1914	Sociedade Espanhola Beneficente de São Carlos	Publicação da posse da diretoria e do estatuto
1914	Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Ribeirão Preto	Festa pelo 11º aniversário da associação
1914	Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução de Cravinhos	Fundação da associação (José Eiras Garcia é nomeado presidente honorário)
1918	Centro Espanhol de Santa Adélia	Eleição da nova diretoria
1918	Sociedade União Espanhola Beneficente de Franca	Reformas no prédio da sede
1918	Sociedade Espanhola de Instrução e Recreio de Sorocaba	Eleição da nova diretoria
1918	Sociedade Beneficente Espanhola de Botucatu	Aprovação das contas do ano anterior e eleição da nova diretoria
1918	Grêmio Espanhol de Piracicaba	Eleição da nova diretoria

²² Optamos por reproduzir os nomes das associações como encontrados nos jornais, ainda que oficialmente algumas tinham outro nome. A tabela faz referência a primeira notícia encontrada sobre cada associação elencada. Algumas delas aparecem em outras edições do jornal.

Tabela 11 (conclusão) - Menções no *Diario Español* a associações espanholas pelo interior paulista

Ano	Associação/Cidade	Menção
1918	Sociedade Centro União Espanhola de Bento Quirino (São Simão)	Convite aos espanhóis da região a se associarem
1918	Centro Espanhol de Catanduva	Presença do presidente da associação na fundação da câmara municipal
1918	Sociedade Espanhola de Vargem Grande (do Sul)	Convite para festa de inauguração do prédio da sede
1918	Sociedade Espanhola de Uchoa	Primeira reunião com o objetivo de fundar a associação
1918	Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Pederneiras	Festa para inauguração do retrato do rei Alfonso III
1918	Sociedade Espanhola de Santa Rita do Passa Quatro	Convite para festa de inauguração do prédio da sede
1919	Sociedade Espanhola de Instrução e Defesa Mútua de Marcondésia (Monte Azul Paulista)	Convite para uma sinfonia e espetáculo teatral para arrecadação de fundos
1919	Centro Espanhol Protetor e Beneficente de Jaú	Eleição da nova diretoria
1920	Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Recreio de Olímpia	Convocação para assembleia
1922	Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Birigui	Eleição da nova diretoria
1922	Centro Espanhol de S.J. do Rio Preto	Comunicado de prestação de auxílio médico aos associados

Fonte: *Diario Español*, 1912, 1914, 1918, 1919, 1920 e 1922.

Entretanto, apesar da existência de uma quantidade considerável de associações espanholas pelo interior de São Paulo, em fevereiro de 1913 o editor José Eiras Garcia escreve um longo texto intitulado “Nossa debilidade coletiva”, pelo qual apresenta várias críticas a falta de união e organização da colônia espanhola, sobretudo na capital do estado. Para o dono do jornal, as comunidades espanholas esparsas ao longo do estado têm sua atuação muito limitada, o que acaba, segundo ele, por “dividir a colônia, em vez de uni-la”. Garcia ainda aponta que nas cidades “mais humildes do estado, em que três duzias de espanhóis estão assentados, lá eles exercem uma influência incomparavelmente maior do que a colônia desta capital”. Segundo Cánovas (2007, p. 421), o desejo de Garcia era ver as diversas associações espanholas unificadas sob um mesmo propósito. Em 1918, quando já há um evidente aumento na quantidade de associações espanholas no estado de São Paulo, o jornal produz uma crítica a atuação das mesmas, dizendo que elas têm um raio de ação limitado e que raramente elas falam em nome da maioria da comunidade espanhola, mas sim apenas de seus líderes. O jornal ainda adverte: “espanhóis: sejam cautelosos e clarividentes. Não concordem com nenhum compatriota cínico que fale em seu nome sem você ter concedido essa autorização”.

Após a reclamação de José Eiras Garcia, surgem em sequência alguns textos que ecoam sua visão sobre a importância da união entre os espanhóis no estado. A edição do dia 02 de abril de 1913 traz um artigo de Tomás Calzada Gonzalez, espanhol de Bebedouro, corroborando com a visão de Eiras. Em seu artigo intitulado “À colônia espanhola: a união faz a força”, Gonzalez utiliza-se da imagem de um muro de pedras como metáfora. Para o autor, cada sociedade espanhola seria como uma “pedra” que, de forma isolada, não garante proteção à colônia mesmo se existissem “mil ou dez mil pedras enormes”. Já a união dessas “pedras” – leia-se dessas sociedades – formaria “um conjunto linear e bem direcionado, formando um muro no qual furiosos vendavais encontrariam resistência tenaz e se prostrariam humilhados aos pés de uma união tão forte”. Gonzalez termina seu texto lamentando o que diz ser uma velha máxima sobre seu povo: “quando o espanhol concorda, já é tarde demais”. Máxima esta que deseja ver encerrada pelo patriotismo e união. Em edição de 05 dezembro do mesmo ano, Jesus Sánchez afirma que “a colônia espanhola de São Carlos parece acordar do sono profundo em que está acamada há anos”, pois, “impulsionada por grandes sentimentos patrióticos” finalmente uniu “as forças dispersas de nossa colônia no município”. Apesar da sociedade espanhola em São Carlos ter sido fundada ainda no século XIX, pelo relato do jornal, ou a associação estava com baixa atividade, ou a colônia espanhola estava dividida.

Em janeiro de 1914, um grupo de espanhóis de Bariri produz uma efusiva chamada aos espanhóis da região à associação que estão fundando. Segundo o grupo, Bariri possui uma

grande comunidade espanhola, mas que ainda está “inativa, apática, indiferente e em completa desorganização”. Para isso, pretendem lançar uma sociedade para prover auxílio médico e financeiro àqueles que necessitam. A chamada é assinada por um grupo substancial de espanhóis: José Gutiérrez, Antonio Fustana, José Pérez, Cesário Romero, Alfonso Lara, Francisco Navas, Felipe Bustamante, Juan Serrano, José Bueno, José Rodriguez, Pedro Revuelta, Vicente Serrano, Francisco Andrade, Juan Lara, Francisco López, Francisco Gallardo, José Lozano, Anjo Revuelta, Antonio Moreno, Juan Murga, José Lara, Juan Jiménez, Frederico Ramos, José Gutiérrez, José Alvarez, Victorio Januserio, Giacomo Escalena, Carlos Tacones, Diego Serrano, Ramón Cores e Juan Ponce.

A edição do dia 09 de outubro de 1914, noticia-se a fundação da Sociedade Espanhola de Socorros, Instruções e Defesa Mútua em Cravinhos para atender também os “compatriotas residentes na comarca de Ribeirão Preto”. Os membros são: Antonio Blás (presidente); Antonio Llamas (vice-presidente), Salvador Navarro (tesoureiro), Antonio Monzon (vice-tesoureiro), Felix Castillo (contador), Santos Blas (vice-contador), José Fernández (secretário), Alfonso Domingues (secretário), Francisco Ruiz (porta-estandarte) Isidro Hidalgo, Francisco Gallego, José Sánchez, José Navarro, Antonio Pérez, Domingo López e José Baños. Alexandre Marcondes Filho como advogado e S. Barroso, como médico, são os membros não-espanhóis, o que significa que provavelmente não havia esse tipo de profissional entre os espanhóis do município. Um detalhe interessante é que José Eiras Garcia foi nomeado presidente honorário da associação.

Parte dos informes relativos às associações espanholas faziam referências a convites e/ou a reportagens para/sobre comemorações de caráter étnico. Em sua edição do dia 13 de abril, o periódico apresenta a notícia da festa do 11º aniversário da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Ribeirão Preto. O texto diz que Emetério Ferrer, em seu discurso, discorreu sobre os esforços da colônia para movimentar a associação. Fora chamado também a discursar Emílio Moço, português, o que demonstra proximidade entre as colônias. O exemplar do dia 05 de maio apresenta matéria sobre uma grande festa organizada pela comunidade espanhola de Campinas em comemoração a independência da Espanha das tropas de Napoleão, iniciada em 02 de maio de 1808. A comemoração contou com a presença do cônsul espanhol, que proferiu o seguinte discurso:

Senhores, amigos, compatriotas: vocês tiveram a consideração de me convidar a presidir esse ato, com o qual mais uma vez vocês provam seu patriotismo, sua nobreza de alma e seus sentimentos altruístas. Vocês me convidaram, repito, a presidir esta sessão solene que comemora uma das datas mais gloriosas da nossa história e, atento ao seu convite, que me honra e me exalta, aqui estou, apesar das minhas múltiplas ocupações, para compartilhar com

você a nobre ideia de prestar homenagem, uma homenagem à pátria, àquela pátria que fica mais querida quanto mais longe você estiver dela; àquela pátria para a qual todos os nossos desejos se voltam. Pátria que gostaríamos de engrandecer e que tem como sua orientação “a liberdade dentro da ordem e o trabalho dentro da liberdade”. Já que vocês são amantes dessas ideias, defensores e propagandistas delas, como todos vocês são honestos filhos do trabalho, que hoje, mesmo cansados do trabalho árduo do dia, tomam do descanso esses instantes para a consagração da pátria, é justo que seus esforços o acompanhem e, portanto, eu ocupo este lugar a partir do qual, com todo o entusiasmo da minha alma, saúdo-o nas frases: Viva a Sociedade Espanhola de Campinas! Viva Espanha!

Em 17 de maio 1918 também há outra grande matéria sobre a comemoração do dia 02 de maio em Ribeirão Preto. Contando com a presença do então prefeito municipal Joaquim Macedo Bittecourt, a matéria conta com a transcrição do discurso feito pelo espanhol local Francisco Bernal, que explicava as razões da comemoração:

A terrível tragédia testemunhada por Madri, a capital da Espanha, em 2 de maio de 1808, selou para sempre com tinta vermelha a honra e a independência da Espanha nas páginas da história, com o sangue derramado por centenas de homens e mulheres que juntos, sem medo, avançaram contra o fogo vivo dos estilhaços inimigos que cumpriram sua horrível missão devastadora.

Após a apresentação, foram realizados um almoço e um bazar beneficente com produtos doados por casas comerciais de espanhóis do município. Segundo a matéria, essa teria sido a primeira festa realizada pela associação espanhola do município. Em 1922 a Sociedade Espanhola de Olímpia também realiza uma festa em comemoração ao dia 02 de maio, “independência de nossa pátria, como uma grande festa dançante e com um desfile que vai percorrer as ruas da cidade”.

Além dos festejos do dia 02 de maio, outras datas que marcam eventos significativos para a Espanha também são celebradas pelas comunidades ao longo do interior de São Paulo. A chamada “Fiesta de la Raza”, comemorada no dia 12 de outubro em referência a chegada de Cristovam Colombo à América também é noticiada nos jornais. Há uma matéria publicada na edição do dia 05 de novembro de 1920 que descreve brevemente essa comemoração em Catanduva. A Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Pederneiras também realizou uma grande comemoração para marcar a inauguração do retrato de Alfonso XIII, rei espanhol à época, que enfeitaria a sede da associação.

Outros tipos de eventos culturais relacionados aos espanhóis no interior também são noticiados. A publicação do dia 3 de fevereiro de 1914 anuncia a vinda da *Companhia Lírica Espanhola* para Ribeirão Preto. Contando com a cantora lírica Mercedes Tressols e com a

direção do barítono Sr. Capsir, a *Companhia* já havia se apresentado na capital em janeiro. No dia nove de maio do mesmo ano, há uma notícia da apresentação do mesmo grupo em Campinas, indicando que eles estavam em excursão pelo interior. Por fim, a edição do dia 30 de outubro de 1918, apresenta uma matéria sobre um espetáculo beneficente organizado pela comunidade espanhola de Franca em benefício à Santa Casa da cidade. O espetáculo se deu no cinema do município e contou, entre outros eventos, com uma apresentação de poesias em “castelhano” por Vicente Zabalgoitia. Segundo a matéria, a colônia espanhola foi muito elogiada pela iniciativa.

A partir de nossa leitura do *Diario Español*, observamos que o jornal tece pouquíssimas considerações sobre as penosas situações passada por colonos espanhóis em fazendas pelo interior de São Paulo. Nesse sentido, a maioria das reportagens demonstra uma visão mais elitista dos espanhóis, à medida que apresenta apenas representantes da colônia espanhola bem-sucedidos na aquisição de pequenas ou médias propriedades rurais ou no estabelecimento de comércios ou pequenas fábricas. Ainda que o jornal apresente eventualmente alguma situação de maus tratos à colonos, Cánovas (2007) aponta que José Eiras Garcia já havia sido processado por um jornal representante da “aristocracia cafeeira”, sendo condenado a dois meses de prisão, por se posicionar de maneira efusiva nessa questão. A autora conclui que Garcia temia que seu jornal fosse tirado de circulação e, até mesmo, a deportação. Por essas pressões, o editor passou, então, a ser mais ponderado quanto a esses assuntos (CÁNOVAS, 2007, p. 420).

De fato, a visão que o jornal de Garcia produzia do interior era extremamente positiva. Apresenta o interior como um lugar de fácil incorporação e ascensão social por parte do imigrante. Para isso, apresenta majoritariamente exemplos positivos de trajetórias de sucesso por parte dos colonos. O jornal por vezes também anunciava novas fábricas e/ou melhoramentos urbanos em regiões do interior. A ética da ascensão pelo trabalho era algo bastante recorrente, algo que certamente auxilia a compor a ideologia do trabalho imigrante como responsável pelo sucesso econômico de alguns indivíduos que apresentam “trajetórias percebidas como bem-sucedidas” (TRUZZI, 2016, p.40). Nesse sentido, o interior aparece como um local com terras férteis e disponíveis para a aquisição, onde bastava um pouco de suor, algum acúmulo de dinheiro e o imigrante poderia enriquecer.

Para além dessa visão enaltecida, o jornal também nos ajuda a compreender algumas possibilidades de incorporação apresentadas aos espanhóis pelas mais variadas regiões do interior de São Paulo. Ainda que saibamos que parte do grupo não percorreu exatamente essa trajetória de sucesso, é de fundamental importância entender como o interior era retratado de maneira positiva pelo principal jornal étnico espanhol de São Paulo. Por certo, essas notas,

matérias, notícias e/ou publicidades também poderia ser um fator de influência para migrações internas dentro do estado de São Paulo. Sobretudo entre aqueles espanhóis que apresentavam certa ascensão social e, obviamente, tinham acesso de alguma forma ao jornal.

A fim de captar diferentes tipos de incorporação dos imigrantes espanhóis no interior do estado de São Paulo, no próximo capítulo, iremos nos debruçar sobre os diferentes aportes teóricos que são imprescindíveis para a compreensão do tema.

CAPÍTULO III – MODOS DE INCORPORAÇÃO: DIFERENTES APORTES TEÓRICOS

Os sociólogos Alejandro Portes e Rubén Rumbaut (2014) apontam que não existe uma teoria que dê conta de abranger todos os aspectos do fenômeno da imigração. As teorias existentes, afirmam os autores, “tendem a se focar nas questões de trabalho e mão de obra dos imigrantes, se estendendo, ao acaso, às origens e padrões de estabelecimento”. Segundo os sociólogos, as teorias existentes podem ser organizadas em quatro categorias: 1) as causas da imigração; 2) sua continuidade e direção; 3) os tipos de trabalho imigrante; e 4) os padrões de estabelecimento e adaptação.

Ainda que a maioria dos debates teóricos mais recentes na área dos estudos migratórios versem sobre o fenômeno contemporâneo da imigração, os estudos que possuem um viés histórico também podem se beneficiar dos novos referenciais. Truzzi (2012, p. 512) adverte que “no caso brasileiro e, sobretudo paulista [...], estes novos desenvolvimentos teóricos exigem novas interpretações de nossa experiência de recepção de imigrantes estrangeiros”. Se por um lado, estudar fenômenos históricos apresenta a facilidade de permitir uma observação mais acurada do desenvolvimento do processo durante o tempo, por outro, pode criar certos vícios de análise que comprometem leituras mais precisas desses processos. É o caso, por exemplo, da clássica teoria *push-pull*, que vimos no primeiro capítulo da tese. Ou do antigo conceito de assimilação, como veremos a seguir.

3.1. Assimilação: do etnocentrismo à resignificação

Na década de 1920, o paradigma da assimilação surge como um dos primeiros conceitos para embasar os estudos migratórios, sobretudo no que tange a questão da incorporação dos imigrantes às sociedades receptoras. Apresentado inicialmente pelo sociólogo norte-americano Robert Ezra Park, o conceito era definido por este como “nome dado aos processos pelos quais povos de diversas origens raciais e diferentes heranças culturais, ocupando um território comum, adquirem uma solidariedade cultural suficiente para sustentar uma existência nacional.” (*apud* SEYFERTH, 2000, p. 8). Segundo Giralda Seyferth (2000), Park aponta que enquanto a primeira geração de imigrantes ainda mantém certa “autoconsciência nacional”, a *assimilação* é um processo quase automático à segunda geração de imigrantes, à medida que esta integra-se a vida social, econômica, cultural e política do país receptor.

Park conclui que a *assimilação* é “tão inevitável quanto desejável [pois] é impossível que os imigrantes [...] permaneçam permanentemente em grupos separados” (PARK, 1921, p. 308). O sociólogo pontua que essa assimilação deve ser feita de maneira democrática, respeitando o tempo de adaptação dos grupos, dando liberdade para os imigrantes fazerem as devidas conexões entre as velhas e novas experiências para que assim que estes encontrarem um ponto de identificação com a nova sociedade possam se assimilar de maneira mais rápida. Para Park, o maior obstáculo para assimilação seriam os traços físicos, o que impediria biologicamente a assimilação de asiáticos e negros à sociedade americana. Entretanto, o autor aponta que os traços físicos são o principal obstáculo para assimilação, o que impediria biologicamente a integração de asiáticos e negros à sociedade americana.

Com efeito, esse modelo teórico e político apresentava uma visão etnocêntrica do processo de incorporação de imigrantes. A fim de se integrarem ao *mainstream* da sociedade receptora, os imigrantes teriam de abrir mão de suas identidades étnicas. Segundo essa visão etnocêntrica do processo de assimilação, o ponto de referência para se incorporar ao modelo desejável pela sociedade de recepção, no caso dos Estados Unidos, seria falar inglês, ser branco, protestante e, preferencialmente, ascender à classe-média²³ (ALBA; NEE, 2003, p. 4). Há, portanto, um recorte racial para a eleição de tipos de imigrantes desejáveis. Se os asiáticos e os negros possuem características fenotípicas que dificultam a assimilação, os imigrantes europeus dependeriam apenas de processos sociais, como a aculturação, para se assimilarem à sociedade norte-americana. (SEYFERTH, 2000, p. 8).

Durante a década 1970, o uso do modelo de assimilação passa a sofrer severas e justas críticas por autores norte-americanos. O conceito é visto por Kazal (1995) como etnocêntrico, irrealista, politicamente incorreto e “anglo-conformista”. O sociólogo Nathan Glazier (1993) chega a declarar que o conceito está “morto” (TRUZZI, 2012).

Na mesma época de seu surgimento nos Estados Unidos, o tema da assimilação também permeou a discussão sobre a imigração no Brasil, tanto no âmbito teórico quanto no político. No final da década de 1920, Alfredo Ellis Júnior ao buscar exaltar a população paulista como *raça de gigantes*, utiliza-se do termo nos moldes parecidos com o de Robert Park:

a assimilação, pois, é a redução a outra civilização de um grupo humano mais ou menos numeroso de indivíduos, o qual abandona todos os laços culturais anteriores, adquirindo novos que lhes são transmitidos pelo grupo humano em contato com o qual ele é posto [...]. (ELLIS JR *apud* TRUZZI, 2012)

²³ Padrão este que é frequentemente referido pela sigla WASP (*White Anglo Saxon Protestant*) (TRUZZI, 2012, p. 534).

Politicamente, o pressuposto da assimilação foi implementado através da campanha de nacionalização durante o Estado Novo. Segundo Giralda Seyferth (2005, p. 15) “a assimilação (forçada) no sentido do abasileiramento, visando anular as distintividades culturais e os pertencimentos étnicos produzidos pela imigração”.

Portanto, é possível dizer que a ideia de assimilação no Brasil possui uma trajetória semelhante à dos Estados Unidos. Truzzi (2012) aponta que há ao menos três fases em que o conceito foi empregado de maneira diferente no país. A primeira está ligada à formação nacional do povo brasileiro, influenciando a política imigratória da Primeira República ao Estado Novo. A segunda, puramente acadêmica, associada à interpretação cultural do termo, que durou da década de 1940 até os anos setenta. Assim como no caso norte-americano, a partir de então, o termo passou a cair em descrédito no meio acadêmico, sendo substituído por uma perspectiva multiculturalista de análise (TRUZZI, 2012, p. 518-519).

Ainda que o conceito tenha passado por inúmeras desconstruções, a partir dos anos 1980 há uma pequena recuperação de seu uso, que pode ser visto em Nagel e Olzak (1982) e Portes e Manning (1986). Embora os trabalhos partam das críticas centrais que a assimilação passa a receber, há ressignificações de alguns de seus elementos que podem auxiliar a ampliar a compreensão do processo de incorporação dos imigrantes nas sociedades receptoras.

Segundo Alejandro Portes e Robert Manning (1986, p. 47), a maior parte dos estudos sobre imigração nos Estados Unidos são realizados sob a perspectiva da assimilação. Ou seja, o enfoque principal dessas pesquisas recai sobre os esforços dos imigrantes, minoria, em superar os obstáculos que impedem a sua entrada no *mainstream* da sociedade receptora. Segundo os autores, seguindo essa perspectiva de análise, o processo de assimilação ocorre através de um caminho sequencial: dificuldades econômicas iniciais e discriminação até a ascensão social decorrente da assimilação. O foco - que representa o elemento central da assimilação - é a construção de consensos entre o grupo de imigrantes e a sociedade receptora. Portanto, a partir da perspectiva clássica da assimilação, a mobilidade social do imigrante está ligada à sua disposição em abandonar seu conjunto de valores tradicionais e, ainda, do grau de resistência que apresenta a sociedade receptora em aceitá-los por razões culturais, raciais e/ou religiosas.

Os autores apresentam uma outra visão sobre a não-assimilação de determinados grupos étnicos na sociedade estadunidense. Essa visão insere a subalternização de algumas etnias – negros, latinos e indígenas - na esfera econômica. Mais precisamente, aponta para as posições que esses grupos são chamados a desempenhar no mercado de trabalho. Posições estas sempre desfavoráveis. A não-assimilação desses grupos é, portanto, fruto de um processo de

colonialismo interno que traduz em benefícios para empregadores e, conseqüentemente, para membros do grupo racial dominante (PORTES; MANNING, 1986, p. 48).

No entanto, esse processo de exclusão também pode gerar uma mobilização étnica por parte do grupo excluído, a partir da qual o grupo passa a reafirmar sua identidade étnica, criando uma rede de auxílio mútuo (NAGEL e OLZAK, 1982). Além disso, Portes e Manning (1986) apresentam exemplos em que o sucesso econômico da primeira geração de imigrantes retardou e/ou evitou o processo de assimilação, situação esta que contradiz a ideia de que a assimilação é o único e melhor caminho para a mobilidade econômica. É o caso dos judeus de origem alemã que chegaram em Manhattan entre 1840 e 1870 e conseguiram notável destaque no comércio após apenas algumas décadas. Esse grupo, que resistiu à assimilação, serviu de base para a incorporação do grupo de judeus do leste europeu, que chegaria entre 1870 e 1914. Nesse sentido, as sociedades de auxílio mútuo foram fundamentais para a recepção do novo grupo. Há, portanto, uma rede étnica fundamental na incorporação dos imigrantes recém-chegados. Nesse sentido, o sucesso econômico da primeira geração permitiu que o grupo conseguisse manter sua identidade étnica, além de construir associações para auxiliar a mobilidade de outros imigrantes da mesma etnia.

Portes e Manning (1986) afirmam que sem uma comunidade étnica de apoio, os imigrantes se tornam muito mais suscetíveis ao caminho mais linear da integração a sociedade de acolhimento e, conseqüentemente, da assimilação. Os autores apontam que as redes construídas sobretudo através dessas sociedades servem como “escadas de mobilidade” para os imigrantes recém-chegados.

No início dos anos 2000, os sociólogos Richard Alba e Victor Nee publicam a obra *Remaking the American Mainstream: Assimilation and Contemporary Immigration*, na qual propõem repensar o paradigma de assimilação, eliminando o etnocentrismo do conceito. Ao entenderem etnicidade como uma fronteira social (BARTH, 1998), os autores compreendem que o processo de assimilação não ocorre de maneira linear, com o grupo minoritário se aculturando e tendo suas características étnicas diluídas no padrão dominante. Em sua nova versão, reformulada por Alba e Nee (2003) e chamada por Truzzi (2012) de assimilação ressignificada, assimilação não significa mais o desaparecimento da etnicidade, mas sim uma reorganização das fronteiras sociais dos grupos envolvidos. Ou seja, não há apenas adaptação dos grupos recém-chegados à sociedade, mas também uma decisiva influência nesta (TRUZZI, 2012).

Alba e Nee (2003, p. 11) argumentam que a viabilidade do conceito de assimilação precisa levar em conta três fatores: 1) a etnicidade como fronteira social pela qual os indivíduos

moldam, mobilizam e orientam suas ações de forma cotidiana; 2) a distinção étnica dos grupos opera de maneira concreta, na medida em que os membros de um grupo reconhecem as diferenças, produzindo a percepção de “que eles não são como nós, porque...”; 3) a assimilação como forma de mudança étnica pode ocorrer em ambos os lados da fronteira.

A ideia de fronteira social é, portanto, fundamental para a compreensão da nova ideia de assimilação. Durante o processo de incorporação dos imigrantes, há uma constante transformação tanto na sociedade de recepção quanto no grupo imigrante. Segundo Alba e Nee (2003, p. 11-12), ambos têm suas naturezas alteradas durante o processo de incorporação. Assim, para os autores, há uma plasticidade da sociedade receptora. Essa noção de plasticidade é muito importante na crítica ao conceito tradicional de assimilação, que propõe uma adoção total do imigrante a cultura da sociedade receptora, vista como estática e imutável. Nesse sentido, Truzzi (2012, (p. 536 - 537) aponta que o posicionamento das fronteiras sociais entre os grupos ocorre seguindo três tipos ideais:

- 1) Cruzamento de fronteiras: acontece quando há a passagem de um indivíduo de um grupo para outro sem alterar a ordem da estratificação étnica. Indicado para analisar casos individuais, esse processo é mais próximo da ideia clássica de assimilação, pois não apresenta reposicionamento de fronteira;
- 2) Obscurecimento de fronteiras: acontece quando a fronteira que distingue os grupos se torna menos nítida. É verificado, por exemplo, quando a incorporação apresenta significativos casos de casamentos exogâmicos;
- 3) Mudança de fronteiras: ocorre quando há um reposicionamento da fronteira, incluindo grupos que antes se encontravam situados do outro lado, mas também alterando a natureza da sociedade receptora.

Nesse sentido, o caso da imigração para São Paulo no contexto da abolição apresenta um traço peculiar, pelo qual a chegada dos europeus faz parte de um novo projeto de nação para o Brasil, pensado desde meados do século XIX. Nesse contexto, o elemento racial será elemento central na construção de um país moderno. O censo demográfico de 1872, primeiro de âmbito nacional, parte dessa empreitada, aponta que “viviam no país cerca de dez milhões de pessoas, das quais, lamentavam influentes políticos e intelectuais, apenas 38% eram brancos” (MISKOLCI, 2012, p. 30). Efetivamente, se em grande parte das imigrações o componente racial é uma desvantagem para o imigrante, no caso brasileiro, esse elemento traduz em uma vantagem para o grupo egresso.

Lilia Moritz Schwarcz (1996) destaca que a segunda metade do século XIX foi uma época de enormes transformações na sociedade brasileira: o fim da escravidão, a urbanização, o deslocamento do eixo econômico para São Paulo, e, em decorrência desta última, o fortalecimento dos fazendeiros paulistas, gerando uma nova configuração das elites político-financeiras. O mencionado projeto de nação é gestado, portanto, sob esse contexto.

O processo do fim da escravidão levou à elite cafeeira debater sobre a questão da oferta da mão de obra, ainda dependente dos cativos. Assim, essa temática passa a figurar também nesse novo projeto de Brasil. Datam “dessa época os primeiros debates e experiências com trabalhadores estrangeiros, sobretudo europeus, entendidos nesse momento como os grandes substitutos diante do iminente fim da escravidão” (SCHWARCZ, 1996, p. 36-37). Nesse contexto, a opção pelo trabalho imigrante foi também uma medida que visou embranquecer a população brasileira. Schwarcz aponta que:

[...] tudo parecia novo: os modelos políticos, o ataque à religião, o regime de trabalho, a literatura, as teorias científicas. Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social (1996, p. 37-38).

Dentre essas teorias científicas tidas como “novidades”, encontram-se as teorias raciais, entre elas, o eugenismo e do darwinismo social. Deterministas, estas teorias indicavam que o atraso econômico de nações como o Brasil era de cunho “biológico”, naturalizando, através do discurso científico, as relações sociais.

A questão da recepção brasileira das teorias eugênicas é um tanto complexa²⁴. Afinal, desde o século XVI, o país era marcado pela mestiçagem. Mesmo que a aproximação a essas teorias significasse para os intelectuais brasileiros certa proximidade com o mundo europeu, pode-se dizer que essa recepção foi seletiva. Miskolci (2012, p. 154) aponta que “nossos intelectuais e dirigentes incorporavam o pensamento dominante buscando adaptá-lo à nossa realidade e objetivos”. Assim, os argumentos utilizados para colocar o Brasil como atrasado frente à parte da Europa e aos Estados Unidos, foram utilizados pela elite local para indicar quais grupos sociais seriam responsáveis pelo “atraso brasileiro”: a tríade formada por mestiços

²⁴ Não havia dentre pensadores e cientistas estrangeiros do século XIX um consenso sobre a razão determinante acerca do atraso brasileiro. O etnocentrismo era disseminado das mais variadas formas: o filósofo francês Georges Luis Leclerc, o conde de Buffon, com sua tese da “infantilidade do continente”, acreditava que os americanos fossem imaturos, assim como a terra que habitavam; o historiador britânico Thomas Buckle, era partidário à teoria do determinismo climático; já o filósofo argentino José Ingenieros e o pensador francês Arthur de Gobineau eram adeptos do atraso pela degeneração da raça. (SCHWARCZ, 1996, p. 48)

pobres – racializados como “caboclos”, indígenas e negros recém-libertos, todos retratados como indolentes (SCHWARCZ, 1996; SILVA, 2015).

Há, portanto, na argumentação da elite que opta pela imigração, uma ligação direta entre raça e trabalho. Segundo Azevedo (1987, p. 128), na visão dos fazendeiros e políticos, esse grupo “não estava preparado para se integrar voluntariamente na grande produção e produzir um trabalho excedente contínuo, gerador de lucros para os grandes proprietários”. Ainda que fosse fulcral a preocupação dos fazendeiros com a produtividade do trabalho, os argumentos utilizados para justificar a opção pela imigração eram constantemente embasados nas questões raciais. Na condição de deputado da província de São Paulo, João Francisco de Paula Sousa, também médico e cafeicultor, defendeu sessão da câmara em 1869, que a imigração seria “uma transfusão de sangue melhor” para o país (*apud* AZEVEDO, 1987, p. 141). Na mesma sessão, o deputado Aguiar Witaker criticou a formação inicial do povo brasileiro, dizendo que os portugueses que colonizaram o país “foram homens degradados, foi a escória do reino português” (*apud* AZEVEDO, 1987, p. 141) e que enxerga “toda a felicidade, todo o futuro do meu país, na vinda do estrangeiro” (*apud* AZEVEDO, 1987, p. 140). Quando questionado pelo deputado Oliveira Braga se os costumes brasileiros não seriam modificados pelo estrangeiro, Witaker defende: “Desejo que venham esses homens, para que, aliados com nossos patrícios, possa daí mais tarde nascer uma raça vigorosa e forte, que ainda não temos; desejo melhorar os costumes e a raça” (*apud* AZEVEDO, 1987, p. 142 – 143). Bento de Paula Sousa corrobora com o argumento de Witaker: “A raça que tem feito o fundamento da província de S. Paulo é deficiente pelo lado do cinismo, da moralidade, da dignidade” (*apud* AZEVEDO, p. 145).

É evidente que do ponto de vista econômico a expansão da lavoura cafeeira aparece como um dos fatores primordiais para a interpretação das imigrações históricas para o estado de São Paulo. Entretanto, os discursos dos políticos e fazendeiros que defendiam a política de imigração estavam permeados por teorias raciais que tanto criticavam a já existente miscigenação no país, quanto eram favoráveis a entrada de qualquer raça provinda de nacionalidades brancas, desde que fossem “respeitosas, produtivas e laboriosas”²⁵.

Tanto por meio de sua perspectiva clássica quanto pelo seu novo e ressignificado conceito, o paradigma da assimilação é fundamental para a compreensão das imigrações históricas para São Paulo. Obviamente que no primeiro caso, a assimilação deve ser analisada à luz de seu significado original e etnocêntrico. Nesse sentido, ela aparece não como um conceito, mas como uma ideia que guia as práticas políticas de um determinado período. Assim,

²⁵ É possível acompanhar de maneira mais minuciosa o debate entre os deputados quanto à questão da mão de obra em Azevedo (1987), mais precisamente no segundo capítulo, intitulado “Os políticos e a onda negra”.

não se deve olhar para a assimilação para buscar a compreensão de como ocorreu a aculturação dos grupos imigrantes frente a sociedade de recepção, como pede o conceito original. A compreensão inicial deve levar em conta que havia um desejo por parte das elites em refundar o *mainstream* da sociedade brasileira e a imigração entra como parte fundamental desse projeto político. Portanto, há que se estabelecer uma análise crítica desta política que teria um modelo etnocêntrico de assimilação como parte de sua prática. Com isso, elimina-se os riscos da assimilação aparecer como um conceito analítico e a posiciona como parte importante do escopo das pesquisas sobre as imigrações históricas para São Paulo, sobretudo àquelas que se debruçam sobre os grupos que vieram subsidiados pelo governo. Afinal, havia uma certa expectativa que os imigrantes cumprissem determinados papéis para além de trabalhar: embranquecer o país, moralizar os costumes e criar aqui uma suposta a “ética do trabalho”.

Em sua forma ressignificada, a assimilação se mostra um conceito muito útil para analisar o contexto histórico paulista, a começar pela ideia de que os imigrantes foram importados também com o objetivo de redefinir o *mainstream* paulista. Diferentemente do caso dos Estados Unidos, que já tinha o padrão “branco, anglo-saxão e protestante” como modelo a ser assimilado pelos estrangeiros, os imigrantes europeus que chegam a São Paulo entre o fim do século XIX e o início do XX passam a servir como modelos ideais para uma população majoritariamente negra e mestiça. Se há, no caso americano, uma alteração de fronteiras sociais com a chegada dos imigrantes, no caso paulista essa alteração é ainda mais evidente. Se Alba e Nee apontam que há por lá uma plasticidade da sociedade receptora, o *mainstream* paulista é mais do que flexível: ele se transmuta, sendo (re)fundado justamente durante esse processo.

Entretanto, é preciso lembrar que as elites paulistas criaram um tipo ideal de imigrante para servir como modelo à nação. O novo trabalhador brasileiro precisava ser branco, laborioso e dócil. Obviamente, havia uma expectativa dos fazendeiros que os imigrantes cumprissem naturalmente esses requisitos, afinal, havia uma idealização dos europeus por parte da elite local. Isso torna a experiência da assimilação no estado de São Paulo ainda mais peculiar. Afinal, a única característica que os europeus cumpriam de antemão era a da branquitude. Os fazendeiros, acostumados a violência no trato e ao sobretrabalho dos escravos, por vezes reproduziam as formas de lidar e as mesmas expectativas de respostas aos imigrantes. Nas palavras de Jeffrey Lesser, “para boa parte da elite, o branqueamento era uma maneira de pintar a população brasileira de uma cor diferente sem alterar as hierarquias de poder” (2014, p. 54). Entretanto, em uma relação de trabalho livre, nem sempre encontravam a docilidade e a subserviência que esperavam.

Muito influenciados pelas teorias deterministas da época, intelectuais e políticos brasileiros diagnosticavam a realidade nacional de forma negativa, ao mesmo tempo que criavam uma imagem idealizada de como ela deveria ser (MISKOLCI, 2012, p. 38). Sobre esse *devir* brasileiro, Seyferth (2007, p. 37) aponta que:

A nação brasileira ideal deveria ser ocidental: uma civilização latina, de língua portuguesa e população branca plasmada na mestiçagem. Não é por outra razão que os principais dogmas do racismo vicejaram depois da Abolição e que os verbos conjugados para os imigrantes eram caldear, misturar, fundir, miscigenar (devidamente subsumidos à assimilação)! De fato, esperava-se a assimilação física dos europeus e o desaparecimento dos negros e mestiços mais escuros, num prazo que variava, conforme o autor, entre três gerações e três séculos.

Com efeito, sobre a aplicabilidade do conceito de assimilação ressignificada no que tange as transformações do *mainstream*, há que se fazer algumas importantes considerações: 1) na versão tradicional do conceito, espera-se que o imigrante assimile integralmente ao *mainstream* da sociedade receptora, “branco, anglo-saxão e protestante”, no caso dos Estados Unidos; 2) segundo a ressignificação do conceito, proposta por Alba, Nee e Truzzi, ocorre um reposicionamento das fronteiras sociais existentes entre o imigrante e a sociedade receptora, pelo qual ambos têm a sua natureza transformadas nesse processo, cabendo o pesquisador analisar essas transformações; 3) no caso paulista, há uma diferença entre o *mainstream* existente e o *mainstream* idealizado como um *devir* futuro para a sociedade local. Sendo os imigrantes europeus parte integrante desse “novo país”, há uma dupla mudança de fronteiras em curso: a primeira – responsável, em partes pela escolha dos imigrantes europeus - repousa no desejo das elites em refundar a nação sobre outras bases; a segunda – que deve ser o objeto de análise - é a que efetivamente ocorre, com a interação entre o imigrante, o *mainstream* existente e o *mainstream* idealizado.

Nesse contexto, os imigrantes muitas vezes buscavam incorporar na prática características que os deixassem bem próximos do tipo ideal que deles se esperava. Enxergar-se como um europeu branco era muitas vezes uma estratégia para “marcar uma posição relativa superior na hierarquia social vigente nas fazendas, buscando, sobretudo para os fazendeiros, sinalizar seu status diferenciado” (TRUZZI, 2016, p. 38) tanto em relação aos negros, quanto aos trabalhadores brasileiros, considerados “caipiras” e indolentes por parte dos imigrantes (MELO, 2013). Assim, é possível verificar que os imigrantes europeus foram construindo sua etnicidade também a partir dos paradigmas impostos por aqui. Tal como apresenta o conceito ressignificado da assimilação, é possível ver como os imigrantes produzem a percepção de si a partir da fronteira criada entre eles e o *mainstream* real local. Ainda, partindo dessa percepção,

os imigrantes mobilizam e orientam suas ações de maneira prática. Ainda que possam ter enfrentado desvantagens, os imigrantes europeus jamais tiveram que lidar com o estigma sofrido pelos negros e mestiços. Além disso, ao chegar para ocupar um lugar na economia cafeeira, eles tiveram possibilidades de ascensão que não se apresentavam à maioria dos trabalhadores locais.

Truzzi aponta que o novo conceito de assimilação proposto por Alba e Nee abre uma nova agenda de pesquisas, sobretudo do ponto de vista da sociologia história das migrações. Segundo o autor, é importante reavaliar a experiência migratória de diferentes grupos, sobretudo àqueles que chegaram ao estado de São Paulo durante a imigração em massa, entre 1880 e 1940, para poder investigar:

[...] o que aconteceu com a primeira geração nascida no Brasil, em particular o modo como cada grupo, com suas características próprias (épocas de chegada, inserção socioeconômica e *backgrounds* culturais distintivos), interagiu com distintas conjunturas decorrentes de políticas de estado (imigratórias, reguladoras do mercado de trabalho, ou de maior ou menor tolerância em relação a estrangeiros), e foi “assimilado”, isto é, que processos presidiram a quebra de fronteiras, de modo bilateral, entre cada grupo e o restante da sociedade (TRUZZI, 2012, p. 544).

Vale mencionar que há outras apropriações do conceito de assimilação que podem ser úteis na composição da pesquisa. Na década de 1970, ao perceber que *assimilação* ocorre em conjunto com a persistência das diferenças étnicas, Herbert Gans propõe o conceito de “etnicidade simbólica”. Para Gans, o processo de *assimilação* não é tão linear, não apagando totalmente os traços étnicos. O autor aponta que a partir da terceira geração de imigrantes ocorre um fenômeno chamado “revival ethnic”, que consiste em uma renovação da percepção das identidades étnicas de origem (WEBER, 2019). Essa renovação se dá, entretanto, de maneira simbólica, no campo familiar e sem grandes investimentos identitários. Essa forma de etnicidade é “vivenciada por indivíduos que podem se sentir étnicos ocasionalmente em família, cultivando tradições alimentares ressignificadas, ou em atividade de lazer e religiosas, mas que implica poucos compromissos na vida social do dia a dia” (TRUZZI, 2016, p. 126). Assim, o conceito de “revival ethnic” pode ser útil para a compreensão de como os descendentes de imigrantes – seja segunda ou terceira geração - se relacionam com a sua etnicidade no presente.

A partir da década de 1990, Alejandro Portes e Min Zhou (1993) reconhecem que a assimilação pode ser segmentada, ou seja, que ela pode ocorrer de maneira assimétrica, pelo fato de um mesmo grupo incorporar em diferentes segmentos e de diferentes formas, sobretudo a partir de sua segunda geração. Para dar conta da compreensão desse processo, os autores apontam que deve se identificar a interação entre diversos fatores que incidem sobre os

processos de incorporação: os recursos que as famílias possuem para enfrentar os desafios impostos no novo contexto; os capitais que elas mobilizam; o contexto social de recepção, tanto pelo governo, quanto pelos nativos e pela rede co-étnica; e composição familiar. A partir de então, é preciso verificar se existem obstáculos enfrentados pela segunda geração, como questões raciais, mercados de trabalho bifurcados ou estilos de vida desviantes. Nesse sentido, fatores exógenos ao grupo podem impor barreiras ou oferecer facilidades para o grupo no momento da incorporação. A depender da maneira como membros do grupo conseguem superar as dificuldades ou captar as facilidades impostas pelo meio, pode-se produzir diferentes níveis de ascensão social (PORTES, 2008).

Segundo Portes, Haller e Fernández-Kelly (2008), durante o processo de assimilação segmentada, é comum a segunda geração de imigrantes se mover horizontalmente na escala social, assumindo posições de trabalho idênticas aos pais. Na interpretação dos autores, isso ocorre pelo fato dessa geração não conseguir avançar no sistema educacional do país de recepção. Ainda dentro do conceito, Portes, Haller e Fernández-Kelly utilizam o termo *aculturação consonante* para se referir ao processo em que as duas primeiras gerações aprendem a língua e a cultura da sociedade de recepção, se adaptando de maneira concomitante. Se referem como *aculturação seletiva* quando o processo é marcado pela manutenção de elementos-chaves da cultura de origem, como a segunda geração bilíngue, por exemplo. Já a *aculturação dissonante* é quando a adaptação a nova cultura ocorre de maneira separada pelas duas primeiras gerações, sendo que a primeira permanece unilíngue e com os valores culturais basicamente inalterados e a segunda geração passa pelo processo de introjeção dos valores da sociedade de recepção, acompanhado pela negação da cultura de origem. (PORTES, HALLER e FERNANDES-KELLY, 2008, p. 18-19)

Ainda que a assimilação segmentada seja utilizada para analisar imigrações contemporâneas, é possível emprestar alguns elementos desse conceito para, ao menos, verificar se e/ou como eles ocorrem no caso das imigrações históricas. A maior limitação está em localizar as trajetórias que demonstrem dificuldades de ascensão. Não que elas não tenham ocorrido. Mas captá-las é a medida que as narrativas e as trajetórias de sucesso são aquelas que normalmente deixam registros. Entretanto, mesmo nestas, é possível identificar que a incorporação não se deu de forma linear e, em alguns casos, podem variar dentro de um próprio núcleo familiar. Não é raro os casos em que os filhos mais velhos (2º geração) seguem a

ocupação do pai (1º geração) nas fazendas e os mais jovens realizam a mobilidade rural-urbana, ocupando profissões urbanas e não raramente cursando ensino superior²⁶.

Há também fatores que poderiam levar ao grupo a comportamentos desviantes. Monsma, Truzzi e Conceição (2003) apontam que no final do século XIX havia expressiva quantidade de calabreses como réus nos processos criminais em São Carlos, chegando a ter por dois anos uma onda de crimes praticados por uma quadrilha calabresa nesse município. Segundo os autores, do mesmo modo que “os negros não eram aceitos como cidadãos e semelhantes por brasileiros brancos, os calabreses eram vistos pelos outros italianos como um grupo estranho e mal assimilado pela civilização italiana.” (2003, p. 92). Assim, é possível inferir que o fato dos calabreses, no caso de São Carlos, não possuírem uma rede co-étnica de proteção com seus conterrâneos - sendo inclusive por eles racializados – pode levá-los a uma trajetória de incorporação mais segmentada, o que pode, em parte, auxiliar na explicação da alta taxa de criminalidade entre o grupo.

3.2. Perspectiva transnacional

Há ainda a perspectiva de análise sob o viés transnacional. Segundo Weber (2019, p. 220-221), essa abordagem evita o “nacionalismo metodológico”, que utiliza “o estado-nação como unidade e escala para pesquisa, [...] naturalizando-o de maneira que nega sua própria historicidade”. Bárbara Weinstein pontua que:

Diferente disso, a ótica transnacional entende a imigração no sentido de um circuito em que existem muitas redes de contato, compromisso, intercâmbio e várias formas de movimento e identidade. Imigração, desse ponto de vista, não é uma história composta simplesmente de um ponto de origem, a transferência geográfica, e a chegada à terra nova. E isso se aplica não apenas às imigrações no mundo de hoje, que são nitidamente multidirecionais, mas também às ondas migratórias do século XIX e início do século XX. (WEINSTEIN, 2015, p. 20)

William Haller e Patrícia Landolf (2005) pontuam que a perspectiva transnacional sobre a migração explora a relação de transformação entre os espaços, lugares e identidades, considerando como significativos as relações entre o imigrante e seu local de origem. O constante contato com o local de origem permite que os indivíduos recombinaem seus pontos de referências e categorias a partir do qual eles constituem sua identidade. Mesmo na falta de avançadas tecnologias de comunicação e transporte, as associações étnicas, as cartas, os jornais (étnicos e locais) e, posteriormente, o rádio, eram, por vezes, utilizados para manter os

²⁶ Alguns desses casos entre os espanhóis serão apresentados ao longo do próximo capítulo.

imigrantes em contato com o seu país de origem. O impacto desse contato na construção da identidade dos grupos pode ser exemplificado pela adesão de vários espanhóis as causas republicanas ao longo da Guerra Civil Espanhola (SOUZA, 2005) e a adesão de ítalo-brasileiros ao fascismo (TRENTO, 2017).

Sob essa ótica, as práticas transnacionais e o processo de incorporação não são incompatíveis. Pelo contrário, eles se complementam. Regina Weber e Glen Goodman (2018) advertem que a historiografia brasileira que estuda a temática da imigração já se utiliza da ideia de transnacionalidade sem citar o termo. Afinal, a maioria das obras toca em temas que diz respeito a práticas transnacionais: formação de redes, contato de parentes no país de origem, possibilidade de retorno e/ou (re)imigração para outro país, entre outros.

3.3. Para além da assimilação: olhares não-étnicos para a incorporação

Com uma abordagem sobre o processo de incorporação um pouco diferente das tradicionais, as antropólogas Nina Glick Schiller e Ayşe Çağlar e o antropólogo Thadeus Guldbrandsen buscam apresentar uma visão da incorporação para além da etnicidade. O argumento dos autores é que a “lente étnica” reforça o “nacionalismo metodológico”, desconsiderando muitas vezes escalas menores e mais influentes no processo de incorporação, como as relações estabelecidas entre os migrantes e microrregiões onde eles buscam a incorporação. Essa tese é construída a partir de uma experiência antropológica de não-reconhecimento²⁷, na qual os autores foram convidados por um nigeriano, em Manchester, município de porte médio do estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, para uma pregação na igreja protestante a qual fazia parte. Surpreendentemente, apontam não terem encontrado uma congregação étnica nigeriana, mas um local em que a maioria era formada por brancos da classe trabalhadora. Assim, os autores partem do princípio que a incorporação nesse caso se deu pelo “renascimento”, ou seja, pela conversão a um cristianismo protestante mais “fundamentalista”, que cria redes cristãs de proteção e apoio mútuo e se tornam uma proteção tanto moral – marcadas pela proteção à família, às instituições locais e ao tecido social - quanto pragmática – criando rede de negócios e empregabilidade - ao avanço do neoliberalismo na região.

Schiller, Çağlar e Guldbrandsen afirmam que as análises que partem do pressuposto da integração ou da assimilação – tanto a abordagem clássica ou a nova – reforçam o “nacionalismo metodológico”, pois ao tratarem a nação como um território com uma história e

²⁷ Momento de não-reconhecimento traduz uma expectativa antropológica não cumprida, à medida que os autores foram para a pesquisa esperando encontrar um grupo marcado pela etnicidade.

um conjunto de valores, normas, costumes e instituições próprios, transformam o imigrante automaticamente no “outro”, homogeneizando ambas as partes nessa relação. Para os autores, portanto, o único termo que escapa a essa análise mais estática do processo é a *incorporação*:

A incorporação pode ser definida como os processos de construção ou manutenção de redes de relações sociais através das quais um indivíduo ou um grupo organizado de indivíduos se vincula a uma instituição reconhecida por um ou mais estados-nação. (SCHILLER *et al*, 2006, p. 614)

Essa abordagem de incorporação foca-se nos processos e nas relações sociais para além da identidade étnica, explorando os vários níveis de laços estabelecidos nas relações entre o próprio grupo e deste com o novo local. Laços estes que produzem acessos a recursos. Assim, os autores utilizam o conceito de *incorporação* para “ênfatizar que diferentes domínios institucionais facilitam e resultam na incorporação de migrantes e que qualquer indivíduo em particular pode se envolver em um ou mais modos de incorporação” (SCHILLER *et al*, 2006, p. 614), considerando o impacto da relação entre as estruturas sociais locais e das forças globais na formação dos campos sociais em que as redes são formadas. Deste modo, é de fundamental importância para compreensão do processo de incorporação analisar como as cidades que recebem os imigrantes estão posicionadas em relação as forças econômicas globais e, conseqüentemente, respondem a estas forças.

Os autores também apontam que não existe apenas um modo de incorporação, pois não existe uma única trajetória. Os indivíduos e grupos são atravessados por inúmeros modos de incorporação, sendo que o caminho étnico pode até ser um deles, mas que este não pode ser assumido a priori. No estudo de caso por eles realizado, a religião foi o laço principal que indicou essa incorporação. Desde modo,

Formas não-étnicas de incorporação conectam migrantes em relações sociais construídas sobre outros fatores que não as reivindicações à cultura, descendência ou história comuns que resultam de formas étnicas de categorização ou auto-identificação. No local de trabalho, na vizinhança e em organizações políticas e religiosas, os migrantes formam laços sociais com nativos e migrantes que têm etnias diferentes. Por exemplo, embora discussões sobre migração e política muitas vezes privilegiem a política de identidade, em muitos lugares, um migrante pode se tornar um funcionário eleito desenvolvendo redes não étnicas com ativistas de partidos políticos locais. (SCHILLER *et al*, 2006, p. 614)

3.4. Abordagem comparativa

A historiadora Nancy Green (1990) atesta que a imigração é em si uma situação de comparação. Segundo a autora, “o campo migratório pode servir como exemplo das

possibilidades concretas da história comparativa, mas também de como a própria construção da comparação estrutura a busca de semelhanças ou diferenças” (1990, p. 1335).

A perspectiva de Green, em linhas gerais, é que a questão da incorporação é observada como a absorção dos indivíduos pela nação. Para a historiadora, as pesquisas que se debruçam sobre o fenômeno da assimilação, tendem a ignorar a comparação (1990, p. 1341). Entretanto, a autora salienta que além desse olhar mais vertical sobre a assimilação, há componentes que devem ser percebidos de maneira horizontal, sobretudo através da comparação. Green atesta que “para estudo de migrações, a comparação deve permitir identificar as restrições estruturais da experiência individual para distinguir a diferenciação dos percursos do grupo” (1990, p. 1339). Por essa abordagem, aferimos que o interior de São Paulo produziu diferentes formas de incorporação de um mesmo grupo de imigrantes. Ainda que algumas regiões produzam modos de incorporação similares, há outras em que esse fenômeno ocorreu de forma peculiar. Isso impacta diretamente na mobilidade econômica e social dos espanhóis e, sobretudo, na questão da manutenção da identidade étnica do grupo.

Nancy Green aponta ainda que existem três modelos bem-sucedidos de comparação nos estudos sobre imigração: linear, convergente e divergente (1990, p. 1341). O modelo linear é raramente explicitado como tal, pois implica em uma comparação do grupo antes e depois da imigração, analisando de maneira monográfica qual era a condição do grupo no país de origem e como essa condição se modificou no país acolhedor (GREEN, 1990; TRUZZI, 2005). Vale ressaltar que esse é o modelo mais comum de análise em estudos monográficos sobre imigrações históricas no Brasil, mesmo que esses trabalhos não tenham claramente a intenção de realizar uma história comparada. Quando há a intenção de estabelecer critérios de comparação, o modelo convergente é o de aplicação mais comum. Segundo Truzzi (2005), o foco desse modelo de comparação recai sobre os padrões de inserção de grupos diferentes em uma mesma sociedade, enfatizando as diferentes estratégias de mobilidade e inserção social seguidas por cada grupo. É comum encontrarmos esse modelo em obras que compilam textos de vários grupos a fim de compará-los sob diferentes aspectos. Por fim, o modelo divergente – mais raro – busca comparar grupos que tiveram a mesma origem, mas que migraram para países diferentes.

Sobre o método comparativo, Green estabelece uma distinção entre sua utilização pela história e pelas demais ciências sociais. Para a autora, a história dedica-se majoritariamente ao particular, enquanto a sociologia, a ciência política e a antropologia buscam encontrar regularidades, com a finalidade de produzir generalizações para estabelecer comparações (GREEN, 1990, p. 1338-1339). Por isso, em linhas gerais, os historiadores são mais resistentes

a lançarem mão do método comparativo. Além da resistência própria do campo, há também uma questão de limitações impostas por fontes, que, segundo Truzzi, são comumente “produzidas sobre uma base geográfica, normalmente nacional, dificilmente homogêneas, a ponto de poderem ser comparadas entre si sem adaptações” (2005, p. 140).

Essa especificidade leva a produções de estudos monográficos que, por sua vez, para ter relevância, precisa demonstrar algo de singular frente a outros estudos, outras regiões e outros grupos. Truzzi aponta que isso gera uma “certa perseguição, uma certa busca não ao similar, mas ao diferente; não ao comum, mas ao fora do padrão; não ao usual, mas ao inabitual” (2005, p. 140). Tendência esta que certamente limita possibilidades de comparação, afinal, foca-se sempre na peculiaridade do grupo em uma determinada região.

Nesse sentido, o método comparativo enriquece a pesquisa, a medida que por mais completo que seja um trabalho monográfico, ele deixa escapar “elementos importantes, muitas vezes definidores do tipo de inserção econômico-social experimentada pelo grupo, se não cotejar também as experiências vividas pelo mesmo grupo em outros países de destino” (TRUZZI, 2005, p. 141).

3.5. Produção e coleta de dados: diversidade metodológica

Segundo Zélia de Brito Fabri Demartini (2005), os processos migratórios apresentam diferentes características, em diferentes épocas e entre diferentes grupos, cabendo aos pesquisadores desvendar suas especificidades, sendo um desafio explorar em um único estudo todas as dimensões de um fluxo migratório. Para a autora, o melhor caminho é observar as demandas geradas pelo objeto de investigação, escolhendo os caminhos que se mostram mais promissores. Assim, apesar de todo trabalho possuir questões norteadoras, elas devem ser encaradas como provisórias, sendo retomadas e discutidas ao longo de toda a pesquisa.

Dessa forma, assim como não existe apenas uma teoria que dê conta de analisar a imigração sob todos os aspectos, a diversidade metodológica também surge como a melhor opção para os estudos migratórios. Demartini aponta que a busca por uma diversidade de fontes, “compreendendo documentos escritos, relatos orais e imagens, especialmente pela riqueza que a complementaridade entre elas pode permitir (2005, p. 91) é fundamental nas pesquisas dessa natureza. Nas palavras da socióloga: “a busca e a análise de fontes diferenciadas têm permitido um desvendamento maior das complexas realidades dos grupos imigrantes estudados e a apreensão de múltiplas representações e vivências dos sujeitos nelas envolvidos.” (2005, p. 92)

Utilizando fontes quantitativas sobre a imigração (BASSANEZI *et al*, 2008), o primeiro passo desse trabalho foi a realização de um extenso mapeamento das regiões e municípios

dentro do interior do estado de São Paulo para avaliar quais delas se mostram quantitativamente relevantes para a pesquisa. Entretanto, a coleta de fontes qualitativas locais se apresentou como o maior desafio dessa pesquisa. A tradição de preservar documentos históricos praticamente inexistente na maioria dos municípios do interior de São Paulo e isso passa tanto pela ausência de arquivos públicos com acervos relevantes, quanto pela falta dessa prática nas associações espanholas existentes: das cinco associações ainda ativas pelo interior, apenas uma delas, em Olímpia, guarda em seu acervo, documentações referentes ao passado.²⁸

Para avançar nesse cenário, Demartini aponta que a saída mais eficaz é a mescla de fontes escritas e orais, pela qual uma auxilia a outra tanto na análise quanto na própria coleta dos dados qualitativos. A socióloga aponta que as fontes escritas, como levantamentos estatísticos, livros e jornais, podem levar os pesquisadores aos informantes e a possíveis realizações de entrevistas. Por sua vez, os entrevistados, podem conduzir o pesquisador a novos documentos e a outros entrevistados, além da formulação de novas questões. Esse método de coleta se mostrou o mais eficaz, à medida que a maior parte do acervo documental qualitativo sobre os espanhóis no interior encontrado durante a pesquisa estava sob o cuidado de famílias ou indivíduos que a guardavam em nome de uma memória afetiva.

Ainda sobre as dificuldades metodológicas, Giralda Seyferth (2015) aponta que a maior delas é acessar fontes qualitativas relativas a primeira geração de imigrantes, ou seja, aqueles que realizaram a interação face a face com a nova sociedade. Nesse sentido, as cartas de correspondência entre imigrantes e pessoas próximas que ficaram no país de origem formam uma estimável fonte de estudo. Seyferth, ao comentar o estudo de Thomas e Znaniecki acerca desta fonte na comunidade polonesa radicada nos Estados Unidos, aponta que mais do que expressar simplesmente os sentimentos pessoais, as cartas “falam de solidariedade e reafirmam pertencimentos que se referem ao grupo (familiar) como um todo; e contém informações, muitas vezes detalhadas, da vida de quem escreve”. (SEYFERTH, 2005, p. 19) A antropóloga ainda observa, analisando documentação semelhante no Brasil, que as cartas têm muito a dizer sobre “as relações sociais, as trajetórias individuais e familiares e os sentimentos, as crenças e as dificuldades daqueles que deixaram suas comunidades natais para ‘fazer a América’, no período histórico correspondente à grande imigração” (SEYFERTH, 2005, p. 19). Com efeito, a importância de tentar o contato com fontes que informem mais sobre a primeira geração está em justamente tentar recuperar como, de fato, se deu a interação entre os imigrantes e a sociedade de recepção. Afinal, ao entrevistar e/ou se deparar com documentos referentes às

²⁸ Outras duas associações informaram que a documentação existe, mas seus representantes locais não disponibilizaram o acesso para consulta.

próximas gerações, pode criar a sensação que o processo de assimilação ocorreu sem grandes ruídos, justamente pelas gerações subsequentes normalmente não enfrentarem as mesmas dificuldades da primeira no processo de incorporação.

Entretanto, Seyferth adverte que a limitação apresentada por essa documentação reside na dificuldade de encontrar uma quantidade considerável de cartas a ponto de, encontrando similaridades, tecer uma caracterização mais precisa do grupo estudado.

3.6. Interdisciplinaridade: uma necessidade

Retomando a ideia de Portes e Rumbaut (2014) de que não há apenas uma teoria que dê conta de todas as questões migratórias, os múltiplos olhares oferecidos por uma abordagem interdisciplinar podem ampliar o escopo teórico e metodológico das pesquisas na área. A antropóloga canadense Caroline Brettell e o cientista político James Hollifield afirmam que:

Cada disciplina traz algo para a mesa, teoricamente e empiricamente. Os antropólogos nos ensinaram a olhar para redes e comunidades transnacionais, enquanto sociólogos e economistas chamam nossa atenção para a importância do capital social e humano e para as dificuldades de estabelecimento e incorporação de imigrantes. Os geógrafos estão interessados nas dimensões espaciais da migração e assentamento. Cientistas políticos nos ajudam a entender o jogo dos interesses organizados na elaboração de políticas públicas; junto com juristas, eles nos mostram o impacto que a migração pode ter nas instituições de soberania e cidadania. Os historiadores retratam a experiência do migrante ao longo do tempo e em toda a sua complexidade, dando-nos uma compreensão empática muito maior das esperanças e ambições daqueles que se deslocam de um lugar para outro. Os demógrafos talvez tenham a melhor compreensão empírica sobre o movimento de pessoas através das fronteiras, e eles têm as ferramentas teóricas e metodológicas para nos mostrar como esses movimentos afetam a dinâmica populacional nas sociedades de envio e de recebimento (BRETTELL; HOLLIFIELD, 2015, p. VII).

Seguindo o raciocínio, os autores afirmam que os sociólogos observam, sobretudo, as causas e efeitos da imigração, bem como o impacto das redes sociais na incorporação (ou não) dos imigrantes. Os historiadores produzem perguntas parecidas, porém, buscando compreender a persistência ou a alteração da mobilidade populacional ao longo do tempo. Para os antropólogos, a ênfase se encontra na experiência do ser migrante e nas mudanças culturais que resultam em deixar um contexto e entrar em outro. Já para os geógrafos, a ênfase se encontra na produção social do espaço. O papel do Estado na elaboração das políticas de imigração é de grande interesse para a ciência política. A questão central para os demógrafos é a natureza das mudanças populacionais e sem o desenho realizado pelo minucioso levantamento de dados dessa área é impossível responder questões elaboradas pela História, pela Geografia, pela Sociologia e pela Ciência Política. Os economistas, por sua vez, observam com olhar micro e/ou macro como os movimentos populacionais influenciam e são influenciados por questões

relativas ao mercado de trabalho e a produção de capital, sempre buscando construir modelos preditivos BRETTELL; HOLLIFIELD, 2015, p. 4).

Deste modo, Brettel e Hollifield afirmam que o caminho não está em buscar uma teoria unificadora para dar conta da temática da imigração, mas sim em observar as convergências e divergências na construção das pesquisas e dos modelos teóricos nas diferentes áreas das ciências humanas. Citando Stephen Castles, para eles, “o estudo da migração é uma ciência social por si só fortemente multidisciplinar em sua teoria e metodologia” (*apud* BRETTEL, HOLLIFIELD, 2015, p. 3). Assim, para os autores, cabe ao pesquisador buscar a construção de pontes teóricas através das distintas percepções oferecidas pelas diferentes disciplinas.

Para demonstrar de forma mais didática o desenho dos diferentes modelos teóricos que são originados de diversas perguntas de pesquisa nas distintas disciplinas, os autores construíram dois interessantes quadros, os quais reproduzo, de maneira adaptada, no quadro (1) em sequência.

Vale ressaltar que a ideia do uso de várias disciplinas para a composição de um estudo já era defendida pela história social desde a primeira metade do século XX. Em 1933, ao defender a *nouvelle histoire*, o historiador francês Lucien Febvre afirmou categoricamente: “Historiadores, sejam geógrafos. Sejam juristas, também, e sociólogos, e psicólogos” (*apud* BURKE, 1997, p. 12). Ainda que não utilize o termo “multidisciplinaridade”, a História Nova, também conhecida como *Escola dos Annales*, defendia a colaboração intensa dos estudos e conceitos advindos de outras disciplinas, tais como a sociologia, a psicologia social, a geografia, a antropologia, a linguística e a economia. Na década de 1970, o célebre historiador inglês Eric Hobsbawm citou a famosa passagem em que também defende os múltiplos olhares do “historiador social”: “O historiador das ideias pode (por sua conta e risco) não dar a mínima para a economia, e o historiador econômico não dar a mínima para Shakespeare, mas o historiador social que negligencia um dos dois não irá muito longe.” (HOBSBAWM, 1997, p. 76)

Quadro 1 - Modelos teóricos através das disciplinas

Disciplina	Pergunta de pesquisa	Variáveis dependentes	Variáveis independentes	Teoria dominante
<i>Sociologia</i>	O que explica incorporação e exclusão?	Comportamento migrante e incorporação	Contextos social e cultura, redes transnacionais	Estruturalista ou institucionalista
<i>História</i>	Como um fenômeno (causas, estruturas, processos, consequências da migração, etc.) mudou ou persistiu ao longo do tempo?	Experiência migrante	Contexto histórico-social	Variáveis temporais (periodização)
<i>Demografia</i>	Até que ponto as populações imigrantes e nativas se tornam mais semelhantes ao longo do tempo?	Tamanhos dos fluxos, graus de integração, coesão social	Tipos de políticas de migração, contextos de recepção, diversidade étnoracial	Teorias da migração (custo / benefício e estrutural); teorias de integração (assimilação e pluralista); teorias dos efeitos da migração (econômica, social, estrutural e cultural)
<i>Antropologia</i>	Como a imigração afeta as transformações e as identidades culturais?	Comportamento, identidade e relações de gênero	Contexto social e cultura, redes transnacionais	Relacional ou estruturalista e transnacional
<i>Economia</i>	Quais os impactos micro e macroeconômicos das migrações?	Fluxos migrantes e impactos macroeconômicos	Diferenças de salário ou renda, oferta e demanda de mão de obra, capital humano, estruturas econômicas	Racionalista: maximização do custo-benefício e da utilidade
<i>Ciência política</i>	Como os Estados atuam no controle da imigração?	Políticas de admissão, restrição e controle, acesso a política e engajamento cívico	Instituições, direitos e interesses.	Institucionalista e racionalista
<i>Geografia</i>	O que explica os padrões socioespaciais da migração?	Tomada de decisão de migrar	Contextos espaciais, ambientais, políticos, culturais e socioeconômicos	Relacional, estrutural e transnacional

FONTE: Adaptado de BRETTEL; HOLLIFIELD, 2015.

Em texto recente, a historiadora especialista em imigração Donna Gabaccia (2015) afirma que a História enquanto disciplina interage frequentemente com todas as áreas das ciências humanas, extraindo delas modelos teóricos e analíticos. Segundo Gabaccia (2015, p. 37-38) atualmente “os historiadores não trabalham exclusivamente com materiais de arquivo

ou impressos; dependendo de seus interesses e perguntas, eles podem fazer trabalhos de campo e história oral ou analisar dados com métodos quantitativos.”

A historiadora pontua que a principal diferença entre estudos históricos e sociológicos está no ponto de partida. Enquanto os trabalhos com viés historiográficos partem do passado para explicar o presente, com a finalidade de explicar as transformações ou continuidades nos padrões de imigração, a sociologia tem como ponto de partida o presente, buscando o passado mais com a finalidade de comparação com os fenômenos do presente²⁹. No campo da seleção das fontes, a diferença básica reside no fato dos trabalhos com viés histórico privilegiarem as fontes primárias, ou seja, aquelas produzidas durante a época que o trabalho pretende analisar. Ainda que partam de pontos diferentes, Gabaccia afirma que as áreas frequentemente se encontram e os resultados são por vezes similares.

A partir das reflexões teóricas e metodológicas apresentadas, pretende-se analisar como se deu a incorporação dos imigrantes espanhóis no interior de São Paulo, sobretudo entre 1890 e 1940, período de maior inserção do grupo na região. Para tal análise, a intersecção entre a História e a Sociologia será de fundamental importância a fim de buscar uma perspectiva comparativa. Ou seja: a ideia é que se produza uma análise comparativa dos diferentes condicionantes impostos pelas regiões em que os espanhóis se inseriram e como se efetivou as múltiplas formas de incorporação desse grupo. Para analisar as diferentes incorporações, a análise dos casos se dará através de dois aspectos: 1) a mobilidade social dos imigrantes espanhóis; e 2) a construção da identidade espanhola nas diferentes regiões.

Quanto à possibilidade de mobilidade, se faz necessário analisar três elementos: o *background* social, econômico e cultural trazidos pelos espanhóis de suas regiões de origem; os condicionantes de inserção do grupo na região estudada, ou seja, as especificidades do mercado de trabalho e oportunidades de mobilidade, tanto no meio urbano quanto no rural; e a influência dos contextos políticos e ideológicos tanto da Espanha quanto do Brasil, ao longo do período estudado.

No que tange a afirmação de uma identidade étnica espanhola, segundo José de Souza Martins (1989), a imigração tardia, as dificuldades de ascensão social e as diferenças regionais que o grupo trouxe da Espanha contribuíram para uma possível dificuldade na construção de uma identidade étnica espanhola um pouco mais sólida em diversas regiões. Como consequência, apesar de o grupo ser numericamente relevante, teria se construído uma

²⁹ Gabaccia (2015, p. 39) utiliza o conceito “then to now” (“antes para agora”) para se referir ao enfoque dos estudos históricos e o conceito “then and now” (“antes e agora”) para os sociológicos.

“invisibilidade” dos espanhóis frente a outros grupos de imigrantes no interior de São Paulo (TRUZZI; PALMA, 2014).

O conceito de identidade, do modo que é articulado por Stuart Hall e Kathryn Woodward, também pode nos ajudar a entendermos a questão da (in)visibilidade dos espanhóis no interior de São Paulo. Para Woodward, identidade é algo contingente, ou seja, é um “produto de intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares” (2012, p. 38), que tende a estar sempre em processo de ressignificação. Hall apresenta uma perspectiva parecida. Para o autor, identidade é um conceito que precisa ser trabalhado “sob rasura”, pois, por si só, já está pressupõe certa “essência imutável”, sendo por isso, problemático. Assim, o autor propõe a utilização do conceito de “identificação”, que se “não nos dá, certamente, nenhuma garantia contra as dificuldades conceituais que tem assolado” (HALL, 2012, p. 105) o conceito de identidade, ele se apresenta como um conceito mais interessante, pois não é essencialista, mas sim, estratégico e posicional. Identificação é, portanto, “um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação e não uma subsunção” (2012, p.106). Portanto, “elas [as identidades] não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos” (2012, p. 108).

Partindo desse princípio, é possível verificar vários exemplos tanto no passado quanto no presente de investimento dos membros da colônia espanhola em sua identidade étnica: associações, festas, imprensa étnica, alimentação e a manutenção da língua. Além disso, há diversos casos em que os imigrantes e seus descendentes mantêm contato com o país de origem. Ainda assim, é fato que essa construção não foi linear. Ela é repleta de descontinuidades, de rupturas. Portanto, é necessário também se debruçar sob quais as influências da identidade étnica no processo de incorporação do grupo, além de como esse processo impacta na afirmação ou negação (a depender do período) dessa identidade.

Boa parte da produção recente na área de estudos migratórios versa sobre as imigrações contemporâneas. Consequentemente, a elaboração de novos referenciais teóricos para a temática se baseia em fenômenos que ainda estão em curso. Ainda assim, com certo cuidado, é possível se valer de novos elementos teóricos para analisar as imigrações históricas. Esses elementos podem indicar caminhos mais precisos para novas interpretações sobre os processos migratórios históricos. Portanto, sem desprezar as interpretações clássicas, revisitá-las sob a ótica de novas lentes pode permitir a observação de elementos antes não notados.

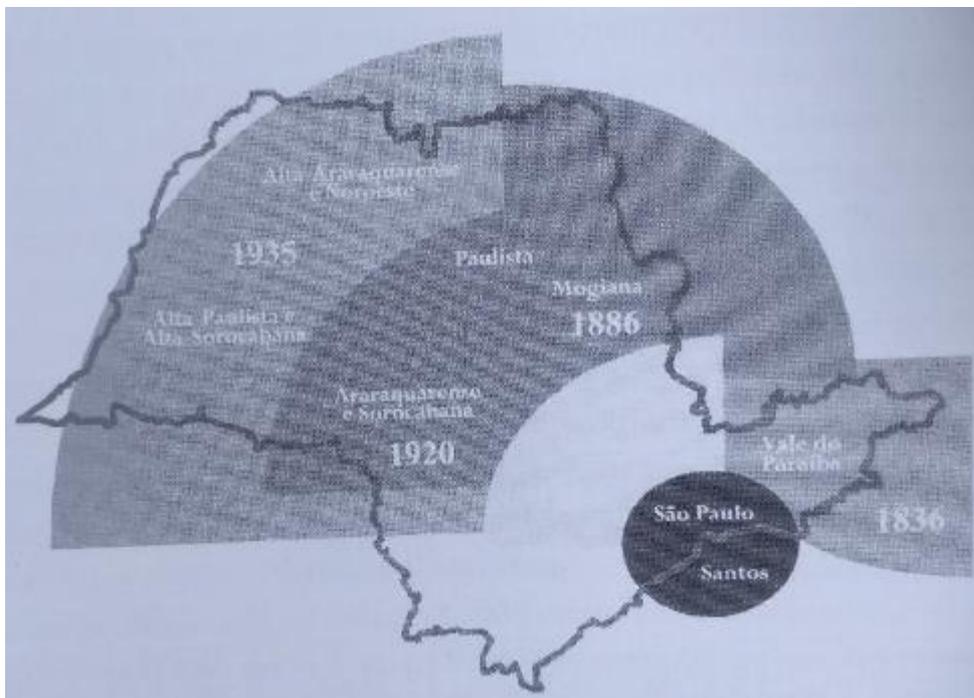
CAPÍTULO IV – AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE INCORPORAÇÃO DE IMIGRANTES ESPANHÓIS EM SEIS MUNICÍPIOS DO INTERIOR PAULISTA

Dentro de um mesmo grupo étnico que migra para uma localidade específica é possível encontrar, por vezes, diferentes modos de incorporação. Entretanto, a maior parte dos trabalhos que buscam analisar a incorporação de um grupo de imigrante em uma localidade específica produz narrativas que indicam um padrão na incorporação desses imigrantes. Isso se dá, sobretudo, pelo fato dos indivíduos que compõem o grupo possuírem *backgrounds* similares e se inserirem em um município que possui condições específicas para sua incorporação. Assim, os estudos migratórios normalmente buscam trabalhar as similaridades e não as singularidades internas dentro do grupo. Ainda que esse tipo de produção seja extremamente importante, pois permite um olhar mais amplo e geral sobre o grupo e a região de inserção, na prática, não existe apenas um modo de incorporação. Não existe uma trajetória única, sobretudo quando se acompanha individualmente a incorporação no nível dos indivíduos e/ou de famílias. Nesse sentido, a inserção – ou não - destes em redes, podendo estas ser étnicas ou não, pode indicar especificidade dos modos de incorporação presentes nas trajetórias (SCHILLER *et al*, 2006). Quando analisamos os modos de incorporação em diferentes municípios, as diferenças se tornam mais evidentes, afinal, cada município possui condicionantes de inserção específicos que influenciam diretamente no processo de incorporação.

Em um contexto global de imigração, o interior de São Paulo é diretamente inserido nas dinâmicas econômicas globais. A região esteve entre as maiores produtoras e exportadoras de café do mundo entre o fim do século XIX e o início do XX. O fluxo de capital e suas estruturas de poder foram se deslocando durante o período cada vez mais a oeste do estado de São Paulo. Inúmeros municípios foram fundados nesse processo. Há uma lacuna nos estudos que demonstrem diretamente o posicionamento de municípios menores e interioranos em relação aos domínios mais amplos do poder financeiro, político e cultural (SCHILLER *et al*, 2006, p. 615). Segundo Schiller, Çağlar e Guldbrandsen (2006, p. 616), há uma série de indicadores para avaliar a escala da cidade em relação a sua importância econômica: facilidade de atração de fluxo de capital, diversidade de atividades setoriais e oportunidades de trabalho, grau de investimentos estatais e proximidade de centros urbanos. Assim, o tamanho da população não deve ser tomado como uma medida absoluta, mas sim como um reflexo desses fatores. Para os autores, a verificação desses indicadores constitui uma variável fundamental para a compreensão dos processos de incorporação de imigrantes à medida que as estratégias de

construção de redes e de mobilização de capital social vão sendo moldadas a partir desses fatores, sobretudo, da presença ou escassez de capital econômico.

Figura 22 – Marcha do café rumo ao oeste do estado de São Paulo



Fonte: Argollo *apud* Truzzi (2015, p. 24)

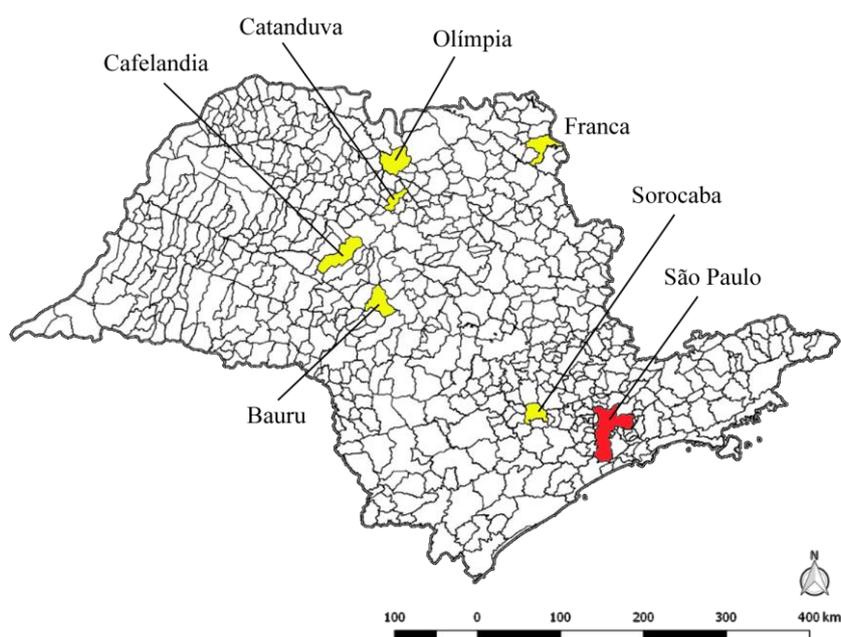
Ainda que as abordagens mais generalizantes e que buscam a macro análise sejam extremamente necessárias, não raro demonstram certa limitação quando confrontadas com estudos mais minuciosos. Segundo Vera Alice Cardoso Silva (1990, p. 47), os estudos regionais “tem representado um dos mais eficazes instrumentos de teste de teorias estabelecidas”. Sem excluir o macro, mas visando contribuir com a construção mais precisa deste, os estudos regionais apresentam novos ângulos analíticos para “questões fundamentais da História [...] a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular” (AMADO, 1990, p. 12-13). Assim, enquanto os estudos de âmbito geral ressaltam as semelhanças, os regionais detalham as singularidades. Entretanto, Sandra Jatahy Pesavento (1990) adverte para dois perigos das abordagens regionais. O primeiro reside em generalizar os resultados dos estudos de uma determinada região como se estes representassem a totalidade de uma estrutura maior. O segundo risco é transformar o estudo regional em que a região é apresentada como um microcosmo encerrado em si mesmo, que se basta e é autoexplicativo, perdendo qualquer capacidade de análise mais ampla.

No caso da imigração espanhola para o Brasil, as abordagens mais clássicas, já sedimentada pela literatura mais tradicional sobre a temática, encontradas sobretudo em José

de Souza Martins (1989) e Herbert Klein (1992) apontam um perfil comum para a incorporação de imigrantes no interior de São Paulo. Para Martins, a imigração tardia teria limitado o acesso do grupo as propriedades rurais mais valiosas do estado. Além disso, ambos apontam que o *background* rural também atrapalhou sua a incorporação em áreas urbanas, fatores estes que teriam dificultado a ascensão social do grupo. Ainda, há uma visão, sobretudo a partir de Klein, que os espanhóis se assimilaram rapidamente entre os brasileiros, produzindo uma invisibilidade do grupo frente aos demais imigrantes.

O objetivo desse capítulo é produzir uma narrativa mais plural, que capte diferentes modos de incorporação dos espanhóis no amplo e diverso interior do estado de São Paulo. Para isso, realizaremos uma análise específica de como ocorreu a incorporação em seis diferentes municípios do interior de São Paulo em que a presença espanhola foi, de algum modo, relevante: Sorocaba, Franca, Bauru, Olímpia, Catanduva e Cafelândia (Figura 23). É importante ressaltar que não tivemos a pretensão de cobrir todo o interior, nem de encontrar um modo de incorporação padrão para os espanhóis no vasto território paulista. O objetivo é demonstrar através de municípios de portes, localização e tempo de fundação variados, as diferentes possibilidades de incorporação que se abriam aos espanhóis. Assim, a pretensão é discutir como o grupo reagiu e se organizou a partir de diferentes condicionantes encontrados no tempo de chegada às cidades.

Figura 23 – Mapa atual do estado de São Paulo destacando os seis municípios estudados



4.1. Sorocaba: incorporação predominantemente urbana

Dentre todos os municípios analisados de forma mais aprofundada pela presente pesquisa, Sorocaba é o que apresenta maior contingente de espanhóis em relação aos demais imigrantes. No censo de 1920, entre 39.586 habitantes, encontram-se 6.004 estrangeiros, sendo 2.867 espanhóis, 2.256 italianos e 596 portugueses, respectivamente o segundo e terceiro maior grupo. Percentualmente, isso significava 7,2% de espanhóis em relação a população total e 47,7% em relação aos estrangeiros do município, proporção esta significativa.

O recenseamento de 1934 (Tabela 12) aponta em Sorocaba outra característica distinta dos demais municípios estudados: um grande acréscimo no número de espanhóis em comparação ao censo anterior, ao passo que há uma pequena queda no número dos italianos. Em um espaço de 14 anos, a quantidade de espanhóis saltou para 4.819, o que representa um acréscimo de 68% desse grupo no município. Há também um acréscimo de espanhóis em relação aos outros grupos de imigrantes, à medida que o grupo representa 55,7%, ou seja, mais da metade dos imigrantes residentes em Sorocaba em 1934 são espanhóis. Já em relação a população total, o percentual se mantém em 7,2%.

Especificamente sobre a presença dos espanhóis no meio rural e no meio urbano, os dados para 1934 revelam um certo equilíbrio entre as áreas, com um leve predomínio para a presença espanhola nas zonas urbanas. Enquanto nestas residem 2.485 espanhóis (51,5%), 2.334 (49,5%) estão nas zonas rurais. Ainda que esse dado seja um indicativo da forte incorporação urbana do grupo em Sorocaba, como analisaremos mais à frente nesse tópico, a razão entre os espanhóis apresenta um equilíbrio muito maior do que os outros grupos e do que o total dos habitantes de Sorocaba, município este que se apresenta predominantemente urbano (Tabela 13). Entre o total de habitantes, 57,9% pertencem as zonas urbanas. Entre os estrangeiros, a porcentagem é ainda maior: 63,4%. Para título de comparação, 77,5% dos italianos de Sorocaba viviam em zonas urbanas, ainda que estes em termos absolutos serem menos do que a metade do que os espanhóis. Esses dados indicam que mesmo em uma região de incorporação predominantemente urbana, o *background* rural dos espanhóis também é uma variável que não pode ser descartada ao analisarmos a incorporação do grupo em Sorocaba.

Tabela 12 – Brasileiros e estrangeiros em Sorocaba (1934)

Brasileira	Espanhola	Italiana	Portuguesa	Japonesa	Outras	Total (est).	Não decl.	Total
58.256	4.819	2.042	668	170	948	8.647	15	66.918

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Tabela 13 – População rural e urbana em Sorocaba em 1934

Espanhola		Italiana		Portuguesa		Japonesa		Outras		Total (est)		Brasileira	
Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
2.334	2.485	459	1.583	174	495	3	12	190	912	3.160	5.487	24.979	33.277

Legenda: Rur. = Rural; Urb. = Urbana.

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

As estatísticas para 1940 (Tabela 14) ainda apresentam os espanhóis como estrangeiros predominantes em Sorocaba. Ainda que estes tenham apresentado uma diminuição em relação ao censo passado, a forte presença espanhola esse ano ainda é significativa, à medida que esse período a imigração do grupo para o Brasil já está em declínio³⁰. Os 3.677 espanhóis residentes no município em 1940 representam 58,9% dos estrangeiros de Sorocaba, percentual ainda maior do que em 1935. O percentual em relação a população total apresenta uma leve queda em relação ao censo passado, sendo de 5,2%. O levantamento estatístico de 1940 não apresenta a distinção entre rural-urbano que marca seu antecessor. Entretanto, uma nova variável é apresentada: a de naturalização. Quando analisamos esse critério, observamos que a razão de naturalização dos espanhóis é menor do que das outras etnias. Enquanto o grupo estudado apresenta uma razão aproximada de 0,8 espanhol naturalizado brasileiro a cada 10, os italianos apresentam uma razão de 2,1 a cada 10 e os portugueses de 2,4 a cada dezena.

Tabela 14 – Brasileiros e estrangeiros em Sorocaba (1940)

Nacionalidade						Totais
Brasileiros natos						63.194
Brasileiros naturalizados	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Sírios	Outros	860
	322	269	123	28	118	
Estrangeiros	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Síria	Outros	6.233
	3.677	1.247	509	235	565	

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

³⁰ No quinquênio entre 1935 e 1939, entraram apenas 3.175 espanhóis no Brasil, sendo que 1.708 vieram para São Paulo (KLEIN, 1994, p. 109). Já especificamente no ano de 1940, registra-se somente 409 entradas no Brasil (KLEIN, 1994, p. 106). Ainda que a maior parte dos espanhóis residentes em Sorocaba em 1940 estão lá desde os censos anteriores, a quantidade presente nesse ano é bastante significativa quando comparada a média de outros municípios do interior.

O aumento significativo de espanhóis entre 1920 e 1935 indica que existia em Sorocaba uma forte rede étnica migratória em torno dessa colônia, atraindo tanto espanhóis de sua terra natal quanto ex-colonos de outros municípios do interior de São Paulo. A título de comparação, durante o mesmo período, há um leve decréscimo na quantidade de italianos no município, demonstrando que mesmo Sorocaba já sendo no período um interessante polo urbano de atração para imigrantes, esse movimento não atingiu os italianos, mesmo estes tendo um *background* em trabalhos urbanos muito mais significativo do que os espanhóis. Portanto, ainda que as características de Sorocaba indiquem a industrialização e a urbanização como variáveis fundamentais para compreender a incorporação dos imigrantes no município, no caso dos espanhóis a etnia aparece indubitavelmente como a variável mais importante e significativa na trajetória de incorporação do grupo. A incorporação étnica dos espanhóis em Sorocaba se materializa em um bairro étnico no município, o bairro Além Ponte. Com efeito, para compreender de maneira mais precisa como ocorre essa intersecção do modo de incorporação étnico com o atrativo de grande possibilidade de mobilidade urbana, analisemos inicialmente as características histórico-sociais de Sorocaba para, em seguida, nos atermos a trajetórias específicas dos espanhóis no município.

4.1.1. O interior sem o café: pecuária, algodão e industrialização em Sorocaba

O município de Sorocaba tem um processo de formação bastante peculiar se comparado ao perfil majoritário dos municípios do interior de São Paulo. A povoação se forma a partir de um caminho aberto pelo bandeirantismo ainda no século XVII, que virá a se tornar um século depois, um caminho de tropa de mulas que liga São Paulo a Mato Grosso e Minas Gerais. A partir desse movimento de pessoas, a região nas margens do rio Sorocaba se torna, inicialmente, um posto de pousadas e comércio para o abastecimento dos viajantes que por ali passavam. A alta rotatividade e a grande quantidade de pessoas fizeram com que se desenvolvesse uma tradicional feira anual de comércio de animais que perdurou por 131 anos - de 1766 a 1897, com o auge em 1850 - transformando a então vila de Sorocaba já no início do século XIX em um local que atraía para lá inúmeros migrantes. Além de ser a principal fonte de renda para a população da região à época, a partir das feiras desenvolveu-se um mercado interno diversificado, que oferecia diversos produtos e serviços aos viajantes que por ali passavam. Ainda, são as feiras que serão responsáveis pela elevação de Sorocaba a condição de município em 1842. (ZIMMERMAN, 1992; SILVA, 1999; CARVALHO, 2008)

Diferentemente da maioria dos municípios do interior de São Paulo, em meados do século XIX não foi a cafeicultura que movimentou a economia sorocabana, mas sim a cultura

de algodão, motivada sobretudo pela recessão do mercado dos Estados Unidos provocada pela guerra civil que assolou o país entre 1861 e 1865. Assim, Sorocaba apresenta durante a década de 1860 uma expansão da produção e exportação de algodão. Em 1875, a estrada de ferro Sorocabana foi inaugurada com o objetivo primordial de transportar o algodão do município até o porto de Santos, onde o produto era encaminhado essencialmente para a Inglaterra. Com efeito, Sorocaba que já possui um mercado interno fortalecido, com a cultura algodoeira passa a se inserir diretamente no comércio exterior. (SILVA, 1999; CARVALHO, 2008)

Com o encerramento do conflito e o conseqüente restabelecimento da produção de algodão nos Estados Unidos, a exportação do algodão sorocabano se reduz exponencialmente. No final do século XIX, boa parte da oferta de algodão produzido em Sorocaba não encontra mais mercado no exterior. Nesse contexto, desenvolve-se no município um intenso processo de industrialização com enfoque na indústria têxtil, que aproveitará parte do algodão produzido no município.

Em 1882, a primeira fábrica de tecidos, chamada Nossa Senhora da Ponte, é fundada em Sorocaba por Manoel José da Fonseca, um comerciante da cidade. Durante a década de 1890, outras indústrias de tecelagem foram fundadas, como a Votorantim, Santa Rosália e Santa Maria. Já na primeira década do século XX, surgem uma indústria de chapéus e uma de bebidas, além da ampliação de prédios e aquisição de novas máquinas para as indústrias Santa Maria e Votorantim. Nesse contexto aparecem as primeiras referências a Sorocaba como a “Manchester brasileira” ou “paulista”, apelido comum a outros municípios brasileiros com características industriais³¹, mas que marca Sorocaba até os dias atuais (CARVALHO, 2008). Segundo Zimmermann (1992, p. 148):

Na década de 1920, a indústria sorocabana abrigava a segunda maior concentração operária paulista. Com 164 estabelecimentos industriais, ocupava 17949 operários (13% do total estadual) e perfazia 10,4% do capital industrial, bem mais que a região de Campinas (8,5% dos trabalhadores e 9,2% do capital estadual).

Com a consolidação da industrialização em Sorocaba, acompanhamos também um crescimento da malha urbana do município. Segundo Hardman e Leonardi (1991, p. 121-122), há uma ligação intrínseca entre industrialização e urbanização, ainda que as cidades sejam

³¹ A referência a Sorocaba como “Manchester paulista” aparece em inúmeras publicações da imprensa local a partir da primeira década do século XX, como demonstra Carvalho (2008). Até o escritor Lima Barreto em uma crônica escrita em 1921 e intitulada *Urbanismo e Roceirismo* faz essa menção: “De resto, o urbanismo foi criado pelo próprio governo da República, dando nascimento, por meio de tarifas proibitivas, a um grande surto industrial, de modo a fazer da longínqua Sorocaba, antigamente célebre pela sua feira de muares, uma pequena Manchester, como a chamam os paulistas.” Salto (SP) e Juiz de Fora (MG) foram outros municípios que receberam essa referência ao município inglês.

anteriores que as indústrias, “a partir do momento em que o capital financeiro chegou a dominar todas as demais atividades econômicas, ele passou também a determinar toda expansão urbana, desde os aspectos econômicas até sócio-políticos e culturais.”

Esse tipo de desenvolvimento transforma Sorocaba em especial polo de atração para os estrangeiros, sejam aqueles que já haviam cumprido seus contratos como colonos nas lavouras de café ou os recém-chegados ao país. A industrialização soma-se com o processo de melhoramentos urbanos do início do século XX, como a instalação dos serviços de água, esgoto e eletricidade. Assim, é constante a necessidade de mão de obra para as indústrias, para os canteiros de obras urbanas e para a ferrovia. Esse tipo de desenvolvimento coloca Sorocaba em uma posição de singularidade frente a maior parte do interior de São Paulo, predominantemente pautado pela cafeicultura (LOSADA; TIRELLO, 2020).

4.1.2. Além Ponte: uma região predominantemente espanhola

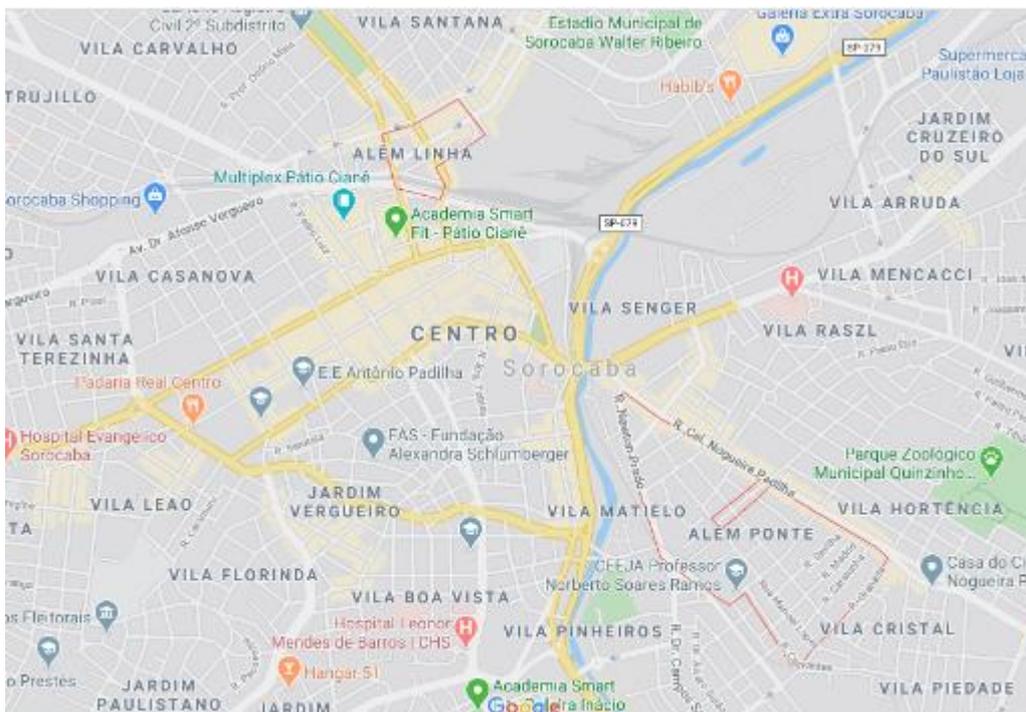
Logo na introdução em que apresenta seu livro *Os espanhóis*, o jornalista e memorialista sorocabano Sérgio Coelho de Oliveira disserta criticamente sobre uma conclusão constante dos estudos clássicos sobre espanhóis em São Paulo: a invisibilidade étnica dos espanhóis. Ao fazer isso, o autor aponta a região Além Ponte como um dos principais marcadores étnico espanhol do município:

“Não houve bairros tipicamente espanhóis nas cidades do interior ou na capital, ao contrário do que ocorreu com os italianos.” Essa afirmação é do historiador Herbert Klein em seu livro “A imigração espanhola no Brasil”, um dos estudos mais completos e detalhados sobre o tema, editado em 1994. Compartilha a mesma opinião a historiadora espanhola Elda González Martínez ao tratar da imigração espanhola, na cidade de São Paulo, no livro “Reflexiones em torno a 500 años de História de Brasil”. Certamente, esses dois autores não conheceram Sorocaba. E se conheceram, não atravessaram a ponte, não subiram a antiga rua dos Morros e nem sentiram o cheiro da cebola restiada e espalhada ao sol em plena rua, como se fosse enfeitada para passagem da procissão de *Corpus Christi*. Não conheceram o **Além Ponte** ou a Vila Hortência, pois se o fizessem, teriam reconhecido na feição daquela gente os traços marcantes do povo ibérico ou identificado na blasfêmia e xingação irreverente do mais puro vernáculo de Granada ou Almeria. (OLIVEIRA, 2002, p. 11, grifo nosso)

A região Além Ponte vai se desenvolver como a primeira região periférica de Sorocaba. O núcleo inicial da povoação do município se deu de um dos lados da margem do rio Sorocaba, atual região central. Assim, a parte do município que se constitui atravessando o rio para seu lado oposto – atual zona leste - ficaria conhecida com o passar do tempo como “além ponte”. Vale ressaltar que o município de Sorocaba possui outro marcador geográfico para designar

outra área inicialmente periférica da região. Após a fundação da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1875, a linha férrea passava pela região central. Assim, a região que cresceu atravessando a linha para a direção norte da povoação ficou conhecida como “além linha” (Figura 24). Portanto, a palavra “além” está presente nos dois topônimos que indicam os bairros que se formam a partir do centro de Sorocaba.

Figura 24 – Mapa da região central de Sorocaba com destaque para as regiões “Além Ponte” e “Além Linha”



Fonte: Google Maps

Segundo a divisão geográfica mais tradicional, Sorocaba é formada por quatro grandes territórios: a região central, o cerrado e os já mencionados Além Linha e Além Ponte. Vários bairros do Além Ponte vão receber denominações espanholas: Vila Barcelona, Vila Haro, Jardim Martinez, Jardim Dias e Morro do Garrido. O mesmo acontece com várias ruas, sobretudo aquelas mais próximas a ponte: Rua Madrid, Rua Sevilha, Rua Catalunha, Rua Barcelona, Rua Granada e Rua Cervantes. Segundo Oliveira (2002), no Além Ponte também tiveram dois times de futebol chamados Barcelona e Espanha, além de estabelecimentos comerciais como o Cinema Eldonado e armazéns que levavam o sobrenome da família proprietária: Domingues, Espigares, Moncaio, Galves, Isquierdo, Cañas, Martins, Rodrigues, Hortiz, etc.

Ainda nas primeiras páginas de sua obra, Oliveira que o interesse por estudar os espanhóis não partiu do fato dele possuir essa descendência, mas sim pelo fato de ter nascido, crescido e ainda ser morador da região Além Ponte. É interessante notar como o autor se

considera “espanhol” apenas por pertencer a essa região do município, que é conhecida popularmente também na memória de Sorocaba como “bairro espanhol”:

Nada disso teria sentido, não tivesse uma alma, um sentimento, que fosse além do interesse, exclusivamente, histórico. Afinal, não sou descendente de espanhol, não corre em minhas veias o “sangre caliente” da raça e nem me inspira o vínculo pátrio, o orgulho da identidade espanhola. Sou apenas **“espanhol” do Além Ponte**. Ali nasci e vivo ainda, como espectador da luta, do sucesso e do fracasso das diversas gerações dessa gente de “boca dura e coração doce”, conforme definiu, certa vez, o saudoso Francisco Sola Galera, o Gaeta. Por volta de 1945, quando começaram a ganhar forma as minhas recordações de infância, o bairro Além Ponte, conhecido também como Bom Jesus, tinha um “status” cosmopolita. Era periferia pobre, de terrenos baratos e, por isso, preferido pelos imigrantes que iniciavam a vida na nova pátria. [...] (OLIVEIRA, 2002, p. 12-13, grifo nosso)

Como veremos mais a frente, o Além Ponte vai se constituir em uma espécie de enclave étnico espanhol. Segundo Vilela, Collares e Noronha (2015, p. 21):

A teoria do enclave étnico mostra que as redes sociais podem ser vitais para assegurar emprego para os imigrantes, principalmente os recém-chegados. A economia étnica pode proporcionar aos imigrantes empregos que não são acessíveis no mercado de trabalho corrente, ou pode ainda facilitar o empreendedorismo ou o emprego autônomo em nichos ou enclaves étnicos que nativos não ocupam.

É notável que o Além Ponte é a materialização da constituição de uma rede étnica espanhola. Além de contar com a possibilidade de acesso a mobilidade urbana, a ideia de pertencimento étnico é um forte atrativo para espanhóis. Juan Granada Espada e Benita Fernandes Sanches trocaram o município de São Pedro, situado em uma região mais central do interior de São Paulo, por Sorocaba, na segunda década do século XX, após ouvirem sobre a cidade:

“Era um lugar de muitas indústrias e progresso. Quem queria crescer na vida tinha que vir para Sorocaba. [...] Não era só o progresso, cheguei no Além Ponte e me senti como se estivesse na Espanha, até a língua falada na rua dos Morros era o espanhol. Tinha um vice-consulado espanhol, um clube onde se podia ouvir o som da castanhola e um teatro que apresentava peças em espanhol. [...] Um tempo bonito, mas também muito triste e difícil. Quando cheguei a Sorocaba mal tinha o que comer. Quem me ajudou muito foi a dona Antônia e o “seu” Paco Cano, que tinham uma padaria na rua Santa Maria. Eles me venderam fiado e quantas vezes dona Antônia me adiantou dinheiro, até que chegasse o pagamento da fábrica.” (apud OLIVEIRA, 2002, p. 45)

O casal trabalhou por 16 anos nas indústrias de Sorocaba. Ele inicialmente na fábrica de óleo e sabão da Votorantim e posteriormente na tecelagem Santa Maria. Ela foi direto para a tecelagem. Após esse tempo, montam um armazém na Vila Hortência. Com orgulho, diz que chegou a ter 120 cadernetas, a maioria de imigrantes espanhóis, quando teve a oportunidade de

retribuir a ajuda recebida no passado. Fez mais, cedeu um barracão do seu armazém para ser transformada em classe isolada para atender as crianças do bairro sem escola. A professora era Nena Aidar, filha de um espanhol, Francisco Castilho.

A trajetória do casal Espada-Sanches é emblemática no sentido de apresentar um duplo sentido de incorporação: as características econômicas da cidade se mesclam com a forte rede étnica que atrai e auxilia os espanhóis. No caso de Sorocaba, é impossível, portanto, dissociar essas duas formas de incorporação. Se por um lado, as vantagens empregatícias de uma cidade que contava com uma crescente industrialização eram fundamentais para a escolha por Sorocaba, por outro ter uma grande rede de solidariedade étnica que se traduz em um bairro praticamente espanhol, garante uma certa segurança para os espanhóis tentarem a vida por ali. Deste modo, se produz em Sorocaba uma dupla-incorporação: a industrialização e todos os melhoramentos urbanos decorrentes deste processo soma-se a um modelo claro de incorporação pela etnia.

Apesar de ter um predomínio de espanhóis, o bairro também contará com a presença de brasileiros e de outros imigrantes, à medida que se constitui em opção mais barata para aquisição de lote de terras. Além disso, a relação com o poder local também se fez presente. Essa relação é de extrema importância, afinal, ainda que as redes étnicas constituam um elemento fundamental para proteção e ajuda ao imigrante, quanto mais heterogeneidade apresentarem essas redes, maior possibilidade delas apresentarem vantagens significativas aos imigrantes, à medida que a homogeneidade pode representar menor índice de oportunidades de mobilidade (VILELA *et al*, 2015).

A título de exemplo de interação com a elite local, temos o caso da relação entre a colônia e Joaquim Monteiro Barros, proeminente fazendeiro da região, político e intendente do município entre 1913 e 1914 e 1921 e 1922. Principal proprietário de terras na região Além Ponte, Barros articulou uma forma de burlar as regras do regime de colonato. A pedido de membros da colônia, o fazendeiro emitia carta de chamadas a espanhóis, para que estes conseguissem escapar da proibição da livre imigração imposta pelo governo espanhol em 1910, além de conseguirem o subsídio do governo brasileiro para suas passagens. Assim, os imigrantes espanhóis vinham direto para Sorocaba como se fossem trabalhar nas fazendas de Barros, sendo imediatamente liberados por Barros da obrigatoriedade de trabalho como colono (OLIVEIRA, 2002).

Com isso, o fazendeiro ficou conhecido como “amigo dos espanhóis”, batizando inúmeros filhos de membros da colônia. Essa prática garantiu para a família Barros significativo ganhos de capitais político e econômico na região. O fazendeiro era o principal dono e

responsável pelo loteamento do Além Ponte, lotes estes adquiridos predominantemente por espanhóis. Além disso, seu filho Emerenciano Prestes de Barros foi vereador e prefeito de Sorocaba, além de deputado federal, sempre tendo apoio e votação expressiva entre os moradores do Além Ponte (OLIVEIRA, 2002, p. 42).

Carvalho (2008, p. 255) aponta que a partir da década de 1910, o Além Ponte vai se povoando e passa a se tornar “praticamente uma outra cidade, com características próprias e peculiares”. A divisão marcada pela travessia do rio Sorocaba veio a se tornar mais do que uma baliza meramente geográfica. Essa divisão, em dado momento, se torna cultural, com os “sorocabanos tradicionais” de um lado excluindo – inclusive espacialmente - os espanhóis do outro. Essa exclusão pode ser observada quando analisamos o atraso para a instalação de melhoramentos urbanos no “bairro espanhol”.

Em 1886, a região central de Sorocaba contava com os primeiros três chafarizes de distribuição pública de água em diferentes praças da região. Em 1890, essas fontes cessaram, o que obrigou o poder público planejar e começar a instalação de uma rede de água e esgoto. Instalação esta que se iniciou em 1903, já abastecendo neste ano toda o município, com exceção da região Além Ponte, que será contemplada com o serviço apenas em 1908. Já os bondes elétricos foram inaugurados em Sorocaba em dezembro de 1915, chegando ao Além Ponte apenas em 1928. Segundo Oliveira (2002, p. 53):

A ponte sobre o rio Sorocaba, entre as ruas XV de Novembro e Cel. Nogueira Padilha, antiga rua dos Morros, era o grande divisor de duas culturas em conflito, conforme relatam todos os velhos espanhóis. De um lado da ponte estava a cidade dos sorocabanos tradicionais, enquanto do outro, às margens da rua dos Morros, estava a população pobre, de gente estranha, de língua estranha, os espanhóis. Dois povos que se temiam, que se estranhavam, que não se aceitavam [...]. Havia muito preconceito, especialmente da parte da cidade tradicional em relação aos imigrantes. (p. 53)

A partir de 1930, entretanto, há uma aproximação maior entre os setores mais tradicionais de Sorocaba e a colônia espanhola. Nessa década, algumas famílias espanholas já prosperaram no Além Ponte, se tornando médios fazendeiros e comerciantes significativos no município. Carvalho (2008, p. 256) aponta que um indicativo dessa aproximação é a presença de um cronista espanhol no jornal sorocabano *Cruzeiro do Sul*. Francisco Molina passa, a partir de 1932, a escrever no periódico uma coluna em espanhol intitulada *Cronica de actualidad* que, na maioria das vezes, é utilizada para enaltecer as características positivas de Sorocaba:

No sé de ningún municipio que iguale ni menos aventaje á este de Sorocaba, tanto em su agricultura, com em la industria y comercio. Dejando á un lado su nueva riqueza cítrica y su cultivos agrarios menores, para entrar de lleno em el despertár mágico de las sirenas de sus indistintas fábricas llamando, que

jumbrosamente á miles de brazos obreros que integran y complementan el movimiento diario de esos colosos de la producción mecánica y manual que em un trepidar rono y continuo, ván dejando trás si, la incalculable riqueza de hilos, tejidos, estamperia, azadas, sombreros, dulces [...] (GARCIA *apud* CARVALHO, 2008, p. 256)³²

A coluna de Garcia é alvo de críticas por alguns membros da comunidade que o acusam de “excessiva bajulação” à Sorocaba. Ainda que o autor realmente tivesse essa visão extremamente positiva do município, o conteúdo ufanista pode ser interpretado como uma estratégia de inserção do imigrante em um influente meio de comunicação local. Além disso, o texto de Garcia é exemplificativo do duplo modelo de incorporação presente em Sorocaba: ao mesmo tempo que o cronista escreve em sua língua nativa, atraindo para si leitores espanhóis, enaltece as possibilidades urbanas e industriais presentes no município.

4.1.3. Espanhóis em Sorocaba: trajetórias de incorporação

O primeiro registro de um espanhol em Sorocaba data de 1885, quando Antonio Rodrigues chegou na região para trabalhar como colono na fazenda de José Ferreira Prestes, em terras onde se constituirá mais tarde o bairro Além Ponte. Seja vindo diretamente da Espanha ou de outras regiões do interior de São Paulo, os espanhóis se ocuparam, inicialmente, da agricultura. Com o passar do tempo, o grupo tendeu a passar de colono e meeiro para pequenos proprietários de terras na região leste de Sorocaba, onde “irão cultivar extensos pomares de laranja e canteiros de hortaliças, especialmente a cebola, de que se tornam exímios lavradores” (OLIVEIRA, 2002, p. 39). A partir de 1915, o registro de imigrantes em atividades urbanas começa a crescer. Os espanhóis ocupam-se do comércio, sobretudo, de gêneros alimentícios.

A proximidade geográfica da região mais a leste do Além Ponte, onde ficavam as fazendas dos espanhóis, e a região mais próxima ao rio – mais urbanizada, também serviu como um facilitador. Portanto, a divisão cultural e espacial entre o centro e o bairro espanhol também pode ter acelerado a criação de um comércio étnico no Além Ponte, afinal, para o imigrante atravessar o rio poderia significar enfrentar uma sorte de problemas. A primeira indústria têxtil de Sorocaba, a tecelagem Santa Maria, foi fundada na região do Além Ponte em 1892. Deste modo, os espanhóis formaram sua colônia em meio ao processo de urbanização do município e

³² Tradução livre: “Não conheço nenhum município que se iguale ou supere o leste de Sorocaba, tanto na agricultura quanto na indústria e no comércio. Deixando de lado sua nova riqueza cítrica e suas pequenas colheitas agrícolas, para entrar plenamente no despertar mágico das sirenes de suas indistintas fábricas, juntando a isso milhares de braços operários que integram e complementam a colossal produção mecânica e manual que, em sua trepidação contínua e agitada, deixará um legado incalculável de fios, tecidos, estampas, enxadas, chapéus, doces [...]”.

também do bairro, apesar de certo descompasso temporal entre as regiões. Dessa forma, a relação entre imigração espanhola, industrialização e agricultura ocorre de maneira orgânica no Além Ponte. O bairro, então periférico, era potencialmente atrativo aos imigrantes, pois oferecia terras mais baratas. Em uma região onde o latifúndio para o café não se fez presente, a oportunidade de aquisição de pequenas e médias propriedades rurais e a diversificação da produção agrícola se abriu aos espanhóis como uma possibilidade, que passam a se tornar os principais produtores de cebola da região. Ademais, a industrialização também transforma o Além Ponte em um bairro operário, permitindo também o acesso a empregos e a construção de atividades relacionadas ao meio urbano³³.

A principal fonte de análise para Sorocaba é a já mencionada obra de Sérgio Coelho de Oliveira. O material de entrevistas colhido pelo autor é de exemplar raridade, à medida que ele iniciou sua pesquisa em 1991, conseguindo captar a memória de muitos imigrantes de primeira geração. Em um tempo em que praticamente não se encontra trabalhos acadêmicos monográficos sobre espanhóis e que a história oral ainda era uma metodologia muito recente no Brasil e ainda questionada entre os pesquisadores, as palavras dos espanhóis de Sorocaba captadas por Oliveira se transformam em fonte inestimável de pesquisa³⁴.

Assim como no restante do interior de São Paulo, a grande maioria dos espanhóis que vieram para Sorocaba são da região de Andaluzia, portanto apresentam o *background* rural de seu local de origem. É o caso da família Martins Rodrigues, proprietária de uma pequena porção de terra em Turón, província de Granada, onde plantavam azeitonas, figo, uva, amêndoa e noz. Segundo Miguel Martins Rodrigues, as plantações eram insuficientes para oferecer renda a todos, obrigando seu pai a trabalhar de dois a três meses por ano nas colheitas de trigo na África. Assim, decidiram vir para o Brasil em 1905 (OLIVEIRA, 2002, p. 30). José Martínez Garcia, espanhol de Almería radicado em Sorocaba a partir de 1922, relata experiência similar:

Puerto Lumbreras não é litoral, é um lugar pobre, de terras pobres e poucas possibilidades de emprego. Nem sendo proprietário de terra como era meu avô, dava para sobreviver. Tanto assim que meu pai era obrigado a trabalhar no Marrocos ou na França para sustentar a família. Ele ficava tanto tempo fora de casa, que eu o vi pela primeira vez quando já tinha quatro anos. (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 30)

Ambos os casos traduzem um elemento muito comum aos espanhóis andaluzes que vieram para o Brasil: o fato de serem pequenos ou médios proprietários na Espanha. Por mais que tivessem terras, a situação econômica da Andaluzia naquele momento não era propícia para

³³ Há um estudo iniciado em 2020 por Larissa Girardi Losada e Regina Andrade Tirello (2020) que visa analisar o bairro como um espaço de produção de memórias dos espanhóis em Sorocaba.

³⁴ Segundo o autor, sua pesquisa durou até o ano de 2001, quando escreveu o livro, publicando-o no ano seguinte.

os minifúndios. O processo de acumulação primitiva gerado pelas desamortizações fará com que os pequenos proprietários se empobrecam, tenham suas condições materiais de existência ameaçadas, sendo obrigados a trabalharem também no Marrocos - na chamada imigração *golondrina*³⁵ – para complemento de renda. Nesse contexto, imigrar acabava sendo uma opção viável, a medida que as famílias têm a opção de venderem a suas terras para os custos que a viagem apresentava, mesmo sendo com a passagem subsidiada. Sobre a viagem, José Martinez Garcia discorre:

Enquanto isso, meu pai recebia notícias fantásticas do Brasil e de Sorocaba, onde já se encontravam os nossos tios. Aí, a decisão de vir para o Brasil. Embarcamos dia 23 de dezembro de 1922, no Porto de Gibraltar, navio Aquitaine. Éramos 7 pessoas, meu pai, minha mãe e outros quatro irmãos. [...] Era o que tinha em nossa primeira casa, em Sorocaba, na rua Santa Maria. Tinha também um pote de água, que foi a primeira coisa que compramos no Brasil. O resto que se precisava para viver foi providenciado pelos nossos tios, que já moravam aqui. [...]” (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 43).

A família Martinez Garcia chega em Sorocaba através de uma carta de chamada assinada por Joaquim de Barros, a pedido dos tios que já viviam no município. Quando chegaram, por não terem que passar por um tempo como colonos, conseguiram já adquirir um pequeno lote de terras para plantar cebola, o que demonstra que conseguiram migrar com uma quantia em dinheiro.

Outro fator que se somava às dificuldades econômicas era a convocação obrigatória para servir ao exército espanhol. Foi o caso do casal Antonio Rodrigues Sanches e Maria Martin, que deixaram Murta, na província de Granada, com os sete filhos, vindo direto para Sorocaba em 1895 para trabalhar como colonos na fazenda do já citado Joaquim de Barros. No final do contrato, por volta de 1900, a família se transfere para o perímetro urbano do Além Ponte, a fim de trabalharem nas fábricas de tecelagem. Na fábrica Santa Rosália, Francisco Sanches Martin, um dos filhos da família, conhece Emília Peres Domenes, espanhola vinda de Almería com os pais em 1896, com quem se casa anos mais tarde. O casal Francisco e Emília adquire então um sítio onde produzem laranja, cebola, batata e verduras, vendendo os artigos na cidade. Segundo Antônia, filha de Francisco e Emília:

Meu pai só queria ganhar dinheiro e comprar terras e mais terras, era mania dele. Minha mãe era obrigada a se virar vendendo verdura na cidade, que ficava a mais de 4 quilômetros da chácara. Todas as manhãs, ela seguia para a cidade puxando um cavalo com dois cestos de verdura, vendendo a nossa

³⁵ Movimento de imigração temporária em que espanhóis, sobretudo da Andaluzia, se dirigiam a países africanos como Marrocos e Argélia entre abril e julho para trabalharem no plantio e na colheita. Ficou conhecido como *golondrina*, tradução de andorinha, por conta de sua sazonalidade (PORTA, 2008, p. 62).

produção. Quando eu fiquei maior, com 10 ou 12 anos, eu é que saía com a cestinha no braço, vendendo verduras. (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 53)

Após adquirir mais terras, a família comprou um casarão no perímetro urbano, instalando um armazém de secos e molhados, onde também era o primeiro local que comercializava gasolina no Além Ponte, através de bomba móvel. Graças a integração às demais regiões do interior via linha férrea, a família comercializava seus produtos também em lugares mais distantes, como Presidente Prudente, local onde Francisco chegou até a comprar terras para plantar café.

Durante a década de 1930, as duas filhas mais velhas de Francisco e Emília se tornam comerciantes no Além Ponte. A já citada Antonia, primogênita, casa-se com Francisco “Paco” Cano Rodrigues, fundando uma das primeiras padarias do bairro. Já Carmem, segunda filha do casal, casa-se com Barbar Miguel Sacker, libanês, e juntos montam um armazém de secos e molhados. Segundo Carmen, a situação de boa parte dos espanhóis nessa época ainda era de muita dificuldade e o auxílio mútuo entre os membros da colônia se tornava fundamental: “A gente chegava a esperar de dois a três meses as cadernetas vencidas. O Barbar era compreensivo, ele sabia que os espanhóis atrasavam, mas acabavam pagando.” (*apud* OLIVEIRA, p. 54). O mesmo ocorria na padaria de Antonia e Paco, casal reconhecido pela memória de vários membros da colônia por sua solidariedade. Além de serem muito tolerantes com atrasos no pagamento, também entregavam pão para famílias que estavam sem condições de pagar e até emprestavam dinheiro em caso de necessidade.³⁶

A trajetória das duas gerações da família Sanches-Martin é mais um exemplo típico do modelo de incorporação encontrado em Sorocaba. Inicialmente, a primeira geração chega a Sorocaba para trabalhar na área rural, como colonos, passando em seguida para trabalhadores urbanos da indústria têxtil. Já a “geração 1.5”³⁷ começa na indústria têxtil, se torna proprietária de terras na área rural e, posteriormente, comerciante. Por fim, a segunda geração já se fixa na área comercial urbana do referido bairro em Sorocaba. Além disso, toda a trajetória é marcada por uma rede de solidariedade étnica entre os espanhóis.

³⁶ Ainda sobre a migração por conta do serviço militar no Marrocos, Antônio Sola Pallares aponta que sua família veio para o Brasil também por essa razão: “Meu pai tinha terras em Oria (Almeria), produzia azeite, figos secos e plantava centeio e cevada. Eu cuidava das ovelhas. Os filhos da família crescendo e Pedro, o mais velho, estava na idade de ser convocado para morrer na guerra, como meu pai receava. A família vendeu tudo, abandonou as terras e embarcou para a América.” (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 31).

³⁷ O termo geração “um e meio” faz referência àqueles que estão entre a primeira e a segunda geração de imigrantes, ou seja, são os que desenvolvem a identidade no sentido de terem um “duplo pertencimento”. Na prática, são os que imigram ainda na infância ou juventude, tendo contato inicial e influência da cultura do local de origem e posterior contato e influência da cultura do local de recepção. (YANG, 2011) É o caso do casal Emília e Francisco.

Outro exemplo de solidariedade étnica é a história da família Ramires. Manuel Ramires Bermudes chega de Cádiz em 1906, trazendo consigo sua filha Carmen, com então três anos de idade. Foram para uma fazenda de café em Itatinga, próxima de Botucatu. Conta Carmen:

O trabalho aqui era em regime de escravidão. Trabalhava-se de sol a sol a troco de cama e comida, pois o fazendeiro não pagava direito seus empregados. [...] Meus pais trabalhavam o dia inteiro na roça e nós – os três filhos ainda crianças – ficávamos trancados na casa. Quando eles chegavam, estávamos roucos de tanto chorar. (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 46)

Pelas péssimas condições de trabalho encontradas enquanto colonos, a família decide fugir da fazenda para tentar a vida na cidade de São Paulo. Entretanto, erraram a estação e acabaram por descer em Sorocaba, onde foram auxiliados por Casemiro Bernardo, carroceiro espanhol, que os abrigou em sua casa. No dia seguinte, Bernardo conseguiu um emprego para a família na chácara de Antônio Rodrigues, também espanhol, bem como uma casa de aluguel no perímetro urbano da cidade, obviamente no bairro Além Ponte.

Carmen recorda que seu “pai trabalhava de segunda a sábado no sítio e só vinha ver a família nos finais de semana”. Posteriormente, Manuel Ramires se emprega em uma fábrica de sabão e na Estrada de Ferro Sorocabana, até que passa a plantar cebolas em terras arrendadas e vender na cidade. Em 1926, já proprietário de terras, a Manuel Ramires, então proeminente produtor de cebolas da região, acolhe a recém-chegada família Calvo. As duas famílias se unem, posteriormente, pelo casamento de Carmem com Santiago Calvo Saucedo, um dos filhos da família Calvo.

A trajetória da família Ramires indica a forte presença de uma rede migratória espanhola em Sorocaba. Nesse processo, os primeiros imigrantes não somente proporcionam informações privilegiadas sobre os potenciais da localidade receptora, como também atuam para auxiliar a incorporação dos recém-chegados. Esse conjunto de contatos pessoais se “realimenta” constantemente e, por um determinado tempo, une regiões separadas através de linhas de transmissão informativa e fluxo de capital em escala étnica. Em um nível mais individual, as redes criam um ambiente psicossocial mais acolhedor ao imigrante. Em um nível coletivo, as redes propiciam a formação de bairros étnicos, como o Além Ponte, além de permitir a criação de mercados étnicos (PÉREZ, 2000, p. 533-534).

O principal armazém espanhol em Sorocaba era o “Armazém do Crespo”, propriedade de José Crespo Gonzales. Crespo, como era conhecido na colônia, chegou a São Paulo em 1906, acompanhando por sua esposa Isabel Lopes Andreo, seu cunhado, Juan Lopes³⁸, e seus três

³⁸ Juan Lopes é pai de Salvadora Lopes, líder operária que será mencionada posteriormente no trabalho.

filhos. Vieram todos de Totana, município de Murcia. Foram encaminhados como colonos em Avaré, onde trabalharam por alguns anos. A família então se transfere para Sorocaba por volta de 1910. Crespo vai trabalhar como balconista e, em 1912, instala seu armazém na área urbana do Além Ponte. Entre 1912 e 1930, o “Armazém do Crespo” era ponto de encontro dos espanhóis do Além Ponte. As cartas que chegavam da Espanha eram todas remetidas ao armazém e dali eram entregues às famílias. Crespo também fornecia gêneros alimentícios aos espanhóis para pagarem na época da lavoura. Os filhos de Crespo e Isabel também seguiram profissões urbanas: Bernando, o primogênito, formou-se como contador, atuando na profissão e José Crespo Filho formou-se farmacêutico e tornou-se jornalista em Sorocaba, atuando por muito tempo como diretor do jornal “Cruzeiro do Sul”. Sobre o Armazém do Pai, Crespo Filho atesta que “[...] era, acima de tudo, uma instituição de apoio aos imigrantes espanhóis”. (OLIVEIRA, 2002, p. 73-74)

Ainda sobre as redes migratórias espanholas no município, há um elemento que reforça ainda mais a existência de laços de uma solidariedade étnica que atravessam as relações cotidianas de membros da colônia: a inexistência de uma associação espanhola de socorros mútuos em Sorocaba. Ainda que alguns registros indiquem a existência de uma associação espanhola chamada “Sociedad Española Cervantes”, ele aparece na historiografia local apenas como um clube recreativo. Tanto as memórias coletadas por Oliveira (2002), quanto os demais trabalhos que se debruçam sobre Sorocaba durante o período estudado, não apresentam nenhuma menção de auxílio recebido por um imigrante espanhol via alguma associação mais formal. Essa ajuda era fornecida diretamente por membros da colônia, através de uma rede de solidariedade construída na relação direta entre eles.³⁹

Ainda sobre o trânsito de mobilidade entre o rural e o urbano, temos a trajetória de José Rodrigues Martins. O espanhol chegou ao Brasil com 12 anos. Inicialmente, trabalhou em uma fazenda, mas rapidamente foi ser tecelão nas Industrias Votorantim, local onde ficou por seis anos. Posteriormente, torna-se grande proprietário de terras e negociante de burros. Oliveira (2002, p. 56) diz que José Rodrigues Martins destoava da maioria dos espanhóis na época, pois “acabou se tornando um tropeiro, uma atividade própria dos sorocabanos no início do século. Criava, comprava e vendia burros. Quando saía tropear pelo interior de São Paulo e até Minas Gerais [...]” ficava por até quatro meses fora.

³⁹ Entre os italianos, há registro de uma associação de socorros mútuos em 1905, chamada *Società Operaria Italiana di e Mutuo Soccorso e Beneficenza* (CARMO; SANDANO, 2005).

Ainda que a permeabilidade entre os negócios rurais e urbanos seja a marca dos modos de incorporação de Sorocaba, há outros modelos que são marcantes na trajetória dos espanhóis no município. O grupo ocupou significativa parcela da produção de cebolas⁴⁰ e laranjas de Sorocaba, algo que segue o padrão de inserção econômica dos espanhóis por todo o interior de São Paulo, como aponta Klein (1994, p. 70):

[Em 1934] em três produtos sua importância relativa era notável: cebola (com 26 por cento das fazendas e 36 por cento da produção total); laranja (8 por cento das fazendas e 13 por cento da produção total); e banana (com 7 por cento das fazendas e 12 por cento da produção).

Um dos principais bairros da região do Além Ponte – a Vila Haro - leva o nome de uma família espanhola proeminente produtora de laranjas da região. O casal formado por Antonia Lopes e Ramón Haro Martins chega ao Brasil com cinco filhos em 1913, vindos de Almería, onde Ramón, após vender suas terras, trabalhava em uma mina de carvão. Após conseguir poupar algum dinheiro para a viagem, a família chega a São Paulo para trabalhar como colonos em uma fazenda de Café em Itu. No vencimento do contrato, por volta de 1918, mudam-se para Sorocaba. Arrendaram terras para plantar cebola, algodão e verduras. Em 1922 conseguiram adquirir um sítio de 10 alqueires e uma casa de 5 cômodos. Começaram a plantar laranjas em 8 alqueires, deixando 2 para a cultura de subsistência. A família conseguiu prosperar e montou uma empresa de comércio e exportação de laranjas, chamada *Haro & Cia. Ltda.* Com o falecimento do patriarca em 1940, a mãe decide transformar o sítio em loteamento com 300 lotes, que se tornaria então Vila Haro. Cada lote era vendido por 3 contos de réis em prestações mensais de 100 cruzeiros. (OLIVEIRA, 2002, p. 64)

Salvador Garcia Gimenez foi um dos principais produtores de cebola de Sorocaba. O espanhol chegou ao Brasil em 1905, aos 11 anos, com seus pais Salvador Gallardo e Izabel Gimenez, vindos de Almería. Foram direto trabalhar como colonos em uma fazenda de café em Avaré. Em 1911, Salvador deixou a família e foi para Sorocaba. Plantou verduras em uma terra arrendada. Após um ano e 800 réis de economia, comprou uma mula e voltou para Avaré para buscar a família. Voltando a Sorocaba, passou a comercializar sementes de cebola. Em 1919, foi à Espanha para comprar, em Tenerife, um lote de sementes de cebolas canárias (roxa). Na terceira viagem a Tenerife, se casou com Maria Gomes Lopes, trazendo-a para o Brasil. Fez fortuna, abrindo três casas atacadistas e sendo proprietário de dois sítios onde plantava laranjas, verduras, cereais e legumes. Seus cinco filhos fizeram curso superior.

⁴⁰ Por conta da produção de cebolas pelos espanhóis, pela imagem de suas réstias penduradas nos armazéns do bairro e pelo cheiro característico dessa hortaliça, a região Além Ponte em um certo período ganhou o apelido de “bairro dos ceboleiros” ou “cebolândia” (OLIVEIRA, 2002, p. 87).

A ligação entre Salvador Garcia Gimenez e seu país de origem, permitiu que ele retornasse a Espanha para adquirir um produto que ainda não existia na região. Segundo Warren Dean, a etnia imigrante pode se constituir em uma vantagem comercial frente aos brasileiros, pois “além das vantagens que lhes proporcionava um grande mercado de compatriotas, os imigrantes possuíam ainda outra superioridade: as conexões que podiam manter com fontes de capital nos países de origem” (DEAN, 1985, p. 62).

A ligação entre a colônia de Sorocaba e a Espanha também influenciou na decisão de migrar da família Rodrigues. Segundo Olinda de Almeida Mastrandea, professora, filha de espanhóis, seus avós, naturais de Turon, em Granada, gozavam de condições melhores e vieram da Espanha direto para Sorocaba por conta própria já com objetivo de entrar para o negócio de cebolas: “Meu avô era oficial de Guarda da Rainha, morava na Vila Militar e tinha um bom padrão de vida. Quando imigrou em 1900, tinha um plano de vida organizado por seu irmão, Thomaz Rodrigues, que já estava aqui, comprando e vendendo sementes de cebola.” (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 30).

Devido a maioria dos imigrantes espanhóis que vieram para São Paulo possuir *background* rural, trajetórias unicamente urbanas deste grupo são raras. Entretanto, Sorocaba também apresenta um caso peculiar de inserção direto no meio urbano. José Pineda Rodrigues chegou ao Brasil já com 18 anos para fugir da guerra do Marrocos. Havia estudado em Granada e era escrivão em sua terra natal. Chegou em Sorocaba dia 11 de fevereiro de 1927 e no dia 18 já ocupava o cargo de contra-mestre na Indústria Votorantim.

Em 1936, fundou uma escola particular para alfabetizar filhos de espanhóis. Também se tornou professor de violino. A escola de José Pineda Rodrigues exercia um importante papel para as famílias que se encontravam em transição entre as atividades rurais e as atividades comerciais urbanas, como aponta Oliveira (2002, p. 72):

Instalada em meados da década de 30, a escolinha do prof. Pineda exerceu uma função social muito importante para a colônia espanhola. Nessa época, dezenas de famílias, que haviam se dado bem no campo, estavam se deslocando para a cidade, para se dedicarem a atividades comerciais. Seus filhos, espanhóis ou já nascidos no Brasil, na maioria eram analfabetos. [...] Entre os matriculados, tinha alunos de 8 a 20 anos. (p. 72)

Pineda também atuava como escriba da colônia. Escrevia e lia as cartas das famílias, bem como as notícias da Espanha para a comunidade. Formou-se em contabilidade, também se tornando contador dos negócios dos espanhóis no Além Ponte. Ficou conhecido como “El Maestro”. Encabeçava todas as atividades culturais da colônia. Foi preso em 1946 e fichado pelo DEOPS como “comunista”.

Figura 25 – Ficha de José Pineda Rodrigues no DEOPS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Cutis	Ficha n.º
Cabelos	Nome: = JOSE PINEDA RODRIGUES =
Bigodes	Data: 13/9/46
Olhos	Vulgo:
Estatura	Prontuário Delegacia n.º = 4.558 =
Marcas	Prontuário geral n.º
	Atividade = COMUNISTA =
Filiação: — Pai: Diogo Pineda Mãe: Dolores Rodrigues Pineda	
Idade: 36 anos. Nascido em de de 1 910 Sexo: masc.	
Nacionalidade: Hespanhola Natural de: Granada Hespanha	
Estado civil: Casado Profissão: Professor e Guarda Civil	
Ordenado: Cr.\$ Local de trabalho:	
Residências: Rua Madrid nº 247 Sorocaba Est. S. Paulo	
É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma frequentar:	

Fonte: acervo DEOPS

4.1.4. Sorocaba Operária: a presença espanhola e os ecos da Guerra Civil

Como visto, entre os municípios do interior, certamente Sorocaba se apresenta como a principal exceção no que diz respeito a mobilidade urbana. Com uma indústria têxtil em formação desde o fim do século XIX, a oferta de trabalho nas indústrias fez com que o município se tornasse um polo de atração para inúmeros imigrantes espanhóis. Vale lembrar que o rendimento médio de quatro meses de um trabalhador urbano equivalia ao rendimento anual de um colono (MARTINS, 1989, p. 20). Segundo Silva (1999, p. 5):

No caso sorocabano o processo industrial é marcado, de um lado pela existência de uma economia agrário-exportadora do algodão que possibilitará investimentos na indústria, tal como aconteceu em algumas áreas cafeeiras. Por outro lado a existência de manufaturas e artesanatos foi impulsionada pelas feiras de muares, e além disso, essas atividades eram urbanas, sendo que nas áreas cafeeiras foram rurais.

A urbanização iniciada pelas feiras de muares somada com a expansão da indústria têxtil fez com que surgissem em Sorocaba uma variada sorte de empreendimentos: fábrica de vinhos e licores, de cerveja, de massas, de calçados, de vejas, além de inúmeras outras manufaturas

que vão surgindo e se fortalecendo para abastecer a vida urbana do município⁴¹. Com o passar do tempo, a produção ficou tão grande que a população de Sorocaba já não era suficiente para o consumo da produção industrial do município. Parte da produção passa a ser comercializada para outras regiões de São Paulo (ARAÚJO NETO, 2005, p. 15).

Nesse cenário, se forma uma rede de migrantes espanhóis em Sorocaba, chegando a atrair imigrantes de outras regiões do interior de São Paulo, que tinham seus contratos como colonos vencidos, na qual boa parte dela buscava a incorporação no meio urbano. Com efeito, o contexto urbano e industrializado transformou Sorocaba em um local privilegiado dentre os municípios do interior paulista de constituição de um operariado urbano. Com isso, a atuação do movimento operário vai impactar diretamente na vida política do município. Conseqüentemente, os espanhóis também participarão desse impacto, que vai transformar Sorocaba de “Manchester Paulista” para “Moscou brasileira” no imaginário popular. Segundo Sérgio Coelho de Oliveira:

A presença do imigrante espanhol entre anarquistas e comunistas na liderança das greves e dos movimentos operários sempre foi marcante. Centro operário por excelência, a cidade foi palco de extremadas lutas de classe, com greves constantes e confrontos entre operários e policiais, o que lhe valeu o apelido de “Moscou brasileira”. E à frente sempre tinha um espanhol (2002, p. 117).

Em seus trabalhos sobre a formação da classe operária de Sorocaba, tanto Araújo Neto (2005) quanto Carvalho (2008) apontam que o início da constituição do operariado sorocabano apresenta uma clara divisão entre operários de origem nacional e os imigrantes, sobretudo espanhóis e italianos. Essa divisão não é apenas uma divisão cultural. Ela também é uma divisão geográfica, à medida que os imigrantes residiam em sua maioria na região Além Ponte. Entretanto, os pesquisadores apontam que essa divisão se torna cada vez menos nítida a partir das experiências de situações comuns na vida da classe operária: luta por melhores condições de trabalho, moradia, acesso a recursos urbanos, entre outras.

Nesse momento, tomemos o conceito de classe proposto por Edward Palmer Thompson (1987). Rompendo com o marxismo estruturalista, Thompson propõe uma noção de classe baseada na experiência. Para o historiador inglês, classe é “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na experiência quanto na consciência” e “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e

⁴¹ Em 1887 Sorocaba já contava com uma grande indústria têxtil, dois curtumes, duas refinarias de açúcar, dezesseis fábricas de bebidas, 2 fábricas de velas, duas de chapéus, oito fábricas de cal, sete olarias, quatro serrarias, vinte fábricas de couros e arreios e uma fábrica de rede (CAVALHEIRO, 2001, p.12)

contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 9-10). Deste modo, a presença da experiência afasta a existência de noções de classe em si, ou seja, como apenas a posição estrutural dos indivíduos no processo produtivo.

No sentido da classe em si, o operariado urbano de Sorocaba começa a se formar em 1872, com o início da construção da Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1882, é inaugurada a primeira fábrica de tecidos em Sorocaba, a Nossa Senhora da Ponte, justamente no “bairro espanhol”. Em 1897, temos a primeira tentativa de fundar um partido operário do município, o que demonstra já um princípio de formação da identidade operária entre os trabalhadores industriais. (ARAÚJO NETO, 2005)

Em 1904 ocorrem nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro uma onda de greves pela redução da jornada de trabalho para oito horas. Os gráficos e construtores paulistanos, os portuários e marinheiro de Santos e os tecelões de Sorocaba serão bastante atuante. Em seguida, os ferroviários – entre eles também os de Sorocaba – anunciam a greve. (KOVAL, 1982)

Entretanto, em 1910 ainda as jornadas de trabalho em Sorocaba são de 13 a 14 horas. Há relatos de péssimas condições de trabalho, além de constantes casos de assédios sofridos pelas mulheres operárias por parte dos encarregados. Em 1911 vários setores da classe operária de Sorocaba começaram a se mobilizar e iniciam uma greve, que terá como objetivo a redução da jornada máxima de trabalho para 10 horas diárias. Segundo Carvalho (2008, p. 85), “a consolidação da indústria têxtil na cidade traz, conseqüentemente, consigo o desenvolvimento do movimento operário, que passa a reivindicar melhores condições de trabalho e realizar greves”.

A greve geral de 1917, iniciada em São Paulo, também chega a Sorocaba. Influenciados pelo movimento da capital, no dia 16 de julho, os operários sorocabanos reivindicavam aumento de salário e diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade. A participação dos operários de Sorocaba contou com aproximadamente 10 mil grevistas. Foi iniciada pelos operários da fábrica Nossa Senhora da Ponte, que partiram de fábrica em fábrica buscando adesão. O movimento foi apoiado pelo comércio local, que fechou suas portas, e pelos motoristas de bonde, que também paralisaram.

No mesmo dia, os representantes da indústria se reuniram e fizeram a seguinte proposta aos operários de Sorocaba: o aumento dos salários em 20%; não demitir nenhum operário grevista; respeitar o direito do trabalhador de associar-se; pagar os salários nos primeiros quinze dias do mês; melhorar as condições de trabalho em Sorocaba. Assinaram o acordo a Cia. Fiação

e Tecidos Santa Maria, a Cia. Nacional de Estamparia, a Fábrica Santo Antonio e São Paulo, a Cia. Fiação e Tecidos Nossa Senhora da Ponte e a Fábrica Santa Rosália.

Após discussão, os operários optaram pela continuidade da greve. No dia seguinte, os industriais fizeram nova proposta, ampliando os direitos sugeridos anteriormente:

I) Os industriais abaixo assinados se comprometem a beneficiar os seus operários, dando-lhes:

1) Dez horas de trabalho por dia

2) 20 por cento de aumento de salário

3) De acordo com as atuais necessidades, farão trabalhos extraordinários, fora os teares, aumentando assim o serviço de 10 para 11 horas, sendo esse excesso pago a parte, a razão do serviço ordinário

4) O pagamento será por metro e não por peça, feito na primeira quinzena do mês seguinte ao vencido, exceto na Fábrica Santa Rosália, que pagará no terceiro sábado do mês seguinte ao vencido

5) Não será nenhum operário demitido do trabalho por motivo de greve

II) Os industriais de chapéus, calçados e arreios, se comprometem a melhorar a situação dos seus operários, de acordo com o que se fez em São Paulo relativamente a estes industriais, entrando cada um por si em convenção com seus empregados nesse sentido

III) Os operários de todas as indústrias, representados pelos que assinam adiante, se comprometem a voltar ao serviço logo que foram chamados amanhã.

Sala de delegacia de Sorocaba, aos 17 de Julho de 1917. (*apud* CAVALHEIRO, 2001, p. 28-29)

Após certa indecisão dos operários e pressão dos industriais, que ameaçaram fechar as fábricas, no dia 19 de junho de 1917, a greve geral foi encerrada em Sorocaba. Além dos 20% de aumento conquistados no primeiro dia do movimento, a redução da jornada para 10 horas – que era reclamada desde 1911 - e a possibilidade de recebimento de hora-extra foram as principais conquistas do movimento para os trabalhadores das fábricas do município.

Em abril de 1928 Sorocaba enfrenta mais um momento de tensão para os trabalhadores. A indústria Votorantim demite centenas de trabalhadores, sob a alegação de indisciplina constante por parte dos operários. O estopim teria sido uma paralização da produção em uma das seções em homenagem ao falecimento de um dos operários que ali trabalhava. A um jornal do município, Pereira Inácio, representante da Votorantim expõe esses fatos em um jornal local. Além disso, cita que a produtividade da empresa está muito aquém das outras pelo fato de seus operários trabalharem em um regime de 8 horas diárias, enquanto todas as outras operam no regime de 10 horas, previsto pela legislação vigente. Com as demissões, a Votorantim retorna

para o regime de 10 horas, fato este que deflagrará outro movimento grevista em 1932⁴². Após uma nova tentativa de greve em 1933, é fundado neste ano o Sindicato dos Tecelões de Sorocaba.

Esse contexto fará com que Sorocaba apresente uma forte presença de anarquistas e comunistas entre os imigrantes espanhóis. O fato do município ser um centro operariado contribuiu para a militância da colônia, o que lhe valeu, como visto, apelido de “Moscou Paulista”. O memorialista sorocabano Arruda Dantas descreve o da colônia espanhola, Além Ponte, como “dominado por ardores socialistas e comunistas” (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 118). Consta que inúmeros membros da colônia espanhola foram perseguidos como comunistas, sendo militantes ou não. Segundo depoimento de Irene Garcia Minello, neta de Espanhóis, em 1937:

Todos os espanhóis eram suspeitos, todos eram comunistas na visão curta de alguém que detinha a autoridade, naquele momento, em Sorocaba. [...] Medo e medo! Não se podiam juntar três espanhóis para conversar ou para expressar seus temores. Não se podia falar em espanhol, não se podia ler nada que fosse escrito em espanhol. Não se podia ter armas, nem sequer uma faca um pouco maior. Tínhamos uma faca, com a qual o meu avô matava os cabritos quando chegava o Natal. Banhavam-na em azeite, empacotavam-na em jornais e enterravam em baixo de uma figueira. (OLIVEIRA, 2002, p. 127)

Essa perseguição pode ser exemplificada por caso de prisão que ficou conhecido em Sorocaba. Em 1938, era comum os espanhóis se reunirem para conversar sobre diversos assuntos em um bar chamado “Bar do Bimbo”. Dentre esses assuntos, estava obviamente discutir sobre as questões políticas na Espanha, que passava, no momento, pela Guerra Civil. Em um desses dias, vários espanhóis foram levados pela polícia e presos em São Paulo por 30 dias.

Durante o Estado Novo intensificou-se a perseguição aos espanhóis, sobretudo àqueles identificados com espectros da política mais à esquerda. Havia grandes chances, inclusive, deles serem deportados para o regime franquista, pelo qual inexoravelmente seriam fuzilados. Fora este o trágico destino de um dos presos políticos no citado caso do “Bar do Bimbo” em 1938.

Ainda sobre o referido bar, há uma crônica escrita por Irene Garcia sobre o hábito de seu avô, espanhol, de frequentar o estabelecimento para debater. O texto traz mais uma vez relatos de ameaças e perseguições ao grupo no local:

“Me voy a la esquina”

⁴² Essa greve se deu em um momento em que o Brasil estava no governo provisório de Getúlio Vargas. Ela foi combatida pela lógica do “trabalhismo”, pela qual o governo concedia direitos aos trabalhadores como forma de diminuir a disseminação de doutrinas subversivas. “Ao trocar legislação social por obediência política, [o trabalhador] estaria realizando um cálculo de custos e benefícios cuja lógica é predominantemente material e individual.” (GOMES, 2005, p. 178).

“Me voy a la esquina”! Era assim que eu ouvia meu avô Pedro dizer, depois de encarregar-se da tarefa diária. Todas as manhãs saía ele a cortar capim macio para a cabra castanha, a “Chiba”, nossa cabrinha leiteira, tão mansa, que nos presenteava com seu leite tão abundante. Por volta das onze e meia, ele me deixava na porta da escola e seguia para o mercado, com o almoço do meu pai, uma pequena cesta de vime. Até hoje tenho a impressão de sentir o cheiro do tempero da comida. Voltava para casa, tirava um cochilo, tomava uma enorme caneca de café com leite e seguia rumo à esquina. A esquina era um recinto sagrado. Todos os nossos velhos se juntavam ali. Sentavam-se em um barranco, que havia entre as calçadas das casas, que ficavam do lado de cima, e a rua abaixo. Pelo meio dos Velhos passava o bonde de meia em meia hora. Penso comigo que nem na Câmara dos Deputados, hoje em dia, se faz tanto discurso e se debate com tanto afã a política, como o faziam os velhos espanhóis. E às vezes o faziam aos gritos. Os velhos pertenciam a todas as cores políticas, uns mais descorados, outros em tons bem-fortes, mas todos queriam tirar a pele do General Franco. As famílias recebiam cartas da Espanha e as levavam para lê-las ali, no meio do silêncio de todos. Depois do jantar, quando todos nos juntávamos ao redor da mesa, ficávamos sabendo o que acontecera com cada família. Assim, soubemos dos sofrimentos que a Guerra Civil espalhara pela Espanha. Muitas vezes vi a minha avó chorar. Mas, voltando à esquina: quando chovia, a terra vermelha do barranco vinha abaixo e os velhos perdiam o lugar de sentar-se. Lembro-me de uma calça de veludo cotelê de cor crua, que meu avô usava no inverno. As calças vieram da Espanha. Às vezes, ele as sujava com o barro, que se formava, e minha mãe o repreendia com carinho. Um dia, vieram nos avisar: um furgão da polícia havia levado todos os velhos que estavam na esquina, presos. Por sorte, meu avô não saíra de casa naquele dia. Mas, não foi por isso, todos ficamos muito aflitos, não sabíamos o que deveríamos fazer. Quando chegaram os filhos homens do trabalho, todos se juntaram e se dirigiam à delegacia para tirar os pais da prisão. Os velhos voltaram envergonhados, as cabeças de cabelos brancos, com os olhos voltados para o chão. Receberam uma ordem: nunca mais deveriam se reunir na esquina. No dia seguinte, não se viu um velho na esquina. Mas, depois, dois, três foram se chegando e, no final de uma semana, todos estavam juntos outra vez. Por certo, se assim não fosse, os governos todos se acabariam por falta de crítica. Onde iriam eles? Meu Deus! Qual seria o perigo que estes velhos trariam para a ordem vigente. Será que o Poder estaria pensando que aquilo era uma reunião de bruxas? Pensou eu: que raça de homens é esta que semeia a Inquisição? Talvez pertençam à raça de Caim, aqueles que se comprazem em ser carrascos de outros homens, seus irmãos em humanidade. Bom! Com o passar dos anos, agradeço a Deus pelas raízes, que não se secaram. Vejo-os longe, os dois avós, na cor sépia do tempo e me pergunto: teriam sido felizes? E me chega ao coração a resposta de outro Velho, o catalão Miró: “Se eu fui feliz? Não sei, só sei é que fui um homem honrado.” (GARCIA *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 128)

Durante a Guerra Civil Espanhola, Venâncio Ayres, delegado de Ordem Social de Getúlio Vargas, solicitou o fechamento de todas as sociedades espanholas fossem alinhadas aos republicanos. A colônia espanhola de Sorocaba se dividiu entre os franquistas e republicano. Nesse sentido, foi fundada em 1936 “La Falange Nacionalista de Sorocaba”, uma organização de apoio ao regime imposto pelo General Franco no município. Um ano depois surge o Centro Republicano Espanhol de Sorocaba.

O primeiro Centro Republicano Espanhol foi criado em 1935, no município São Paulo. A instituição funcionava inicialmente como “um núcleo aglutinador de espanhóis identificados com o movimento operário paulista e que manifestaram, em vários momentos, seu posicionamento político” em prol dos ideais republicanos (SOUZA, 2005, p. 43). Ainda que tivesse provocado uma cisão entre a colônia, a deflagração do conflito entre franquistas e republicanos em 1936 também causou um engajamento de significativa parcela da comunidade em torno de auxiliar as vítimas do conflito. Em 1937 foram fundados os Centros Republicanos em Sorocaba e Santos. A agremiação de Sorocaba contava com trezentos filiados e tinha a intenção de “promover atividades culturais cuja renda seria enviada para os combatentes republicanos” (SOUZA, 2001, p. 40). Entretanto, como vimos acima, a entidade sofre uma ação policial e é fechada pelo governo dia 22 de novembro de 1937 por ser considerada uma “célula comunista”. Já a “Falange” permaneceu funcionando, pois, segundo prontuário, a agremiação combatia as ideias “extremistas” entre os espanhóis (SOUZA, 2001, p. 60). Obviamente, o termo “extremista” faz referência ao comunismo e ao anarquismo, afinal, o governo brasileiro tinha similaridade com de Franco.

A movimentação política do Centro Republicano Espanhol não passou despercebido pela imprensa local. Sobre o fato, o jornal “O Cruzeiro do Sul” noticiou com a manchete “Descoberta em Sorocaba uma célula de propaganda comunista” a seguinte notícia:

Em uma batida levada a efeito pelo Delegado Regional de Polícia de Sorocaba, no Centro Republicano Espanhol, aquela autoridade apurou que a referida entidade não passava de um “covil” de perigosos agitadores, adeptos do comunismo, que infestam a cidade. [...] foi fundado em Sorocaba o Centro Republicano Espanhol, sociedade aparentemente organizada para fins beneficentes, conforme o faziam crer os seus diretores, e cujos elementos em número de, aproximadamente 300, diariamente se reuniam em sua sede social, à rua Souza Pereira, 206. E foram, justamente, essas intermitentes reuniões e cujo verdadeiro caráter todo mundo ignorava, que despertaram as suspeitas do Delegado Regional de Polícia, chefiada pelo dr. Joaquim Alfredo Rolim Rosa, em substituição ao dr. Luiz Gonzaga Mendes de Almeida. Iniciadas diligências, varejada a sede social do centro referido, a polícia ali encontrou e apreendeu copioso material do credo vermelho, representado por boletins, jornais, revistas e outros documentos. Diante disso, foram detidos os diretores e diversos associados da pseudo-agremiação beneficente, além de diversos outros indivíduos residentes em Sorocaba, cujas ideias e atividades comunistas ficaram plenamente evidenciadas no decorrer do rigoroso inquérito instaurado sobre o fato pelo dr. Rolim Rosa. (*apud* OLIVEIRA, 2002, pp. 120-121)

Segundo o relatório que o delegado regional de Sorocaba, Rolim Rosa, enviou para o delegado de Ordem Social, solicitando o fechamento do Centro Republicano, esta entidade teria

sido criada exclusivamente para “propagar os interesses comunistas do atual governo de Valencia” (SOUZA, 2001, p. 62). Nas palavras do delegado sorocabano:

[...] angariava dinheiro pelas ruas da cidade para socorrerem as viúvas ou parentes dos sócios desse centro, e órfãos de comunistas espanhóis. Até as moças, filhas ou parentes dos sócios desse centro vestiam-se de vermelho para procederem essa colheita. (*apud* SOUZA, 2001, p. 63)

Um detalhe interessante é que a sede do Centro Republicano não ficava na região do Além Ponte. A rua Souza Pereira fica na região do centro velho de Sorocaba, o que pode ter contribuído para despertar suspeitas e, conseqüentemente, possíveis delações por parte da população vizinha.⁴³

Nas eleições municipais de 1947, Alonso Gomes, ferroviário e filho de espanhóis, foi candidato à prefeito de Sorocaba pelo Partido Social Trabalhista (PST), sendo pessoalmente apoiado por Luís Carlos Prestes e Jorge Amado, que visitaram pessoalmente o município para participar da campanha eleitoral. Gomes obteve votação expressiva, ficando em segundo lugar com 6.476 votos, contra 7.111 de Gualberto Moreira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apoiado por Vargas, em um total de 18.250 votos. Alonso Gomes possui uma ficha de duas páginas no DEOPS, mais precisamente na Delegacia Especializada de Ordem Social (Figuras 26 e 27). Além de suas atividades políticas, consta no documento que em 1947, Gomes teria encabeçado a elaboração de um memorial para pedir aumento de salários para os trabalhadores ferroviários do município. Tido como “agitador comunista de Sorocaba”, Gomes também é acusado de foragir para não ser preso por ser um dos signatários de um manifesto comunista em Sorocaba.

⁴³ A ação policial que iniciou o fechamento do Centro Republicano Espanhol de Sorocaba resultou na prisão de 18 membros: Indalécio Gomes, Julio Manzano, Ramon Sanches, Miguel Gavarron, Donatilio Anegeres, Álvaro Lopes Luz, Manuel Lopes Cruz, Floriano Scentellas, Ramon de Pina, Guilherme Garcia, Penido Hernandez Martinez, Francisco Tegra, José Rodrigues, Mathias Portento, Angelo Gonzalez, Pedro Fernandes, Celestino Molineiro e Pompeu Lopes Alvarez. Todos eles foram encaminhados para São Paulo, na Superintendência de Ordem Política e Social (CAVALHEIRO, 2001, p. 99)

Figura 26 - Ficha de Alonso Gomes no DEOPS

G O M E S - Alonso P. C. B. SN1174

RESIDENCIA: - Rua Olavo Bilac, 293 (Sorocaba)

ASSUNTO: - Em 13/7/47, foi encaminhado um memorial, solicitando aumento geral, na classe dos ferroviários da Sorocabana. O citado foi um dos elementos que encabeçou tal memorial. Vide rel. 169 de 18/8/47. Vide (Doc. 29) - Pasta de Ferroviário Filho de Alonso Gomes e de Josefa Ballera. Comunicado do Delegado Regional de Sorocaba, sobre suas atividades políticas, quando da visita do deputado Armando Mazzo. Vid Pasta Comunismo. Comunicado de 6/10/1947. (Doc. 71). Brasileiro, ferroviário, natural de Prata, neste Estado, nascido a 8 de Agosto de 1914, eleitor, portador do título 16.548 da 137ª zona, Sorocaba. Foi candidato a deputado federal, pelo Partido Comunista do Brasil. Vide (Doc. 180) - Pasta de Comunismo. - É tido como elemento agitador de Sorocaba. Vide rel. 254 de 27 de Outubro de 1947. (Doc. 123) Pasta de Ferroviários.

continua

Fonte: Acervo DEOPS

Figura 27 - Ficha de Alonso Gomes no DEOPS

O citado esteve a testa do movimento grávitista irrompido na E.F. Sorocabana em princípios de Dezembro de 1947. Vide (Doc. 158) - Pasta de Ferroviários. - Tende notícias das prisões dos signatários de manifesto comunista, temendo que também o seria, fugiu de madrugada, tomando destino ignorado. A regional de Sorocaba está diligenciando a sua captura. Vide (Doc. 790) - Pasta de Comunismo. - Filho de Alonso Gomes Farra e de Dna. Josefa Alera Martins. Em 17 de fevereiro de 1948, compareceu na Delegacia Regional de Polícia de Sorocaba onde prestou declarações. Diretor responsável pelo jornal comunista "O TRABALHO". Esse jornal era imprimido na Editora Victorina, a rua Monsenhor João Soares, 70, em Sorocaba, houve ocasiões em que foi imprimido nas oficinas do jornal Hoje, em S. Paulo. Encaminhado ao A. Geral. Em 5/4/1951. - Filho de Alonso Gomes Farra e de Josefa Ballera Martins, ferroviário, casado, com 33 anos de idade (1948), natural de Prata - S. Paulo. Em 18 de fevereiro de 1948, compareceu na Delegacia de Ordem Social onde prestou declarações. Em suas declarações informa que jornalista; tem procurado legalizar a situação da sucursal do "Hoje", digo, sua situação como diretor da sucursal do Hoje em Sorocaba. Encaminhado ao A. Geral. Em 18/4/1951.

Fonte: Acervo DEOPS

Nas mesmas eleições, Sorocaba elegeu Salvadora Lopes Peres, filha de espanhóis, como a primeira mulher vereadora do município. Também apoiada por Prestes e Jorge Amado, a vereadora foi cassada antes de tomar posse, junto com todos os políticos eleitos pelo PST no

estado de São Paulo, à medida que o partido teve seu registro caçado pela justiça eleitoral⁴⁴. A ficha de Salvadora no DEOPS (Figuras 28 e 29) também é grande. Nela consta diversos fatos de sua militância política. Entre eles, sua trajetória como candidata, liderança grevista e prisão por “agitação” na Fábrica Votorantim.

A trajetória da família de Salvadora Lopes é mais um exemplo típico do modelo de incorporação de Sorocaba. Seus pais, Juan Lopes e Encarnación Lopes Peres e mais três filhos, vieram para o Brasil em 1906, trabalhar como colonos em uma fazenda em Avaré, local onde tiveram mais quatro filhos – incluindo Salvadora. As notícias do progresso da irmã de Juan Lopes e do cunhado em Sorocaba – os já mencionados Isabel e José Crespo – animaram o casal a tentar a vida na nova cidade, a medida que o trabalho no campo era penoso e pouco compensava financeiramente. Em 1918, enviam três filhos para ficarem sob a guarda dos tios. Os dois mais velhos, João e Josefa, para trabalharem e Salvadora, a mais nova, para ir à escola. João e Josefa conseguem trabalho, respectivamente, em uma fábrica de arreios e em uma indústria de tecelagem. Juan e Encarnación mudam-se para Sorocaba em 1920. Obviamente na região do Além Ponte. Ele trabalhará plantando e vendendo cebolas como meeiro de um fazendeiro espanhol, chamado Francisco Dias. Ela, como costureira. Todos os filhos trabalhavam em indústrias de Sorocaba. A exceção era Salvadora, que ainda era muito jovem. (CAVALHEIRO, 2001)

Salvadora foi a única filha do casal que conseguiu estudar. Por ser a filha mais nova, acabou sendo, de certo modo, privilegiada nesse sentido. Menina, filha de operários, cursou até a 4ª série do primário. Entretanto, a partir de 1928, aos 10 anos de idade, não pode continuar seus estudos, começando já a trabalhar em uma indústria têxtil em Sorocaba. Em maio de 1939, começa a trabalhar no setor de seda da Votorantim, local onde começa a exercer forte liderança frente às mulheres do setor de produção. A partir de então Salvadora começa a chamar atenção dos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro de Sorocaba, local onde ela passa então a militar.

⁴⁴ Após a cassação do PCB, em 1947, os membros do partido se organizaram sob uma nova legenda, o PST. Mesmo tendo um número expressivo de eleitos no pleito desse referido ano, o novo partido também foi cassado. É interessante observar que assim como em Sorocaba, São Paulo também elegeu a primeira mulher para o cargo legislativo da capital, Elisa Kauffman, caçada junto com Salvadora Lopes e todos os eleitos pelo PST.

Figura 28 - Ficha de Salvadora Lopes Peres no DEOPS

Foto nº 301
SN 1840

P E R E S - Salvadora Lopes P. C. B.

RESIDENCIA: - Rua Pereira da Rocha, 26 - (Sorocaba)

ASSUNTO: - Elemento Comunista. Operária da Fabrica Votorantim. Vide (Doc. 508, fls. 4) - Pasta de Comunismo. - Vereadora na cidade de Sorocaba. Quando da greve da E. Ferro Sorocaba, em principios de Dezembro de 1947, a citada foi um dos elementos ativos preparadores dessa greve. (Doc. 158) - Pasta de Ferroviarios. - Entre os comunistas presos, por agitação na Fabrica Votorantim em Sorocaba, encontra-se a citada. Vide (Doc. 6) - Pasta de Sorocaba. - Radiotelegrama do Delegado Regional de Sorocaba ao Delegado de Ordem Social, comunicando que Salvadora foi presa e está sendo processada. Vide (Doc. 93) - Pasta de Gréves.

Fonte: Acervo DEOPS

Figura 29 - Ficha de Salvadora Lopes Peres no DEOPS

Oficio do Min. da Justiça e Negocios Interiores, informando fazer a mesma parte da Comissão Permanente Pró Conferencia de Montevideo, representando a Comissão Textil de São Paulo. Vide doc. 2462. Pasta comunismo

Consta estar liderando um movimento de represália, caso a Empresa de Transportes Coletivos de Sorocaba, ~~xxx~~ aumente suas tarifas. Vide doc. dec. 2709. Pasta Comunismo. - ~~xxx~~ Sobre o mesmo assunto vide doc. 2713. Pasta Comunismo. - Opreária comunista de Sorocaba. Vide doc. 2883. Pasta de Comunismo. - No II Congresso da Faz, realizado entre 21 e 24 de Outubro de 1950, esteve presente á todas as reuniões. Vide doc. 2986. Pasta de Comunismo. - Candidata á Vereança de Sorocaba nas eleições de 14/10/1951. Candidato de Prestes, da Aliança Autonomista. Vide (Doc nº 22) - Pasta Aliança Autonomista. - Oficio nº 638 GD. de 9 de outubro de 1951, do Diretor do D.O.P.S. ao Dr. Desembargador Presid Trib. Reg. Eleitoral, informando que o citado candidato aliancista á vereança de Sorocaba nas eleições de 14/10/1951, é elemento comunista. Vide (Doc. 23) - Pasta Aliança Autonomista. - Candidata aliancista á C. Municipal de Sorocaba nas eleições de 14/10/1951. Vide (Doc. 39) Pasta Aliança Autonomista.

Fonte: Acervo DEOPS

Os processos de incorporação encontrados em Sorocaba certamente tensionam boa parte do que a bibliografia clássica apresenta sobre os espanhóis no interior de São Paulo. A formação de uma rede migrante e de solidariedade étnica é responsável pela construção de uma região reconhecidamente espanhola no município: o Além Ponte. De certo modo, isso se configura em uma espécie de formação de um “enclave étnico”, ou seja, uma comunidade étnica de apoio independente da presença de instituições formais (PORTES; MANNING, 2008).

Influenciados sobretudo pela característica de Sorocaba, os modelos de mobilidade, em sua maioria, ocorrem de uma maneira fluida entre os trabalhos rurais e urbanos. A industrialização e a urbanização do município permitiram o acesso a trabalhos urbanos logo na última década do século XIX, fator que diferenciava Sorocaba da maioria do interior de São Paulo. Ainda, o fato de ser Sorocaba um município em que se desenvolveu sem a presença do latifúndio cafeeiro apresentou aos espanhóis a oportunidade de serem proprietários de pequenas e médias propriedades rurais no Além Ponte. O que permitiu o grupo o predomínio quase que absoluto na produção de cebolas na região.

O “bairro espanhol” é, por si só, o grande indicativo da manutenção da identidade étnica por parte dos espanhóis. Sobre a identidade, aponta Oliveira (2002, p. 103):

Há cerca de 50 anos, as famílias efetivamente espanholas eram mais apegadas às suas tradições, reuniam-se com mais frequência em entidades próprias, frequentavam o mesmo teatro, o mesmo cinema e auxiliavam-se nos momentos difíceis. Era hábito, inclusive, preservar a língua pátria.

Após a década de 1930, a identidade espanhola foi sendo incorporada pela identidade operária. Muitas vezes isso se confundia, afinal, não era raro espanhóis operários comunistas ou anarquistas no município. Ao final da década de 1930, com a eclosão da Guerra Civil Espanhola e o advento do Estado Novo, a identificação dos espanhóis e seus descendentes com sua cultura natal passa a sofrer forte tensão. Se internamente, o conflito espanhol provocou diferentes opiniões entre membros da colônia, ser visto como estrangeiro e comunista pelo governo representava risco real de deportação e, conseqüentemente, morte por fuzilamento pelo governo franquista. O fato de Sorocaba ser um centro operário, fez com que o município fosse observado mais de perto pelo governo de Vargas. Fato este que acarretou a deportação de ao menos um membro da colônia, o que certamente contribuiu para um arrefecimento da manutenção da identidade espanhola por parte do grupo.

4.2. Franca: uma incorporação segmentada

Os espanhóis são o segundo maior grupo de imigrantes de Franca. O censo de 1920 demonstra que entre os 44.308 habitantes do município, os 2.889 italianos formam o grupo mais numeroso, representando 6,5% da população. Os 2.281 espanhóis vêm logo em seguida, cifra que traduzida em termos percentuais, representa 5,1% dos habitantes de Franca. Os portugueses, com 617 pessoas, ocupam o lugar do terceiro grupo mais numeroso em Franca, sendo 1,3% da população. Entre os 5.919 imigrantes de Franca, os italianos representam 48,8%, percentual ligeiramente superior ao dos espanhóis, representados por 38,5%.

Quando analisamos as entradas de imigrantes em Franca entre 1880 e 1920, observamos um padrão similar ao que ocorre em todo o estado de São Paulo. A entrada de italianos ocorre predominantemente até 1902, data do decreto Prinetti. Após essa data, até 1920, acompanhamos um decréscimo vertiginoso na entrada dos italianos, que diminui de 1438 entradas na última década do século XIX para 505 na primeira década do século XX. Simultaneamente, há um aumento gradativo no número de espanhóis, que salta de 339 entradas nos anos 1890 para 1114 entre 1911 e 1920 (Tabela 15). Em termos percentuais, isso significa que 63% dos italianos que entraram em Franca, vieram entre 1880 e 1900. Ao passo que 65% dos espanhóis vieram entre 1901 e 1920. Há, portanto, basicamente uma inversão no quadro migratório, que corrobora com a tese de José de Souza Martins (1989) de que a imigração espanhola substituiu a italiana após as restrições impostas aos italianos com o decreto Prinetti.

Tabela 15 - Números absolutos de entrada de imigrantes em Franca entre 1880 e 1920

Nacionalidade	Antes de 1880	De 1880 e a 1900	De 1891 a 1900	De 1901 a 1910	De 1911 a 1920
Espanhóis	34	59	339	714	1114
Italianos	59	594	1438	505	378
Japoneses	0	0	0	0	8
Sírio-libaneses	0	0	43	103	112
Portugueses	0	66	115	131	183
Outros	8	74	8	50	58
Total	101	793	1943	1503	1853

Fonte: FALEIROS, 2002, p. 70

O censo de 1934 aponta uma leve queda no número de estrangeiros, de 5.919 para 5.319. Nesse sentido, os dois maiores grupos também diminuem. Em números absolutos, a população italiana em Franca passa a ser de 1.957, o que em percentual representa uma queda de 32,2%

em relação a 1920. A queda do número de espanhóis é ligeiramente menor: de 2.281 para 1.642, representando um decréscimo de 28%. No referido período, os portugueses também deixam de ser o terceiro maior grupo imigrante de Franca, posto ocupado pelos japoneses (Tabela 16).

A queda do número de estrangeiros em Franca contrasta com o aumento vertiginoso do número de habitantes. Em quatorze anos, Franca passa a contar com 15.929 novos habitantes, saltando de 44.308 pessoas em 1920 para 60.237 em 1934, o que representa um aumento de aproximadamente 36%. Portanto, há uma queda vertiginosa de representatividade dos imigrantes frente a população brasileira em Franca. Ainda que os filhos de imigrantes sejam contabilizados no censo como brasileiros, nesse contexto, os espanhóis e os italianos passam a representar, respectivamente, apenas 2,7% e 3,2% da população do município.

Os dados de 1934 demonstram que os imigrantes espanhóis de Franca são predominantemente rurais. Entre os espanhóis, 1.114 (67,8 %) vivem em zonas rurais, enquanto 528 (32,2%) vivem em zonas urbanas. Já os italianos urbanos apresentam um percentual levemente mais elevado, se aproximando dos 38% (Tabela 17).

O recenseamento de 1940 demonstra uma queda maior no número de estrangeiros, acompanhando a tendência de todo o estado de São Paulo. As cifras para 1940 demonstram que entre os 2.587 estrangeiros, 854 são espanhóis. O grupo ainda conta nesse ano com 148 espanhóis naturalizados brasileiros (Tabela 18).

Tabela 16 – Brasileiros e estrangeiros em Franca (1934)

Brasileira	Espanhola	Italiana	Portuguesa	Japonesa	Outras	Total	
						(est).	Não decl. Total
54.914	1.642	1.957	420	696	604	5.319	4 60.237

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Tabela 17 – População rural e urbana em Franca (1934)

Espanhola		Italiana		Portuguesa		Japonesa		Outras		Total (est).		Brasileira	
Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
1.114	528	1.214	743	223	197	667	24	234	375	3.452	1.867	38.712	16.202

Legenda: Rur. = Rural; Urb. = Urbano

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Tabela 18 – Brasileiros e estrangeiros em Franca (1940)

Nacionalidade						Totais
Brasileiros natos						52.623
Brasileiros naturalizados	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros	529
	148	249	43	30	59	
Estrangeiros	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Síria	Outros	2.587
	854	1.047	217	216	253	

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Os dados acima nos mostram que Franca apresenta um padrão estatístico um pouco diferente ao do interior do estado de São Paulo como um todo. Ainda que esse padrão indique os espanhóis como os segundos mais numerosos, predominantemente rurais e com um período em que sua entrada supera a dos italianos, a quantidade de espanhóis sempre é muito próxima a de italianos, o que acaba diferenciando Franca da maior parte dos municípios paulistas. A diminuição de estrangeiros entre 1920 e 1934 em detrimento ao aumento substancial da população do município indica a presença de um grande fluxo migratório de brasileiros para Franca, sobretudo vindos do sul de Minas Gerais (GARCIA, 1997).

A região em que vai se desenvolver o vilarejo que dará origem a Franca situa-se em uma fronteira territorial do noroeste paulista com o sul de Minas Gerais. A região nasce a partir de um caminho aberto por bandeirantes, sendo, portanto, uma franja da atividade mineradora que liga São Paulo, Minas Gerais e Goiás (TOSI, 1998, p. 23).

A posição estratégica na divisa entre capitânicas transformou a pequena região em um importante caminho de boiadas. Como consequência, ao longo do século XIX, o lugarejo vai se transformando em um grande produtor de gado e entreposto comercial. A freguesia que dará origem a cidade é fundada em 1805. Já em 1824, com a elevação à categoria de vila, a autonomia política de Franca é conquistada (FOLLIS, 2012). Nesse meio tempo para atender a demanda dos tropeiros, mineradores e mercadores que transitavam pela chamada “Estrada dos Goiazes” que cortava a freguesia, o artesanato local passa a produzir inúmeros artefatos a partir do couro, matéria prima advinda da produção de gado no local: arreios, botas, sandálias, coberturas para carros de bois, bainhas para facas, entre outros. Portanto, a grande quantidade da matéria prima teve influência decisiva para a construção de “uma tradição manufatureira vinculada ao beneficiamento do couro e à fabricação de calçados” (BARBOSA, 2006, p. 39-41).

Ainda que tenha se tornado município em 1856, segundo Follis (2012, p. 37), até a última década do século XIX, Franca continuará sendo uma pequena e “inexpressiva cidadezinha de feição colonial”, na qual “a grande maioria da população residia na zona rural de onde tirava quase tudo de que necessitava e almejava para viver”. Durante esse período, o poder público municipal não apresentou interesse em investir no espaço urbano do município, que continuou durante esse tempo sem praças, calçadas, água encanada, esgoto, iluminação e outros melhoramentos urbanos.

Esse cenário começa a se alterar com o avanço da cafeicultura na região. A chegada da ferrovia em 1887 coloca Franca na rota do café e inicia o incremento da vida urbana no município. Segundo Follis (2012), a estação ferroviária transformará o chamado “Bairro da Estação” em uma área bastante interessante para os recém-chegados em Franca, fazendo com que o bairro seja ocupado predominantemente por imigrantes italianos. Segundo Dias (2010, p. 128):

O Bairro da Estação foi marcado pelas casas comerciais, muitas delas pertencentes a imigrantes estrangeiros, o que fez com que o bairro se transformasse num grande centro comercial, que, mais tarde, entrou em concorrência com o secular comércio instalado no Centro.⁴⁵

O número de armazéns de secos e molhados salta de 25 em 1877 para 138 em 1912. Entre 1901 e 1920, surgem 18 curtumes, 20 fábricas de calçados e 21 oficinas de sapateiros que além de realizar consertos, também produzia sapatos por encomendas. Além disso, surge nesse período fábricas de cerveja, licores, cigarros e sorvetes, tipografias, olarias e serrarias. É nesse momento que a população de Franca aumenta exponencialmente, passando de 10.040 habitantes em 1886 para 44.308 em 1920, em um crescimento de aproximadamente 340% (BARBOSA, 2006, p. 42). Crescimento esse que não está atrelado diretamente a vinda de imigrantes do exterior.

Ainda que a cafeicultura tenha sido fundamental para expansão populacional e urbana de Franca, Agnaldo de Souza Barbosa (2006) afirma que o município seguiu um desenvolvimento industrial que difere da maioria das regiões do interior de São Paulo. Enquanto a maior parte da industrialização do interior se deu pela aplicação de capitais oriundos da cafeicultura, no município em questão essa relação não é direta. Segundo o autor, a indústria do calçado de Franca vai se formar a partir de pequenos capitais de pequenos artesãos, proprietários de manufaturas e comerciantes. Assim, a industrialização do município vai apenas

⁴⁵ Entre esses estabelecimentos se encontrava a Casa Torres, armazém de secos e molhados pertencente ao espanhol Torres Penedo.

ser influenciada indiretamente pela cafeicultura, à medida que esta expandirá a infraestrutura e o mercado consumidor na região.

Por estar localizada muito próximo à Ribeirão Preto, grande polo de produção de café, Barbosa afirma que Franca ocupa uma posição apenas “residual” no complexo cafeeiro do interior de São Paulo. Nas palavras do autor:

Seria um grave equívoco pensar em Franca como uma cidade onde a agricultura restringiu-se à monocultura cafeeira para a exportação assentada em grandes propriedades, ou mesmo onde o capital cafeeiro atingiu vultuosas dimensões e fez dezenas de grandes fortunas, disseminando-se por atividades as mais variadas como bancos, ferrovias e indústrias, entre outros. Uma breve reflexão sobre o tema revela muito mais uma economia marcada pela escassez de capital e pelo baixo nível de acumulação da incontestável maioria de seus elementos ativos, que uma sociedade caracterizada pela opulência dos “homens do café” ou pela magnitude dos símbolos dessa hegemonia, como aconteceu em outros centros produtores a exemplo de Ribeirão Preto. (BARBOSA, 2006, p. 47)

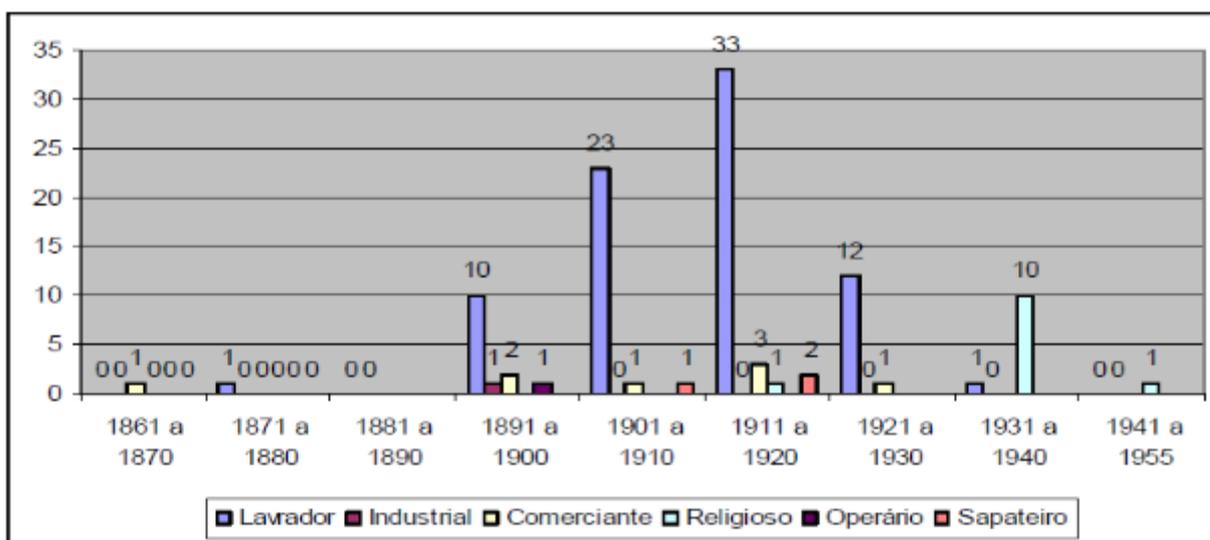
Não há, portanto, formação de grandes latifúndios cafeeiros em Franca, localidade em que sempre predominou a pequena propriedade. Faleiros (2002, p. 21) atesta que “não se verifica no espaço em questão um processo mais amplo de concentração de terras e capitais que desalojam os pequenos fazendeiros e impõe o latifúndio e o trabalho livre como realidades. O café, desde logo, nasce estreitamente ligado às pequenas posses”. A título de comparação, em 1902, enquanto Franca em seu melhor período de cafeicultura tinha um pouco mais de 4 milhões de pés de café plantados, São Carlos, grande produtora, no mesmo ano ultrapassava os 25 milhões de pés (BARBOSA, 2006, p. 51).

Cruzando a análise dos dados estatísticos com as características de formação e desenvolvimento de Franca, podemos aferir que o município não se transformou em um notável polo de atração para imigrantes. A ausência da grande lavoura cafeeira limitava as possibilidades de inserção de imigrantes como colonos. Embora a pequena propriedade tenha prevalecido sobre os latifúndios na região, a cidade de Franca foi ocupada ao longo do século XIX, ou seja, um período anterior a chegada dos imigrantes. Desta maneira, os estrangeiros, sobretudo os espanhóis, os quais chegaram majoritariamente um século mais tarde, não tiveram possibilidade de compra de terras. Outras regiões mais novas a oeste têm característica semelhante em relação a não prevalência do latifúndio. Entretanto, sua ocupação coincidiu com a chegada dos espanhóis, permitindo a eles o acesso a compra de terras e, diferentemente de Franca, permitindo a eles a incorporação já como proprietários rurais.

4.2.1. Espanhóis em Franca

A presença espanhola em Franca é marcada pela chegada maciça após 1910 e pela inserção predominantemente rural. Segundo Vanessa Dias (2010, p. 35), até a década de 1930 a grande maioria dos espanhóis de Franca se identificavam como lavradores, tendo rara presença do grupo no comércio e nas manufaturas urbanas. A autora ainda aponta para a entrada de um grupo de religiosos durante o período da Guerra Civil Espanhola, como podemos observar no gráfico abaixo, de sua autoria:

Figura 30 - Período de chegada e profissões dos imigrantes espanhóis em Franca entre 1861 e 1955



Fonte: Dias, 2010, p. 36

Assim como em todo o interior de São Paulo, a grande maioria dos espanhóis que se estabeleceram em Franca são andaluzes. Cerca de 70% dos registros dos espanhóis do município apresentam a Andaluzia como região de origem⁴⁶, seguido por Castela e Leão, com 10%. Dentre os imigrantes andaluzes para Franca, os emigrados da província de Almería são os mais numerosos, como 66%, seguido pelos de Granada, com 18% e Málaga, com 8% (FALEIROS, 2002, p. 77).

A primeira geração de espanhóis em Franca é predominantemente endogâmica. Cerca de 83% dos homens espanhóis casaram-se com espanholas (60%) ou filhas de espanhóis (23%). Já o dado para as mulheres espanholas é ainda maior: aproximadamente 90% casaram-se com espanhóis (89,5%) ou filhos de espanhóis (0,5%). Segundo Herbert Klein, a característica endogâmica dos espanhóis ocorre pela sua concentração predominantemente rural, que leva o

⁴⁶ 15% dos registros não apresentam a região de origem. Se excluirmos esse montante do cálculo, a porcentagem de Andaluzes em Franca sobe para aproximadamente 90% (DIAS, 2010, p. 39).

grupo a conviver de modo inicialmente mais fechado, refletindo nos casamentos “valores mais tradicionais e um controle familiar maior sobre o comportamento moral” do grupo (KLEIN, 1994, p. 84-85).

As trajetórias de espanhóis levantados pela pesquisa da historiadora Vanessa Dias (2010), intitulada *Inserção às avessas: a imigração espanhola em Franca (1900-1955)*, nos auxilia a compor o cenário de incorporação do município. Cenário esse que é oposto ao encontrado em Sorocaba: predominantemente rural, com baixa expectativa de ascensão social e com a formação de uma rede étnica que não foi forte o suficiente para prover auxílio a todos os membros e prolongar a etnicidade espanhola no município.

A mobilidade entre os espaços rural e urbano ocorre em vários casos apresentados pela autora. É o caso de Andrés Fernandez Garcia, nascido em Almería, chegando ao Brasil em 1905, com 10 anos de idade. Trabalhou inicialmente na agricultura para, posteriormente, se dedicar ao comércio. Apesar desse tipo de mobilidade entre os espaços ser o mais típico, o contrário também existia. É o caso de Torres Penedo, que chegou ao Brasil em 1901, também com 10 anos de idade e exerceu, em Franca, várias atividades urbanas, chegando a possuir um armazém já referido bairro da estação. Ao final da década de 1920, Penedo vende o armazém, adquire uma fazenda e passa a se dedicar a agricultura. Nesse mesmo sentido, Castro Garcia Fernandez chegou ao Brasil em 1906 aos 33 anos, vindo de Almería, com sua esposa e filhos. Fernandez foi proprietário de uma fábrica e terminou a vida como agricultor. Destarte, a principal marca da mobilidade rural-urbana é a linearidade. Não foram encontrados casos em que espanhóis mantivessem trabalhos e/ou negócios tanto no espaço rural quanto no urbano. Ainda que Franca tenha surgido a partir do estabelecimento de comércio e manufatura artesanal, a maior parte dos imigrantes espanhóis vão se estabelecer, inicialmente, nos trabalhos de lavoura de café. Na década de 1940, mais da metade desse ainda se identifica como lavrador (DIAS, 2010, p. 110). Nesse caso, podemos aferir que o *background* rural dos espanhóis vindos da Andaluzia é determinante para o tipo mais comum de incorporação ocorrerá em Franca. Nesse sentido, o fato dos italianos já possuírem experiência com trabalho manufatureiro coloca-os em vantagem no processo de desenvolvimento industrial coureiro-calçadista que vai ocorrer no município. Ainda assim, há registros de espanhóis em pequenas quantidades nas mais diversas atividades urbanas em Franca: industrial, comerciante, verdureiro, pintor, pedreiro, padeiro, negociante, mecânico, maquinista, funcionário público, ferroviário, construtor, chofer, carroceiro, carpinteiro e barbeiro (DIAS, 2010, p. 116). Essa grande pulverização explica, em partes, o fato dos espanhóis não terem ocupado nenhum nicho específico na economia de

Franca. Consequentemente, não se criou no município um mercado étnico para os espanhóis e seus descendentes.

Sobre o acesso dos imigrantes às propriedades rurais, Dias (2010) aponta que entre após 1905 Franca passou por um momento de retração da economia do café, o que impactou diretamente na redução do tamanho das propriedades rurais. Se o município não se desenvolve a partir do latifúndio, esse movimento fracionaria ainda mais as propriedades rurais. Assim, a autora aponta que até 1915, os imigrantes que tinham algum recurso conseguiram comprar pequenas propriedades rurais. Entretanto, como os espanhóis chegaram a Franca maciçamente entre os anos de 1910 e 1920 e eram majoritariamente lavradores empobrecidos andaluzes, o grupo não conseguiu via de regra se beneficiar com o acesso à terra nesse momento em que as propriedades foram particionadas. Pelo contrário: o fato dos espanhóis chegarem à Franca nesse momento de retração da economia cafeeira dificultou a possibilidade de acumulação pela produção nas lavouras de café.

Esse contexto faz com que vários espanhóis apareçam nos inventários como sócios em pequenas propriedades rurais, saída encontrada pelo grupo para conseguir acesso à propriedade. Dentre os espanhóis que possuíam propriedades agrícolas inventariadas, 50% as possuía em conjunto com outros imigrantes espanhóis (DIAS, 2010, p. 125).

Ainda sobre os inventários pesquisados pela autora, entre 1910 e 1955, os documentos apresentam que em Franca “mais de 60% dos imigrantes [espanhóis] possuíam bens urbanos caracterizados por ‘casa de morada’ [...] cujos laudos de avaliação usam as expressões ‘pequena’ e ‘em mau estado’” (DIAS, 2010, p. 123-124). Apenas 26% possuíam bens rurais e 13% possuem propriedades em ambas as áreas. Sobre especificamente os bens rurais, os inventários pesquisados por Dias demonstram que 41% dos espanhóis possuem propriedades rurais de até 10 alqueires e apenas 6% destes possuem propriedades com 40 alqueires ou mais (DIAS, 2010, p. 124).

4.2.2. Imigrantes espanhóis na indústria calçadista

Embora tenha sido o avanço da cafeicultura que possibilitou o crescimento populacional de Franca, essa não foi a principal atividade econômica pela qual o município se notabilizou. Ao contrário do que ocorre em boa parte dos municípios do interior, a cafeicultura só se desenvolverá em Franca a partir da instalação da ferrovia, em 1887. Ou seja, no município a ferrovia atraiu a cafeicultura e não o contrário. Portanto, segundo Tosi (2002, p. 87):

[...] não foi Franca que se ligou às demais cidades pela força de seus senhores, que àquela altura, não se igualavam em expressão aos senhores do café, foi o

complexo cafeeiro que projetou seus tentáculos por meio da ferrovia e fez reproduzir em Franca os padrões que o caracterizavam.

Dado o cenário, é possível aferir também que a cafeicultura em Franca nasce a partir de um ponto específico do setor urbano: a construção da ferrovia. Além disso, a profissionalização e especialização do setor urbano fez com que Franca se diferenciasse dos outros municípios da região, criando um mercado interno anterior e de desenvolvimento paralelo ao café que se beneficiou muito bem da conjuntura gerada por este.

Todo setor manufatureiro que se desenvolverá a partir dos curtumes culminará no desenvolvimento da indústria calçadista em Franca. Deste modo, Tosi (2002, p. 131) aponta que esse setor representa uma diferenciação qualitativa para o município, a medida que era uma atividade que movimentava um comércio especializado em uma época que o café era a atividade econômica mais importante por quase todo o interior do estado de São Paulo. Vale ressaltar que há uma relação intrínseca entre a urbanização e o aumento do uso dos calçados. O costume de andar descalço, tão comum no campo, passava a ser inaceitável na cidade (TOSI, 2002, p. 118). Sobretudo após o avanço da medicina e as medidas sanitárias no começo do século XX que passavam a ligar doenças como verminoses ao desuso dos calçados.

Esse desenvolvimento diferenciado fará com que não se estabeleça em Franca uma ligação direta entre cafeicultura e industrialização. Essa relação ocorre, sobretudo, em regiões onde a economia cafeeira exerceu notável hegemonia, com o fluxo do capital cafeeiro fluindo diretamente para o setor industrial. Esse não foi caso de Franca, como aponta Barbosa (2006, p. 61:

[...] fatores históricos exteriores à economia cafeeira também influenciaram o aparecimento deste setor [calçadista] fabril em Franca, contribuindo para criar a tradição da lida com o couro e sua transformação artesanal em artigos os mais variados, entre eles o calçado. Em ambiente econômico marcado pela escassez de recursos, a cafeicultura operou transformações significativas, porém, não tão intensas como em outros centros mais importantes do complexo cafeeiro. [...] Em Franca, constatamos que a indústria do calçado contou apenas com a influência indireta da cafeicultura, beneficiando-se da infraestrutura e do mercado por ela gerado.

Os imigrantes tiveram participação fundamental na evolução da indústria calçadista em Franca. A maioria das principais empresas que se consolidaram na cidade e transformaram-na em um dos principais polos do calçado no país foram iniciadas por imigrantes, a maioria deles italianos da primeira e segunda geração. Essas empresas começaram como manufaturas artesanais, com pouco capital, e foram se solidificando no município ao longo da primeira metade do século XX. Entretanto, a atual maior empresa de calçados de Franca – a *Samello* -

tem origem espanhola, pois foi fundada por um sapateiro filho de espanhóis (BARBOSA, 2006, p. 42).

Como podemos observar na tabela a seguir (19), entre 1900 e 1969, apenas 8% do empresariado calçadista de Franca era composto por espanhóis, sendo apenas um deles pertencente à primeira geração de imigrantes. Ainda que a maior parte dos empresários seja composta por brasileiros, os italianos ocupam 40% do mercado, o que é um dado significativo. Se limitarmos o recorte temporal para 1945, o percentual de empresas registradas em nome de italianos é ainda maior, ultrapassando os 55%. É importante frisar que a grande maioria dos empresários de origem imigrante de Franca têm a sua origem em famílias modestas, portanto, estão longe de compor uma “burguesia imigrante” (BARBOSA, 2006).

Tabela 19 - Nacionalidade dos empresários calçadistas (por amostragem de cinquenta inventários de empresas registradas entre 1900 e 1969)

	Brasileiros	Italianos	Espanhóis	Outros
Natos	25	6	1	1
Filhos ou netos	-	14	3	-
Total	25	20	4	1
Percentual	50%	40%	8%	2%

Fonte: BARBOSA, 2006, p. 91

Em 1945, oito entre as dez maiores fábricas de calçados de Franca pertenciam a italianos ou espanhóis, sendo seis delas pertencentes ao primeiro grupo e duas pertencentes ao segundo⁴⁷. As fábricas *Calçados Mello* e a já citada *Calçados Samello* eram pertencentes, respectivamente, a Antônio Lopes de Melo e Miguel Sábio de Melo, dois irmãos filhos de espanhóis. Segundo o histórico narrado por Barbosa (2006, p. 95-96):

Apesar de irmãos, Antônio e Miguel tinham pais diferentes; o primeiro era filho do trabalhador rural Mariano Lopes Della Torre e o segundo de José Sábio Garcia, que veio para o Brasil em 1894, tendo trabalhado em fazendas de café do interior de São Paulo e Minas Gerais e também como limpador de trilhos da “Cia. Mogiana de Estradas de Ferro”. Antônio Lopes de Melo, irmão mais velho, trabalhou em fazendas de café até a idade de treze anos, quando veio para Franca e se empregou como aprendiz de sapateiro na oficina de Ananias Melo; trabalhou também como lavador de vidros, zelador, viajante comercial e até mesmo como operário da Jaguar, até se estabelecer como pequeno fabricante de calçados em 1929, em sociedade com o também ex-operário Luís Ferro, com capital de vinte contos de réis e produção de vinte pares diários. Em 1932, com a saída de Ferro, seu irmão Miguel Sábio de Melo passou a fazer parte da empresa; os negócios se ampliaram e em 1934 o capital

⁴⁷ A indústria com maior capital era a Sapataria Palermo, pertencente a um italiano. As indústrias espanholas ocupavam a terceira e a quinta posição.

chegava já a 100 contos, momento em que a fábrica operava com quarenta e oito funcionários. Em 1935, Miguel se afastou da sociedade e montou sua própria fábrica, pequena, com menos de duas dezenas de operários e capital de vinte contos. Miguel Sábio de Melo começou sua vida profissional trabalhando nos cafezais da fazenda Santa Maria, em Conquista (MG), onde permaneceu até aos dezoito anos. Em 1922 se mudou para Franca e empregou-se como aprendiz na oficina do sapateiro Horácio Lima, onde permaneceu por cerca de dois anos. Depois disso trabalhou em outras oficinas, utilizando seu tempo livre para fabricar artesanalmente chinelos e sandálias com tiras de couro, em grande parte sobras da “Calçados Jaguar”. Em 1926 abriu sua própria oficina, com ajuda de um oficial sapateiro e dois aprendizes. A origem modesta do fundador do grupo *Samello*, sapateiro saído do campo e alfabetizado somente aos trinta anos, em nada lembra a representação de uma “burguesia imigrante”; tampouco, pelo menos nos primeiros quinze anos da idade adulta de Miguel Sábio de Melo, sua trajetória profissional pode ser dissociada de um ofício manual.

As trajetórias dos irmãos Melo podem indicar um caminho típico no que se refere a mobilidade social dos espanhóis em Franca. Ambos são migrantes oriundos de Minas Gerais, que transitaram entre o trabalho rural e variados tipos de trabalhos urbanos até chegarem aos calçados. Ambos começam como aprendizes de sapateiros, passam a ser operários de fábricas de calçados e terminam como empresários, inicialmente sócios. Aparentemente, ambos não trouxeram da Espanha seu *background* manufatureiro, afinal, começam a trabalhar na área após a idade adulta. Assim, adquiriram essa habilidade no próprio município de Franca. Embora as empresas dos irmãos Melo ocupassem um significativo espaço no setor calçadista de Franca, isso não significou a abertura do mercado para outros espanhóis. Isso pode demonstrar que eles não dependeram necessariamente de sua identidade étnica para construir uma trajetória de sucesso. Ou, ainda, que eles, durante esse processo, não mobilizaram sua identificação enquanto “espanhóis” a ponto de criarem um sentimento de pertencimento ao grupo. Cánovas (2007, p. 290) aponta que a consciência de pertencimento surge da “percepção das semelhanças decorrentes do compartilhar comum a um determinado processo – tal como as mudanças e adversidades provocadas pelo ato emigratório ou as motivações comuns da expatriação, por exemplo”.

As associações étnicas são espaços de convivência que auxiliam no fomento dessa consciência de pertencimento étnico. Em Franca, havia duas entidades destinadas aos imigrantes espanhóis: o *Centro Español de Socorros Mútuos* e o *Hespanha Futebol Clube* (DIAS, 2010, p. 66). O primeiro, fundado em 1921, tinha como objetivos oferecer um espaço recreativo para festas e reuniões entre os membros, além de servir como um elo com a língua e a cultura do país de origem. Inicialmente, a associação só conseguia oferecer auxílio “moral”

aos imigrantes, o que demonstra que ela foi constituída por pessoas sem grandes reservas de capitais (DIAS, 2010, p. 67).

Por conta das contribuições mensais, normalmente, a maior parte dos membros de associações étnicas é formada por imigrantes relativamente bem-sucedidos financeiramente. Quando se trata dos cargos diretivos das associações, o recorte social é ainda mais restrito à uma elite imigrante, quase sempre urbana, que pode dispor de tempo e capital para ocupar os cargos. No caso de Franca, Dias aponta que os cargos diretivos e administrativos do *Centro Español* eram ocupados quase sempre pelos mesmos membros, em alternância de funções. Por exemplo, Carlos Garcia Fernandez foi presidente em 1930, tesoureiro em 1935 e 2º tesoureiro em 1937. André Fernandez Garcia, tesoureiro em 1930, foi 2º Secretário em 1935. Já Antônio Domenech Cortez foi presidente em 1935 e 1936, tornando-se vice em 1937. Segundo a autora, o perfil dos diretores da referida associação não remete a uma elite imigrante. A maioria deles não possui inventario de seus bens. Francisco Fernandez Sanchez, secretário entre 1935 e 1937, possuía apenas uma “casa de morada em mau estado” (DIAS, 2010, p. 76). Ainda, não há referência da presença dos bem-sucedidos irmãos Melo no *Centro Español*.

As atividades festivas do *Centro Español de Socorros Mútuos* de Franca funcionaram como um meio de inserção entre os espanhóis e a comunidade local. Ainda que tivesse a “Festa da Raça”⁴⁸ mais voltada a comunidade espanhola, o carnaval, as festas juninas e os bailes mensais eram constantemente frequentados pela comunidade de Franca. Segundo Dias (2010, p. 73):

Os bailes eram uma constante no Centro Español de Socorros Mútuos. Foram realizados ao menos dois bailes por mês entre os anos de 1929 e 1939, uma vez que, a partir desse ano, a participação dessa associação começou a ter menor representatividade nos periódicos locais. Tradicionais à cultura espanhola, ou não, esses bailes promoveram, de certa forma, a união desses imigrantes espanhóis associados e envolvidos com o Centro Español e, ao mesmo tempo, possibilitou a inserção dos mesmos na comunidade francana.

Não há registros que demonstrem qualquer envolvimento do *Centro Español* de Franca com as questões políticas inerentes à Guerra Civil Espanhola, o que demonstra a posição de neutralidade da instituição durante o conflito. Entretanto, com o fim da Guerra em 1939, no dia

⁴⁸ Essa comemoração é realizada todo dia 12 de outubro, dia que Cristóvão Colombo chegou à América em 1492. Em 1913, Faustino Rodriguez San Pedro, ex-ministro de Estado no reinado de Alfonso XIII e então presidente da União Ibero-Americana, instituiu essa data como “*dia de la raza*” - “dia da raça”, em português - para celebrar a imigração espanhola para a América.

16 de abril do referido ano, um periódico local divulga que alguns membros da colônia teriam dedicado uma missa à vitória de Franco:

[...] laboriosa colônia espanhola localizada neste município comemorou festivamente a vitória das armas nacionalistas na Espanha, fazendo celebrar, às 9 horas da manhã do dia 14 do corrente, na Igreja Matriz local, uma solene missa, com “Te Deum Laudamos”⁴⁹, rezada pelo Exim. Dr. João Laureano, D.D. Vig. Geral da Diocese, e durante a qual orou o notável orador sacro Conego Francisco Assis de Barros. A cerimônia religiosa foi assistida por numerosas pessoas, tanto pertencentes à colônia como estranhas a mesma (COMÉRCIO DA FRANCA *apud* DIAS, 2010, p. 82).

Embora a celebração não indique uma posição oficial da colônia espanhola sobre o conflito, ela evidencia que a Guerra afetou, de alguma maneira, os espanhóis em Franca. A Igreja Católica, instituição à época abertamente anticomunista e apoiadora do franquismo, certamente iria promover e/ou abrigar manifestações nesse sentido. A presença de espanhóis nessa solenidade, seja de maneira passiva ou ativa, seja de forma substancial ou minoritária, revela conexão de parte da colônia com os acontecimentos na Espanha.

Já bastante enfraquecido, tanto pelas condições econômicas de seus membros, passando pelo provável impacto da Guerra Civil na colônia e culminando com a repressão às associações estrangeiras pelo governo de Vargas, o *Centro Español de Socorros Mútuos* de Franca encerra suas atividades em 1939, quando o prédio que abrigava a sede da associação é vendido (DIAS, 2010, p. 85).

Além do *Centro*, há também em Franca um clube de futebol da colônia espanhola, o *Hespanha Futebol Clube*. Fundado em 1932, o clube, além de disputar partidas de futebol com outros times da região, realizava festas e bailes, tal como o *Centro Español*, muitas vezes até em conjunto com este. Dias (2010, p. 90) aponta que a partir de 1937 há um distanciamento entre as duas instituições, fato este que, segundo a autora, pode estar relacionada a posicionamentos referentes à Guerra Civil. O distanciamento foi tanto que em 1938 a sede do *Hespanha F.C.* passa a funcionar dentro do prédio da *Sociedade de Mútuo Socorro Irmãos Italianos Unidos* de Franca.

Quando analisamos o quadro de diretores do *Hespanha F.C.*, observamos a mesma dinâmica encontrada no *Centro Español*: a alternância entre poucos membros nas diversas funções. Entretanto, a instituição apresenta membros da elite espanhola do município, como o já referido empresário Miguel Sábio de Melo, tesoureiro em 1935 e vice-presidente em 1937 e 1938. Outro fato que demonstra que o *Hespanha F.C.* provavelmente tinha mais capitais do que

⁴⁹ Hino católico dedicado ao louvor, o que demonstra o caráter de agradecimento da missa à vitória dos nacionalistas.

o *Centro Español* é o fato dele realizar vários de seus bailes no Salão Rosa do Hotel Francano, luxuoso hotel do município, frequentado somente pela elite da região. Ademais, a instituição abrigou na sua diretoria membros não-espanhóis, como o brasileiro Oscar Brasilino dos Santos, secretário entre 1934 e 1938 e presidente em 1939, e os italianos Mario e Emilio Paludetto, tesoureiros, em 1937 e 1938, respectivamente (DIAS, 2010, p. 93). Em 1940, em razão da nacionalização das entidades estrangeiras, o *Hespanha F.C.* muda de nome para *Brasil F.C.*, mantendo a sede dentro do prédio da referida associação italiana.

Ainda que a razão do *Hespanha F.C.* tenha se distanciado do *Centro Español* preterir o uso da sede do *Centro Español* careça de investigação, a hipótese levantada por Dias, em que a divisão entre a colônia causada pelos conflitos na Espanha levou a essa separação, nos parece bem plausível. Soma-se a ela o fato das associações abarcarem diferentes grupos sociais. Enquanto o *Centro Español* era formado por espanhóis mais humildes, o *Hespanha F.C.* abrigou parte da elite local, o que pode indicar que esta associação era mais marcada pela classe social do que propriamente pela etnia.

Em alguns pontos, o modelo de incorporação dos espanhóis encontrado em Franca sugere certa similaridade com o padrão estabelecido pelos trabalhos mais clássicos e gerais sobre a temática para o interior de São Paulo: a maior parte se dirigiu, inicialmente, para trabalhos rurais e o grupo apresentou dificuldades em ascender economicamente. Entretanto, as particularidades dos condicionantes de inserção encontrados pelos espanhóis em Franca produzem um modelo de incorporação segmentado, o que, segundo Portes (2008), pode levar a trajetórias ascendentes ou descendentes, a depender das barreiras encontradas pelo grupo e de como eles conseguem mobilizar recursos para superá-las.

Analisado o que Portes chama de “fatores exógenos” ao processo de imigração, no caso de Franca, a primeira barreira encontrada pelos espanhóis foi o contexto local encontrado no tempo de chegada. Ao longo das décadas de 1910 e 1920, o município experimentou uma retração da cafeicultura que diminuiu ainda mais o tamanho das lavouras cafeeiras. Isso foi um obstáculo para um grupo que chegava empobrecido – por não conseguir já de início adquirir as terras - e com um *background* predominantemente rural – por não conseguir trabalho que permitisse poupar grandes recursos. Esse *background* aponta para outro fator exógeno que também impôs dificuldades para a incorporação dos espanhóis: o “capital humano”. Portes aponta que esse conceito é definido operacionalmente “pela educação formal e pelas habilidades ocupacionais” e, conseqüentemente, como isso “é traduzido em competitividade no mercado de trabalho do país anfitrião e em potencial para alcançar posições desejáveis” (PORTES, 2008, p. 15) pelo grupo. Assim, a falta de habilidade prévia com os trabalhos

artesanais e manufactureiros impediu que grande maioria dos espanhóis ocupassem os trabalhos relacionados à indústria coureiro-calçadista de Franca. Sendo o espaço ocupado predominantemente por italianos e brasileiros.

A inexistência de uma comunidade co-étnica bem estabelecida também contribuiu para a segmentação da incorporação. No caso de Franca, as trajetórias de sucesso econômico de alguns imigrantes espanhóis na indústria calçadista indicam muito mais um caminho percorrido individualmente, no máximo com o auxílio de outros artesãos que possibilitaram que os irmãos Melo, por exemplo, trabalhassem como aprendizes em sapatarias. O auxílio étnico, nesse sentido, não é observado. Isso conseqüentemente se traduz na divisão do grupo em duas associações étnicas: uma mais ocupada por membros da elite e outra por imigrantes mais humildes. Ainda que essa cisão também tenha sido por causas políticas, o afastamento entre o *Centro Español* e o *Hespanha F.C.* materializa a segmentação da incorporação do grupo.

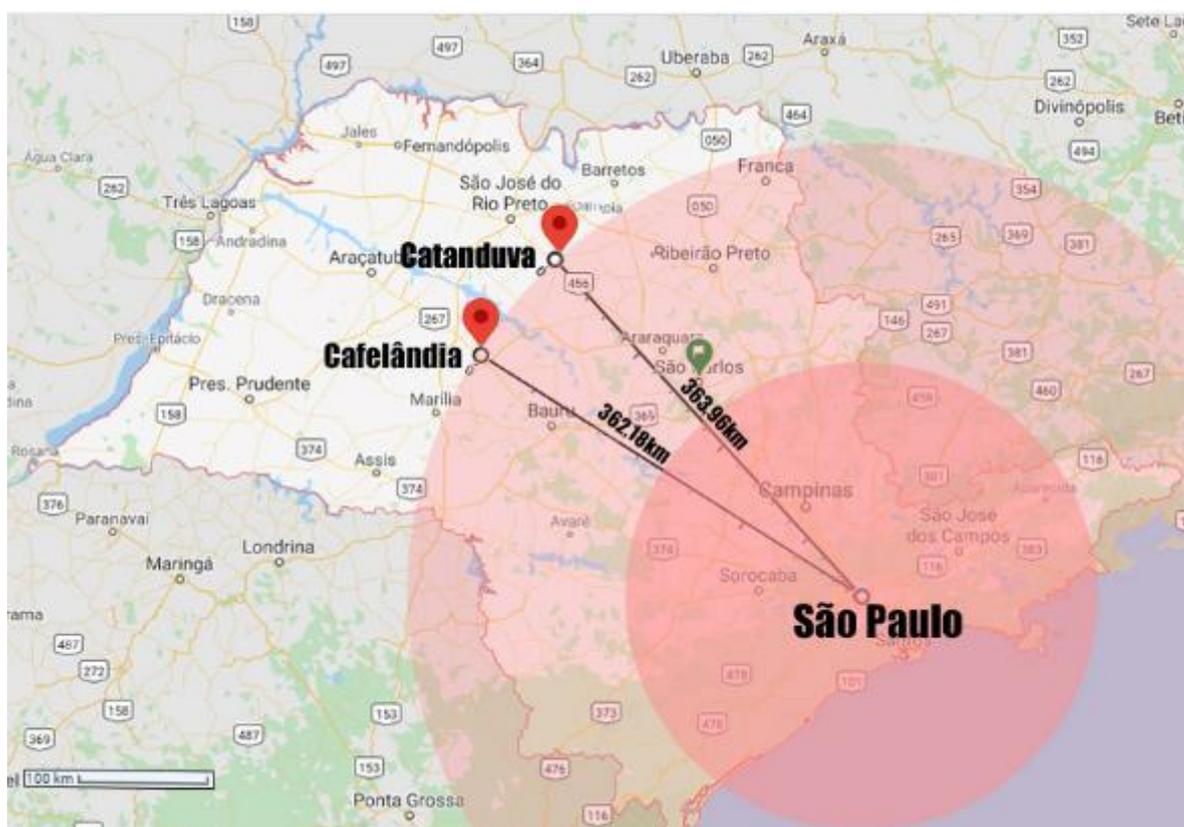
Em relação à mobilização da identidade étnica, ela se dá, sobretudo, na primeira geração e pode ser observada tanto pela endogamia quanto pelas celebrações à cultura espanhola realizadas pelas associações étnicas. Entretanto, essa identificação foi se enfraquecendo justamente no fim da década de 1930 e início da década de 1940, período em que coincidem o fim da Guerra Civil Espanhola e a repressão aos estrangeiros pelo Estado Novo. O fechamento do *Centro Español* e a mudança do nome do *Hespanha* para *Brasil F.C.* também ilustram esse tempo em que a identidade espanhola passa por um “esquecimento”. Atualmente Franca não possui nenhuma sociedade espanhola ativa. Ao contrário dos italianos, que ainda se reúnem para o *ethnic revival* em uma associação ainda ativa. Assim, se essas celebrações étnicas contemporâneas que buscam recuperar a identificação com a cultura espanhola ocorrem, elas se dão em âmbitos estritamente privados e familiares.

4.3. Catanduva e Cafelândia: espanhóis formando a elite local

Os municípios de Catanduva e Cafelândia apresentam similaridades no que diz respeito à presença de imigrantes em seus processos de fundação. Ambos iniciam seu processo de ocupação no final da primeira década do século XX, em um contexto em que a lavoura cafeeira está em franca expansão para o oeste paulista. Ainda que Catanduva pertença ao ramal ferroviário da Araraquarense e Cafelândia ao da Noroeste, ambos ocupam uma faixa latitudinal bem próxima, estando basicamente à mesma distância da capital do estado, que é

aproximadamente 360 quilômetros (Figura 31)⁵⁰. Assim, ambos vão oferecer condições similares para a incorporação dos imigrantes espanhóis nas primeiras décadas do século XX.

Figura 31 – Mapa do Estado de São Paulo destacando os municípios de Catanduva e Cafelândia



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2020)

O município de Catanduva se desenvolve a partir de uma região de fronteira espacial da marcha do café entre uma área mais antiga e outra mais nova do interior do estado de São Paulo no final do século XIX. Nesse contexto, Catanduva vai se formando a partir de um sítio, situado no meio do caminho entre a “antiga” vila de Jaboticabal e a nova vila de “São José do Rio Preto”. Tal como grande parte dos municípios do oeste paulista, o sítio ficava à beira de um caminho de tropeiros, que ligava Aparecida do Taboado, no Mato Grosso, com Araraquara. A partir do sítio de pousadas para tropas, o povoado, chamado de São Domingos do Cerradinho, vai crescendo e demandando transformações políticas. Em 1905 é fundado ali um distrito policial. Em 1909, o povoado é elevado à categoria de vila pertencente à comarca de São José

⁵⁰ Essa distância foi calculada traçando uma circunferência tendo a cidade de São Paulo como centro. Assim, tanto Catanduva quanto Cafelândia ficam basicamente no mesmo raio de distância da capital. Se usarmos a distância pelas rodovias, a distância também é a mesma, de aproximadamente 440 quilômetros.

do Rio Preto, com o nome de Vila Adolfo. Em 1918, finalmente é elevado à condição de município, já com o nome de Catanduva.

Durante esse processo, por volta de 1907 chegam as primeiras levas de imigrantes, formadas inicialmente por italianos que haviam trabalhado inicialmente como colonos em regiões menos distantes da capital. Em 1910, com a instalação dos trilhos, a região é ligada ao ramal ferroviário de Araraquara, fato este que vai aumentar ainda mais o fluxo migratório para a então Vila Adolfo. Dessa vez, coincidindo com a chegada dos espanhóis à São Paulo.

Por se localizar em região de fronteira, a terra em Catanduva era mais barata, o que possibilitou o acesso aos imigrantes, tanto os que chegavam já com um certo capital, quanto aqueles que conseguiam poupar uma quantia para se tornarem proprietários. Assim, o *timing* de chegada dos imigrantes coincidia com o tempo de formação do município. Tanto que em 1908, foi um imigrante italiano chamado José Sartori, que introduziu o cultivo de café na região, com quarenta mil pés de café. Sartori era um administrador em uma fazenda em Santa Adélia que conseguiu amealhar uma quantia em dinheiro para adquirir terras mais a oeste.

A história de formação de Cafelândia também está ligada à expansão do café e da ferrovia e a imigração para o interior de São Paulo. A partir de Bauru, em 1906, a construção da linha férrea avança para a região onde se formará Cafelândia através da expansão da Estrada de Ferro Noroeste. Em 1908, os irmãos Giuseppe e Giacomo Zucchi, italianos donos da empresa J. Zucchi & Irmãos e proprietários de grande extensão de terras na região, decidem doar para a Companhia de Estradas de Ferro Noroeste uma área para implantação da estação ferroviária. Com isso, os Zucchi tinham dois objetivos: manter a estação próxima a sua propriedade privada, facilitando o escoamento da produção de café; e iniciar um loteamento urbano voltado sobretudo a imigrantes, a partir da estação através do desmembramento de parte de suas propriedades rurais. Segundo Ghirardello (2002, p. 149-150), o loteamento:

[...] configurava-se como um excelente negócio para os empreendedores, possuía três sólidas garantias de desenvolvimento: a estação que afiançava acessibilidade, uma área rural em franco processo de ocupação e um pequeno povoamento anexo que crescia rapidamente. Por isso, os proprietários do loteamento o bancavam “por conta própria”, “sem nenhuma ajuda” [...].

A partir do empreendimento dos irmãos Zucchi irá surgir na chamada “parte alta” da região, a partir de uma das margens do córrego de corta a localidade, o povoado de Presidente Penna, nome dado à estação fundada pela iniciativa dos italianos. Paralelamente, estava se desenvolvendo no lado oposto da margem do mesmo córrego, na chamada “parte baixa” da região, um povoado chamado Cafelândia, a partir da repartição da propriedade do fazendeiro Beraldo de Toledo Arruda. Os moradores do então povoado de Cafelândia, bem como Arruda,

também haviam reivindicado a construção da estação ali em suas terras. Entretanto, prevaleceu o interesse da família Zucchi, o que gerou uma certa rivalidade entre os dois lados do córrego (PACHECO; BADINI, 2014).

Ainda que o povoado de Presidente Penna tenha sido incorporado por Cafelândia em 1926, quando este último se emancipa de Pirajuí se tornando município, os Zucchi são considerados como os fundadores do município, aparecendo na memória local como “verdadeiros mecenas” da cidade. Além da estação ferroviária e do loteamento urbano ao entorno dela, os Zucchi são tidos como responsáveis pela instalação da primeira catedral, pela casa episcopal, pelo primeiro colégio, pelo primeiro posto de saúde, primeira praça e primeira delegacia de polícia do município. Além disso, aparecem como os pioneiros a trazerem imigrantes colonos para a região: 160 famílias entre italianos, espanhóis e portugueses ao longo da década de 1910 (PACHECO; BADINI, 2014).

4.3.1. Espanhóis em Catanduva

Os dados estatísticos para 1920 no município de Catanduva demonstram que os imigrantes estrangeiros compõem parte significativa da população. Dos 15.935 habitantes, 5.210 são estrangeiros, o que representa 32,6%, ou seja, praticamente um terço da população era formada por imigrantes. Entre estes, os espanhóis formam o grupo mais numeroso, com 2.060 pessoas, seguido pelos italianos, com 1.775 e portugueses com 589. Em valores percentuais, os espanhóis representam 12,9 % da população geral de Catanduva e 39,5% dentre os estrangeiros.

O censo de 1934 aponta uma significativa queda no percentual de estrangeiros frente à população total de Catanduva. Do total de 31.666 habitantes, os 5.454 estrangeiros representam 17,2%, praticamente a metade do percentual de 1920. O número de espanhóis em 1934 apresenta uma diminuição de 14,4% frente ao censo anterior, passando a ser de 1.764. Com um aumento de 17,9%, os italianos passam a representar o grupo estrangeiro mais numeroso de Catanduva, com 2.160 pessoas. Em termos percentuais, em 1934, os espanhóis passam a representar 5,5% da população total e 32,3% entre os estrangeiros (Tabela 20).

Em relação à proporção entre espanhóis no meio rural e urbano, Catanduva apresenta números equilibrados com leve predomínio para o meio rural. Do número absoluto de espanhóis que compõe o grupo, 973 se encontram em zonas rurais e 791 em meio urbano, o que representa, em termos percentuais, 55% e 45%, respectivamente. Em comparação com os italianos, a presença espanhola no meio urbano é maior tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos. Do total de 2.160 italianos, 787 vivem em áreas urbanas, o que representa

proporcionalmente 36,4% do grupo. Quando comparamos os espanhóis no meio urbano com os números gerais do município, a quantidade do grupo também é um pouco maior. Entre os estrangeiros, 40% se encontram no meio urbano. Entre os brasileiros, o percentual é ainda menor: 30% (Tabela 21).

Tabela 20 – Brasileiros e estrangeiros em Catanduva (1934)

Brasileira	Espanhola	Italiana	Portuguesa	Japonesa	Outras	Total (est).	Não decl.	Total
26.197	1.764	2.160	603	510	417	5.454	15	31.666

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Tabela 21 – População rural e urbana de Catanduva (1934)

Espanhola		Italiana		Portuguesa		Japonesa		Outras		Total (est).		Brasileira	
Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
973	791	1.373	787	326	277	450	60	128	289	3.250	2.204	15.743	10.454

Legenda: Rur. = Rural; Urb. = Urbano.

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

O cenário apresentado no censo de 1940 acompanha os movimentos de 1934. A proporção de estrangeiros continua a decair. Agora, o grupo compõe apenas 10% dos 40.767 habitantes de Catanduva. Os números apresentam uma pequena diminuição de espanhóis, sendo 1.452 estrangeiros e 163 naturalizados brasileiros, cifras que mantêm o grupo ainda como o segundo numericamente mais relevante, ficando apenas atrás dos italianos.

Tabela 22 – Brasileiros e estrangeiros em Catanduva (1940)

Nacionalidade						Total	
Brasileiros natos						36.024	
Brasileiros naturalizados		Espanhóis	Italianos	Portugueses	Sírios	Outros	472
		163	202	56	19	32	
Estrangeiros		Espanhóis	Italianos	Portugueses	Sírios	Outros	4.271
		1.452	1.714	570	205	330	

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Como observamos nas estatísticas demográficas para Catanduva, a presença imigrante em 1920 era muito marcante, ocupando praticamente um terço da população total. Em 1935, notamos que a presença de espanhóis e italianos no meio urbano também era bastante significativa. Isso se deve ao fato dos imigrantes chegarem à região durante o processo de urbanização da cidade, fato que fez com que os espanhóis e italianos se ligassem intimamente a esse processo, formando um perfil urbano bem característico. Nesse cenário, Sílvia Ibiraci de

Souza Leite (2006) nos traz um elemento significativo para a análise: Catanduva receberá sua massa de imigrantes ao mesmo em que sua organização política urbana dava os primeiros passos.

Isso é exemplificado no processo de transformação da Vila Adolfo no município de Catanduva. Para tal, em 04 de março de 1917, reuniram-se no prédio de um cinema local vários membros da elite urbana do município com a finalidade de fundar uma associação recreativa, que foi denominada Clube Sete de Setembro. Participou da reunião e da primeira diretoria da associação o espanhol Manuel Diez e os italianos Armindo Accorsi, Gaspar Trazzi e Domingos Fellipe⁵¹. O clube passa a funcionar como instância do poder local, à medida que nele era discutido o futuro político da região. Como primeiro resultado, resultado das primeiras reuniões, o grupo produz o documento de solicitação de criação do município de Catanduva. Em setembro de 1917, a solicitação se torna um projeto de lei e em novembro, Rodrigues Alves, então presidente do estado de São Paulo, autoriza a instalação do município, que se efetivará em abril do ano seguinte (LEITE, 2006, p. 67 e 91).

Ainda que a presença de imigrantes no meio urbano de Catanduva seja marcante, a cidade também reuniu condições bastante propícias para a incorporação dos estrangeiros no meio rural como proprietários. A anexação de áreas na região se insere no contexto de expansão da lavoura cafeeira para áreas novas do oeste paulista. A história de Catanduva se insere, portanto, no contexto da abertura de novas fronteiras para ocupação econômica da terra, sendo marcado pela valorização do café no mercado internacional (LEITE, 2006, p. 58). Mais: Catanduva se manteve como produtora de café por mais tempo que regiões mais centrais, como Rio Claro, São Carlos e Araraquara. Para se ter uma ideia, o município passou de 1.463,6 alqueires cultivados e 739.000 arrobas produzidas em 1920, para 13.304,91 alqueires cultivados e 3.600.000 arrobas de café produzidas em 1940, aumento bastante significativo mesmo para um período pós-crise de 1929⁵² (FALEIROS, 2007). Quando a produção de café efetivamente retraiu, foi substituída basicamente pela plantação de cana-de-açúcar.

Entre 1920 e 1940, houve um crescimento de quase 300% nas propriedades agrícolas no município, passando de 303 em 1920 para 694 em 1934 e 883 em 1940. Dos 303 em 1920, 163 (53,7%) pertence à estrangeiros. Apesar da diminuição do número de estrangeiros de um terço para 10% do número total de habitantes em Catanduva no período citado, em 1940, 40%

⁵¹ Segundo Leite (2006 p. 91), entre os fundadores do Clube e, conseqüentemente, do município, “havia dois médicos, um farmacêutico, um comerciante, um militar”, além de “sete fazendeiros”.

⁵² O número de pés de café também aumentou exponencialmente de 40 mil em 1907 para 2.8 milhões em 1920, chegando até a aproximadamente 10 milhões em 1930 (LEITE, 2006).

das propriedades agrícolas ainda pertencem a imigrantes, valor este que ajuda a demonstrar o sucesso econômico de parte dos imigrantes no meio rural (LEITE, 2006, p. 100). Entre 1943 e 1945, em meio aos 10 maiores produtores de café de Catanduva, encontram-se quatro italianos e dois espanhóis, Faustino Sanchez e Rufino Benito, ocupando respectivamente a sétima e oitava posição.

Em Catanduva, o bairro urbano que abrigou a elite da cidade e que contava com inúmeros palacetes e residências luxuosas foi Higienópolis. Entre 1930 e 1940 o bairro foi habitado, sobretudo, por membros da elite de origem espanhola. Entre os quais, a família de Emílio Barrionuevo, conhecido juntamente com o italiano Ricardo Lunardelli como um dos “reis do café” de Catanduva. Barrionuevo se notabilizou na cidade por construir em 1929 um palacete no formato de um castelo espanhol, ainda hoje existente (Figura 32).

Figura 32 - Palacete “Castelinho”, que atualmente abriga a Pinacoteca de Catanduva, construído em 1929 para servir de residência à família Barrionuevo.



Fonte: Marco Aurélio Esparz, 2013. Disponível em: <<https://www.panoramio.com/photo/89867540>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

Outro fato que evidencia a presença espanhola em Higienópolis é que entre 1926 e 1931, o bairro abrigou temporariamente a primeira sede do Centro Espanhol de Catanduva, em imóvel alugado, até que a construção do prédio próprio ficasse pronta. A primeira assembleia geral que marcou o início do Centro Espanhol foi realizada em 11 de abril de 1926 e elegeu como presidente o médico Antonio Angulo Dias. Além de Dias, a reunião contou com a presença de outros quinze membros: Jose Garcia Martinez, Gabriel Clemente, Manoel Martin Filho, José

Santaella, José Rodrigues Pinar, Luiz Garcia, Francisco Roman, Manoel Pinilla, Rosendo Martin Baldarela, Lorenzo Serrano, Jerônimo Vilar, José Tebraz, Manoel Fernandes, André Moreno e Juan Martin Manzano.

Após a reunião de fundação, os membros passam a se encontrar com certa frequência para a elaboração do estatuto da associação, que será aprovado em novembro de 1930. O objetivo do Centro Espanhol de Catanduva era oferecer assistência médica e farmacêutica aos associados e aos espanhóis recém-chegados ao município. Além disso, o Centro abrigava uma escola de alfabetização em língua portuguesa e uma biblioteca para a comunidade.

A sede social própria foi construída na Praça da Independência, também em Higienópolis. Sua inauguração foi feita em uma cerimônia realizada no dia 12 de outubro, data em que se comemora o “dia da raça” espanhola na América. A Praça da Independência é um marco de Catanduva como o primeiro núcleo urbano do município, o que demonstra o poderio econômico dos espanhóis que conseguiram em menos de cinco anos arrecadar fundos para a construção da sede em área nobre da cidade. Vale ressaltar que, segundo Alberto Lahóz (Entrevista, 09/06/2016, Catanduva/SP), a praça era conhecida no município como “praça da espanholada”, tendo em vista a grande quantidade de espanhóis que residia em seu redor.

Embora seja de 1937 a determinação do fechamento das associações espanholas por parte do governo Vargas, o Centro Espanhol de Catanduva irá permanecer em funcionamento até 1945⁵³, quando a sede foi tomada pela Polícia Federal, que passou a instalar ali a sede municipal do Exército. Fora de sua sede, em 1962, a associação se reorganiza com o nome de “Sociedade Hispano Brasileira de Assistência, Instrução e Recreio”. Somente em 2003 a comunidade espanhola reaveria a propriedade de sua sede. Em 1981, graças à intervenção de Gregório Rodrigues Gil, vice-prefeito à época, filho de espanhóis e membro da associação, é formulado um decreto lei que devolveria o prédio para a Sociedade Hispano-Brasileira em vinte anos. De acordo com esse decreto, a prefeitura ficaria encarregada de quitar o débito da associação, isentaria os impostos municipais, reformaria o prédio e, em troca, usaria suas instalações até 2001. Em 2003, já em posse do novo prédio, a Sociedade é reativada, se mantendo em funcionamento até os dias atuais.

Os espanhóis têm um histórico interessante na participação política em Catanduva. Na primeira eleição do município em 1918, entre os 62 votantes, 5 possuem descendência espanhola. Os primeiros vereadores de origem imigrante também serão espanhóis: Benito Sanchez Salazano, fazendeiro eleito em 1919; e Ramón Sanchez, fazendeiro e proprietário de

⁵³ Seguindo determinação do governo, em 1941 a diretoria do Centro realiza a reforma do estatuto que visa proibir a entrada de brasileiros natos ou naturalizados no quadro social da associação.

uma casa comercial, que ocupará cadeira na câmara de 1920 a 1928. Além disso, Sanchez também será o primeiro imigrante a presidir a câmara municipal, entre 1925 e 1928. O primeiro vereador de origem italiana, Luis Basseto, será eleito em 1925 e a partir de então, os italianos também passam a ocupar espaço na política local⁵⁴. O fazendeiro de origem espanhola Rufino Benito também ocupará uma cadeira entre 1929 e 1931 e entre 1936 e 1937 (LEITE, 2006, p. 97, 115 e 129). O já mencionado Gregório Rodrigues Gil, nascido em 1933, era advogado, filhos de espanhóis oriundos da zona rural de Tabapuã, ocupou a cadeira de vereador em Catanduva por cinco mandatos, chegando a ser presidente da Câmara, além de vice-prefeito entre 1977 e 1982⁵⁵. Dos 162 vereadores eleitos em Catanduva entre 1918 e 1968, 13 foram espanhóis ou descendentes, o que em termos percentuais significa 8%.

Como exemplo de uma trajetória muito comum aos espanhóis de Catanduva, retomemos o percurso da família Lahóz, apresentado no primeiro capítulo da tese. Chegando ao Brasil em 1892, a família foi encaminhada para a uma fazenda em Bocaina, onde trabalharam como colonos. Em 1911, o filho mais jovem, José Angel Lahóz, conseguiu comprar 10 alqueires de terras mais a noroeste, na região de Catanduva. Em 1924 ele comprou uma máquina de beneficiar café e um caminhão para realizar as entregas, o primeiro caminhão do município. Segundo Alberto Lahóz, filho de José Angel, a crise de 1929 favoreceu o pai, que com dinheiro, conseguiu comprar algumas propriedades rurais na cidade a preços mais baixos. Assim, José Angel chegou a trazer vários espanhóis por carta de chamada para trabalhar em suas propriedades, incluindo os irmãos de seu pai (Entrevista com Alberto Lahóz, 09/06/2016, Catanduva-SP).

Outra característica comum à segunda geração das famílias dos imigrantes espanhóis de Catanduva é a ascensão social através do curso superior, sobretudo dos filhos homens mais jovens. Na maioria dos casos de ascensão econômica da família, enquanto os filhos mais velhos ajudavam os pais nas fazendas e/ou no comércio, os mais jovens conseguiam avançar nos estudos. Alberto Lahóz, por exemplo, cursou medicina, partindo do interior para São Paulo com o objetivo de se preparar para o ingresso na universidade. Nas palavras de Alberto:

O meu pai não queria que eu fosse estudar fora de jeito nenhum. Mas aqui em Catanduva, na época, só tinha contabilidade e professor primário, normalista, mais nada, mais nada, nem cursinho, nada, nada, nada. No estado de São Paulo inteirinho tinha duas faculdades de medicina, só. Só tinha a Pinheiros e a Paulista. Aí consegui dobrar o meu pai e a minha mãe. Meu pai falou: eu te pago a estadia lá, mas escola eu não te pago não, você tem que pegar escola do governo. Aí fui fazer o terceiro colegial, existia o Roosevelt que era o

⁵⁴ Em 1918 o italiano José Zancaner fica como suplente na lista dos vereadores eleitos nesse pleito (TRUZZI *et al.*, 2012, p. 139).

⁵⁵ Disponível em <<http://www.catanduva.sp.leg.br/noticias/gregorio-rodriques-gil>> Acesso: 15 de julho de 2018.

Estadual, mas era um colégio super disputado porque era muito bom, melhor que todas as [escolas] particulares (Entrevista com Alberto Lahóz, 09/06/2016, Catanduva-SP).

A fala de Alberto Lahóz demonstra que mesmo para quem conseguia ascender socialmente, havia muita dificuldade em ter acesso a um curso superior para quem vivia no interior de São Paulo na primeira década do século XX. A distância da capital, onde se concentravam os cursos de maior prestígio, era o principal obstáculo, à medida que as universidades públicas só começaram a instalar seus *campi* pelo interior de São Paulo timidamente a partir da década de 1950. Alberto Lahóz reconhece que só conseguiu estudar medicina graças ao sucesso econômico do pai, que conseguiu sustentá-lo economicamente em São Paulo para fazer o curso preparatório e depois no Rio de Janeiro, onde cursou medicina: “Quando eu nasci, meu pai já era rico e eu tive chances de estudar. Meus irmãos [mais velhos] aprenderam a ler na tulha” (Entrevista com Alberto Lahóz, 09/06/2016, Catanduva-SP). Alberto afirma que estava bem no Rio de Janeiro, mas voltou a Catanduva por apelo dos pais.

A família Barrionuevo é uma das mais proeminentes de Catanduva. Emílio, o patriarca, chegou na então Vila Adolfo em 1910 e fez fortuna com plantio de Café. Em 1917, com seus recursos, Barrionuevo conseguiu voltar à Espanha a passeio, onde encomendou a planta arquitetônica de seu palacete, o já mencionado “Castelinho”. Um de seus filhos, José Barrionuevo Rodrigues, também será médico em Catanduva.

Segundo Alberto Lahóz (Entrevista, 09/06/2016, Catanduva-SP), “Agora dessa espanholada aqui toda, habitaram aqui o [bairro de] Higienópolis, essa parte aqui tem uma porção de médico, uma porção de advogado, uma porção de engenheiro”. O primeiro presidente do Centro Espanhol de Catanduva, Angulo Dias, era médico. Gregório Gil, filho de espanhóis e político da cidade, advogado. Apesar desse tipo de mobilidade ser pouco explorada no que tange aos estudos dos imigrantes espanhóis, Oswaldo Truzzi (1993) apresenta dados parecidos quanto essa característica em outro grupo: os sírios e libaneses. Segundo Truzzi, “[...] a penetração de imigrantes e descendentes de sírios e libaneses nas chamadas profissões liberais (advocacia, medicina e engenharia), constituiu outra alternativa de ascensão econômica trilhada com bastante êxito por significativas parcelas da colônia” (1993, p. 109). Ainda que essa característica seja mais visível e presente entre os sírios e libaneses, é fato que fazer curso superior, sobretudo em carreiras de *status* como direito e medicina, é uma estratégia comum para a inclusão das famílias em posições de prestígio dentre a elite local. Alberto Lahóz, por exemplo, ainda vivo, empresta o nome para o Centro Médico de Catanduva, além de uma vicinal no município.

4.3.2. Espanhóis em Cafelândia

Segundo a historiografia local, os espanhóis começam a chegar em Cafelândia a partir de 1914, para trabalhar nas lavouras de café. Muitos deles como colonos nas propriedades dos Zucchi (PACHECO; BADINI, 2014). Como em 1920 Cafelândia ainda era um distrito pertencente ao município de Pirajuí, o censo desse ano não apresenta dados específicos para os grupos imigrantes que compõe Cafelândia. Sabemos que de um total de 7.586 estrangeiros residentes em Pirajuí e em seu distrito, 2.973 eram espanhóis, o que representa um percentual de 39,1%, colocando o grupo como o numericamente mais relevante, seguido pelos italianos, com 2.361 entre os habitantes, ou 31,1%. Entretanto, o proporcional de estrangeiros no distrito de Cafelândia era bem maior do que em Pirajuí. Enquanto este município apresentava uma cifra de 4.508 estrangeiros frente a uma população total de 20.885, representada por um percentual de 21,5%, em Cafelândia residiam 3.078 estrangeiros entre os 8.157 habitantes, compondo 37,7% da população (Tabela 23).

Tabela 23 – Brasileiros e estrangeiros em Pirajuí e Cafelândia (1920)

Localidade/Nacionalidade	Brasileiros	Estrangeiros	Ignorado	Total
Pirajuí	16.367	4.508	10	20.885
Cafelândia	5.076	3.078	3	8.157
Total	21.443	7.586	13	29.042

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Os dados de 1934 já apresentam as especificidades de Cafelândia, que se emancipara de Pirajuí em 1926. Em uma população de 32.556 habitantes, os 8.406 estrangeiros representam basicamente um quarto do total de habitantes do município. Dentre os estrangeiros, a maioria absoluta é formada pelos 5.262 japoneses, que representam 62,5% do total. Os espanhóis, majoritários em 1920, representam o segundo maior contingente de estrangeiros, com 1.411 habitantes, representando 16,7% em termos percentuais. Em relação a população total, os japoneses representam 16,1% da população. Já os espanhóis representam apenas 4,3% dos habitantes de Cafelândia.

O censo de 1934 demonstra também que Cafelândia é um município predominantemente rural. Do total de habitantes, 27.627 ou 84,9% pertencem a zonas rurais do município. Os imigrantes praticamente acompanham essa proporção: 7.434, representados por um percentual de 88,4% residem em zonas rurais e apenas 972, ou 11,6%, habitam as zonas

urbanas do município. Entre os espanhóis, a proporção é levemente menor: 76,7% (1.083) são rurais e 23,3% (328), urbanos.

Tabela 24 – Brasileiros e estrangeiros em Cafelândia (1934)

Brasileira	Espanhola	Italiana	Portuguesa	Japonesa	Outras	Total (est.)	Não decl.	Total
24.060	1.411	1.046	363	5.262	324	8.406	90	32.556

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Tabela 25 – População rural e urbana em Cafelândia (1934)

Espanhola		Italiana		Portuguesa		Japonesa		Outras		Total (est.)		Brasileira	
Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
1.083	328	810	236	282	81	5.046	216	213	111	7.434	972	20.193	4.839

Legenda: Rur. = Rural; Urb. = Urbano

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

As estatísticas levantadas pelo censo de 1940 apontam uma queda de 51,7% no número de estrangeiros em Cafelândia. A dispersão dos japoneses do município é a mais acentuada, caindo de 5.262 em 1934 para 2.397 em 1940, decréscimo de mais da metade do grupo. Os espanhóis também apresentam um grande decréscimo durante esse período: caem de 1.411 para 890.

Tabela 26 – Brasileiros e estrangeiros em Cafelândia (1940)

Nacionalidade							Total
Brasileiros natos							31.263
Brasileiros naturalizados	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros		314
	95	55	20	115	29		
Estrangeiros	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros		4.347
	890	641	212	2397	207		

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Esse êxodo pode ser explicado, sobretudo, como uma consequência da retração da cafeicultura. Assim, uma parte dos imigrantes que conseguiram poupar recursos durante o ápice do café conseguiram se tornar proprietários tanto em Cafelândia quanto em terras mais a oeste. A partir da década de 1940, Cafelândia irá apresentar um evidente declínio populacional.

Segundo Antônio Cândido (1964, p. 19), “[...] o café foi, quase sempre, fator de surtos demográficos, que cederam quando a prosperidade por ele determinada não deu lugar a outro tipo de produção ou atividade, mormente as de caráter urbano”. Como Cafelândia não produziu muitas oportunidades de mobilidade urbana, a dispersão para outros centros urbanos mais interessantes no interior parece ter sido a saída de muitos imigrantes que iniciaram ali a vida por conta da cafeicultura. Através de Ângelo Palmezan, um dos memorialistas do município, a própria memória local, na maioria das vezes ufanista, relata o crucial impacto da crise do café no desenvolvimento do município:

Cafelândia tinha toda sua economia sustentada, exclusivamente, no café, até que no ano de 1929 veio a detonar a catastrófica crise do café, produto que, via de consequência, passou a valer nada! O cataclismo, cujos efeitos perduraram alguns anos, deu causa à, no mínimo estranha, incineração do café funcionando dia e noite, ininterruptamente. Cafelândia obviamente, face à inexistência absoluta de outros recursos econômicos, inexoravelmente parou no tempo durante longo período. Foi tão profunda a agressão sofrida no passado que até hoje tem sido difícil e demorada a reparação dos danos (PALMEZAN *apud* GIMENEZ, 2012, p. 68).

Ainda que a cidade tenha sido praticamente fundada por italianos e, posteriormente, tenha nos japoneses o seu principal grupo étnico entre os estrangeiros, os espanhóis são quantitativamente relevantes e possuem um papel também marcante na memória de Cafelândia. Segundo os memorialistas Paulo Odenio Pacheco e Carlos Coli Badini (2014, p. 172-173):

Aqui instalados, aclimatados e aculturados, pelo próprio esforço, muitos adquiriram propriedade e transformaram-se, principalmente, em cafeicultores, outros, entretanto, preferiram arriscar-se no comércio, incorporando-se como era de se esperar a uma comunidade nascente e confiante no progresso e futuro da região. Os anos corriam e novas levas de espanhóis se juntaram aos que aqui já estavam formando um apreciável grupo social. Como era previsível, os imigrantes que para aqui vieram enfrentaram nos primeiros tempos problemas inerentes a uma cidade em formação com precárias estruturas. Além da adaptação aos nossos costumes, pesava ainda, a dificuldade da língua e, principalmente, problemas com o sustento e saúde. [...] Nossa cidade, mesmo antes de nossa emancipação política já contava com ativa participação dos espanhóis. A colônia representou uma força atuante em todas as fases da formação da nossa identidade, cuja participação foi imprescindível. A partir de um pequeno povoado, culminando com a cidade que temos hoje.

A partir de 1924, Cafelândia passou a contar com sua casa paroquial, o que garantia registros de nascimento e casamento no ainda distrito de Pirajuí. Os primeiros registros de Cafelândia apresentam um número elevado de nascimentos e casamentos de imigrantes espanhóis. O primeiro batismo, registrado em 08 de novembro de 1924, foi de Pedro Perez Carmona, filho dos espanhóis José Ramon Perez e Francisca Fresneda Carmona. O primeiro

casamento foi entre Jesus Gomes Gonzalez e Maria Lopes Moran, ambos também espanhóis (PACHECO; BADINI, 2014).

O Centro Espanhol de Cafelândia é considerado o primeiro clube social e recreativo do município. Fundado em 1927, na chamada “parte baixa” da cidade, o Centro visava amparar, prestando apoio e solidariedade aos colonos recém-chegados. A sede da associação foi construída em 1928, em um terreno que pertencia aos espanhóis Antonio Valderrama Ribas e Anna Maria Alonso e foi adquirido com contribuição dos demais membros da colônia. No dia da inauguração, o cônsul espanhol se fez presente. Em depoimento sobre o centro, André Aznar, filho de espanhóis, aponta que:

o Centro Espanhol foi construído inicialmente com o objetivo de ser um ponto de encontro dos imigrantes espanhóis radicados aqui. Nesses encontros discutiam-se seus problemas em busca das melhores soluções. Como exemplo o Sr. Gabriel Sanches, com sérios problemas de saúde, recebeu na época, bastante apoio da colônia. (*apud* PACHECO; BADINI, 2014, p. 173)

Não há documentos sobre a data de encerramento das atividades do Centro Espanhol de Cafelândia. A historiografia local apenas diz que com o passar do tempo, a associação foi “paulatinamente perdendo o propósito de sua fundação, passando, embora ainda sob a administração de membros da colônia a uma espécie de patrimônio comunitário” (PACHECO; BADINI, 2014, p. 176). Ainda que não tenham registros sobre o fato, as imposições colocadas pelo Estado Novo sobre as associações estrangeiras também podem ter impactado nesse processo. Após 1950, o prédio foi cedido pelos associados para diversos outros fins. Abrigou a Prefeitura e a Câmara Municipal de Cafelândia, o Sindicato Rural Patronal, a Cooperativa dos Bancários, Lions e Rotary Club, entre outros. Aparentemente, sempre havia uma ligação de um dos membros do Centro Espanhol com alguma dessas outras associações. Em entrevista, Josefa Martinez Gasparotto, filha de espanhóis e atual responsável pelo prédio, aponta:

Cafelândia não tinha aonde o Sindicato Rural funcionar, foi para o [prédio do] Centro Espanhol, ficaram lá 30 anos porque o cara que era chefe lá do sindicato trabalhava com esse tio meu, então ele ficou 30 anos lá no Centro Espanhol sem pagar um tostão de aluguel, então lá funcionou prefeitura, sindicato rural, uma época funcionou câmara municipal também. Tudo funcionava lá. Isso que me irrita porque é um prédio histórico da cidade. (Entrevista com Josefa Martinez Gasparotto, 17/08/2019, Cafelândia-SP)

Em 2009, o prédio volta para a posse da colônia, que pretendia, à época, cedê-lo para a Santa Casa do município. Entretanto, encontraram a resistência de Josefa:

Eu também nunca liguei para o Centro Espanhol, eu era moça, eu levava outra vida, quando eu vim para cá, que meu marido era funcionário do banco, o banco mandou ele para cá de novo, eu não tomava conhecimento do Centro Espanhol, eu não sabia de nada, era coisa do meu pai, a gente não ligava. Eu

fui convidada para ir em uma reunião na casa de um senhor daqui, ele chamou alguns antigos espanhóis na casa dele, eram 12 homens, 12 senhores e a única de mulher era eu, porque quando eu fui mocinha um parente meu que foi presidente no Centro Espanhol me pôs como diretora associada, então por causa daquela ata ele me convidou para essa reunião. Nessa reunião aqueles 12 resolveram doar o prédio para a Santa Casa e eu não deixei, eu achei que não deveria doar, é um patrimônio da colônia, e na minha opinião, não sei se eu estou certa ou se eu estou errada, tem muita gente que diz que eu sou [teimosa], eu sou mesmo, porque eu luto por aquilo que eu gosto. (Entrevista com Josefa Martinez Gasparotto, 17/08/2019, Cafelândia-SP)

É interessante como Josefa aponta não se interessar pelos assuntos do Centro Espanhol enquanto era jovem. Ainda que apareça em uma das atas como “diretora associada”, fato este que futuramente a deixará como responsável pelo prédio, a entrevistada diz que a associação era um assunto do pai e que ela não se importava. Essa fala indica a dificuldade de manter uma associação étnica para além da primeira geração de imigrantes. José Martinez Dias, tio de Josefa, foi um dos fundadores da associação. Portanto, a sua família tem forte ligação com o Centro. Mesmo assim, pelo seu relato, nem ela e nem os irmãos se interessavam muito pelos assuntos relativos à agremiação.

O fato de Josefa ter se oposto a cessão do prédio para a Santa Casa fez com que o prédio ficasse sob sua responsabilidade, inclusive com as dívidas de imposto predial. Foi quando Josefa decide por iniciativa própria montar um museu sobre a imigração espanhola para Cafelândia:

E cobram imposto. E quando, nessa noite, que eles queriam doar para a Santa Casa, que eu não deixei, acabou a conversa. A coisa caiu na minha mão. Jogaram nas minhas costas o Centro Espanhol e eu estou carregando ele faz 10 anos, eu me viro do jeito que eu posso, eu montei um pequeno museu, que tem algumas coisas interessantes, como da agricultura, aqui tinha muita máquina de café e as mulheres catavam o café. E elas tinham uma maquininha, que elas sentavam, era um tipo de um funil, jogava o café ali, tinha um pedal, aquilo tinha aquele café por cima, elas catavam e a falava eu tenho essa máquina que eu ganhei, tem uma carrocinha que foi de uma fazenda 50 anos atrás, tem umas coisas assim, aquela serra do português, que veio do sítio dos meus avós, eu consegui juntar alguma coisa, tem muita coisa boa lá, mas ainda não está organizado porque eu estou sozinha. Não tem o que fazer, então a minha luta é para que a prefeitura, porque, infelizmente, eu vou falar uma coisa para você, Cafelândia não tem história, Cafelândia não tem cultura, não tem cultura nenhuma (Entrevista com Josefa Martinez Gasparotto, 17/08/2019, Cafelândia-SP).

Em vários momentos da entrevista, Josefa reclamou da falta de auxílio do poder público para a manutenção do museu. Já idosa e com a saúde debilitada após sofrer uma isquemia cerebral, luta para organizar e manter o prédio e o acervo: “Eu estou tentando tocar o meu Centro Espanhol. Estou tentando ver se a prefeitura me ajuda, pelo menos me isentar de

imposto, eu montei um museu, eu procuro conservar, eu montei o museu e eu montei uma escola de artesanato ali, mas não tem ajuda nenhuma, nenhuma” (Entrevista com Josefa Martinez Gasparotto, 17/08/2019, Cafelândia-SP). Josefa também não conta com nenhum auxílio de outros membros da colônia, que, segundo ela, quiseram se livrar do prédio.

Em outro trecho muito interessante da entrevista, Josefa questiona a memória oficial de Cafelândia, pela qual coloca os Zucchi como os fundadores do município:

Outra coisa também, aqui se fala muito dos Zucchi “fez isso, fez aquilo” e “a catedral foi ele que fez”. Ele não fez sozinho! Nós ficamos durante anos uma quermesse ali embaixo no rio, ali onde tem aquele restaurante, o Marreta, o posto de saúde, ali na beira do rio, nós ficamos anos lá com uma quermesse arrecadando dinheiro para construir a catedral. Como sempre, houve muita rivalidade eles nunca colocaram o que os outros fizeram, então, mas lá tem a mão da colônia espanhola, da italiana, da portuguesa, sabe? Não construiu sozinho, não! [...] Quando Cafelândia começou a turma daqui de baixo, os sítiantes todos, eles foram lá com seu José [Giuseppe] Zucchi pedir terras para eles construírem a cidade do lado de lá. Ele não quis dar, ele não era de ficar dando, eles estavam começando a cidade. Ele não quis dar e o que aconteceu? Um senhor que chamava Beraldo Tuda deu espaço aqui que é nossa praça e o avô dele, com as filhas dele, construíram uma capelinha e aqui foi, já era paróquia Nossa Senhora do Carmo e o pessoal começou a construir do lado de cá. Quando o Zucchi percebeu que já tinha, que aqui estava crescendo e que ele estava ficando para trás, o que ele fez? Ele construiu quarteirões e quarteirões. [...] Ele fez aquilo para valorizar as terras dele. Ele construiu casinhas e mais casinhas quadradinhas, me lembro até hoje, pintadas de amarelo e as janelas e as portas verdes. [...] Para que? Porque como [Cafelândia] estava crescendo ele estava ficando para trás, estava ficando só com a estrada de ferro. Porque na verdade eram duas vilas, tudo isso aqui foi, pertencia ao município de Pirajuí, e aqui tinha duas vilas, de Cafelândia que é um pouco mais antiga que depois se uniu, as famílias que eram italianas construíram lá em cima, mas essa família Zucchi nunca deixou a estrada de ferro construir a estação aqui na vila mais primitiva, sempre foi lá dentro, foi dentro da fazenda, depois construiu, a vila aumentou lá, construiu mais no centro. E ultimamente a estação ficou bem fora da cidade, sempre do lado. [...] A história tem que ser contada como ela é, ela é, não dizer que ele fez, não foi não. (Entrevista com Josefa Martinez Gasparotto, 17/08/2019, Cafelândia-SP)

É de fundamental importância frisar que não existe uma única narrativa na construção de um município. A questão está longe de saber se verdade está com a versão de Josefa ou com a memória local, que elege a família Zucchi como principais personagens na fundação de Cafelândia. A percepção que os Zucchi não construíram nada sem ajuda da colônia e que realizaram as obras no município para atingir os interesses próprios tensiona a narrativa única e oficial do município. Segundo Michael Pollak (1989), toda construção oficial de memória é apresentada linearmente, com a finalidade de silenciar os conflitos existentes nessa construção. Pollak chama esse processo de “controle de memória”, que ocorre pela produção de discursos

organizados em torno de grandes personagens e seus feitos, que são selecionados de maneira criteriosa pelo que o autor chama de “historiadores da casa” ou “mitômanos”. Essa seleção é feita através de uma escolha arbitrária de testemunhas e documentos e visa utilizar o passado para forjar uma identidade épica para determinados grupos e/ou pessoas (POLLAK, 1989, p. 10). Além disso, Josefina se ressentiu pelo “Espaço Cultural Francisco Paulovic” de Cafelândia não levar o nome de seu tio José Martinez Dias. O Espaço funciona no prédio do antigo cinema da cidade, que foi construído por Dias. Segundo Josefa:

“[...] eu acho uma injustiça muito grande não por ser pelo nome, eu acho que as coisas têm que ser homenageadas nos lugares certos, esse Paulovic pintou a catedral, ele era um pintor muito bom, pintou a catedral, a homenagem dele devia ser na catedral. O cinema, esse meu tio comprou o terreno, construiu pelo bolso dele e alugava para passarem filme, só que esse aluguel do prédio ele nunca recebeu, ele dava para o asilo.” (Entrevista com Josefa Martinez Gasparotto, 17/08/2019, Cafelândia-SP)

O historiador Jacques Le Goff (2006) afirma que a memória é um elemento fundamental na constituição da identidade de um grupo. Em seu conceito de monumento, Le Goff afirma que o que se mantém preservado não é exatamente o conjunto de coisas que foi construído no passado, mas o que foi escolhido por alguém em um determinado momento para ser preservado. Assim, a memória é um objeto de poder, à medida que pode ser construída, moldada e manipulada por determinados grupos sociais. Indo ao encontro com a ideia de “monumento” de Le Goff, Pierre Nora (1993) aponta que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea”. Assim, a construção de uma determinada “memória coletiva” é feita através de quais “lugares de memória” são preservados ou não. Nesse sentido, podemos observar que os espanhóis de Cafelândia passaram pelo processo de invisibilidade, tanto por parte da historiografia local, passando pelo poder público municipal e até pelos próprios descendentes, que não se interessaram por revitalizar sua antiga associação. Esse processo se torna mais interessante ainda quando observamos a grande quantidade de filhos e netos de espanhóis serão prefeitos do município ao longo do tempo, inclusive Diogo Martinez y Martinez, filho de José Martinez Dias. Josefa, portanto, se coloca como uma solitária guardiã da memória dos espanhóis de Cafelândia. Aparentemente, é a única ali interessada na manutenção desse “lugar da memória” o qual afirma ter orgulho de pertencer: “Eu me sinto muito espanhola, muito, porque viver no meu jeito é de espanhola mesmo, eu me sinto bem espanhola mesmo. Eu sinto muita tristeza de não ter podido ter a minha mãe para poder aprender

a tocar castanhola, essas coisas, né? Que minha mãe era uma pessoa muito especial...”⁵⁶ (Entrevista com Josefa Martinez Gasparotto, 17/08/2019, Cafelândia-SP). Para Josefa, a conservação do prédio do antigo Centro e do museu espanhol (Figuras 33, 34, 35 e 36) “revela a busca do reenraizamento, do pertencimento a um lugar, da recriação da história familiar e social” (SILVA, 2004, p. 122).

Figura 33 - Fachada do Museu Espanhol de Cafelândia em 2019



Fonte: Foto por Jéssica de Godoy (2019)

⁵⁶ Josefa afirmou que perdeu a mãe ainda na infância, mas que se recorda que ela gostava muito de tocar castanholas.

Figura 34 - Panorâmica de parte do acervo do Museu Espanhol de Cafelândia (2019)



Fonte: Foto por Jéssica de Godoy (2019)

Figura 35 – Castanholas em exposição no Museu Espanhol de Cafelândia (2019)



Fonte: Foto por Jéssica de Godoy (2019)

Figura 36 - Acervo interno do Museu Espanhol de Cafelândia (2019)



Fonte: Foto por Jéssica de Godoy (2019)

O município de Cafelândia apresenta várias trajetórias de ascensão social entre os imigrantes espanhóis. Um dos exemplos desse tipo de percurso é a da família do pai de Josefa, a família Martinez Dias. Pedro Martinez Dias veio de Murcia em 1914, chegando ao Brasil com 5 anos, juntamente com seus pais e seus 11 irmãos. A família, que plantava uvas na Espanha, decidiu sair da terra natal por dificuldades financeiras e temor do alistamento militar. Chegando ao Brasil, foram direcionados a uma fazenda de café na região de Campinas. Ainda que tivessem trazido uma certa quantia em dinheiro da Espanha, o valor era insuficiente para adquirir uma propriedade. Assim, a família cumpriu seu contrato de três anos como colonos em Campinas para conseguir poupar o valor suficiente para comprar um sítio em Cafelândia, em 1918.

Pedro Martinez Dias era o filho mais novo e acabou herdando o sítio quando já era dono de um armazém de secos e molhados na área urbana de Cafelândia. Segundo Josefa Martinez Gasparotto:

Vieram para cá e compraram esse sítio. E esse sítio ficou até eles morrerem e foi passando de um filho para o outro, o último a ficar com esse sítio foi o meu pai. Quando meu pai morreu ficou para a gente, nós éramos em 4 herdeiros, mas nenhum deles quis tocar... o sítio você vai a pé, é uma belezinha, você vai andando daqui. Mas nenhum! Meu marido não gostava de sítio e ele era

funcionário do banco, estava sempre mudando, não quis saber, os outros três [filhos de Pedro, irmãos de Josefa] moravam em São Paulo, ninguém quis... (Entrevista com Josefa Martinez Gasparotto, 17/08/2019, Cafelândia-SP).

Pedro Martinez Dias e Inês Iniesta Martinez, mãe de Josefa, tiveram três filhos. Todos eles cresceram na área urbana. Apesar de não se lembrar muito da trajetória de seu pai na área rural, quando questionada se nasceu no sítio da família, Josefa afirma: “nasci aqui [na área urbana] em Cafelândia, porque como era uma família muito grande, eles começaram a sair da lavoura”. Josefa e os dois irmãos apresentam uma trajetória de incorporação urbana, o que explica o fato de nenhum deles se interessar por manter a posse da propriedade rural herdada. Josefa e Maria, sua irmã mais velha, fizeram magistério em Lins, município vizinho de maior porte e se tornaram professoras. Josefa trabalhou por cinco anos, abandonando a profissão para acompanhar o marido, gerente de banco, por vários municípios do interior. A irmã ainda cursou biblioteconomia em Campinas. Pedro Sérgio, o irmão mais novo, foi para São Paulo para tentar ser jogador de futebol, mas acabou se formando em direito e trabalhou até a aposentadoria como editor da Enciclopédia Britânica no Brasil.

José Martinez Dias, um dos irmãos mais velhos de Pedro, também apresenta uma trajetória de ascensão econômica em Cafelândia que transita entre o rural e o urbano. Como o sítio de seus pais era pequeno para abrigar os doze filhos, José montou uma pequena fábrica de sacos para acondicionar café. A fábrica prosperou e José conseguiu comprar outras propriedades rurais, além de possuir negócios urbanos, como o já mencionado cinema de Cafelândia. Além disso, José é o fundador do Centro Espanhol de Cafelândia.

A trajetória da família Molina, de Cafelândia, narrada em um livro de memórias escrito por um membro da família (MOLINA, 2012) demonstra outro exemplo de incorporação na região. Francisco Molina Romero e Ana Maria Carillo Galera partem de Vélez-Rubio, província de Almería, com sete filhos, com destino ao porto de Gibraltar, onde embarcariam clandestinamente para o Brasil. Nesse primeiro traslado, Francisco é acometido por uma forte gripe e falece antes de viajar. Ainda assim, a família embarca com destino ao porto de Santos, no navio inglês *Vapor Italie*. Chegam em Santos dia 16 de setembro de 1912 a viúva Ana Maria, com 42 anos e seus filhos Antonio, 17 anos; Francisco, 15 anos; Antônia, 11 anos; José, 9 anos; Maria Dolores, 6 anos; e Hermínia, 3 anos. O filho mais novo, Enrique, de apenas 1 ano, falece durante a viagem.

Chegando em Santos, a família segue para a Fazenda Java, entre Boa Esperança do Sul e Nova Europa, região próxima à Cafelândia, para trabalharem como colonos. Em 1913, Carlos Molina Carillo, filho mais velho de Ana e Francisco, que havia imigrado anos antes para

Argentina chega à fazenda para se juntar a família. Logo em seguida, em 1917, Ana falece antes da família adquirir uma propriedade. Seus filhos, então, possuem diferentes trajetórias, pois não contam com a herança de uma propriedade rural ou de um comércio para tocarem.

Nascido em 1893, o primogênito Carlos Molina Carrilo partiu para a Argentina em 1911, para viver com um tio. Como dito, em 1913, com 20 anos, vem para o Brasil se encontrar com a família. Em 1917, com a morte de sua mãe, Carlos se casa com a espanhola Anna Gonzales em Boa Esperança do Sul. Em 1918, o casal parte para Itápolis para trabalhar em uma fazenda de café. Em 1925 finalmente conseguem comprar uma propriedade em Oscar Bressane, município próximo à Marília, onde se dedicam a plantar café, grãos e criar gado. Nesse meio tempo, enviam Antonio e José, dois de seus dez filhos para Cafelândia, para trabalharem e estudarem. No final da década de 1940, Carlos e Anna vendem o sítio e se mudam para São Paulo. Os filhos passam a exercer diversas atividades urbanas na capital. Carlos falece em 1962 e Anna, em 1977.

Antonio Molina Carrillo, segundo filho da família, nasce em 1895. Assim como o irmão mais velho, casa-se logo após a morte da mãe, em 1917, com a espanhola Encarnação Dias. O casal passa a viver em Nova Europa, tendo dois filhos nesse local, Francisco e Ana. Antonio trabalha em diversas atividades no campo e na cidade. Em conjunto com seus os irmãos Francisco, José e Hermínia, Antonio e sua esposa se mudam para Cafelândia em 1922. Anos mais tarde, os irmãos fundarão a “Casa Antonio Molina & Irmãos”, um armazém de secos e molhados que funcionará até o fim da década de 1950⁵⁷. Em 1925, ao ficar viúvo, contrai matrimônio com Maria Dolores Mingorance, também espanhola. Do novo casamento, nascem nove filhos: Dolores, Antonio, Nadir, Aparecida, Roque, Nivaldo, Sérgio, Waldemar e Maria Isabel. Dolores, Nadir, Nivaldo e Sérgio falecem ainda crianças. Todos os filhos de Antonio Molina Carrillo seguem profissões urbanas. Francisco e Antonio se formam em contabilidade e vão trabalhar, respectivamente, em São José dos Campos e São Paulo. Roque se torna comerciante. Waldemar, gerente de banco. Aparecida se torna professora primária em Cafelândia. Já Maria Izabel forma-se em Ciências Sociais, indo lecionar em Santo André.

Francisco Molina Carillo, sócio de Antonio no armazém em Cafelândia, nasceu em 1897. Trabalhador rural em Nova Europa, casa-se no município em 1920, com sua prima Maria Carillo, casamento que gera dois filhos, Francisco e Ana. Por problemas no parto desta última, Maria falece em 1922. Francisco então muda-se para Cafelândia com seus irmãos e leva consigo Francisco, filho mais velho, deixando Ana sob os cuidados de sua avó materna. Em 1926 casa-

⁵⁷ Além do armazém, os irmãos adquirem uma propriedade rural em Cafelândia. Entretanto, logo a vendem por darem preferência aos negócios na cidade.

se novamente com Encarnação Martins Arenas, também espanhola. Do novo casamento nascem Antonio, Encarnação, Maria, Adelaide e Alice. Os dois primeiros falecem ainda crianças. A maioria dos filhos de Francisco Molina Carrillo também exercerão profissões urbanas. Francisco, o mais velho, forma-se em contabilidade e se torna funcionário público na USP, em São Paulo. Maria se torna professora, passando para área de gestão escolar, indo atuar em Santo André. Alice também se forma professora.

Nascido em 1903, José Molina Carrillo é, entre os homens, o filho mais jovem da família Molina Carillo. Com 19 anos, José muda-se com os irmãos para Cafelândia, onde vai ser um dos sócios do armazém de secos e molhados. Em 1928, casa-se com Joanna Antonia Gimenez, espanhola vinda de Granada, tendo os filhos Ana Maria, Francisco, Maria Graça, Gabriel, José, Walter, Lourdes e Roberto. Ana Maria e Gabriel falecem ainda crianças. Assim como os primos, a maioria dos filhos de José possuem profissões urbanas. Francisco e Lourdes se formam em Pedagogia, tornando-se professores estaduais. José é bancário em Novo Horizonte. Walter se torna mecânico e, posteriormente, professor de mecânica em cursos profissionalizantes em várias unidades do colégio administrado pelo SENAI: Marília, Ribeirão Preto, São Paulo e São José do Rio Preto. Roberto – o autor do livro de memórias que é utilizado como fonte para elaboração dessas trajetórias - forma-se em Ciências Sociais e se torna secretário da unidade do SENAI em Ribeirão Preto. Sobre o funcionamento do armazém, no livro, Roberto faz um minucioso relato descritivo:

No Armazém, acontece o engarrafamento de vinho (foto) (procedente de Jundiaí SP) e de aguardente (recebida de várias localidades). O processo é bem arcaico: há apenas um recipiente (capacidade para 10 litros) com quatro torneiras para engarrafamento do líquido. Primeiro acontece a higienização das garrafas – o que é motivo de festa para todos. Depois de engarrafar, finalizam o serviço colocando os rótulos, estampilhas (selo) de impostos, rolhas, etc. fornecidos pelas empresas. Na rotina diária do negócio, há também o sagrado cafezinho das 14h dedicado aos fregueses, viajantes, pessoas da Rua Siqueira Campos (lojistas, o gerente das Lojas Pernambucanas, o gerente do Banco Brasileiro de Descontos – hoje Bradesco -, os funcionários da Rádio Difusora ZYR 51, etc.) e demais que por lá apareciam, integrando a todos com muita sociabilidade. Cada dia um filho/sobrinho ou funcionário fica responsável por organizá-lo. A clientela do Armazém é bem diversificada, formada por pessoas locais, portuguesas, espanhóis, italianos, árabes e muitos japoneses, tornando este lugar um espaço de sociabilidade, troca de culturas e diálogos cotidianos ou fervorosos. A clientela portuguesa e italiana é abastecida com bacalhaus e vinhos – incluindo o hoje famoso vinho do Porto “Adriano Pinto”, que na época era popular. Já a clientela árabe prefere as manteigas e as especiarias para cozinhar. A clientela espanhola prefere os produtos embutidos, frutos do mar e vinho. Sua cultura era a mais enraizada, pois residia há mais tempo na cidade, alguns como sitiantes outros como fazendeiros, sempre falando da saudade de sua pátria que ficou para trás, sem nunca terem voltado, mesmo a passeio. A clientela japonesa é tão importante que os três irmãos importam produtos específicos para sua culinária, como o

sake, o *shoyu*, o feijão *azuki*, as algas secas, o *kanten*, as ovas de peixe, etc. Para atendê-la, o Armazém mantém um funcionário especialmente para traduzir o idioma japonês. As colônias japonesas de Cafelândia e Guataparã SP (região de Ribeirão Preto) foram as primeiras no Brasil. Elas enraizaram e miscigenaram seu povo, sua cultura e seus valores, deixando um legado construtivo para nosso país. Após a 2ª Guerra Mundial, surgiu pelo interior do Estado de São Paulo a *Shindo-Renmei*, organização terrorista que perseguia e matava seus conterrâneos bem-sucedidos no Brasil. Os *shindo-renmeis* acreditavam, segundo sua visão distorcida, que ser bem-sucedido aqui era sinal de aceitação da derrota do Japão na guerra. Para eles, isso era uma traição ao Imperador, uma desonra que “só poderia ser lavada com sangue”. A preocupação toma conta dos três irmãos, pois, para surpresa deles, seu empregado de descendência nipônica é acusado de participar da organização *Shindo-renmei*. Eles contratam um advogado para proteção da empresa, representando-a juridicamente. A polícia encaminha o acusado para a capital para prestar esclarecimentos. Ele não retorna mais ao Armazém, sem mais notícias ou paradeiro, não se falando mais no caso. Entre a clientela, ressalta-se a amizade com os fregueses sitiantes de bairros rurais. Eles são bem-vindos às residências dos três irmãos para almoçar ou apenas para cumprimentar, quando necessitam de algo na cidade. (GIMENEZ, 2012, p. 60-61)

Na década de 1950, os três irmãos recebem cartas de parentes da Espanha pedindo ajuda para trazê-los ao Brasil, por conta da ditadura de Franco. Entretanto, o armazém estava atravessando uma crise econômica e os irmãos não conseguem ajudar.

Mais do que um armazém tipicamente espanhol, a “Casa Antonio Molina & Irmãos” se trata de um comércio que buscava atender os principais grupos étnicos existentes em Cafelândia. Segundo Antonio de Ruggiero (2018) ainda que a alimentação no Brasil fosse, por vezes, mais completa do que nos países de origem, sobretudo no que diz respeito a presença variada de frutos e a presença da carne de maneira quase cotidiana, a “nostalgia gastronômica é fortemente presente” (DE RUGGIERO, 2018, p. 123) entre os imigrantes. Nesse sentido, segundo o relato acima, os irmãos Molina buscaram a construção de um empreendimento étnico. Tanto que para atingir esse objetivo, importavam produtos típicos da culinária dos principais grupos do município, além de contar com um funcionário de “descendência nipônica” para atender especificamente os japoneses, maior grupo étnico de Cafelândia. Segundo Marilyn Haler (2007), a etnia também é um fator da vida econômica, que aparece, sobretudo, no consumo de produtos étnicos, na contratação de compatriotas, no relacionamento com clientes étnicos ou co-étnicos e na cooperação entre imigrantes. A autora afirma que a economia étnica é uma significativa plataforma para a segunda geração de imigrantes se incorporar na sociedade de recepção em posições vantajosas, independentemente se eles derem continuidade aos negócios étnicos ou não (HALER, 2007, p. 118). É o caso dos filhos dos proprietários da “Casa Antonio Molina & Irmãos”, que conseguiram, em sua maioria, acesso à

curso superior e a, conseqüentemente, ascender socialmente à classe média urbana do estado de São Paulo.

Entre as mulheres, Antonia Molina Carrillo é a mais velha. Nascida em 1901, casa-se em 1919 com o italiano Jácomo Cogo em Nova Europa. Em 1930, vão trabalhar em um sítio entre Glicério e Braúna. Na mesma década, conseguem adquirir uma propriedade rural ainda constituída de mata virgem em Coroados, extremo oeste de São Paulo. A chegada da estrada de ferro Noroeste na região contribui para a valorização das terras. Dos quatorze filhos do casal, apenas um possui trabalho urbano. Horácio, o filho mais novo, vai morar com os tios em Cafelândia. Se forma professor e se torna diretor de um colégio em Birigui. Há relatos da família ir visitar constantemente Antonia e Jácomo no sítio. Com a morte de Jácomo, em 1950, Antonia muda-se para São Bernardo do Campo com dois filhos, falecendo em 1975 neste município.

Nascida em 1906, Maria Dolores possui uma trajetória que ultrapassa o estado de São Paulo. Dolores casa-se em 1923 com o argentino Pedro Marcos, ainda em Nova Europa. Após economizarem algum dinheiro, o casal compra um sítio em Londrina, no Paraná. Na década de 1950, abandonam a vida rural e passam a investir em postos de combustíveis, além de fundar uma transportadora. Por sua trajetória, a família de Maria Dolores é a que menos tem contato com o restante dos Molina Carrillo.

Hermínia Molina Carrillo é a filha mais nova da família. Nascida em 1909, fica órfã aos oito anos, com a perda da mãe. Assim, passa a ser cuidada pelos irmãos mais velhos, mudando-se para Cafelândia com Antonio, Francisco e José em 1922. Em 1927 casa-se com o italiano Aureliano Carmona. Em 1940, a família consegue comprar um sítio em Pereira Barreto, onde passam a plantar grãos e hortaliças. Três dos sete filhos do casal vão morar com os tios e Cafelândia para estudar e trabalhar.

Por fim, apresentamos a trajetória da família Sanches. Angelo Sanches e Dorothea Burgo Sanches chegaram ao Brasil em 1914, com seus filhos Manoel, Francisco, Jorge e Augusto. Ao chegar no Brasil, a família se estabeleceu em São Paulo, capital, onde Angelo trabalhou no ramo da construção civil. Após alguns anos de economia, a família comprou uma propriedade rural em Cafelândia. José, Antonia e Antonio nascem em Cafelândia.

Manoel Sanches, o primogênito, nasceu em 1903, em Mérida, província de Badajoz. Chegou ao Brasil aos 12 anos de idade, já trabalhando em São Paulo com seu pai na construção civil. Casou-se em Cafelândia com Rosa Gerardi, filha de italianos. Tiveram onze filhos, todos nascidos no município. Entretanto, a maioria deles construiu a vida em outros municípios. Angelo Sanches, o mais velho, trabalhou durante toda a vida na construção civil em Osasco. Gumercinda Sanches casou-se em Cafelândia, mudando-se com o marido para Bebedouro, local

onde constituíram um comércio. Izidoro Sanches exerceu inicialmente a profissão de alfaiate em Cafelândia e, após casar-se, mudou-se para Umuarama, no Paraná, para trabalhar na construção civil. Osvaldo Sanches iniciou a carreira como bancário em Cafelândia, mas também percorreu o interior de São Paulo exercendo a profissão de construtor civil. Lady Sanches casou-se e prontamente foi viver com o marido em São Paulo. Flora Sanches casou-se em Cafelândia, onde exerceu atividade de costureira, mudando-se com a família para Garça, passando a auxiliar o marido em uma empresa de logística comercial. Após casar-se, Alcides Sanches muda-se para Osasco, seguindo o irmão mais velho, trabalhando em funções administrativas em um banco para, posteriormente, mudar-se para o município de Álvaro de Carvalho, onde aposentou-se contador⁵⁸.

Os percursos das famílias Molina Carrillo e Sanches apresentam similaridades. As famílias chegam ao Brasil para trabalhar inicialmente em outras localidades e chegam à Cafelândia posteriormente. Os Molina Carrillo partem da área rural de Nova Europa para apresentarem uma trajetória de incorporação urbana em Cafelândia, através do comércio. Já os Sanches partem da construção civil na capital São Paulo para a serem proprietários de uma fazenda em Cafelândia. Ainda que os percursos apresentem essa inversão, a maioria dos membros da segunda e terceira geração de ambas as famílias possuem uma trajetória de trabalhos urbanos e fora de Cafelândia, sobretudo pela limitação de possibilidades de incorporação no município após 1950. É interessante notar que graças a iniciativa de membros da terceira geração de imigrantes, ambas as famílias promovem encontros para rememorar o que passaram juntos e estreitar laços. Nesses encontros há também uma exaltação à identidade espanhola, ou, nos termos de Herbert Gans, um “revival ethic”, em que a identidade espanhola é retomada com orgulho. Em 2001 foi realizado o primeiro encontro da família Sanches em uma chácara em Cafelândia (Figura 37). Em 2017, a família volta a se encontrar, dessa vez, com a presença de 116 membros da família (Figura 38). Já membros da família Molina Carrillo se reuniram em 2012 (Figura 39), em Ribeirão Preto, para comemorar o centenário da imigração da família. A própria presença de dois membros da terceira geração de espanhóis que se estabeleceram em Cafelândia dispostos a levantar o histórico da família já representa o sentimento de construção de uma etnicidade simbólica espanhola a partir do passado imigrante das famílias.

⁵⁸ Os demais filhos de Manoel Sanches fixaram residência em Cafelândia. Essas informações foram obtidas através de levantamentos realizados por Oduvaldo Sanches, neto de Manoel e filho de Osvaldo, reunidas no *site* da família, construído e alimentado por Oduvaldo (SANCHES, Oduvaldo. Genealogia – Família Sanches, 2016. Página inicial. Disponível em: <<http://familiasanches.com.br>>, Acesso em: 14 fev. 2020). Informações estas que foram complementadas pelo próprio autor do *site* por contato à distância.

Figura 37 - Foto dos irmãos Sanches o primeiro encontro da família, realizado em 2001.



Fonte: SANCHES, 2020, p. 128

Figura 38 - Foto do segundo encontro da família Sanches, em 2017. Detalhe para o brasão da família ao fundo.



Fonte: SANCHES, 2020, p. 134.

Figura 39 - Foto do encontro em comemoração ao centenário da imigração da família Molina Carrillo, em 2012.



Fonte: GIMENEZ, 2012, p. 112.

Ainda temos uma trajetória bastante atípica para os espanhóis em Cafelândia, mas que se torna marcante para o município. Aos 20 anos de idade, Gaspar Olier Parra trabalhava como ferreiro para o também espanhol João Morales. Posteriormente, foi trabalhar em uma oficina, onde consertava de panela de ferro até carroça. Ao final de 1937, o dono dessa oficina muda-se para São Paulo e a vende para Gaspar. Com o aumento significativo na circulação de veículos de tração animal, charretes e carroças, além da circulação dos primeiros automóveis na cidade, Gaspar foi se especializando na manutenção e, posteriormente, na fabricação de feixes de molas de amortecimento para a suspensão desses veículos. Com o passar do tempo, sua modesta oficina (Figura 40) foi se transformando em uma pequena indústria, a primeira de Cafelândia. Atualmente, a indústria fabrica molas para automóveis e caminhões e é gerenciada por dois filhos e um neto de Gaspar.

Figura 40 - Anúncio em jornal local da oficina de Gaspar Olier Parra em 1941



Fonte: SANCHES, 2020.

Uma característica bastante peculiar de Cafelândia é o grande número de descendentes de espanhóis ocupando o cargo de prefeito do município. Ainda que a memória de fundação do município tenha sido ligada a família italiana Zucchi, a história política do município é iniciada com o Centro Espanhol cedendo seu prédio para o funcionamento da primeira sede da prefeitura e da câmara municipal (Figura 41). No quadro abaixo, listamos as pessoas que ocuparam o cargo de prefeito de Cafelândia entre 1926 e 2013, destacando os de origem espanhola.

Quadro 2 (continua) - Prefeitos de Cafelândia entre 1926 e 2013

Ano de eleição	Nome	Profissão	Informações adicionais
1926 1933 1945	Maurício Gonçalves Moreira	Agricultor	Três mandatos
1930	Lázaro de Toledo Arruda	Agricultor	Mandato provisório
1931	Oswaldo Brandi Faria	Médico	Mandato provisório
1932	Péricles Ferraz do Amaral	Médico	Mandato provisório
1933	José Garcez Novaes (2ª geração)	Dentista	Prefeito nomeado pelo interventor de São Paulo.
1938	Marcos Nogueira Cobra	Advogado e delegado de polícia	-
1942	Luiz Siqueira Matheus	Agricultor	-
1945	José Eduardo Coelho de Paula	Juiz de direito	Mandato provisório
1947	João Sampaio de Almeida Pacheco	Secretário Municipal	Mandato provisório
1947	Álvaro Gonçalves Hehl Glette	Agricultor	Nomeado pelo interventor de São Pulo
1948 1960	Adolpho Mesquita	Médico	Dois mandatos

Quadro 2 (continua) - Prefeitos de Cafelândia entre 1926 e 2013

Ano de eleição	Nome	Profissão	Informações adicionais
1952	Justino Franco Júnior	Agricultor	-
1956	Waldemar Sanches (2ª geração)	Agricultor	-
1963	Elias Aruth	Funcionário público	Vice-prefeito em mandato provisório após renúncia do prefeito
1969	Diogo Martinez y Martinez (2ª geração)	Agricultor	Filho de José Martinez Dias, fundador do Centro Espanhol de Cafelândia
1972	João Martins Iniesta (2ª geração)	Vereador	Como presidente do legislativo municipal, substituiu o titular licenciado
1977	Aurélio Morales (2ª geração)	Professor e supervisor de ensino	-
1983	Carlos Coli Badini	Contador e comerciante	Vice-prefeito, substituiu o titular licenciado
1989	Fábio Jeronymo Olher (2ª geração)	Industrial e advogado	Filho de Gaspar Olher Parra e herdeiro da indústria de molas Gaspar
1993 2005 2006	Orivaldo Gazotto	Agricultor	Três mandatos

Quadro 2 (conclusão) - Prefeitos de Cafelândia entre 1926 e 2013

Ano de eleição	Nome	Profissão	Informações adicionais
1997	Ambrósio Luiz Contrera (3ª geração)	Industrial	-
1997	Roque Walter Poli Júnior	-	Vice-prefeito, substituiu o titular licenciado
2001 2013	Luiz Otávio Conceição de Carvalho (3ª geração)	Advogado	Afastado judicialmente ao final do primeiro mandato, se elegeu novamente em 2012. Em 2016, foi reeleito, entretanto, teve a candidatura impugnada pelo TSE.
2004	Humberto José Ventura Parra (3ª geração)	Comerciante	Vice-prefeito, substituiu o titular afastado judicialmente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos de Pacheco e Badini (2014, p. 88-91)

Dos 26 indivíduos que ocuparam o cargo de prefeito de Cafelândia entre 1926 e 2013, nove deles são descendentes de espanhóis, sendo seis filhos e três netos. Em termos percentuais, isso equivale a significativos 34,6%. Ainda que o fato de Diogo Martinez y Martinez, eleito em 1969, ser filho de José Martinez Dias, fundador e primeiro presidente do Centro Espanhol, possa apresentar um indicativo de voto étnico, esse alto índice de espanhóis na política de Cafelândia é marcado muito mais pela ascensão econômica de membros do grupo no município⁵⁹. Os imigrantes se estabeleceram em Cafelândia desde antes da emancipação política do município, participando, inclusive, ativamente deste processo. O funcionamento do

⁵⁹ O supramencionado “Espaço Cultural Francisco Paulovic”, que funciona no prédio do antigo cinema da cidade, construído pelo espanhol José Martinez Dias, foi fundado na gestão de Luiz Otávio Conceição Carvalho, neto de espanhóis. A opção por homenagear alguém fora da colônia é um indicativo de que a identificação de Luiz Otávio com a colônia espanhola de Cafelândia era praticamente inexistente.

poder público municipal no prédio do Centro Espanhol quando Cafelândia é elevada a município é mais do que emblemático, demonstrando a participação dos espanhóis na constituição do poder político local. Além disso, tal como ocorre em Catanduva, os imigrantes são beneficiados por não concorrerem com uma elite econômica local já pré-estabelecida. Assim, mais do que um objetivo inicial, a ocupação dos espanhóis na política de Cafelândia foi uma consequência de seu processo de incorporação.

Figura 41 - Prédio do Centro Espanhol de Cafelândia funcionando como primeira sede temporária da prefeitura e câmara municipal em 1926



Fonte: PACHECO; BADINI, 2014, p. 176

As trajetórias de incorporação dos imigrantes espanhóis mais comuns encontradas em Catanduva e Cafelândia são basicamente influenciadas pelas características de ambos os municípios. O tempo de estruturação da lavoura cafeeira e, posteriormente, da implementação dos equipamentos urbanos dessas regiões, ocorridos durante a década de 1920, foi um pouco posterior ao maior fluxo de entradas de espanhóis em São Paulo, que ocorreu entre 1905 e 1920, com mais de 200 mil ingressos. Com efeito, ambos os municípios apresentavam características que facilitavam a mobilidade social dos espanhóis da primeira geração. A ausência de latifúndios permitia boas possibilidades de aquisição de terras àqueles espanhóis que chegaram em regiões mais a leste e conseguiram economizar dinheiro no trabalho de colono ou meeiro para comprar uma nesga de terra.

Já o desenvolvimento dos municípios pós-crise de 1929 representou uma limitação das possibilidades de incorporação para as segundas e terceiras gerações de espanhóis, mesmo entre aqueles que haviam feito fortuna. Ainda que uma parte do grupo tenha permanecido dos municípios, inclusive ocupando cargos políticos, a maior parte dos filhos e netos de espanhóis que conseguiram ascender socialmente, saíram dos municípios tanto para cursar faculdade, quanto para buscar ocupações urbanas em outras localidades. Ainda que Catanduva tenha sofrido menos do que Cafelândia com a retração econômica ocasionada pela quebra da bolsa de Nova York, o município manteve a agricultura como a principal atividade econômica, limitando as possibilidades de incorporação urbana as gerações subsequentes (LEITE, 2006). Já Cafelândia enfrentou um verdadeiro êxodo populacional a partir da década de 1950, passando de quase 50 mil habitantes a pouco mais de 15 mil nas primeiras décadas do século XXI.

Segundo Schiller, Çağlar e Gulbrandsen (2006), com o advento do capitalismo, as cidades devem cada vez mais responder a forças globais. Assim, as velhas hierarquias internas de poder vão sendo gradativamente substituídas por uma estrutura que deve responder a demandas em níveis internacionais. Segundo os autores, para posicionar os municípios locais em mercados cada vez mais globais, as autoridades locais devem trabalhar para atrair capital estrangeiro e colocar suas cidades como polos industriais, comerciais, financeiros, científicos e/ou de turismo. As localidades que por alguma razão não respondem à essas demandas acabam formando cidades de pequena escala, com setores industriais e financeiros relativamente pequenos, dificuldade em atrair fluxos de capitais que produzam diferentes atividades econômicas e, conseqüentemente, apresentam baixas oportunidades de emprego para jovens com formação de nível superior. É o caso dos municípios em questão, sobretudo, de Cafelândia.

Schiller, Çağlar e Gulbrandsen (2006) também apontam que a participação de imigrantes em redes organizacionais locais é um dos sinais mais evidentes de incorporação. O acesso a essas redes amplia as possibilidades de conexões com a rede de poder local, além de ser um indicativo de reconhecimento social e de prestígio pela sociedade de recepção. Fatores estes que inevitavelmente se traduzem em ganhos financeiros. Em Catanduva, o médico espanhol Angulo Dias, primeiro presidente do Centro Espanhol, foi vice-presidente do Clube de Tênis do município entre 1931 e 1934, chegando inclusive a realizar festas em conjunto entre as duas associações. Em Cafelândia, o clube municipal é fundado em 1928, contando com o espanhol José Garcez Novais como seu primeiro vice-presidente. A “Associação Comercial, Industrial e Agrícola” do município é fundada em 1944 por Francisco Chagas Tavares, filho de espanhóis e Alberto Coli Badino, filho de italianos. Em 1946, Waldermar Sanches, filho de

espanhóis, é o primeiro presidente da recém-fundada “Associação Rural de Cafelândia”. Entre 1945 e 1948, o já citado Diogo Martinez y Martinez foi presidente do Cafelândia Futebol Clube.

Trabalhando sob a ótica ressignificada do conceito de assimilação, Truzzi aponta que esses processos ocorrem não somente através de “mudanças em um grupo que o tornam mais próximo de outro, mas também via mudanças nos dois (ou mais) grupos, que minimizam suas diferenças entre si. Em resumo, a assimilação advém muitas vezes de processos de convergência entre grupos” (2012, p. 536). Nesse sentido, é possível verificar tanto em Catanduva quanto em Cafelândia o que Truzzi aponta como *obscurecimento de fronteiras étnicas*, à medida que a ascensão social permitiu que espanhóis, brasileiros e outros grupos étnicos pudessem estabelecer um contato igualitário em diversos espaços, seja nos espaços urbanos, em associações sociais ou na própria política institucional. Truzzi (2012) aponta que à medida que as interações entre os grupos passam a ocorrer de maneira substancial, a percepção que existem diferenças étnicas vai desaparecendo, ocorrendo assim o obscurecimento entre as fronteiras étnicas. Assim, “grupos então que eram vistos em determinada época como etnicamente ou racialmente diferentes passam a ser percebidos como mais próximos ao longo do tempo” (TRUZZI, 2012, p. 537).

Quanto à entrada dos espanhóis da política de Catanduva e Cafelândia, ela foi uma consequência do sucesso econômico de parte do grupo nos municípios. Esse movimento se relaciona intimamente com a combinação entre o acúmulo dos capitais econômico, social e cultural realizado pelos indivíduos e como são constituídos os espaços políticos onde esses indivíduos se inserem. Ao cruzarmos esses dois elementos podemos analisar como se deu a inserção desses imigrantes na política. No que tange ao acúmulo de capitais, é possível verificar nos dois municípios a presença entre os imigrantes de “recursos econômicos e da titulação escolar, assim como dos vínculos pessoais adquiridos em diferentes instâncias, tais como a atuação no campo de trabalho e as relações adquiridas em espaços diversos” (TRUZZI *et al*, 2012, p. 136). No que diz respeito à constituição do espaço político, os imigrantes de Catanduva e Cafelândia foram beneficiados pelo fato de não terem que deslocar uma elite local já previamente arraigada. Deste modo, os espanhóis desses dois municípios que experimentaram certo sucesso econômico participaram da composição das elites locais e, como consequência, também vão ocupar significativo espaço na política local.

4.4. Bauru: uma inserção heterogênea

A região onde se forma Bauru era habitada por índios Kaingang até meados do século XIX, quando se inicia a colonização pela chamada *frente pioneira*⁶⁰. Nesse movimento, os mineiros Felicíssimo Antônio de Souza Pereira e Antônio Teixeira do Espírito Santo registram suas posses em 1856 e, a partir daí, constroem suas fazendas. Em 1888, o também mineiro Azarias Ferreira Leite constitui sua fazenda. Em 1890, José Ferreira de Figueiredo funda a fazenda Val das Palmas, uma das pioneiras no plantio do café em larga escala na região, que será responsável pela vinda de inúmeras famílias espanholas. A Fazenda Val das Palmas será uma das maiores produtoras de café de Bauru, plantando logo de início, 500.000 cafeeiros e chegando a marca de 3 milhões ao final da década de 1920.

Em 1893, Bauru ainda era um distrito pertencente a um município chamado Espírito Santo da Fortaleza. Em 1896, por uma manobra política de fazendeiros de Bauru, a Câmara Municipal de Espírito Santo da Fortaleza é transferida para Bauru, sob a alegação que a maioria dos vereadores residia neste município. Assim, o distrito se torna o município e Fortaleza é anexado como distrito do município de Agudos, até ser extinto em 1917.

Entretanto, é em 1904 que o destino do município começará a se transformar, com a fundação da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Em 18 outubro desse ano, a companhia estabelece, através do Decreto n. 5.349, que o traçado da linha férrea partirá de Bauru em direção a Cuiabá⁶¹. Segundo Ghirardello (2001, p. 28):

[...] os trilhos partiriam de Bauru, seguiriam o espigão entre os rios Tietê e Aguapeí/Feio, próximo do quilômetro 300, se aproximariam das margens do Rio Tietê, cruzando-o no Canal do Inferno, caminhariam pela margem direita do Tietê rumo ao Rio Paraná, transpondo-o em Urubupungá e daí em direção a Mato Grosso e Goiás.

A partir dessa decisão, em 1905, chega ao município a Estrada de Ferro Sorocabana, ligando a região à capital, para, a partir daí se construir o ramal da Noroeste citado acima. Em 1910, a Companhia Paulista também chega a Bauru, transformando o município em um entroncamento das três ferrovias, gerando por volta de 2.500 empregos somente no ramo das ferrovias (MOMESSO, 1988).

⁶⁰ Sobre a os conflitos entre os Kaingang e os colonizadores, a pesquisa de João Francisco Tidei Lima (1978) demonstra que a região de Bauru é marcada por um violento processo de expropriação dos nativos.

⁶¹ Em julho de 1907, o destino final da ferrovia é alterado para Corumbá, no Mato Grosso (GHIRARDELLO, 2001)

A zona noroeste, à qual pertence Bauru, passou a se desenvolver graças a expansão da ferrovia. Segundo Fernando Azevedo, a ferrovia teve um papel fundamental na colonização do sertão noroeste paulista:

Foi em São Paulo o exemplo mais impressionante de colonização pelo trilho, com uma influência poderosa sobre o povoamento. Onde, havia 15 anos, não se viam senão aldeias de índios, raras moradas de paulistas e mineiros afazendados naquelas regiões e uma e outra habitação tosca de sertanejo, nalgum rasgão ou cicatriz, aberta na vegetação densa das matas; onde não se notavam senão carreiros e caminhos, na orla dos rios, serpeando os vales, ou picadas audaciosas nas franjas ou pelo coração das florestas. (AZEVEDO, 1950, p. 123)

Na maioria das regiões do interior paulista, a grande lavoura cafeeira precede a ferrovia. É o caso, por exemplo, das zonas cortadas pela Mogiana, pela Paulista e pela Araraquarense. Entretanto, no caso da zona atravessada pelos trilhos da Noroeste, a ferrovia precede o café⁶² e vai se desenvolver, sobretudo, após 1920, como aponta Sérgio Milliet:

Desses progressos extraordinários que sacudiram em pouco tempo as terras da noroeste, um dos índices mais expressivos foi o rápido crescimento de suas populações, pelo afluxo quase ininterrupto de levas de imigrantes e colonos [...]. Como que num cortejo heterogêneo, brasileiro de diversas procedências e estrangeiros, recém-chegados ao país ou já aclimatados, em outras comunidades rurais ou urbanas, do estado. Levas e levas de paulistas, mineiros e fluminenses, de mistura com baianos. (...) Seguiram-se-lhes na cauda imigrantes estrangeiros, sobretudo italianos, espanhóis, portugueses e sírios, que se espalharam pelas novas cidades e fazendas de café da Noroeste paulista. (1941, p. 119)

Nesse contexto, Bauru florescerá em decorrência da expansão da ferrovia e da cafeicultura, a partir da década de 1910. A convergência das três estradas de ferro irá possibilitar um rápido avanço da urbanização no município, com o aparecimento de hotéis, bancos, jornais, pequenas fábricas e casas comerciais. A soma da cafeicultura e da urbanização gerada pelas estradas de ferro causa um grande crescimento populacional no município, que passa de apenas 600 habitantes em 1902 para aproximadamente 8.000 em 1905, ano da chegada da Companhia Paulista e do início da construção da Companhia Noroeste (BERLINI, 1999).

4.4.1. Espanhóis em Bauru

As estatísticas de 1920 demonstram que os espanhóis formam o maior grupo de estrangeiros de Bauru, contando com 1.690 pessoas em um universo de 4.537 estrangeiros e

⁶² Segundo Momesso, “o interesse na construção da Noroeste vai além do transporte da produção de café. Ela faz parte de um projeto político e econômico do Brasil desde a Guerra do Paraguai, quando o estado do Mato Grosso, isolado, foi facilmente tomado por tropas paraguaias” (MOMESSO, 1988, p. 15)

20.386 habitantes. Os dois maiores grupos estrangeiros em representação subsequentes são os italianos, com 1.538 habitantes e os portugueses, com 814. Em termos percentuais em relação aos estrangeiros, os espanhóis representam 37,2%, seguido dos italianos com 33,8% e portugueses com 17,9%. Já a proporção de espanhóis em relação ao total de habitantes do município se encontra na grandeza de 8,2%. Vale ressaltar que o percentual de estrangeiros em Bauru é bastante significativo: 22,2% da população.

O censo de 1934 demonstra um crescimento populacional bastante expressivo em Bauru. O município salta de aproximadamente 20 mil habitantes para quase 46 mil, representando um crescimento de 125%. Nesse crescimento, o número de estrangeiros quase dobra, saltando para 8.086. Esse aumento é marcado pela imigração japonesa, à medida que o grupo, salta de 126 pessoas em 1920 para 2.569 em 1934, se transformando no grupo numericamente mais significativo do município. Embora os espanhóis tenham perdido o posto de maior grupo estrangeiro de Bauru para os japoneses, há um significativo crescimento do grupo em 28% em relação ao censo anterior (Tabela 27).

Por conta de sua formação, o município de Bauru apresenta em 1934 uma vida urbana bastante expressiva, na qual basicamente metade da população residia nessa área. Ainda que em 1934 haja um predomínio de espanhóis no meio rural, a presença do grupo no meio urbano era bastante significativa. Enquanto 1.275 espanhóis viviam no meio rural, 890 se encontravam em áreas urbanas, representando um percentual de 41,1% entre o grupo. Como podemos observar na tabela abaixo (28), apenas os espanhóis e os japoneses eram predominantemente rurais. A maioria dos italianos, portugueses e brasileiros se encontravam em zonas urbanas.

Tabela 27 – Brasileiros e estrangeiros em Bauru (1934)

Brasileira	Espanhola	Italiana	Portuguesa	Japonesa	Outras	Total (est.)	Não decl.	Total
37.708	2.165	1.673	1.070	2.569	609	8.086	58	45.852

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Tabela 28 – População rural e urbana em Bauru (1934)

Espanhola		Italiana		Portuguesa		Japonesa		Outras		Total (est.)		Brasileira	
Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rural	Urb.	Rur.	Urb.
1.275	890	726	947	412	658	2.238	331	147	462	4.798	3.288	18.285	19.423

Legenda: Rur. = Rural; Urb. = Urbano.

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Os dados para 1940 apresentam uma pequena queda para 5.699 no número de estrangeiros ao passo que há um expressivo aumento para 55.454 no número total de habitantes⁶³. Os espanhóis ainda permanecem como segundo maior grupo, atrás apenas dos japoneses. Em termos percentuais, os 1.294 espanhóis representam 22,7% dos estrangeiros e apenas 2,3% do número total de habitantes em Bauru.

Tabela 29 – Brasileiros e estrangeiros em Bauru (1940)

Nacionalidade						Totais
Brasileiros natos						48.694
Brasileiros naturalizados	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros	1.061
	301	313	218	133	96	
Estrangeiros	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros	5.699
	1.294	1.125	764	2.046	470	

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Cintia Stela Negrão Berlim (1999) afirma que a maioria dos espanhóis que chegaram em Bauru vieram da região da Andaluzia, diretamente ao município, através das passagens subvencionadas pelo governo brasileiro. Entretanto, a pesquisadora encontrou uma quantidade considerável de membros do grupo que vieram através da aquisição das próprias passagens, a ponto de classificar os espanhóis de Bauru em dois grupos:

Percebemos o quanto se diferem uns dos outros, tanto pelas suas histórias como pelos modos de vidas do hoje. Dentre os entrevistados e através de sua história, os classificamos em dois grupos: os mais pobres, fugindo da pobreza buscando uma vida melhor, e os espontâneos e podendo dizer até “aventureiros”, esses saíam do norte da Espanha, principalmente da Galícia, região menos pobre; sua condição financeira na Espanha era melhor. (BERLINI, 1999, p. 67)

Segundo a autora, esse último grupo dificilmente trabalhou na lavoura. Aqueles que trabalharam, foram já como pequenos ou médios proprietários. Entretanto, a maioria ocupou-se de trabalhos urbanos. Berlim aponta que essa diferenciação apareceu até na percepção que os espanhóis tinham da palavra “imigração”. Para a maior parte dos entrevistados, os termos “imigrante” e/ou “imigração” significavam a vinda para o Brasil com as passagens pagas pelo governo. Antônia A.C., espanhola que veio com a família ainda criança ao Brasil por meios próprios, aponta que para ela, “imigrantes eram aqueles que vinham com passagens pagas, a gente falava isso, tanto é que eu não sabia e falava: ‘Ah, coitados!’ Eu pensei que imigrante

⁶³ Vale lembrar que os filhos de imigrantes já eram registrados como brasileiros. Isso ajuda a explicar o decréscimo.

fosse aquele que não pagava a passagem, depois eu vi que eram todos que estavam vindo” (*apud* BERLINI, 1999, p. 71). Ao relatar sobre a viagem que sua família fez ao Brasil, Antônia também opera essa distinção:

Meu pai veio por conta própria. A gente tinha um quarto no navio, fechado tudo certinho, e era um quarto muito grande, porque éramos em sete filhos. Era tudo de primeira, graças a Deus! E a gente tinha pena dos **imigrantes**, porque as camas deles eram no porão, não sabíamos o que comiam, então a gente falava “ah, coitados!”. A viagem durou dezessete dias, já pensou? Dezessete dias com sete filhos? Chamavam a minha mãe no navio de *La madre de los niños*. (*apud* BERLINI, 1999, p. 82, grifo nosso)

Já os membros das famílias que tiveram a viagem subsidiada pelo governo brasileiro apontam nas entrevistas que vieram “de imigração” ou como “imigrante”. É o caso da família de Isabel F.R., que relata:

Meus pais vieram **de imigração**, porque vieram de 2ª classe. Os que vinham de 1ª, vinham na parte de cima do navio, comiam bem, tudo era bom em cima. Agora os de baixo, que era de 2ª classe comiam a comida que sobrava. Meus pais vieram de 2ª classe, no porão do navio. Na parte de cima vinha gente que tinha dinheiro, que podia pagar a passagem, que podia comer bem. Embaixo eles era tudo pobre, porque vieram **de imigrante** (*apud* BERLINI, 1999, p. 82, grifo nosso).

Dos espanhóis que entraram em São Paulo em 1911, 71% vieram de maneira subvencionada. Entre os italianos e portugueses, as porcentagens respectivas são de 37% e 24%. Já se considerarmos o total dos imigrantes, 39,3% vieram com as passagens pagas (MARTINS, 1989, p. 17). Essas cifras demonstram que a quantidade dos espanhóis que entraram em São Paulo por meio do subsídio é muito superior à dos outros grupos de imigrantes. Ainda que representem a minoria, Bauru acabou sendo o destino de algumas famílias espanholas que vieram para o Brasil por meio de recursos próprios.

Berlini (1999) aponta que esse grupo possui maior capacidade de circulação entre os espanhóis. Vindos em sua maioria do norte da Espanha, sobretudo da Galícia, esses espanhóis costumavam transitar por outras localidades antes de se instalarem em Bauru. A circulação entre Argentina e Brasil é comum dentro desse grupo na cidade. Existem trajetórias de espanhóis que migraram para o município após residirem primeiramente na Argentina. Ademais, há ocorrências de espanhóis que desembarcaram no Brasil, mudaram-se para a Argentina e regressaram novamente ao país. Como o caso da família de Adélia P.

Eu nasci na Argentina em 1910, porque meu pai morou na Argentina. Quando ele saiu da Espanha ele veio primeiro para o Brasil depois ele foi para a Argentina, voltou para cá outra vez, porque ele gostou mais do Brasil do que da Argentina. [...] Eu não sei dizer o ano que ele chegou da Espanha para o Brasil, porque eu ainda não era nascida, mas da Argentina para o Brasil ele

veio em 1918, eu tinha 7 ou 8 anos, estava em idade de escola. Da primeira vez que ele veio para o Brasil, ele morou em Minas Gerais e esteve na Bahia [...] depois é que ele foi para a Argentina, depois voltou para o Brasil e veio para o Estado de São Paulo. Em Bauru ele trabalhou em fazenda de café e depois veio trabalhar na oficina da Noroeste. Meu pai era aventureiro ele andava muito, não tinha medo do mundo. Em Bauru ele morreu. (*apud* BERLINI, 1999, p. 113)

Segundo Adélia, seu pai era mestre polidor de metais na Espanha. Quando veio para o Brasil pela primeira vez, teve dificuldades em se inserir em trabalhos em sua área. “Meu pai não estava acostumado na roça, ele achava um serviço muito pesado e o sol era muito quente. Ele estava acostumado com o serviço mais leve de fazer fundição de metais” (*apud* BERLINI, 1999, p. 98), aponta Adélia. Por isso, foi tentar a vida na Argentina. Quando voltou ao Brasil, rapidamente conseguiu se inserir na oficina da Noroeste onde “foi chefe da fundição de bronze e de ferro” (*apud* BERLINI, 1999, p. 112).

A família de Osvaldo P. também migrou da Argentina à Bauru. Seu pai tinha um emprego na área urbana na Espanha e migrou direto para a Argentina trabalhar na área. Após um tempo, foi para Bauru para se tornar proprietário rural:

Meu pai trabalhava na imprensa na Espanha. Depois ele foi para a Argentina e lá ele trabalhou como tipista no jornal da nação. Da Argentina ele veio para o Brasil, porque tinha melhores meios e condições de trabalho de comprar terra e de trabalhar, do que na Argentina. Aqui no Brasil tinha mais facilidade de lucros. No Brasil ele chegou em 1919 e veio direto para Bauru, onde comprou um pedaço de terra, um sítio entre Bauru e Agudos, com o dinheiro que ele ganhou na Argentina. Ele nunca quis trabalhar como empregado, ele era proprietário de terra e plantava café, tomate, hortaliças e frutas e vendia na feira em Bauru. Depois entrou no ramo comercial de secos e molhados e foi ser comerciante. (OSVALDO P. *apud* BERLINI, 1999, p. 112-113)

A trajetória de incorporação da família de Osvaldo reúne vários elementos que são comuns a outras em Bauru. Com *background* urbano, a família imigrou para a Argentina com meios próprios e, posteriormente, reemigrou para Bauru, onde se tornaria proprietária de terras para, por fim, se tornarem comerciantes na área urbana do município. Com efeito, essa trajetória acumula em si várias características de incorporação encontradas no município: a vinda por meios próprios, a reemigração a partir da Argentina, o acesso à propriedade rural e a mobilidade rural-urbana são elementos comuns que, separadamente, são encontrados em praticamente todas as trajetórias de espanhóis no município.

Ainda dentro do grupo que veio para a América com meios próprios, temos a trajetória da família da já mencionada Antônia A.C. Sua família tinha uma pequena propriedade de terras na Galícia. Pela falta de perspectivas de ascensão social, o pai veio para o Brasil em 1919

trabalhar como mascate. Em 1924, volta para a Espanha para buscar a esposa e seus dois filhos, Antônia e Gil. A família se instalou inicialmente em Santos, município onde o pai residia e partia para suas viagens comerciais rumo ao interior. Com o patriarca ainda trabalhando como viajante para casas comerciais de Santos, a família se muda para três municípios do interior: Agudos, Duartina – onde o pai chega a ter um depósito de cereais em sociedade com outro espanhol – e Garça. Para não mais viajar, a família se instala em Bauru na década de 1930, trabalhando na área de hotelaria.

Ao longo de sua pesquisa, Berlini (1999, p. 31) aponta ter realizado 30 entrevistas de membros da colônia espanhola de Bauru entre a primeira e a terceira geração. O objetivo da autora foi captar as histórias de vida de imigrantes espanhóis, mais especificamente dentro da trajetória do grupo até chegar à Bauru, bem como os modos de vida reproduzidos no município. Ao longo do seu texto, Berlini opta por demonstrar trechos pontuais das entrevistas para ilustrar os temas que pretende trabalhar. Destarte, ela não constrói as narrativas de cada família de maneira linear. Para tentar captar as trajetórias de incorporação, colhemos todos os relatos dispersos ao longo de seu texto, buscando construir a linearidade dos percursos das famílias entrevistadas pela autora. Deste modo, conseguimos chegar a 14 trajetórias relativamente coerentes a ponto de revelarem ao menos os modos de incorporação da primeira geração de espanhóis que se fixou em Bauru (Quadro 3).

Quadro 3 (continua) – Modos de incorporação de espanhóis em Bauru

Nome	Ano/Nasc.	Geração	Background da família na Espanha	Aquisição da passagem	Percorso até Bauru	Modo de incorporação
Adélia P.	1910	2ª (nasceu na Argentina)	Patriarca era mestre polidor de metais	Meios próprios	Brasil (Minas Gerais e Bahia), Espanha, Argentina e Brasil (1918)	Predominantemente urbano, após início rural
Antônia A.C.	1923	1ª	Sem informação	Meios próprios	Espanha (Galícia), Brasil (1919), Espanha, Brasil (1924): Santos, Agudos, Duartina, Marília e Bauru.	Urbano (comércio)

Quadro 3 (continua) – Modos de incorporação de espanhóis em Bauru

Nome	Ano/Nasc.	Geração	Background da família na Espanha	Aquisição da passagem	Percurso até Bauru	Modo de incorporação
Isabel G.S.	1922	2 ^a	Sem informação	Meios próprios	Espanha (Granada), Argentina, Espanha e Brasil (evitar convocação militar para o Marrocos)	Rural e urbano (comércio)
João M.	1918	2 ^a	Sem informação	Meios próprios	Grande trânsito entre Espanha, Argentina e Brasil. Após chegar ao Brasil (1915), passam por várias cidades até chegarem em Bauru (1950)	1 ^a geração: rural (donos de sítios) 2 ^a geração: urbana (empregado da Noroeste)
Oswaldo P.	-	2 ^a	Patriarca era tipógrafo	Meios próprios	Espanha, Argentina e Brasil (1919), chegando a Bauru já como proprietário	Rural e urbano (comércio)
Alberto C.	1921	2 ^a	Rural	Subsídio	Através de carta de chamada. vieram por Gibraltar direto para Bauru, na Fazenda Val das Palmas (1912)	Rural
Anastácio O.	1934	2 ^a	Sem informação	Subsídio	Vieram de Toledo direto para Bauru, na Fazenda Val das Palmas (1914)	Rural
Maria L.M.	1911	1 ^a	Patriarca dono de armazém	Subsídio	Por meio de uma carta de chamada de um primo, vieram ao Brasil para fugir da convocação militar para o Marrocos (1920)	Rural

Fonte: elaboração própria a partir de Berlimi (1999)

Quadro 3 (conclusão) – Modos de incorporação de espanhóis em Bauru

Nome	Ano/Nasc.	Geração	Background da família na Espanha	Aquisição da passagem	Percurso até Bauru	Modo de incorporação
Miguel C.	1914	1 ^a	Rural: plantação de beterrabas e azeitonas	Subsídio	Veio em 1927 por meio de <i>ganchos</i> e por saber que um parente morava em S.J. do Rio Preto. Passou por Pederneiras e Agudos até chegar em Bauru	Rural
Rosa M.C.	-	2 ^a	Rural	Subsídio	Chegaram em 1912 direto para Bauru, na Fazenda Val das Palmas	Rural

Fonte: elaboração própria a partir de Berlini (1999)

Das 14 trajetórias acima, nove famílias (64,3%) vieram com as passagens pagas pelo governo cinco delas (35,7%) vieram para o Brasil por meios próprios. Quando analisamos as trajetórias de incorporação da primeira geração, observamos que nove delas (64,3%) são predominantemente rurais⁶⁴, enquanto três (21,4%) transitam entre o rural e o urbano e apenas duas são predominantemente urbanas (14,3%). Entretanto, se fizermos o recorte apenas do grupo que veio por meios próprios, nenhuma das famílias apresentou um modo de incorporação apenas rural, o que demonstra maiores possibilidades de inserção para quem conseguia pagar a passagem. Ainda que a incorporação rural seja praticamente absoluta entre os que vieram através do subsídio, todos eles conseguem adquirir ao menos um sítio em algum momento da trajetória.

Em Bauru, a grande maioria dos espanhóis conseguiu ascender de colonos para pequenos proprietários rurais. Entretanto, existem muitos casos nesse município de mobilidade rural-urbana maior que o comum, o que permitiu a formação de uma pequena classe média urbana: espanhóis aparecem no município na primeira metade do século XX como donos de cinema, açougue, fábrica de refrigerantes, bares, restaurantes, armazéns e fabricantes de calçados (D'ÁVILA, 2004).

É o caso de Antônio Padilha. Nascido na província de Málaga em 1882, Padilha chegou ao Brasil já adulto, em 1906 e foi encaminhado como colono em Porto Ferreira, onde conseguiu

⁶⁴ Chegamos a essa conclusão pelo fato dos entrevistados não mencionarem trabalhos urbanos nos trechos destacados pela autora. Entre as nove, dois entrevistados da 2^a geração relatam trabalhar em empregos urbanos, o que demonstra a possibilidade desse tipo de incorporação para os filhos de espanhóis nascidos em Bauru.

se destacar operando a máquina de beneficiar café. Em 1908, mudou-se para Bauru, trabalhando na fazenda Val das Palmas. Nessa fazenda, começou como colono, passou a administrador, até se tornar arrendatário, quando conseguia vender parte da produção na cidade. Em 1920, tornou-se proprietário de três fazendas. Ainda nessa década, decidiu investir nos meios urbanos, sendo proprietário de um armazém de secos e molhados, a Casa Padilha, além de ter uma destilaria e de uma fábrica de refrigerantes no município. Ainda, foi eleito vereador em 1927. (BERLINI, 1999; SOBREIRA, 1999)

Julião Fernandes de San Román, Pedro Lira, Mecina Bombarom e Eduardo Ruiz tiveram trajetórias parecidas. Todos chegaram na fazenda Val das Palmas na última década do século XIX e ao amalharem um pouco de dinheiro decidiram investir em carreiras na cidade. San Román montou um açougue em 1905, Lira e Bombarom montaram armazéns de secos e molhados, enquanto Eduardo Ruiz comprou lotes e construiu imóveis para viver de renda. (PELEGRINA, 1976; 1986; 1986b)

Por conta do alto número de espanhóis no meio urbano de Bauru, a associação espanhola foi bastante atuante entre esses membros da colônia. O ano de 1910 já apresenta um movimento entre os comerciantes espanhóis do município para a fundação de uma associação. Neste ano, quarenta e dois espanhóis se reúnem no prédio da Sociedade Italiana Dante Alighieri, de Bauru, para a realização das primeiras assembleias. Em outubro de 1915, já com sede própria e com o nome de *Sociedad Unión Hespãola* é fundada oficialmente a associação espanhola de socorros mútuos do município. Sob a presidência de Henrique Soler e os já mencionados Antônio Padilha e Julião Fernandes de San Román na diretoria, o estatuto da *Sociedad* elencava seus cinco pontos principais:

- a) Promover diversões lícitas. Sessões de literatura, artística e cívicas entre os seus associados, que poderão ser espanhóis ou filhos de espanhóis.
- b) O tempo de duração é indeterminado.
- c) A sociedade só poderá ser dissolvida se tiver, pelo menos, cinco sócios.
- d) Em caso de dissolução, os seus bens serão revertidos em benefício da primeira Santa Casa de Misericórdia de Bauru.
- e) Estes estatutos não poderão ser revogados antes de se completarem 30 anos. (*apud* D'ÁVILA, 2004, p. 159)

A maioria dos associados da *Sociedad Unión Hespãola* fazia parte de uma classe média espanhola local, formada, sobretudo, por comerciantes, industriais e, em menor número, agricultores. Henrique Soler era proprietário do cinema e do teatro de Bauru. San Román possuía um açougue. Padilha ainda era administrador da fazenda Val das Palmas nessa época. João Montilha e Simphoriano Cara, ambos tesoureiros da *Sociedad* em 1916, eram proprietários de armazéns de secos e molhados. O filho de João Ponce, vice-presidente no mesmo ano, foi o

fundador da Escola de Belas Artes de Bauru. Os associados Nicanor del Masso e Rudesindo Fernandez eram, respectivamente, comerciante de calçados e industrial no município.

Entretanto, a participação no quadro associativo e aos eventos sociais da *Sociedad Unión Hespañola* não era acessível à maioria dos espanhóis do município. O fato da associação não ter um caráter assistencialista, como uma sociedade de socorros mútuos, mas sim fins recreativos, afastou a parcela menos abastada da comunidade espanhola de Bauru. “A Sociedade Espanhola era uma sociedade fechada, para você ingressar você teria que ser convidado por um outro sócio”, afirma Antônio C.L.P. Alberto C., também afirma que o “pai nunca participou de clube e nem de associação espanhola” no município. Anastácio O., apresenta o mesmo posicionamento, ao dizer que o “pai não participou de nenhum clube, de nada” (*apud* BERLINI, 1999, p. 118-119). Além de serem filhos de espanhóis radicados em Bauru, todas essas pessoas têm em comum o fato de suas famílias apresentarem uma trajetória de incorporação rural, além de ingressarem ao Brasil com as passagens subvencionadas. Além disso, havia a concorrência com outras agremiações da cidade. Adélia P., cuja família teve uma trajetória de mobilidade urbana, afirma que seu pai preferiu ficar sócio do “Clube da Noroeste”, por ser funcionário da empresa.

Os acontecimentos que antecedem o fechamento da *Sociedad Unión Hespañola* de Bauru demonstram que a Guerra Civil Espanhola fragmentou ao menos uma parte da comunidade espanhola do município. Quando eclodiu o conflito, parte dos associados era defensora dos ideais republicanos, parte defendia a tomada de poder por Franco. Gabriel Ruiz Pellegrina, historiador local e filho de espanhóis, aponta que em Bauru “os espanhóis também dividiram-se: uma parte era a favor do Gal. Franco e outra a favor do presidente Azaña”⁶⁵ (*apud* D’ÁVILA, 2004, p. 131. Pellegrina ainda afirma que o presidente da *Sociedad* à época, Geraldo Urtado, era “comunista”, simpatizante de Azaña. Já seu pai, associado, era favorável a tomada de poder por Franco. Outra divisão surgida nesse período foi o fato da parte “franquista” dos associados ser contrária a realização de bailes e festas enquanto a Espanha estava em guerra.

O notório embate entre republicanos e franquistas da *Sociedad Unión Hespañola* colocou a associação no radar das autoridades policiais locais. Tanto que em três de novembro de 1935, o delegado regional de polícia de Bauru solicita o fechamento da *Sociedad*, dois anos antes de Venâncio Ayres, já no Estado Novo, determinar o fechamento de todas as sociedades espanholas de caráter republicano. O despacho expedido pelo delegado e que caça o alvará de

⁶⁵ Manuel Azaña Díaz foi o último presidente da Segunda República Espanhola. Exilou-se para a França em 1939, após a ocupação de Barcelona pelo exército de Franco, e morreu um ano depois.

funcionamento da instituição, cita as ameaças de violência entre seus membros e a ameaça da “política estrangeira” dentro do país:

Funciona nesta cidade, a título precário, com alvará concedido pelo exmo. Sr. Dr. Secretário de Segurança Pública, consoante o artigo 171 do Regulamento Policial, a Sociedade Unión Espanhola. Devido a guerra civil que assola a Espanha, lavra, entre a colônia espanhola local, uma surda divergência, tanto assim que a diretoria da referida sociedade tem pedido garantias à polícia para realizar, em sua sede, festas, eis que há um grande número de espanhóis contrários a estas festas, devido estar a sua pátria banhadas em sangue. Ainda ontem esta Regional se viu obrigada a garantir, com policiais, a ordem; e ao dr. Delegado tem chegado vários outros pedidos. Assim, considerando que os alvarás são dados a título precário para reuniões ordeiras; que aos delegados competem a fiscalização destas sociedades e portanto, ficando a seu critério seu funcionamento em momentos tais, que a ordem pública local está sendo ameaçada por essa sociedade e atravessamos um momento melindroso, em consequência do estado de guerra no Brasil, que o Brasil é neutro na questão interna da nação espanhola e por isso cumpre as autoridades zelar por esta neutralidade, em um caso mínimo como o da Sociedade Unión Hespahola pode acarretar-nos dissabores grandes; que esta Sociedade está degenerando em foco da desordem e degenerou em política estrangeira dentro de nossa Pátria. Resolvo suspender seu funcionamento, e recorro de meu ato ao mesmo sr. Dr. Secretário da Segurança Pública, pedindo-lhe que se digne de cassar o alvará de funcionamento da sociedade Unión Hespahola de Bauru, isso pelos motivos expostos. (*apud* D’ÁVILA, 2004)

Em agosto de 1936, o então presidente da *Sociedad* Geraldo Urtado tenta impetrar um *habeas corpus* para voltar o funcionamento dos bailes da associação. Entretanto, a ala “franquista” da associação envia nota ao jornal local *Correio da Noroeste*, se posicionando de maneira contrária a volta, afirmando que “não escondem o descontentamento que lhes suscitaria o fato de estar a *Sociedade Unión Hespahola* realizando bailes aos sábados, a despeito da onda de sangue que hoje passa pelo território ibérico” (*apud* D’ÁVILA, 2004, p. 160). Assim, é possível que esse posicionamento tenha sido uma forma de enfraquecer a diretoria da associação, ligada aos ideais republicanos espanhóis. Para uma associação que tinha esse tipo de atividade como sua principal razão de existir, o impedimento da realização dessas atividades seria um impacto muito grande. Após o fechamento da *Sociedad*, o prédio da sede foi alugado para o periódico local *Folha do Povo*, com o intuito de pagar os impostos e a manutenção do imóvel.

O município de Bauru apresentou condicionantes de inserção muito interessantes para os espanhóis. Pelo fato de ter se desenvolvido em meados da década de 1910, Bauru acabou sendo um destino bastante atrativo para os imigrantes espanhóis, que chegaram ao estado majoritariamente nessa época. Tanto que o município foi escolhido também por famílias que tinham mais liberdade de trânsito, por terem ingressado ao país com recursos próprios.

Ademais, o município ofereceu já de início duas possibilidades de incorporação aos imigrantes: tanto a rural, com a grande lavoura cafeeira, quanto a urbana, devido aos empregos gerados pelo entroncamento das três ferrovias.

A maioria dos espanhóis que chegou a Bauru começou trabalhando como colonos nas fazendas de café, sobretudo na fazenda Val das Palmas. Assim, a maior parte da primeira geração dos espanhóis incorporou-se ao município adquirindo pequenas propriedades rurais. Mas é importante ressaltar que era muito comum também encontrar trajetórias de incorporação que transitavam entre o rural e o urbano, sobretudo a partir da segunda geração. Com o passar do tempo, boa parte dos espanhóis foi deixando a zona rural com destino aos trabalhos urbanos, atraída principalmente pelos empregos gerados pelas ferrovias. Segundo D'Ávila (2004), esse movimento de mobilidade urbana era considerado pelo grupo um sinal de ascensão social. Já os espanhóis que chegavam a Bauru sem terem que cumprir um tempo como colono tinham mais possibilidades de mobilidade e ocupavam majoritariamente trabalhos urbanos.

Ainda que parte da colônia tenha ascendido socialmente, não notamos a formação de uma elite espanhola no município. O fato de Bauru contar previamente com uma elite local cafeeira já consolidada também ajuda a explicar esse cenário. Assim, a incorporação dos espanhóis no município se deu tanto pelas franjas do sistema rural, como pequenos e médios proprietários rurais, quanto pelo cenário de urbanização, gerado pelo encontro das ferroviárias. Isso permitiu que muitos espanhóis e seus descendentes ajudassem a compor parte das classes médias urbanas do município.

4.5. Olímpia: incorporação predominantemente rural

A colonização da região de Olímpia está relacionada com a prática do apossamento. Em 1857, Antônio Joaquim dos Santos, fazendeiro de Caldas, Minas Gerais, chega a região trazendo sua família e 60 escravos, após ter realizado, anteriormente, uma viagem de reconhecimento do terreno. Tal apossamento foi de uma área de mais de 60 mil alqueires e deu origem a uma grande propriedade denominada Fazenda Olhos D'Água (MARANGONI, 2001, p. 17). Após a confirmação da posse com a expulsão dos nativos, a efetivação da ocupação de tal área se deu através da dispersão realizada por Santos de seus filhos e escravos para abrir várias pequenas fazendas dentro da Fazenda Olhos D'Água (BOECHAT, 2009, p. 36).

Antônio Joaquim dos Santos não guardava um perfil de posseiro humilde. O fato dele possuir e conseguir deslocar 60 escravos de suas terras, no sul de Minas Gerais, para tal empreitada, demonstra sua condição privilegiada. A decadência da mineração em Minas Gerais, somada com a expansão da lavoura cafeeira, que começava a avançar rumo ao oeste paulista,

fez com que Santos passasse a especular a possibilidade de transferir sua fazenda para São Paulo. Após viagens de reconhecimento, o fazendeiro vende suas fazendas em Minas Gerais para ocupar uma vasta área passível de ser explorada, legalizada, valorizada, particionada e, posteriormente, vendida. A partir desse primeiro movimento, a região passa a atrair outros fazendeiros do interior de São Paulo, interessados tanto comprar parcelas da posse da família Santos, quanto em também realizarem novos apossamentos (BOECHAT, 2009).

Ao longo da primeira década do século XX, dois engenheiros estrangeiros passam a ser fundamentais para a legalização dos apossamentos da região, bem como para a criação de um ordenamento político para o que viria a ser a futura Olímpia. O inglês William Leatherbarrow e o escocês Robert John Reid já viviam na região desde 1896, atuando na demarcação de terras na região. Com o tempo, passam a se aproximar da elite local e emprestar seus “saberes técnicos” para realizar divisões entre fazendas e legalização de apossamentos na área, recebendo muitas vezes, como pagamento, parte das terras. Nesse contexto, Reid se aproximará do Promotor de Justiça Dr. Antônio Olímpio Rodrigues Vieira, um dos principais líderes políticos de Barretos. O engenheiro seria, então, em 1897, padrinho de batismo de Maria Olímpia, única filha do Dr. Antônio Olímpio.

Dono de terras na região, Robert Reid buscou convencer os condôminos da fazenda Olhos D’Água das vantagens de se criar um povoado (MARANGONI, 2001). Assim, após a doação de 100 alqueires entre os condôminos para sua fundação, é criado em março de 1903, o povoado de São João Batista dos Olhos D’Água. Em 1906, o povoado é elevado a distrito de Barretos. Reid sugere então renomeá-lo para Vila Olímpia, em homenagem a sua afilhada. O detalhe fundamental é que, nesse momento, Antônio Olímpio era prefeito de Barretos e atua politicamente para a criação do distrito. Em 1917, o então distrito se emancipa de Barretos e é elevado à categoria de município, já sob o nome de Olímpia.

4.5.1. Espanhóis em Olímpia

O contexto de formação de Olímpia já conta com um espanhol proprietário de terras na região. Juan Saborido havia comprado grande quantidade de terrenos das fazendas Coqueiro e Palmeira, pertencentes anteriormente a João Cirino e Laffayette de Almeida, para a cafeicultura. Ainda que não saibamos a origem de Saborido, o espanhol seria responsável pela vinda de vários colonos espanhóis para a região, sobretudo para trabalharem em sua fazenda, chamada de Boa Esperança (BOECHAT, 2009, p. 82).

Em 1920, apenas três anos após a sua criação, Olímpia já era um município bastante populoso do noroeste paulista, com 45.046 habitantes. Os 8.177 estrangeiros residentes no

município representavam 18,1% da população e eram formados, predominantemente, por 3.696 italianos, 2.578 espanhóis e 1.352 portugueses. Em termos percentuais, esses números demonstram que os italianos representam 45% dos estrangeiros do município. Já os espanhóis representam 31,5% dos imigrantes e 5,7% do número total de habitantes.

O censo de 1934 demonstra um pequeno aumento para 48.449 no número de habitantes de Olímpia. Entre 1920 e 1934, há uma considerável queda de 37,8% no número de estrangeiros o que reflete, conseqüentemente, em diminuição do número de espanhóis. O grupo passa de 2.578 para 1.383, o que representa um decréscimo de 46,3% em relação ao censo passado. Os espanhóis agora representam 27,5% dos estrangeiros e 2,8% da população total de Olímpia. Os dados de 1934 também demonstram uma população predominantemente rural: 40.975 (84,5%) moradores habitam áreas rurais de Olímpia, ao passo que apenas 7.463 (15,5%) residem em áreas urbanas. Seguindo esse padrão, os italianos e espanhóis também são majoritariamente rurais, em um percentual um pouco acima dos 80%.

Tabela 30 – Brasileiros e estrangeiros em Olímpia (1934)

Brasileira	Espanhola	Italiana	Portuguesa	Japonesa	Outras	Total (est.)	Não decl.	Total
43.412	1.383	2.187	636	255	565	5.026	11	48.449

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

Tabela 31 – População rural e urbana em Olímpia (1934)

Espanhola		Italiana		Portuguesa		Japonesa		Outras		Total (est)		Brasileira	
Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
1.134	249	1.803	384	428	208	244	11	361	204	3.970	1.056	37.005	6.407

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

O censo de 1940 demonstra um novo pequeno crescimento de 2.231 pessoas no número total de moradores em Olímpia, que passa a contar com 50.680 habitantes. Se analisarmos os três censos, a população varia pouco, permanecendo relativamente estável entre 1920 e 1940. Já os estrangeiros diminuem novamente, em um percentual de 26,3%. Os espanhóis ainda se mantêm como o segundo maior grupo do município, com 859 pessoas, o que representa proporcionalmente 23% entre os estrangeiros e 1,6% da população em geral. Com 569 pessoas, os japoneses aparecem com o terceiro grupo majoritário.

Tabela 32 – Brasileiros e estrangeiros em Olímpia (1940)

Nacionalidade						Totais
Brasileiros natos						46.827
Brasileiros naturalizados	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Sírios	Outros	153
	28	67	27	11	20	
Estrangeiros	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros	3.700
	859	1.486	480	569	306	

Fonte: elaboração própria a partir de Bassanezi e Francisco (2002)

As terras da região de Olímpia foram ocupadas por fazendeiros ao longo da segunda metade do século XIX. A virada do século marca o início da criação do povoado que, anos mais tarde, vai garantir a emancipação política do município. Durante esse processo, a região se torna especialmente atrativa para os imigrantes, tanto aqueles que chegaram primeiro em outras regiões e conseguiram poupar capital para aquisição de terras próprias, quanto os que já chegavam ao estado por meios próprios e já com capital. A presença do espanhol Juan Saborido como um grande proprietário de terras na região ainda na década de 1910 e alta presença de italianos contabilizados em 1920 indicam isso. Ademais, em um levantamento realizado em 1925, que aparece na Revista Agrícola de Olímpia, editada por Gualtiero Mori, os cinco maiores fazendeiros do município eram de origem imigrante. Entre os 32 milhões de pés de café de Olímpia, 1.3 milhão estavam na propriedade do italiano Jeremias Lunardelli. Gabriel Said Aidar, de descendência libanesa, aparece em segundo, com 474.000 cafeeiros. Completam a lista os italianos Henrique Storto, com 470.000 pés, Natal Breda, com 330.000 e Henrique Storto, 320.000 cafeeiros (MORI, 1925; BOECHAT, 2009).

O quadro abaixo (4) foi construído a partir das 31 propriedades rurais catalogadas por Mori no periódico citado⁶⁶. De todas as propriedades levantadas, a maioria delas pertence a proprietários com sobrenome que apontam para uma origem italiana. São dezessete fazendas pertencentes a este grupo, o que em termos percentuais significa 54,8% deles. Os espanhóis, com cinco propriedades, representam 16,1% das propriedades. Ainda temos a Fazenda Monte Líbano, do já mencionado Gabriel Said Aidar. Segundo Cássio Arruda Boechat (2009, p. 127), os principais fazendeiros de Olímpia na década de 1920 não pertenciam ao grupo dos “grandes coronéis do início do século, nem das famílias dos primeiros posseiros da área”. Vale ressaltar

⁶⁶ Há algumas fazendas apenas mencionadas ao longo da Revista, como as de Lunardelli e de Emílio Gottardi. O quadro foi realizado a partir das propriedades que são detalhadamente descritas pelo autor.

que ainda que Jeremias Lunardelli seja natural de Treviso, província italiana da região do Vêneto, sua identidade italiana não é mencionada na homenagem prestada à sua pessoa pela Revista Agrícola de Olímpia. O periódico dedica uma página inteira para homenagear os feitos do fazendeiro, que é sempre referido ao longo da publicação como “coronel Lunardelli”:

A Revista Agrícola do Estado de S. Paulo quer prestar, estampando a sua fotografia nestas páginas, uma sincera homenagem ao grande e inteligente agricultor, sr. Coronel Jeremias Lunardelli – um dos maiores fazendeiros de café do nosso Estado. Lavrador de vistas largas, o nosso homenageado soube, desde que se dedicou a agricultura em Olímpia, impor-se à admiração e gratidão dos habitantes desse município, para cujo progresso ele muito tem contribuído, quer na sua atividade particular, quer como seu administrador. Tendo exercido o cargo de Prefeito Municipal de Olímpia, a cidade guarda de sua administração recordações imorredouras. No entanto, é como agricultor, somente, que devemos apreciar a sua atuação da economia olimpiense. A sua operosidade exclusiva deve ele o grandioso desenvolvimento de todas as suas propriedades agrícolas, a mais velha das quais não excede de 15 anos e está, portanto, na maior força do seu desenvolvimento. Falando das suas propriedades, não podemos deixar em branco uma nota sobre a Fazenda “Cemma”, a mais bela que existe em nosso Estado quanto ao trato do cafeeiro e qualidade do produto. Possui o sr. Cel. Jeremias Lunardelli, em suas fazendas, 4.200.000 pés de café. Podemos, deste modo, considerá-lo senão o primeiro – desde a morte do pranteado coronel Francisco Schmidt, pelo menos um dos primeiros fazendeiros de café de S. Paulo. Quanto a produção, sendo todos os seus cafeeiros novos e no melhor período produtivo, não arriscaríamos nada afirmando que ele tem uma das maiores produções de café. Devido ao muito que ele tem feio por Olímpia, não podíamos deixar de prestar-lhe uma homenagem, que além de muito merecida, representa ao pensamento da população olimpiense⁶⁷. (MORI, 1925, p. 36)

⁶⁷ Jeremias Lunardelli foi o segundo prefeito de Olímpia, exercendo seu mandato de 1920 a 1922. Jeremias é irmão de Ricardo Lunardelli, fazendeiro e político em Catanduva, mencionado quando analisamos esse município. Os irmãos aparecem como sócios na Fazenda Nata, em Olímpia, e em outras propriedades em Catanduva.

Quadro 4 (continua) - Fazendeiros do município de Olímpia em 1925

Nome	Nacionalidade	Nome da propriedade	Tamanho	Cafeeiros
Bernardo Garcia	Espanhola	São Bernardo	45 alqueires	55 mil
Domingos Perez	Espanhola	Olhos d'Água	30 alqueires	22 mil
João Lopes Ocaña e irmãos	Espanhola	Santa Rosa	191 alqueires	232 mil
José Gil	Espanhola	Nova	-	15 mil
Sebastião Sevilhano	Espanhola	Hespanha	30 alqueires	52 mil
Abramo Chiesa	Italiana	Flores	-	-
Agostinho Volpe	Italiana	Passa Tempo	50 alqueires	-
Antônia Cizotto	Italiana	Santa Luzia	69 alqueires	95 mil
Antônia Ferraresi e filhos	Italiana	Santa Maria	32 alqueires	51 mil
Antônio Bonini	Italiana	Fortaleza	34 alqueires	40 mil
Antônio Christofalo	Italiana	Veneza	60 alqueires	52 mil
Arnaldo e Augusto Bulle	Italiana	Boa Esperança	350 alqueires	320 mil
Francisco Cavalcanti	Italiana	Santa Eulália	170 alqueires	92 mil
Gerônimo Scarmelloti	Italiana	Santa Maria	80 alqueires	45 mil
Irmãos Ferraresi	Italiana	Boa Esperança	50 alqueires	56 mil
João D'Giuli	Italiana	Beleza	21 alqueires	30 mil

Quadro 4 (conclusão) - Fazendeiros do município de Olímpia em 1925

Nome	Nacionalidade	Nome da propriedade	Tamanho	Cafeeiros
João e Olívio Masson	Italiana	Boa Esperança	125 alqueires	-
José D'Giuli	Italiana	Palmeira	250 alqueires	15 mil
Luiz, Victalino e Sylvio D'Giuli	Italiana	Palmeira	75 alqueires	60 mil
Natal Breda	Italiana	Boa Vista	205 alqueires	-
Roberto Biagioni	Italiana	Alegre	33 alqueires	-
Sylvio D'Giuli	Italiana	Palmeira	26 alqueires	-
Gabriel Sayd Aidar	Libanesa	Monte Líbano	-	554 mil
Nelson e Laura Tibery	Brasileira	São Domingos	1000 alqueires	40 mil
Jeronymo Damaceno	Brasileira/Portuguesa	Aparecida	216 alqueires	-
José Clemencio da Silva	Brasileira/Portuguesa	Palestina	690 alqueires	32 mil
José Hugo Franco	Brasileira/Portuguesa	Canadá	-	95 mil
José Vicente Siqueira	Brasileira/Portuguesa	Monte Alegre	50 alqueires	95 mil
Lázaro Vaz de Lima	Brasileira/Portuguesa	Santa Maria	-	122 mil
Lazaro Vaz Domingues	Brasileira/Portuguesa	Pontal	222 alqueires	80 mil
Maria Gonçalves de Souza	Brasileira/Portuguesa	Bela Vista	200 alqueires	120 mil

Fonte: elaboração própria a partir de MORI (1925)

O histórico do município de Olímpia apresenta uma formação de fazendas que data de basicamente meio século antes da chegada do maior fluxo da imigração espanhola para o São Paulo. Isso explica, em partes, a predominância de italianos em uma localidade geográfica do interior paulista que costuma apresentar maior incidência de espanhóis e, posteriormente, japoneses. Entretanto, a presença de Juan Saborido entre os fazendeiros pioneiros da região, é um indicativo de que os espanhóis – ainda que em menor número - participaram do processo de formação do complexo cafeeiro em Olímpia. Saborido, um dos primeiros fazendeiros da região, não aparece como proprietário em Olímpia em 1925. Segundo Boechat (2009, p. 120), em 1918, o fazendeiro espanhol vendeu a sua propriedade para os irmãos Bulle. Entretanto, Saborido fica marcado na história da região como responsável por trazer os primeiros colonos espanhóis para a localidade que, posteriormente, vão formando uma rede migratória para Olímpia.

A trajetória da família Rodrigues Blanco no Brasil começa no final do século XIX, quando Eloy Rodrigues Alvar parte de Santa Maria de Atanes, na Galícia, para a Argentina por não ter recebido terras na divisão de bens de seus pais. Paralelamente, seu irmão Aurélio Rodrigues Alvar chega ao Brasil para trabalhar como ferroviário em São Carlos. Neste local, conhece Antônia Del Campo Sanches, espanhola de Jaen, com quem se casa em 1897. Por passar por dificuldades na Argentina, Eloy decide vir ao Brasil ao encontro de seu irmão Aurélio, que vivia em Rio Claro na época. Em seguida, Eloy se instala em Olímpia, onde compra um pedaço de terra e começa a trabalhar como marceneiro para as fazendas de café da região. Já o casal Aurélio e Antônia decide retornar a Espanha após o nascimento do primeiro filho, Damásio Rodrigues del Campo, em 1899.

Aurélio e Antônia conseguiram poupar uma boa quantia conseguida pelo trabalho de Aurélio como ferroviário e de Antônia, que lavava, passava e cozinhava para os funcionários da companhia ferroviária. Ao retornarem para Galícia, abriram uma taverna, que não prosperou. O casal jamais conseguiria retornar ao Brasil, apesar de terem intenção. Já Damásio, o primogênito, serviu ao exército espanhol por dois anos na guerra contra o Marrocos. Ao retornar à Santa Maria de Atanes, Damásio encontrou o lugarejo que vivia com seus pais já bastante empobrecido. Por isso, em 1919, decide ir para Cuba, onde encontra trabalho nas pedreiras. Nesse país, Damásio sofre um acidente devido a uma explosão prematura que ceifou a vida de 18 companheiros de trabalho. Após um mês internado, Damásio retorna a Espanha em 1920 e, cinco anos mais tarde, se casa com Carmen Blanco Pousa. No mesmo ano, o casal tem o primeiro filho, Cesário Rodrigues Blanco. Em 1926, o ciclo iniciado no século anterior de

completa: Eloy, tio de Damásio, irmão de seu pai, proprietário já estabelecido em Olímpia, envia uma carta de chamada convidando o sobrinho e sua família para imigrar ao Brasil.

Em 16 de novembro de 1926, Damásio, Carmem e Cesário – com 11 meses de idade – partem de Galícia para Gibraltar, viagem de trem que dura dois dias. A família precisa ficar hospedada do dia 18 ao dia 26, dia que embarcam no navio que os trará ao Brasil⁶⁸. Após quinze dias de viagem, chegam ao porto de Santos dia 11 de dezembro, partindo para Olímpia na manhã seguinte. Chegando no município, residem por nove meses com Eloy e Damásio passa a trabalhar como marceneiro. Aconselhados pelo tio, em 1927, se instalam no sítio Olhos d'Água para trabalharem como meeiros⁶⁹. Em novembro do mesmo ano, já no sítio, o casal tem seu segundo filho, Eloy. Em 1929, nasce Flores, terceira filha do casal. Nesse ano também vence o contrato da família como meeiros. Como a produção e a venda de café foi afetada pela crise de 1929, o casal decide abandonar o trabalho rural para comprar um terreno na parte urbana de Olímpia, de propriedade do “tio” Eloy. Damásio foi trabalhar de carpinteiro e Carmen cuidou da plantação de frutas e da criação de animais no pequeno sítio que mantinham no fundo casa recém-construída. Segundo Eloy Rodrigues Blanco, segundo filho do casal:

A minha mãe fez de tudo, plantou de tudo quanto é fruta, criava porco, criava galinha, criava mel...Tinha horta, tinha cabrito que dava o leite. A minha mãe era uma senhora muito sábia, apesar de não ter estudo ela tinha um jeito muito bom para levar a vida né? Ela trabalhava... catava café. Levavam caminhão de café e ela catava em casa para ter renda para a casa. Ela era uma lutadora. E meu pai sempre trabalhou de carpinteiro. Saia as vezes e ficava fora. Fazia essas construções nas fazendas por aí... (Entrevista com Eloy Rodrigues Blanco, 23/01/2018, Olímpia/SP)

Em 1934, em sociedade com dois primos, Damásio monta uma fábrica de móveis. Em 1941, vende sua parte na sociedade e compra um armazém em São José do Rio Preto, que não prospera, sendo vendido em 1943. Nesse meio tempo, Damásio e Carmem tiveram mais dois filhos: Sérgio e Marina. Seguindo a profissão do pai, os filhos mais velhos Cesário e Eloy montam uma fábrica de móveis, chamada Móveis Blanco, local onde Damásio trabalhará como

⁶⁸ Ainda que a família tenha vindo para o Brasil com recursos próprios, o caminho até Gibraltar, bem como o tempo que ficaram hospedados esperando o navio, demonstram que a imigração para o Brasil também apresentava um custo interno, para além da passagem. Custo esse que acometia também aqueles que imigravam por meio do subsídio do governo brasileiro.

⁶⁹ Nas palavras de Eloy Rodrigues Blanco, segundo filho de Cesário e Carmen: “Meu pai fez o serviço militar na Espanha. Ele serviu no Marrocos, na guerra do Marrocos. Até ele era chefe de uma peça de artilharia. Depois ele voltou para o lugarejo [em que nasceu], estava ruim e aí ele foi para Cuba. Foi trabalhar nas pedreiras. Em Cuba ele sofreu um acidente. Houve uma explosão prematura e ele deixou a pedreira. Dezoito companheiros dele morreram. Ele foi o único que salvou, pois caiu uma pedra em cima e outra em baixo. Aí ele voltou para a Espanha, casou com a minha mãe, tiveram um filho, que é o Cesário Rodrigues Blanco, depois eles resolveram. Aí tinha meu tio que já morava aqui, Elói Rodrigues, que mandou uma carta de chamada para eles. Ele já veio direto para Olímpia. Pegaram 10 mil pés de cafês aqui perto da cidade para tocar e tinha que ficar dois anos na agricultura”. (Entrevista com Eloy Rodrigues Blanco, 23/01/2018, Olímpia/SP)

gerente. Flores, sua terceira filha, trabalhará como telefonista na Cia Telefônica Brasileira, se aposentando após 30 anos de trabalho. Sérgio foi torneiro mecânico, sendo sócio de uma empresa de retífica no município. Marina, a filha mais nova, se formou em contabilidade, atuando também na companhia telefônica. Damásio foi, ainda, um dos fundadores da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos.

Ao contar a história de sua família, Elzira Calvo Baraldi, filha de espanhóis, diz que seus avós maternos e paternos foram para Argentina em 1908, saídos de uma cidade próxima a Salamanca. Seu avô materno, Gabriel Garcia, era pedreiro na Argentina e decidiu vir tentar a vida como colono em uma fazenda em Colina, perto de Barretos. Já os avós paternos vieram algum tempo depois, também como colonos, para uma fazenda em Monte Azul Paulista. Um tempo depois, a família de Gabriel Garcia muda-se para Monte Azul Paulista. É quando Eugênio Calvo, pai da entrevistada, conhece sua mãe, Almiración Garcia, casando-se logo em seguida. Ambas as famílias conseguiram amearhar um capital a ponto de se tornarem proprietárias. Nas palavras de Elzira, seu avô paterno chegou a região em 1930, quando “comprou uma propriedade em Olímpia. Uma chácara de frutas. E vendia na feira, na cidade. Tinha até moranguinho plantado, muita fruta... mandioca... uns 10 alqueires”. Gabriel e Amália Garcia, seus avós por parte de mãe, compraram uma fazenda de café em Garça, próximo à Marília, propriedade a qual Elzira se lembra com clareza: “Meu avô tinha muita terra lá. Era um sítio de café. Eu fui lá quando tinha 14 anos. Era a coisa mais linda o cafezal”. (Entrevista com Elzira Calvo Baraldi e Luci Calvo, 22/01/2018, Olímpia/SP)

O casal Eugênio e Almiración herdaram, inicialmente, parte do sítio em Olímpia. Em 1956, vendem a terra e compram um armazém de secos e molhados, onde trabalham até a morte do patriarca, em 1968. Tiveram sete filhos: Elzira, Waldemar, Luísa, Conceição, Eugênio, Beatriz e Roberto. Elzira, a mais velha, só estudou até o quarto ano. Waldemar trabalhou com o pai no armazém. Já Conceição se formou professora, Eugênio foi policial militar e Roberto se formou em farmácia. Elzira, nascida em 1929, afirma que nem ela e nem os irmãos tiveram que ajudar os pais na roça, na fazenda, o que demonstra que na década de 1930, a família já estava em boas condições econômicas. Junto com Damásio, Eugênio fundou a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos.

Alexandre Muñoz e Fidela Plaza Martins, avós maternos dos irmãos entrevistados Claudina Gil Rizzatti e de Miguel Gil, chegaram à Olímpia em 1912, através de carta de chamada para trabalhar como colonos na fazenda de um imigrante espanhol, Agapito Cañada, que se estabelecera anteriormente na região. Entretanto, por falta de espaço nesta propriedade, o casal foi trabalhar na fazenda de José Gil, outro imigrante espanhol já estabelecido.

Depois de trabalhar como colono, Alexandre Muñoz decide ir para a cidade para trabalhar de pedreiro. Ainda trabalhando para José Gil, Alexandre constrói as casas de colono e as sedes de suas novas fazendas. Roque Gil, filho de José Gil mais tarde se casaria com Felicidad Muñoz, filha de seu funcionário. Roque e Felicidad são os pais dos entrevistados. Sobre o avô paterno, Claudina diz que provavelmente já veio com certo dinheiro da Espanha, afinal, não demorou para conseguir formar propriedade. Miguel, seu irmão, diz que concorda com essa tese: “a família do meu avô, todos eles tiveram propriedades rurais, um em Catanduva, outro em Colorado, no Paraná. Mas todos muito bem de vida. Então eles vieram já com dinheiro.” (Entrevista com Claudina Gil Riatti e Miguel Gil, 23/01/2018, Olímpia/SP). Sobre a fazenda de José Gil, Claudina diz lembrar que “era bem grande. Ele foi formando, formando, devagarinho... Foi construindo escola, farmácia, máquina de benefício de café. Eles fizeram uma roda, um engenho, fabricavam rapadura, pinga... Eles progrediram na área rural.” (Entrevista com Claudina Gil Risatti e Miguel Gil, 23/01/2018, Olímpia/SP)

Por sua vez, Roque Gil e Felicidad Muñoz Gil foram para a área urbana de Olímpia, onde montaram um armazém:

Eles tinham uma venda, um comércio no começo da cidade. Ele tinha um caminhão que buscava mantimentos para o armazém dele, depois ele montou uma máquina de arroz, que meus irmãos já foram crescendo e foram ajudando, então comercializava arroz, naquela época se colhia muito arroz na região. Então o caminhão saía para comprar [em São José do] Rio Preto afora, para comprar arroz, beneficiava e começava a entregar. (Entrevista com Claudina Gil Risatti e Miguel Gil, 23/01/2018, Olímpia/SP)

Quando José Gil faleceu, a família herdou parte de suas terras. No início, mantiveram o armazém, mesmo com o sítio. Posteriormente, ficaram apenas com o sítio e com uma máquina de beneficiar arroz, com os quais produziam e comercializavam o produto na região, o que permitiu com que a família adquirisse outras propriedades:

Ele foi comprando propriedades. Foi dando certo. E no final já tinha oito sítios. Oito filhos, oito sítios. Aí ele pegou um câncer no esôfago. Ele percebeu que não ia muito longe. Aí começou a fazer as doações: “quero ver meus filhos com suas propriedades”. Foi feito um sorteio de cada propriedade. Os filhos mais velhos tiveram direito de escolher, pois eles ajudaram a construir tudo. Eles também ganharam os implementos todos, ganharam trator, por que eles ajudaram a construir, foram os baluartes disso tudo. (Entrevista com Claudina Gil Risatti e Miguel Gil, 23/01/2018, Olímpia/SP)

Os entrevistados relataram que as propriedades que herdaram lhes garantem boa parte da renda até hoje. Além disso, é possível observar na fala acima outra característica muito comum dos imigrantes no mundo rural do interior de São Paulo: enquanto os filhos mais velhos

trabalham auxiliando nos serviços da fazenda, os mais jovens conseguem migrar para profissões urbanas e até mesmo fazerem curso superior. É o caso da família Gil. Dos oito irmãos, os dois mais velhos – Jesus e Marcelo – continuaram trabalhando nas fazendas dos pais. Claudina, a entrevistada, diz que não estudou pois se casou cedo, apresentando um recorte de gênero sobre a questão do trabalho. Suas irmãs, Ignácia e Maria Aparecida, fizeram magistério, se tornando professoras, carreira também ligada, no imaginário, ao gênero feminino. Miguel, que também participou da entrevista, estudou direito. Alexandre Gil foi funcionário público concursado no Banco do Brasil. Euzébio, o mais jovem, estudou geologia no Rio de Janeiro, seguiu carreira acadêmica e se tornou professor universitário.

A presença de uma forte rede migratória em Olímpia é exemplificada também no caso da vinda de Teodoro Donaire de Bayan. Nascido em 1934, em Castañar de Ibor, na província de Cáceres, veio ao Brasil em 1953, ano que teria de servir o exército espanhol. Com temor de ser enviado para alguma guerra, Teodoro decide vir morar com o tio Estevam Donaire Siviero, irmão de seu pai, que já vivia em Olímpia há mais de 30 anos. Segundo Teodoro, seu tio chegou em Olímpia como colono, adquiriu propriedades rurais e, em 1953, retornou à Espanha a passeio. Foi quando decidiu vir para o Brasil viver com o tio, trabalhando em seu armazém. Teodoro também se casou com uma das filhas de Estevam. (Entrevista com Teodoro Denaire de Bayan, 23/01/2018, Olímpia/SP)

Segundo Boechat (2009, p. 299) as fases da constituição de Olímpia como região do colonato se desenvolveram “conjuntamente com as fases da própria cafeicultura para mostrar como a região cumpria sua função produtora no sistema mundial produtor de mercadorias”. Assim, a inserção dos primeiros espanhóis no município ocorreu de forma a responder tanto as dinâmicas locais quanto as globais (SCHILER *et al*, 2006). O fato de termos encontrado relatos de três espanhóis cafeicultores proprietários rurais já no início do século XX – Juan Saborido, Agapito Cañada e José Gil - demonstra que houve uma primeira leva de imigrantes que conseguiram adquirir terras na região de Olímpia. Por mais que ainda não tenhamos encontrado dados mais concretos sobre a trajetória desses pioneiros, é provável que eles tenham apresentado um percurso parecido com um tipo comum aos espanhóis da região: os imigrantes chegam como colonos em regiões mais a leste ou centrais no interior de São Paulo e, posteriormente, conseguem adquirir terras mais a oeste, pelo fato destas serem mais baratas. Como vimos, esses espanhóis pioneiros foram responsáveis pela vinda de outras famílias para Olímpia através das redes migratórias criadas.

A maior parte dos espanhóis de Olímpia apresentam uma trajetória de incorporação rural para a primeira geração, seja os que chegaram como colonos ou já como proprietários. Por sua

formação baseada no apossamento e na posterior fragmentação dessas terras para venda, o município apresentava maiores oportunidades de ascensão econômica via aquisição de terras. Ainda assim, não era raro ao longo da vida o trânsito da primeira geração para o comércio, através de armazéns. Logo, para a segunda geração a incorporação urbana é a mais comum a incorporação em trabalhos urbanos, sobretudo entre aqueles que prosperaram. Quando a mobilização da identidade étnica espanhola, Olímpia contou com uma associação espanhola bastante ativa no município. Além disso, a Guerra Civil Espanhola e o contexto político local e global também causaram impactos na colônia espanhola de Olímpia, como veremos a seguir.

4.5.2. Ecos da Guerra Civil na colônia espanhola de Olímpia

Segundo os entrevistados, a Guerra Civil Espanhola e o contexto político nacional impactaram a colônia espanhola em Olímpia. Segundo Eloy Rodrigues Blanco, as acirradas discussões respingavam na associação espanhola do município:

Tinha os franquistas. Mas éramos republicanos. A maioria dos espanhóis era republicano. Tinha uma parte que era franquista. Virava debate, bate-boca. Na sociedade tinha muito bate-boca. As eleições eram muito acirradas. (Entrevista com Eloy Rodrigues Blanco, 23/01/2018, Olímpia/SP).

Em *Um imigrante e a revolução*, autobiografia de Eduardo Dias, imigrante espanhol que aportou em Santos em 1926, o autor relata que esteve no município na década de 1930, onde realizou “constantes lutas reivindicatórias [...] junto com desprendidos e bravos companheiros locais” (DIAS, 1983, p. 11). Segundo relato de diversos entrevistados, os espanhóis do município eram politizados. Além disso, havia forte identificação de membros da colônia espanhola de Olímpia com ideologias políticas ligadas à esquerda. Quando questionado sobre a posição da família frente ao histórico conflito na Espanha, Eloy foi direto, aproveitando também para tecer uma forte crítica ao governo de Getúlio Vargas:

Sempre fomos, né [contra o governo de Franco]. Era uma ditadura sanguinária. Esse primo meu foi preso por que dormiu um dia numa casa de um que era revolucionário, deixou um bilhete, pegaram ele e condenou à morte. Ele se safou por que a filha do Franco casou, teve um induto, ele foi agraciado nesse induto. Se não, ele ia morrer. Era duro o regime de Franco. [...] O Franco nessa época quando começou estava em Marrocos, né? Meu pai serviu em Marrocos também. Conheceu o Franco quando ele era ainda coronel. Meu pai também não gostava do Franco. Acho que ele foi pior que Getúlio Vargas. Getúlio Vargas era outro sanguinário também. Republicano era a favor do regime democrático. (Entrevista com Eloy Rodrigues Blanco, 23/01/2018, Olímpia/SP)

Vale ressaltar que Eloy militou pelo Partido Comunista Brasileiro, sendo, inclusive, fichado pelo DEOPS (Figura 42): “Eu fui fichado como comunista. Não sei como não fui preso. Eu pertencia ao partido comunista. Militei, quando era legalizado e quando ficou na ilegalidade, militei muitos anos.” Ao ser questionado por mim se temia pela prisão ou até pela própria vida, ele confirmou que sim. Em seguida, ao ser questionado se militava mesmo assim, ele não titubeia e mesmo sendo brasileiro filho de espanhol, lança mão de sua identidade migrante para explicar a sua coragem ao militar: “Claro! Era espanhol, né?”. (Entrevista com Eloy Rodrigues Blanco, 23/01/2018, Olímpia/SP)

Figura 42 - Ficha de Eloy Rodrigues Blanco no DEOPS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Cutis	Ficha n.º _____ Nome: <u>ELOY RODRIGUES</u>
Cabelos	Data: <u>9"3"48</u> Vulgo: _____
Bigodes	Prontuário Delegacia n.º <u>90.794</u>
Olhos	Prontuário geral n.º _____
Estatura	Atividade <u>COMUNISTA</u>
Marcas <u>= Glorinha =</u>	
Filiação: — Pai: _____ Mãe: _____	
Idade: _____ anos. Nascido em _____ de _____ de 1 _____ Sexo: <u>masculino</u>	
Nacionalidade: _____ Natural de: _____	
Estado civil: _____ Profissão: <u>Carpinteiro</u>	
Ordenado: Cr.\$ _____ Local de trabalho: _____	
Residências: <u>Olimpia, Estado de São Paulo.</u>	
É sindicalizado? _____ Sindicato e locais que costuma frequentar: _____	

T. B. L. - Mod. 67

Fonte: Acervo DEOPS

Outra entrevistada, Elzira Calvo Baraldi, também filha de espanhóis, confirma que o pai, Eugênio Calvo, era muito politizado e chegou até a acobertar fugitivos políticos em sua propriedade. Luci, filha de Elzira e neta de Eugênio, que acompanhava a entrevista, relata que o avô trazia refugiados políticos para a fazenda e a “avó colocava todo mundo dentro do quarto por que ela não gostava. Então a gente acha que ela sabia de alguma coisa. Foi na época da ditadura. Meu avô eu acho que ele sabia. Ele dava cobertura”. (Entrevista com Elzira Calvo Baraldi e Luci Calvo, 22/01/2018, Olímpia/SP). Eugênio Calvo também tinha um prontuário aberto no DEOPS desde 1934, por ser um possível contribuinte do jornal “A Peble”. Em 1937, Eugênio foi preso e fichado como “comunista” (Figuras 43 e 44).

Já a família de Teodoro Donaire de Bayan nutria certa simpatia pelo Franquismo. Segundo o entrevistado, a percepção de seus familiares quando o general entrou no poder era que a Espanha ficou mais segura e tranquila, por isso o apoiavam aqui no país. Teodoro afirma que Franco deu um golpe no governo “comunista” espanhol e, a partir de então:

[...] entrou em rede nacional durante uma semana ou mais explicando tim-tim por tim-tim. Que todo mundo presta atenção para depois ninguém chorar, ninguém reclamar que até agora foi assim, assim, assim. A partir de tal dia vai ser assim, assim, assim, assim e assim. Que ninguém se queixe, que ninguém reclame porque já está sabendo. Ele entrou o cara aprontava qualquer coisa, morte ou briga ou roubo, enfim, qualquer coisa que tivesse, eles catavam, botavam num avião e jogavam em alto mar, não tinha advogado, não tinha juiz, não tinha cadeia, não tinha nada. O pessoal, no começo ficou meio apavorado, porque conforme a cidade, em cada cidade tinha uma meia dúzia assim, né? Porque aprontavam de um jeito ou de outro, eles catavam, você está sabendo, não está? Por que que você aprontou? Então acabou, não vai aprontar mais. Mas isso eu vou explicar. O Franco entrou desse jeito que falei aí, sabe? E quando começou a acontecer isso, aí o cara aprontava qualquer coisa assim, ele catava e sumia do mapa. Ficaram meio apavorado, o povo começou a ficar meio apavorado. Mas depois que passou alguns anos, todo mundo. Porque lá antes, não digo que fosse como aqui, mas era sabe, uma situação meio assim, e aí depois disso daí, se podia sair aonde você quisesse, largar a porta aberta, ninguém se atrevia a mexer uma palha, nem entrar, nem nada. Você podia deixar o carro na rua com a chave no contato, deixar o carro aberto, ninguém botava a mão. O povo no começo ficou bem apavorado, mas ele explicou bem explicado. O que podia fazer e o que não podia fazer. Com gente, que nós tínhamos propriedade ele nunca mexeu em nada, nunca. Também nunca mexeu com ninguém, nem nada. (Entrevista com Teodoro Donaire de Bayan, 23/01/2016, Olímpia-SP)

Ainda que os simpatizantes pelo lado republicano fossem a maioria, Eloy afirma que havia inúmeras discussões sobre a política entre os espanhóis em Olímpia. Segundo o entrevistado, havia uma rádio na Espanha que transmitia notícias pelo lado dos republicanos. Essa rádio era muito ouvida pelos espanhóis mais politizados de Olímpia:

A maioria falava em espanhol, discutia em espanhol, né? Bate boca, dizer que era bom, que era ruim [...] então tinha o rádio, aquele rádio grande, ficavam de madrugada. Porque tinha uma rádio lá dos republicanos que eles mudavam de lugar todo dia a rádio, para ficar, para a polícia não pegar, então ficava na Espanha inteira eles ficavam vendo notícia, né? Então lá eles tinham o slogan republicano, “no pasarán!”, não entrariam na Espanha, mas acabaram entrando e tomaram conta da Espanha, né?

Eloy comenta que certa vez, quando ainda era criança, presenciou uma invasão de vinte policiais do DEOPS na casa de seu tio. Ainda que não encontrassem nada de comprometedor, a violência e a truculência dos policiais o assustaram. Seu tio, o já mencionado Eloy Rodrigues Alvar, já era um proprietário estabelecido e bastante conhecido na cidade à época. Por morar no centro da cidade, a busca dos policiais gerou muita curiosidade e apreensão dos vizinhos.

Eloy Rodrigues Blanco comenta que durante a Guerra Civil Espanhola deixou de frequentar a Igreja Católica por conta do posicionamento do pároco de Olímpia à época frente ao conflito. Eloy explica que o “padre Alfredo era um padre mais mau, viu? Que ele achava que todo republicano tinha que ser enforcado. Ele falava isso na missa. Ele era franquista, eu fui achando aquilo lá meio esquisito, um padre tomar esse partido assim, desejar a morte de outros *hermanos*, aí eu me afastei”.

Segundo Rodrigo Pato Sá Motta (2002, p. 18), a “Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal [...] mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX”. Assim, o “comunismo ateu” seria o mais novo desafio a ser superado pela Igreja, que, na visão de seus intelectuais da época, “graças à providência divina”, já havia se livrado no passado do judaísmo, do império romano, dos bárbaros, da Renascença, da Reforma Protestante e da Revolução Francesa. Esse novo embate seria acentuado após a Revolução Russa de 1917, quando o comunismo finalmente ganhava uma dimensão prática e, na interpretação católica, materializava a eterna luta entre o bem, representado pelos cristãos, e o mal, encarnado nos bolcheviques.

Entretanto, Motta (2002) aponta que o anticomunismo católico chegava a seu ápice no contexto da Guerra Civil Espanhola, pois a Igreja sentiu-se verdadeiramente ameaçada, afinal, a Espanha era uma nação católica, enquanto a Rússia, ortodoxa. Somou-se a isso as perseguições anticlericais, assassinato de padres, freiras e invasão a igrejas, realizadas durante a luta entre republicanos e franquistas. Ainda que a maior parte desses levantes tenham ocorrido por rompantes populares sem exatamente uma ordenação sistemática de uma organização política, a reação católica internacional contra o comunismo foi imediata. Segundo Motta (2002, p. 21):

Os líderes católicos, contudo, não estavam preocupados com estas nuances e responsabilizaram inteiramente os comunistas. Contribuíram dessa forma para a divulgação de uma imagem deturpada dos republicanos – uma frente reunindo socialistas, democratas e comunistas, contando com apoio instável dos anarquistas – apresentados simplisticamente como “comunistas”. A partir do início da guerra, em meados de 1936, as instituições católicas se empenharam numa campanha mundial de denúncia das “atrocidades comunistas”.

Em sua pesquisa, Motta (2002, p. 24) encontrou sete cartas pastorais em que bispos de diferentes localidades escrevem exclusivamente sobre a preocupação com o avanço do comunismo. Entre elas estão a *Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu*, redigido pelo episcopado brasileiro e *Sobre o Comunismo*, do Bispo de São

Carlos, interior de São Paulo, Dom Gastão Liberal Pinto com o tema⁷⁰. Ambas foram publicadas em 1937, período em que começa a se intensificar a cruzada católica anticomunista ao Brasil, devido a Guerra Civil Espanhola, ao crescimento do Partido Comunista Brasileiro e o início do Estado Novo.

O fato do advento do Estado Novo coincidir com a Guerra Civil Espanhola foi muito bem utilizado politicamente por Getúlio Vargas, à medida que o anticomunismo também era um dos elementos presentes na sustentação do autoritarismo varguista. Vargas usou muitos elementos da figura de Franco para compor a sua imagem de “salvador” do país. A imprensa da época também contribuiu muito para esse movimento. João Henrique Botteri Negrão (2005) relata que de quase 2 mil notícias veiculadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* durante o conflito espanhol, a maioria absoluta retrata os feitos franquistas como altamente positivos. Segundo Carneiro:

A imprensa diária divulgou durante todo o período em que se desenvolveu a Guerra Civil Espanhola, fotografias de crianças refugiadas, casas e igrejas destruídas por bombardeios. Enquanto os homens do exército republicano eram comparados a um bando de mercenários desorganizados e violentos, os soldados do exército nacionalista eram apresentados como salvadores aclamados pelo povo. Da mesma forma, Franco emergia como o modelo de homem ideal e sobre o qual recaíam as esperanças dos espanhóis. Se, de um lado, o fotojornalismo reafirmava a imagem de um mundo em perigo marcado pelo desespero, por outro o perfil do general Franco era idealizado como grande libertador. (*apud* NEGRÃO, 2005, p. 59)

Negrão aponta que a construção da imagem de Franco como “salvador do povo e dos valores da nação espanhola”, apresentada pela imprensa nacional, é amplamente utilizada por Vargas, que desde 1930 foi “construindo lenta, mas sistematicamente o seu autorretrato de ‘homem providencial’ e ‘salvador da nação’” (NEGRÃO, 2005, p. 64). Ainda que *O Estado de São Paulo* não tivesse uma orientação política propriamente varguista, pois enxergava doses de autoritarismo na figura do presidente, o posicionamento do jornal anterior ao controle da mídia imposto pelo Estado Novo era claramente favorável ao movimento Franquista. Em 24 de junho de 1936, ainda nos primeiros movimentos do conflito, o jornal divulga a manchete: “Prossegue com a mesma intensidade demonstrada desde o início a reação anticomunista que irrompeu em toda Europa” (*apud* NEGRÃO, 2005, p. 84). A partir de 1937, com a ingerência do governo

⁷⁰ As outras cartas são *O Comunismo Russo e a Civilização Cristã*, escrita por Dom João Becker, bispo de Porto Alegre, em 1930; uma Carta Pastoral contra o comunismo escrita pelo episcopado da Bahia, em 1937; *O Comunismo e o Momento Nacional*, escrita pelos bispos gaúchos em 1945; *Carta Pastoral Prevenindo os Diocesanos contra os Ardis da Seita Comunista*, de autoria do Dom Antônio de Castro Mayer, bispo de Campos-RJ, em 1961; e a *Carta Pastoral sobre a Seita Comunista, seus Erros, sua Ação Revolucionária e os Deveres dos Católicos na Hora Presente*, escrita em 1962 por Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Diamantina. (MOTTA, 2002, p. 24-25)

brasileiro nos meios de comunicação, acentuou-se ainda mais a repercussão do conflito espanhol, sempre buscando construir uma imagem positiva do exército nacionalista.

Ainda em 1937, o jornal brasileiro veiculou uma série de notícias que buscavam manipular o imaginário da população local acerca dos inimigos de Franco: “Os horrores que os comunistas cometeram em Baeta, onde a população foi atacada por autos blindados”; “Dezenas de pessoas foram executadas pelos comunistas de São Sebastião”; “Diante dos crimes selvagens e repugnantes que são praticados todos os dias, todos se convencem de que o comunismo é incompatível com a civilização; “O procedimento desumano dos comunistas de Funterábias” (*apud* NEGRÃO, 2005, p. 86). Até mesmo o bombardeio da cidade de Guernica pelas tropas de Franco, imortalizado pelo quadro do pintor Pablo Picasso que leva o nome da cidade, não passou incólume à distorção anticomunista praticada pelo *Estado de São Paulo*, que anunciou em sua edição de 12 de maio de 1937, que “foi sem um tiro sequer que Guernica rendeu-se e que os vermelhos, antes de retirarem-se incendiaram a santa cidade” (*apud* NEGRÃO, 2005, p. 25).

A efusão diária de notícias como essas certamente impactou diretamente na colônia espanhola que vivia no Brasil. Os espanhóis simpatizantes à causa republicana que aqui residiam recebiam toda a sorte de estigmas construídos, entre outras coisas, por manchetes como essas. Segundo a visão predominante no período, os republicanos eram frequentemente associados ao caos, à desordem, a assassinatos, à violência e uma série de outros vícios negativos atribuídos aos comunistas. Essa associação sugeriria para a sociedade a exclusão dessas ameaças, seja no universo simbólico ou real, sob a forma de prisão, agressões físicas ou, no caso dos estrangeiros, a deportação (NEGRÃO, 2005, p. 94).

Nesse cenário, se materializava uma tensão em boa parte da comunidade espanhola no interior de São Paulo. Em Olímpia não foi diferente. O acompanhamento das notícias da Guerra Civil pelas rádios republicanas em contraste com a veiculação do conflito pela mídia nacional, a divisão da comunidade entre republicanos e franquistas, as cenas de invasão da polícia política na casa um conhecido membro da colônia e o discurso oficial da Igreja Católica, na figura do Padre Alfredo, seguramente produziram fraturas entre a colônia.

Ainda que escape um pouco de nossa delimitação temporal, em 1962, há um acontecimento em Olímpia que precisa ser mencionado. O bispo Dom José Varani, da cúria diocesana de Jabcotical, a qual Olímpia é subordinada, encaminhou para o município o padre espanhol Antônio Sant’Climentis Torras. Nascido em Barcelona, em 1929, Torras chegou ao Brasil em 1958, a pedido do próprio Dom José Varani, para ser padre em na região. Torras

iniciou seus trabalhos em Colina, onde ficou por quatro anos, até ser transferido pelo bispo para Olímpia, cidade que passava por “muitos problemas”. No relato do padre Antônio Torras:

No dia 6 de dezembro de 62 [...] Dom José Varane, de Jaboticabal pediu se eu... Aliás, nem chegou a pedir! Ele começou a falar - e eu acho que ficou até com medo - porque naquela época Olímpia tinha muitos problemas. Ele sabia que eu conhecia os problemas de Olímpia e por isso tinha medo de que eu não aceitasse. Mas como eu conhecia, ele falou: “você esteve em Olímpia, você conhece lá, o povo gostou de você”. Eu falei: “pode parar! Você quer que eu vá para Olímpia?”. “Eu gostaria”. Então eu falei: “eu vou, vou tranquilo, vou feliz. Estou muito bem em Colina, o pessoal gosta de mim e eu gosto de Colina também, mas se o senhor quer que eu vá para Olímpia, eu vou e vou alegre, vou feliz. E até eu conheço o outro colega de lá, sei que trabalharemos juntos, então eu te prometo fazer tudo para solucionar os problemas que o preocupam. Eu garanto que solucionaremos. Vamos fazer de tudo...”. Então apenas falei para ele: “eu quero saber só uma coisa, quando quer que eu vá para Olímpia?”. E ele falou: “quando você quiser [...] quanto antes puder ir, melhor...”. Eu falei para ele: “então vou amanhã mesmo”. Eu tinha a mala lá e aí coloquei as coisas minhas dentro da mala e peguei a jardineira e vim para cá. (Entrevista com Monsenhor Antônio Sant’Climentis Torras, 22/01/2018, Olímpia/SP)

Quando questionado sobre quais problemas graves haviam em Olímpia, o Monsenhor Antônio – como é conhecido na cidade – foi lacônico ao responder que o município era muito grande e as pessoas estavam se afastando da Igreja por “falta de confiança no padre”. Confiança essa que ele afirma só ter conquistado quando conseguiu concretizar a reforma da Catedral central do município. Perguntado sobre a presença espanhola em Olímpia, não se furtou em dizer que “naquela época, tinha mais do que hoje [...]. A colônia espanhola naquela época era muito grande...”. Sobre a sua vinda ao Brasil, - disse que fazia parte de um dos objetivos momentâneos do papado de Pio XII: “Eu vim para cá porque eu fui ordenado na época do Papa Pio XII, e ele através de um decreto especial, ordenou aos bispos da Europa que mandassem padres para a América [...]” (Entrevista com Monsenhor Antônio Sant’Climentis Torras, 22/01/2018, Olímpia/SP).

Como visto, o contexto prévio da Igreja Católica era de combate ao comunismo. O Papa Pio XI, em março de 1937, através da encíclica papal *Divinis Redemptoris*, realizou o mais forte pronunciamento anticomunista da história do papado:

Velai, veneráveis irmãos, para que se não deixem iludir os fiéis. Intrinsecamente mau é o comunismo e não se pode admitir, em campo algum, a colaboração recíproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã. E se alguém, induzido em erro, cooperasse para a vitória do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vítima do próprio erro. (*apud* MOTTA, 2002, p. 22)

O interior de São Paulo não ficaria de fora do radar anticomunista da instituição. Ainda em 1937, o bispo de São Carlos, Dom Gastão Liberal Pinto divulga uma carta pastoral totalmente alinhada ao pensamento central da Igreja:

É um dos momentos mais terríveis que atravessa a história dos povos civilizados. A humanidade está diante de uma encruzilhada decisiva. Ou resistir galhardamente diante da investida do comunismo, ou perecer sob o guante férreo do regime terrorístico russo. Ou prestar ouvidos a voz que vem de Roma, centro da civilização, ou submeter-se vergonhosamente as barbarias jamais vistas em todos os tempos. Não é possível uma atitude intermediária. Em hipótese alguma pactuar com Moscou, mas resolutamente tomar a estrada que leva a Roma onde habita a verdade. (*apud* MOTTA, 2002, p. 21-22)

Ainda que o padre Antônio Torras tenha vindo para o Brasil em um contexto bem posterior ao fim Guerra Civil Espanhola, a Igreja Católica ainda se encontrava em plena batalha contra o comunismo. O papa Pio XII, responsável indireto pela vinda do padre ao Brasil, publicou um decreto em 1949 indicando a excomunhão direta dos católicos que aderirem ao comunismo. No Brasil, nas eleições de 1958, por exemplo, a Igreja Católica investiu fortemente na disputa eleitoral, chegando a lançar o padre Benedito Mário Calazans a disputa pelo senado em São Paulo. Com forte discurso anticomunista, Calazans foi eleito com 982.536 mil votos, de um total de 2.7 milhões de votos. Sua eleição teve como cabo eleitoral oficial o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, que anos mais tarde, apoiaria o golpe militar de 1964, chegando até mesmo a organizar uma peregrinação ao santuário religioso de Aparecida-SP, para agradecer o fato do Brasil ter se livrado das garras do perigo vermelho (GASPARI, 2014).

Questionado sobre a Guerra Civil Espanhola, Antônio adotou um discurso mais conciliador. Ainda que tenha admitido apreço ao franquismo por livrar a Espanha da “bagunça”, aponta em seu discurso que nem os comunistas eram o “diabo” e nem Franco o “salvador”. Ainda, reforça que as consequências do franquismo foram muito ruins, sobretudo para a região da Catalunha, onde o padre nasceu:

Plantaram simplesmente o comunista como o diabo e o Franco como “salvador da pátria”. Eu até tenho uma posição um pouquinho diferente. Eu acho que o Franco foi muito bom durante o tempo de idos da guerra. Afinal das contas, os comunistas tinham tomado conta da Espanha inteirinha. E lá eu tinha assistido da sacada da minha casa. fui criado na fazenda, eu via a igreja da minha cidade queimando durante três dias seguidos. Era um antigo mosteiro beneditino onde os freis estiveram mais de 1000 anos lá, até 1835, quando a revolução francesa tirou as propriedades dos religiosos. Então aquela aldeia onde eu morava, os freis, o superior era filho do conde daquela região. [...] A igreja onde eu fui batizado era um convento e tinha uma cela que era conhecida quando eu era criança como a cadeia. Realmente os freis tinham uma espécie de cadeia para se tinha alguém que quisesse fazer desordem. Não era uma cadeia de maltratar, mas simplesmente de corrigir. E então quando chegaram os comunistas no ano [19]36, quando começou a Guerra Civil

Espanhola, chegaram lá para libertar os presos da cadeia e botaram fogo na igreja. A igreja não aconteceu nada, a biblioteca era muito rica. Tinha manuscritos e tudo isso, porque no século V os beneditinos estavam lá, então tudo foi queimado. Por 5 dias e 5 noites, da sacada da minha casa eu via. Sobretudo à noite o fogo lá. Ou seja, o que gerou um impacto muito forte e queimaram uma parte das igrejas. A igreja da minha aldeia, essa igreja não aconteceu nada, está até hoje completinha, porque era muito bem construída, a data da fundação é de 972, tem mais de mil anos. Então o Franco veio a tirar esta bagunça. Até que foi bom, mas depois como acontece com todos os ditadores teve os filhotes. Teve os filhotes que estragam tudo. Então o pior foi depois. Por isso hoje ainda a Espanha, tem esse problema hoje ainda por causa das consequências dos franquistas. Simplesmente que aprenderam a oprimir Catalunha. (Entrevista com Monsenhor Antônio Sant’Climentis Torras, 22/01/2018, Olímpia/SP)

A vinda do padre Antônio Torras para o Brasil está intimamente ligada ao contexto da disputa ideológica travada pelo catolicismo contra o comunismo. O projeto de Pio XII que visava enviar padres à América objetivava principalmente frear um possível crescimento de ideologias de esquerda no continente. Em nossa interpretação, a transferência do referido padre à Olímpia guarda certa relação com os fatos ocorridos entre a comunidade espanhola do município. O posicionamento da Igreja local através na época do conflito interno espanhol certamente gerou controvérsia entre os espanhóis. Além disso, as diversas fontes indicam que parte da comunidade espanhola da cidade estava politicamente inclinada à esquerda, o que também significava um problema para a Igreja. Quando questionado sobre a presença da colônia espanhola de Olímpia na igreja local, o padre disse que “no início, nem todos” iam à missa, mas seu trabalho aproximou a comunidade, já que, em suas palavras “o pessoal [se referindo aos espanhóis] me acolheu”.

Esse exemplo aponta a conexão existente entre “os fenômenos micros/locais e os processos macro/suprarregionais” (WEBER; GOODMAN, 2018, p. 21). Segundo o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam (1997), as narrativas locais devem ser estudadas visando sempre ligá-las a processos mais globais, caso contrário, corre-se o risco de cair em abordagens fragmentárias. Sob a ótica da análise transnacional, a imigração deve ser compreendida através de um circuito que estabelece redes de contato, compromisso, intercâmbio e várias formas de movimento e identidade (WEINSTEIN, 2015). Desta maneira, não há uma total desconexão do imigrante com sua terra natal durante seu processo de incorporação. Entre as décadas de 1930 e 1960, é notável a conexão entre imigrantes espanhóis de primeira e segunda geração vivendo em um município recém-formado do extremo noroeste do interior paulista com o conflito em sua terra natal e seus desdobramentos político-ideológicos. Seja pelo rádio, por jornais étnicos e/ou locais, ou por cartas trocadas com parentes, os imigrantes mantinham contato com sua

terra natal, se preocupando com os desdobramentos dos acontecimentos na Espanha, bem como com a vida de seus conterrâneos que lá viviam.

4.5.3. Sociedad Española de Socorros Mutuos y Recreativa de Olímpia

Entre todos os municípios pesquisados *in loco*, Olímpia foi o único que apresentou fontes primárias significativas sobre a associação espanhola do município. O estatuto original, o livro ata das reuniões e uma parte das fichas de cadastro de sócios estavam preservados e foram gentilmente disponibilizados por Miguel Gil para a pesquisa.

Fundada em janeiro de 1919, a *Sociedad Española de Socorros Mutuos y Recreativa de Olímpia*, a associação tinha como principal objetivo, expresso em seu primeiro artigo, “desenvolver a união da colônia e defender os interesses da mesma, tendo a Diretoria a obrigação de fazer observar os bons costumes e seguir os pareceres das autoridades constituídas, bem como as leis desse país”. O segundo artigo do estatuto aponta que podem fazer parte da *Sociedad* todos os brasileiros e estrangeiros residentes em Olímpia, excetuando “os de cor”. Somente em agosto 1941, já sob a presidência de Eloy Rodriguez Alvar, é proposto por este a reforma deste artigo do estatuto, retirando a proibição de negros na associação. O estatuto prevê, ainda, a construção da sede social em terreno já adquirido pela comunidade e prevê que nela funcione um hospital de socorros mútuos, com médico e farmácia. Além disso, o documento prevê o funcionamento de um cinema e um teatro dentro do prédio, bem como empréstimos a juros baixos e auxílio jurídico aos associados.

O Artigo 14 aponta que não será permitido de forma alguma discussão sobre assuntos políticos e religiosos nas reuniões da associação. Para um associado ser expulso, o problema precisa ser exposto por qualquer sócio em assembleia. Segundo o documento, seria passível de expulsão o sócio que provoque discórdias, que seja condenado por crimes infames e/ou que se “entreguem a uma vida depravada e indecorosa”. Detalhe interessante: o estatuto demarca limitações no auxílio para sócios que contraírem “doenças venéreas ou sífilíticas”.

Segundo Alejandro Fernández (1992), os espanhóis têm um histórico prévio de constituírem associações de auxílio mútuo desde meados do século XIX, sobretudo em regiões de industrialização. Essas associações tinham como objetivo diminuir a miséria e o isolamento urbano aos trabalhadores rurais que chegavam às cidades em busca de trabalho nas fábricas. Entretanto, o autor cita que essa era uma prática menor na Espanha, se comparado a países mais industrializados à época, como Inglaterra e França. Assim, devido ao fato da maioria dos imigrantes que chegaram ao Brasil terem vindo de regiões agrícolas na Espanha, somente uma minoria do grupo já havia participado previamente dessas experiências associativas. Fernández

aponta que, para a maioria deles, o surgimento desse sentimento associativo se deu durante o processo de instalação na sociedade receptora, sobretudo a partir do intercâmbio cultural com outras coletividades imigrantes.

No caso da *Sociedad* de Olímpia, seus principais membros fundadores não vieram da região da Andaluzia. Damásio Rodrigues de Campo veio da Galícia, enquanto Eugênio Calvo e a família Gil vieram de Salamanca. Ainda que não sejam regiões propriamente industrializadas à época, ambas as províncias são mais desenvolvidas que Andaluzia. Ademais, tanto Damásio quanto Eugênio vieram ao Brasil por meios próprios, o que demonstra certa condição econômica prévia mais privilegiada frente a maioria dos imigrantes.

O livro ata ainda preservado da *Sociedad Española* abarca as assembleias ordinárias e extraordinárias do período entre 1928 a 1942. Entretanto, o período entre março de 1938 e agosto de 1941, as páginas do livro encontram-se borradas, de forma a ser totalmente ilegível. A justificativa presente na primeira página do livro ata – escrita posteriormente – e também confirmada pelos entrevistados é uma enchente ocorrida na cidade que inundou o local onde estava acondicionado o livro.

No período mencionado, foram realizadas 38 reuniões, sendo 28 elas ordinárias e 10 extraordinárias. Boa parte delas faz referência a eleições e, posteriormente, a posses das novas diretorias. As poucas atas existentes até meados de 1931, além das referidas eleições e posses, são marcadas pelas questões técnicas sobre a construção da sede da associação. Após essa data, os temas apresentam um pouco mais de variedade.

Fernández (1992) aponta que uma outra função primordial dessas entidades associativas era de criar uma consciência de pertencimento a uma sociedade nacional prévia. Para tal construção de etnicidade, as associações usavam parte significativa do tempo e recursos para atividades culturais como celebração de festividades relacionadas a Espanha. É o caso de algumas celebrações feitas pela *Sociedad* e registradas no documento. No dia 12 de outubro de 1931, além da comemoração do “Dia da Hispanidade”, em referência à chegada de Cristovam Colombo à América, a *Sociedad* de Olímpia realiza uma cerimônia de inauguração da nova bandeira da Espanha, estandarte da Segunda República Espanhola, proclamada em abril do mesmo ano. Em seu discurso, José Gil, então presidente da *Sociedad*, menciona a inauguração do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, que está ocorrendo no mesmo dia, dizendo que é uma honra inaugurar a bandeira da “nova Espanha” concomitantemente ao monumento brasileiro. No decorrer do discurso, Gil menciona a saudade da pátria natal e demonstra certo entusiasmo com o “novo período” o qual está entrando a Espanha:

Hoje não quero discorrer sobre a descoberta da América. Hoje, para os espanhóis de Olímpia, é um dia de tristeza e nostalgia, que seus pensamentos são pelo continente antigo. Lembram-se de seus campos cobertos de neve, flores e tudo o que é belo na Espanha. Lembra de seus pais idosos, parentes e amigos que deixaram para trás para conseguir a vida nesta imensidão. Fiquem satisfeitos com aqueles que se dedicaram ao país para que a Espanha, sob o novo período, se abrisse para o mundo em uma celebração eficiente. A bandeira é o símbolo da pátria e, para encerrar esse ato, gostaria de pedir um gesto de irmandade hispano-brasileira, que consiste em um menino representando o Brasil e uma filha de espanhóis representando a Espanha, que ambos erguessem a bandeira e, posteriormente, se dessem um abraço.

Em 1933, a ata ordinária de 12 de outubro também faz referência a comemoração “da fiesta de la raza”. O presidente daquela época era José Lopes Ferraz e abre a reunião se desculpando pelas comemorações deste ano serem mais comedidas, pelo fato da associação estar em processo de recuperação de suas finanças. Eloy Rodriguez Alvar e Eugênio Calvo também faziam parte da diretoria. Segundo a ata, Ferraz faz um discurso de exaltação aos antigos reis espanhóis, destacando a importância destes no “heroico processo de conquista da América”. Pedindo a palavra, Eugênio Calvo também exalta o patriotismo espanhol e diz que a *Sociedad* fará uma comemoração maior no próximo ano. Então, o presidente finaliza seu discurso e a reunião pedindo para que os membros “propaguem o *espanholismo* entre os conhecidos para que a *Sociedad Española de Olímpia* se coloque em lugar permanente que tem direito”.

Em 11 de dezembro de 1931, na reunião para eleger a diretoria do próximo ano, há a primeira menção das dificuldades financeiras passadas pela *Sociedad*. O presidente, José Gil, diz lamentar o colapso financeiro sofrido pela associação nos últimos anos. Eloy Rodrigues Alvar, então, solicita ao conselho administrativo que faça o balanço da dívida e que marque uma reunião extraordinária para discutir o caso. Essa reunião é realizada dia 20 de dezembro do mesmo ano. O presidente abre a discussão dizendo que o principal ponto que gerou os problemas financeiros da *Sociedad* foi a inadimplência de vários sócios, que chegam a estar com “três a quatro anos de mensalidades atrasadas”. José Gil aponta que a dívida da sociedade é de 40 contos de réis e propõe, como alternativa, comprar um dos prédios da *Sociedad*. Eloy Rodrigues Alvar pediu a palavra e propôs que José Gil se responsabilizasse por todas as dívidas da associação em troca do prédio onde funciona a *Sociedad*. Em troca, a associação pagaria um aluguel para Gil, sendo uma maneira de parcelar os pesados débitos da *Sociedad*. Essa proposta foi submetida a votação e foi aprovada por unanimidade, além de ser aceita por José Gil.

Dois anos mais tarde, em abril de 1934, o então presidente José Lopes Ferraz anuncia, após rememorar a história, que a situação financeira da associação melhorou

consideravelmente. Assim, eles desejam comprar novamente o prédio de José Gil, que aceita a proposta de 25 contos de réis – 20 à vista e 5 parcelados em um ano sem juros. Entretanto, o presidente afirma que a *Sociedad* tem apenas 10 contos de réis em caixa e precisa do auxílio dos membros que possam dispor de alguma quantia para completar o valor. A família Lopez Ocaña contribui com 4 contos de réis. José Gabriel fornece 2 contos de réis. Eloy Rodriguez Alvar, Genaro Montes, Pablo Martinez Forres e o presidente José Lopes Ferraz contribuem com 1 conto cada, totalizando o total da entrada a ser paga a José Gil. Esses valores seriam emprestados à *Sociedad* sem juros e sem tempo de devolução, o que demonstra que esses membros tinham uma condição econômica estável o suficiente para dispor dessas quantias. Além do próprio José Gil, que aceitou comprar o imóvel por 40 contos de réis – valor da dívida da associação - para posteriormente revendê-lo para a associação por 15 contos de réis a menos do que havia pago. Por isso, José Gil ganha o título de sócio benemérito da *Sociedad*, ficando assim isento de qualquer contribuição financeira e podendo usufruir gratuitamente de todos os benefícios médicos e recreativos oferecidos pela associação.

Na reunião ordinária de julho de 1935, José Lopes Ferraz afirma que encerrará seu mandato ao final do ano entregando a *Sociedad* livre de todas as duas dívidas. “Então, a *Sociedad* poderia inaugurar uma nova era de realizações em favor de seus associados, podendo aumentar gradativamente o auxílio e preparar uma sede social digna para que todos tenham um lugar para se reunir e distrair dos problemas da vida”. Em dezembro de 1935, a associação de fato quita todas as suas dívidas, tanto com José Gil, quanto com os membros que realizaram empréstimos para a recompra da sede, sobrando ainda em caixa 1,2 conto de réis.

Ao observar o arquivo das fichas dos associados, um dado nos chamou atenção: dos trinta e quatro registros de sócios de espanhóis e descendentes encontrados entre 1919 e 1966, consta o registro de apenas duas mulheres: Maria Del Pilar Nunes, espanhola, viúva, doméstica, sem foto nem data de admissão constante na ficha; e Argemira Rodrigues, filha de espanhóis, também doméstica, casada e com foto na ficha (Figura 47). Verifica-se que os registros dos homens casados apresentam as esposas como dependentes. Assim, é possível aferir que Maria Del Pilar Nunes precisou realizar a sua ficha, à medida que já era viúva. Já Argemira Rodrigues possui uma ficha separada de seu marido, Nilo Rodrigues, além de aparecer na ficha como “contribuinte” da *Sociedad*⁷¹.

⁷¹ No livro ata pesquisado, também não há referência a participação de mulheres nas reuniões.

Durante a entrevista com Eloy, quando falávamos dos impactos da política na comunidade espanhola, surpreendentemente o nome de Argemira surgiu com força na memória do entrevistado:

A tia Argemira era uma heroína. Uma mulher contestadora. Foi presa vários dias, foi para o DOPS. A Argemira tem uma história bonita. Teve aquele Marighela. Marighela teve escondido aqui em Olímpia na casa dela por quase 6 meses. Teve 6 meses escondido aqui. Ele também recebeu Luiz Carlos Prestes. (Entrevista com Eloy Rodrigues Blanco, 23/01/2018, Olímpia/SP)

Figura 47 - Ficha de registro de sócio de Argemira Rodrigues na Sociedade de Socorros Mútuos de Olímpia

SOCIEDADE DE SOCORROS MUTUOS DE OLÍMPIA
(EX ESPANHOLA)

N. 10410

REGISTRO DO SOCIO

ARGEMIRA RODRIGUES (Nome) **Contribuinte** (Categoria)

Doméstica (Profissão) **Casada** (Estado Civil)

28 de Junho de 1910 (Data do Nascimento) **Rebeldouro** (Cidade) **São Paulo** (Estado) **Brasil** (País)

José Gil, Paula Maria (Filiação)

Rua São João nº 1010 (Residência, cidade, rua, n.º telêfimo e caixa postal)

(Data de admissão) **26 de Fevereiro de 1961** (Data de Registro)

(Assinatura do sócio) (Assinatura do secretário)

Esposo, Eloy Rodrigues, Filhos, José, Paulo, Ines, Teresinha

Fonte: Acervo da associação

Outra entrevistada, a Sra. Claudina Gil Risatti, quando questionada sobre se as posições políticas da colônia eram mais ligadas às ideologias de esquerda, também citou prontamente o nome de Argemira: “A Argemira também! *Piojoso*. Ela era ferrenha! Sabia tudo de política. Ia nos palanques. Juscelino? Ela saiu com chapéu para pedir dinheiro para Juscelino. Ela era contestadora. Ela era ferrenha! Nossa!”. (Entrevista com Claudina Gil Risatti, 23/01/2018, Olímpia/SP) A lembrança de Argemira pela Sra. Claudina remeteu a uma gíria em espanhol: *piojoso*. Quando questionada sobre o significado da gíria, Claudina disse que significa

“teimoso”⁷² e que esta é uma característica típica dos espanhóis. Em suas palavras, o espanhol pode estar “comendo sabão”, mas não admite e ainda diz: “*¡Es queso! ¡Es queso! ¡Es queso!*”. (Entrevista com Claudina Gil Risatti, 23/01/2018, Olímpia/SP)

Ao buscar os arquivos digitais do DEOPS⁷³, encontrei o seu prontuário, aberto em 1948, pelo fato dela ter sido fichada como comunista (Figura 48)⁷⁴, além de uma ficha cadastrada na Delegacia Especializada de Ordem Social do DEOPS em 1954 (Figura 49). Esse último documento relata que Argemira foi levada para prestar depoimentos na delegacia de polícia de Olímpia para prestar esclarecimentos sobre o fato de, em 3 de janeiro de 1952, ter solicitado a uma rádio local que tocasse um disco em homenagem ao aniversário do “líder comunista” Luís Carlos Prestes. No depoimento, Argemira confirma que é simpatizante do comunismo e que votou para Prestes em 1945, que neste ano concorria ao senado.

Infelizmente, ao questionar sobre a possibilidade de entrevistar algum parente mais próximo de Argemira Gil, fui informado pelos entrevistados e por meus informantes de pesquisa que nenhum deles reside mais em Olímpia há algum tempo, fazendo com que se perdessem os contatos. Ainda assim, o fato do nome dela ter emergido tanto no momento da pesquisa no acervo da associação, quanto em duas entrevistas diferentes, indica que Argemira possui uma história de vida que merece um olhar mais atento sobre ela. Utilizando a metáfora de Walter Benjamin, ao “escovar a história à contrapelo”, personagens históricos que tendem a invisibilidade e ao apagamento da memória invariavelmente são encontrados. Seguindo a mesma lógica de Benjamin em contar a história dos “vencidos”, Maria Aparecida de Moraes Silva (2012) aponta que para recuperar a história desses personagens, precisa-se olhar para as “brechas”, para os “vãos” da história. Argemira Gil Rodrigues é, portanto, um caso peculiar à época: mulher, filha de imigrantes, militante comunista no interior de São Paulo em um período conturbado, heroína para seu sobrinho Eloy, *piojosa* para Claudina, Argemira ainda se encontra viva na memória da comunidade mais velha de Olímpia.

⁷² A tradução livre para o termo *piojoso* é “piolhento”, que no vocabulário popular de algumas regiões do interior de São Paulo também pode significar “teimoso”. A entrevistada, sempre que falava *piojoso*, fazia um gesto com os polegares das mãos como se estivesse matando piolhos com as unhas, gesto também comum em algumas regiões do interior.

⁷³ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/deops_ficha> Acesso em: 03 mar. 2018.

⁷⁴ Não havia nenhum arquivo anexo ao seu prontuário. Os prontuários do DEOPS podem conter mandados de busca, alvarás de soltura, atestados de óbitos, fotografias, jornais, cartas e documentos apreendidos, entre outras coisas, que são arquivadas e acumuladas a respeito de cada indivíduo.

Figura 48 - Ficha de Argemira Rodrigues no DEOPS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Cutis	Ficha n.º _____ Nome = <u>ARGEMIRA GIL RODRIGUES</u> =
Cabelos	Data: <u>10/3/48</u> Vulgo: _____
Bigodes	Prontuário Delegacia n.º = <u>90.529</u> =
Olhos	Prontuário geral n.º _____
Estatutura	Atividade = <u>COMUNISTA</u> =
Marcas = <u>Glorinha</u> =	
Filiação: — Pai: _____ Mãe: _____	
Idade: _____ anos. Nascido em _____ de _____ de 1 _____ Sexo: <u>femenino</u>	
Nacionalidade: _____ Natural de: _____	
Estado civil: _____ Profissão: <u>domestica</u>	
Ordenado: Cr.\$ _____ Local de trabalho: _____	
Residências: <u>Olimpia, Estado de São Paulo.</u>	
É sindicalizado? _____ Sindicato e locais que costuma frequentar: _____	

V. B. 1 - Mod. 27

Fonte: Acervo DEOPS

Figura 49 - Ficha de Argemira Rodrigues no DEOPS

SN 0839

G I L - Argemira

RESIDENCIA: - Rua São João, 1.010 - (Olimpia)

ASSUNTO: - Filha de José Gil e de Paula Ruiz Gil, natural de Monte Azul - Est. S. Paulo, casada, com 39 anos de idade, nasc. 28/6/1912, doméstica. Em 11 de janeiro de 1952, compareceu na Delegacia de Polícia de Olimpia onde prestou declarações. Em 3 de janeiro de 1952, aniversário de Luiz G. Prestes, a fichada mandou tocar um disco na emissora local, em homenagem ao líder comunista. Esclareceu em suas declarações que é simpatizante do comunismo de 1945, ocasião em que votou para o Senado em Luiz G. Prestes. Encaminhado ao A. Geral. Em 16/12/54.

Fonte: Acervo DEOPS

Em 1942, a *Sociedad* se nacionalizou, passando a se chamar Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos. Segundo a ata da assembleia extraordinária, que data do dia 12 de abril:

[...] A seguir o presidente [Eloy Rodriguez Alvar] expôs que a presente assembleia extraordinária não tinha outro fim senão harmonizar a sociedade com as leis do país, dando-lhe o caráter de *brasilidade* mais eficaz tanto mais estreita união de espanhóis e brasileiros como ao desenvolvimento mais amplo de suas aspirações expressando que com o pecúlio que possui a sociedade e com a colaboração de elementos brasileiros poderá esta sociedade num futuro bem próximo tornar-se uma das principais instituições do interior. Nestas condições esta diretoria há tempos vem cogitando de propor a nacionalização da sociedade e assim ficava submetido o projeto a consideração da assembleia e para tal fim concedia a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Pediu a palavra senhor José Gil o qual expôs que a proposta do presidente tinha finalidades de grande alcance pois representava o futuro da sociedade e harmonização. Espanhóis e brasileiros em uma vida mais fraternal e ao mesmo tempo patenteava que o pensamento de todos nós não era outro senão o de contribuir para a grandeza do Brasil sem que isso mude em nada os sentimentos de amor à pátria dos fundadores da sociedade, e por tais motivos aprovo a proposta do presidente.

Até 2016, ano que a pesquisa de campo foi realizada, a *Sociedad* continuava ativa. O prédio sede funcionava como um hospital privado administrado por um grupo de médicos que alugavam o espaço a um valor apenas para garantir a manutenção do espaço. Em troca, sediam parte dos leitos e das consultas à comunidade, além de atender antigos associados e seus familiares gratuitamente, em uma espécie de plano de saúde. Além disso, a associação contava com um clube de campo na saída do município, com salão de festas, piscina e campo de futebol. Entretanto, ainda que a estrutura se mantenha, não há mais grandes vínculos entre os atuais associados e a cultura espanhola.

4.6. Conclusão do capítulo: comparando as múltiplas possibilidades de incorporação

Retomando a perspectiva de abordagem comparativa, elaborada por Nancy Green (1990) e adaptada por Oswaldo Truzzi (2015) para a realidade local, buscamos ao longo da análise realizada no presente capítulo, estabelecer alguns parâmetros de comparação entre os casos apresentados pelos diferentes municípios. A partir do início da colonização das regiões, buscamos captar os diferentes condicionantes de inserção que elas apresentavam aos espanhóis. Posteriormente, através dos dados dos censos de 1920, 1934 e 1940, quantificamos os espanhóis nos municípios estudados, comparando o grupo em relação aos outros estrangeiros e aos brasileiros. Especificamente sobre os modos de incorporação, procuramos entender, através de diferentes trajetórias, quais as possibilidades de inserção que predominavam para a primeira e

segunda geração de imigrantes. Ainda dentro da incorporação, investigamos a presença de espanhóis na política local. Por fim, no que diz respeito a etnicidade, verificamos como que se configuravam as redes de apoio étnico nessas diferentes regiões, analisamos o investimento na identidade étnica por parte dos espanhóis e observamos os diferentes graus de impactos da Guerra Civil Espanhola nas comunidades espanholas dos municípios.

A partir do quadro abaixo, podemos visualizar de maneira sintética esses diferentes cenários abordados durante o capítulo:

Quadro 5 (continua) - Panorama geral dos modos de incorporação dos espanhóis nos municípios estudados

	Sorocaba	Franca	Olímpia	Bauru	Catanduva	Cafelândia
Início da colonização	Século XVIII (feira de muares)	1805	1857	Década de 1900	Década de 1910	Década de 1910
Região	Sorocabana	Mogiana	Araraq.	Noroeste	Araraq.	Araraq.
Condições de inserção dadas pelo município	Indústrias e urbanização	Indústria calçadista	Fazendas de café (região de fronteira/ terras baratas)	Fazenda Val das Palmas (rural) e Cia. Noroeste (urbano)	Fazendas de café (região de fronteira/ terras baratas)	Fazendas de café (região de fronteira/ terras baratas)
Quantidade de espanhóis em 1920	2.867 (1 ^a)	2.281 (2 ^o)	2.578 (2 ^o)	1.960 (1 ^o)	2.060 (1 ^o)	2.973 (1 ^o) ⁷⁵
% entre estrang.	47,7%	38,5%	31,5%	37,2%	39,5%	39,1%
% entre o total	7,2%	5,1%	5,7%	8,2%	12,9%	10,2%
Quantidade de espanhóis em 1934	4.818 (1 ^o)	1.957 (2 ^o)	1.383 (2 ^o)	2.165 (2 ^o)	1.764 (2 ^o)	1.141 (2 ^o)
% entre estrang.	55,7%	36,7 %	27,5%	26,7%	32,3 %	16,7%
% entre o total	7,2%	2,7%	2,85%	4,7%	5,5%	4,3%

⁷⁵ Os dados para 1920 são referentes a Pirajuí, município a qual Cafelândia pertencia como distrito.

Quadro 5 (continua) - Panorama geral dos modos de incorporação dos espanhóis nos municípios estudados

	Sorocaba	Franca	Olímpia	Bauru	Catanduva	Cafelândia
Quantidade de espanhóis em 1940	- 3.677 (1°)	854 (2°)	859 (2°)	1.194 (2°)	1.452 (2°)	890 (2°)
% entre estrang.	58,9%	33%	23%	22,7%	33,3%	20,4%
% entre o total	5,2%	1,6%	1,6%	2,3%	4,0%	2,8%
Modo de incorporação predominante para 1ª geração	Urbano (industrial)	Rural (com pouca possibilidade de acesso à terra)	Rural	Rural (colonos e urbano (operários na estrada de ferro)	Rural (colonos e proprietários)	Rural (colonos e proprietários)
Modo de incorporação predominante para 2ª geração	Urbano (industrial e comercial)	Rural e urbano (assalariamento)	Rural (peq. proprietários) e urbano (comércio)	Rural (peque-nos proprietários) e urbano (comerciantes)	Rural e urbano	A retração do café provocou forte êxodo do grupo para outras regiões
Presença de espanhóis na política	Baixa (relacionada ao movimento operário/esquerda)	Sem relatos	Sem relatos	Sem relatos	Moderada	Alta

Quadro 5 (conclusão) - Panorama geral dos modos de incorporação dos espanhóis nos municípios estudados

	Sorocaba	Franca	Olímpia	Bauru	Catanduva	Cafelândia
Rede de apoio étnico	Preponderante (enclave étnico)	Fraca (fragmentada em duas associações)	Forte (cartas de chamada e associação ativa)	Forte	Forte	Forte
Investimento na identidade étnica	Alto (bairro espanhol e associativismo)	Moderado (duas associações) e descontinuado	Alto	Alto	Moderado (processo de assimilação)	Moderado (processo de assimilação)
Nível de impacto da Guerra Civil Espanhola	Alto (fechamento de associação republicana, prisões e deportações)	Alto (cisão entre membros da colônia)	Alto (cisão entre membros da colônia)	Alto (fechamento da associação)	Sem relatos	Sem relatos
Incidência de notícias no <i>Diario Español</i>	Baixa	Moderada	Baixa	Alta	Moderada	Baixa

Fonte: elaboração própria

Mesmo com as limitações impostas pela dificuldade em obter dados homogêneos entre os casos, buscamos estabelecer comparações entre os municípios estudados, explorando, sobretudo, uma mescla entre o modelo divergente e convergente de comparações. Através do primeiro modelo, buscamos estabelecer a comparação entre os tipos de inserção do grupo majoritário de espanhóis - compostos pelos andaluzes - que adentrou em diferentes regiões do interior de São Paulo por meio de passagens subsidiadas. A partir de então, através do modelo convergente, foi possível estabelecer algumas diferenças entre este grupo e os galegos, que atravessavam o continente na maioria das vezes por meio dos próprios recursos financeiros. As famílias vindas da Galícia, por exemplo, apresentaram trajetórias de inserção mais diversificadas, com mais mobilidade interna para buscar regiões que apresentassem condições

de incorporação mais favoráveis. Já os andaluzes, majoritariamente mais pobres, eram mais dependentes dos condicionantes de inserção que encontravam na região que chegavam pela primeira vez. Ainda assim, também encontramos percursos migratórios desse grupo pelo interior, sobretudo em busca de terras mais baratas à oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – ESPANHÓIS NO INTERIOR DE SÃO PAULO E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE INCORPORAÇÃO

Ao longo da pesquisa, procuramos compreender como ocorreu o processo de incorporação dos imigrantes espanhóis no interior de São Paulo. Para tal, a ideia foi demonstrar que existem várias possibilidades de inserção a depender do tempo de chegada do grupo e da região que ele se inseriu. Os municípios estudados possuem diferentes portes, se localizam em diferentes regiões do interior e possuem diferentes características. O único fator que os une é o fato de terem uma presença espanhola com alguma relevância. Se um mesmo grupo de imigrantes que se desloca para uma mesma região pode apresentar diferentes modos de incorporação, quando comparamos regiões diferentes, a multiplicidade de incorporações possíveis se torna mais evidente.

O processo de analisar mais de perto as trajetórias de inserção dos espanhóis que chegaram em diferentes localidades do interior de São Paulo entre final do século XIX e primeiras décadas do século XX, foi cada vez deixando mais evidente que o grupo não se inseriu no estado de forma homogênea. Ainda que tenha sido possível estabelecer ao longo do primeiro capítulo uma espécie de “tipo ideal” de incorporação de espanhóis em regiões mais à (nor) oeste do interior paulista – o qual espanhóis trabalhavam um tempo como colonos e/ou meeiros em regiões mais centrais do estado, poupavam certo capital e compravam pequenas terras em regiões novas – existem várias especificidades para serem analisadas. Afinal, a despeito dessa ser uma trajetória relativamente comum para uma parte do grupo, outra parcela considerável de espanhóis não apresentavam esse tipo de percurso. Destarte, seja os municípios que nos forneceram fontes o suficiente para um olhar mais apurado, a ponto de compor parte substancial da versão final da pesquisa (Sorocaba, Franca, Catanduva, Cafelândia, Bauru e Olímpia), seja os municípios os quais o acesso aos documentos nos permitiu apenas uma visão mais superficial do processo, a tese que surgia era sempre a mesma: a multiplicidade de possibilidades de incorporação.

Certamente Sorocaba é o município do interior de São Paulo em que a colônia espanhola tem mais destaque, tanto numericamente quanto em relação a visibilidade. Ao analisarmos esse município, já notamos que os modos de incorporação e de reprodução da identidade étnica dos imigrantes espanhóis que ali residem já subvertem tanto o “tipo ideal” que encontramos no primeiro capítulo, quanto o que a bibliografia clássica apresenta sobre o tema. As peculiaridades de Sorocaba, como sua industrialização e urbanização, assim como a formação do que Portes e Manning (2008) denominam como “enclave étnico” em um bairro predominantemente

espanhol, faz com que o município atraia espanhóis de regiões mais a oeste do interior, em um movimento de contrafluxo ao padrão. Além das oportunidades urbanas que a cidade oferecia, o desenvolvimento da zona rural de Sorocaba ocorreu sem a formação de grandes latifúndios, o que proporcionou aos espanhóis possibilidades de inserção como proprietários rurais. A partir de então, o grupo ocupa um nicho de produção de cebolas em Sorocaba, chegando a comercializar pelo capital e para outras regiões do interior.

Influenciados sobretudo pela característica de Sorocaba, os modelos de mobilidade, em sua maioria, ocorrem de uma maneira fluida entre os trabalhos rurais e urbanos. A industrialização e a urbanização do município permitiram o acesso a trabalhos urbanos logo na última década do século XIX, fator que diferenciava Sorocaba da maioria do interior de São Paulo. Ainda, o fato de ser Sorocaba um município em que se desenvolveu sem a presença do latifúndio cafeeiro apresentou aos espanhóis a oportunidade de serem proprietários de pequenas e médias propriedades rurais no Além Ponte. O que permitiu o grupo o predomínio quase que absoluto na produção de cebolas na região.

A análise de Franca apontou alguns pontos que tangenciam o que diz a bibliografia clássica sobre a imigração espanhola para o Brasil. O modo de incorporação mais comum ao município é o rural e a maior parte do grupo encontrou dificuldades em prosperar economicamente. O município de Franca se desenvolve ao longo do século XX predominantemente a partir a indústria calçadista, oriunda das manufaturas. Assim, o *background* rural apresentado pelos espanhóis os deixou em desvantagem frente aos italianos, que ocuparam majoritariamente esse nicho. Entretanto, ainda assim, a maior empresa de calçados da cidade – o grupo *Samello* – tem origem na pequena fábrica de um imigrante espanhol. Isso não significou a abertura do mercado a outros espanhóis, o que indica fragilidade da rede étnica.

Deste modo, é possível dizer que existe no caso de Franca o que Portes (2008) chama de incorporação segmentada, à medida que apenas alguns membros do grupo, muito em função de suas trajetórias individuais, conseguiram se inserir no principal mercado oferecido por Franca. Essa fragmentação ganha contornos mais visíveis na existência de duas associações étnicas espanholas em Franca: o *Hespanha F.C.* para os membros da elite espanhola e o *Centro Español*, voltado aos imigrantes mais humildes.

Já Bauru apresentou boas possibilidades de incorporação aos espanhóis, tanto na zona rural, através da grande lavoura cafeeira, quanto na zona urbana, pelo encontro das ferrovias Noroeste, Araraquarense e Paulista. O município apresentou um número significativo de espanhóis que se dirigiram para lá através dos próprios recursos, o que indica a presença de

uma rede étnica que informava aos espanhóis as possibilidades de trabalho oferecidas para a região.

No caso de Olímpia, os primeiros espanhóis já chegaram à região como pioneiros: Juan Saborido, Agapito Cañada e José Gil, fazendeiros, foram responsáveis pela vinda de várias famílias de compatriotas. Assim, o modo de incorporação preponderante para a primeira geração de espanhóis nesse município é o rural, seja na condição de colono, seja já como proprietários de fazendas. Já a segunda geração transita para a área urbana, sobretudo para o comércio. Há um detalhe bastante peculiar sobre a comunidade espanhola de Olímpia: ainda que a cidade não apresente um operariado urbano significativo, há vários espanhóis ligados a movimentos políticos de esquerda. Fato este que até gerou uma reação do episcopado católico local, que encaminhou um padre espanhol para o município.

Por fim, os espanhóis que se instalaram em Catanduva e Cafelândia apresentam trajetórias de incorporação similares. Atraídos pelas possibilidades abertas pela cafeicultura, boa parte dos espanhóis consegue ascender socialmente nesses municípios, compondo, inclusive, parte de sua elite econômica e política. Desse modo, a interação do grupo com a comunidade local passa a ser bastante fluída e é comum encontrarmos líderes da colônia também ocupando papéis de lideranças em espaços não-étnicos, como clubes e associações comerciais locais. Assim, é possível dizer, sob a ótica do conceito *de assimilação* ressignificado por Alba, Nee (1997) e Truzzi (2015) que houve nesses municípios um processo de *obscurecimento de fronteiras étnicas*, a partir do qual os imigrantes e nacionais já se viam como iguais. A ausência de uma elite local prévia permitiu que os imigrantes ocupassem esse espaço nas regiões. Em Catanduva, os espanhóis formaram o primeiro bairro de elite da cidade, com a presença de casarões. Já a grande quantidade de prefeitos de origem espanhola em Cafelândia é fora do comum.

Vimos ao longo da tese inúmeros exemplos de reforço da identidade étnica pelas comunidades espanholas espalhadas pelo interior, sobretudo no que diz respeito a primeira geração de imigrantes. O associativismo espanhol se fez presente em ao menos 33 municípios e, principalmente, a partir dessas associações, existiam constantes movimentos de valorização de símbolos nacionais espanhóis: a bandeira da Espanha era hasteada, o hino era frequentemente tocado, celebrava-se datas históricas como a chegada de Colombo à América e a independência espanhola do controle das tropas napoleônicas, cultuava-se imagens de reis espanhóis, haviam festas com músicas, danças e comidas típicas da Espanha. Além disso, pelos relatos colhidos nas entrevistas, a língua espanhola era muito falada nos ambientes domésticos ao menos entre os membros da primeira geração. Além de ser muito comum o contato com a

terra natal através de notícias de jornais impressos, rádios e até troca de cartas com os parentes. Nos termos de Bárbara Weinstein (2015), esses elementos formam “zonas de contato” entre os imigrantes e sua terra natal, “isto é, pontos não necessariamente físicos nem geográficos onde ‘encontros’ internacionais transparecem” (WEINSTEIN, 2015, p. 17)

A Guerra Civil Espanhola também provocou fragmentações no processo de investimento da comunidade espanhola em sua identidade étnica. Por mais que o conflito tenha provocado impactos maiores em espanhóis do meio urbano e, por conseguinte, nas associações, eram justamente esses quem mais mobilizavam recursos para manter a identidade étnica espanhola em evidência. Durante o conflito, ao mesmo tempo em que havia uma disputa interna nessas colônias mais organizadas e movimentadas entre franquistas e republicanos sobre o que era ser espanhol, houve o advento do Estado Novo. Nesse momento, houve uma forte repressão as associações estrangeiras e aos movimentos políticos ligados a esquerda. O apoio majoritário dos espanhóis aos republicanos, bem como o histórico de alguns desses imigrantes em participações nos movimentos operários dos grandes centros urbanos criou uma ligação entre o grupo e ideais anarquistas, socialistas e comunistas. Nesse contexto, o investimento na identidade espanhola representava evidente perigo de prisão e deportação.

Após o *tempo de chegada*, no qual o espanhol busca valorizar-se como imigrante, a partir de meados da década de 1930, boa parte do grupo passa por um processo de “des-etnização”, em que a identidade espanhola vai sendo relegada a um segundo plano, tendo o conflito espanhol e o Estado Novo atuados como catalizadores nesse processo: é o *tempo do esquecimento*. Boa parte do grupo de espanhóis que chegou durante a década de 1910 – auge da imigração espanhola para São Paulo – estão já em sua segunda geração, o que também contribui para esse processo. Na maior parte das vezes, essa identidade só será “reavivada” posteriormente a década de 1990, com terceira geração de imigrantes, que busca com certo orgulho, um resgate de suas raízes europeias. Como afirma Truzzi (2015, p. 127), citando o historiador Marcus Lee Hansen, “o que o filho deseja esquecer, o neto deseja relembrar...”: é o *tempo da retomada*. É interessante notar como parte desse desejo de retomar a identidade dos antepassados encontra os mesmos objetivos do grupo que chegou: livrar-se, em parte, da identidade *brasileira*.

Entretanto, seguindo os pressupostos de Stuart Hall não devemos compreender a identidade como algo único, fixo e estanque. Precisamos abandonar a ideia que a identidade é apenas algo que interconecta o mundo “interior” dos sujeitos ao mundo “exterior”, ou, em outras palavras, que “sutura o sujeito à estrutura” (HALL, 2011, p. 12). O que chamamos de identidade é algo fragmentado, cortado por inúmeras experiências, investimentos, abdições,

etnizações, des-etnizações. Assim, não devemos compreender mecanicamente esse processo, a ponto de imaginar que os imigrantes espanhóis recém-chegados se mantinham “hispânicos”, para se tornarem “hispanico-brasileiros” e, posteriormente a 1935, se tornarem completamente “brasileiros”. A identificação dos imigrantes com suas culturas nativas era constantemente ressignificada a partir das experiências no novo país. Nesse movimento certamente há momentos de reafirmação, de negação, de tensionamentos, de questionamentos e de produção de estratégias discursivas. A autovalorização como imigrante pela questão da ética do trabalho, que funcionava no começo do século, passou também a sofrer ressignificações a partir da visão nacional, pela qual o imigrante também passava a ser um elemento de subversão. Nas palavras de Stuart Hall (2008, p. 109):

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional [...].

Ainda no sentido da identidade espanhola, os poucos estudos que temos sobre a imigração desse grupo para o interior de São Paulo reproduzem com frequência a conclusão que aponta para a invisibilidade étnica do grupo. Contudo, os inúmeros exemplos de identificação com a cultura espanhola apresentados nesta tese indicam que temos de relativizar essa invisibilidade. Se ela ocorreu, foi menos por conta das estratégias adotadas pelo grupo do que por circunstâncias nacionais e/ou locais. De fato, os italianos chegaram primeiro e em maior número, ocupando regiões centrais mais antigas do interior de São Paulo. Nessas regiões, até pela questão numérica, os italianos são muito mais “visíveis”⁷⁶. Já nas regiões mais novas, mais a noroeste do interior em que os espanhóis chegaram a ser majoritários em durante as primeiras décadas do século XX, o grupo pode ter tido a sua “visibilidade ofuscada” pelos imigrantes japoneses, cultural e fenotipicamente mais “visíveis”, que também foram maciçamente para aquela região (Tabela 33).

⁷⁶Em recente estudo sobre a identidade italiana, considerada mais “visível” pela mesma bibliografia que aponta a “invisibilidade” dos espanhóis, Truzzi (2015) aponta que essa construção identitária entre os italianos por inúmeros descaminhos.

Tabela 33 - Estrangeiros na região Noroeste em 1920 e 1940

Nacionalidade	1920	1940
Italianos	9.572	15.605
Espanhóis	11.832	17.736
Portugueses	4.208	8.615
Japoneses	5.467	68.226

Fonte: BERLINI, 1999, p. 42

Se os estudos sobre os espanhóis no Brasil são escassos, aqueles que têm como foco o interior do estado de São Paulo são mais raros ainda. Isso por certo contribui com algumas generalizações um pouco imprecisas na ainda pequena bibliografia sobre a temática, que, muitas vezes, servem como únicas referências desses estudos. A trajetória dos espanhóis no Brasil merece, portanto, um olhar mais atento dos pesquisadores. Essa tese se propôs a isso. O desafio de estudar uma área tão ampla e heterogênea como o interior de São Paulo é sempre muito grande. Desafio esse que se torna maior ainda quando opta-se por estudar um tema pouco estudado e, ainda, enfrenta-se a ausência de fontes.

Utilizando a metáfora de Walter Benjamin, ao “escovar a história à contrapelo”, personagens históricos que tendem a invisibilidade e ao apagamento da memória invariavelmente são encontrados. Walter Benjamin ainda nos lembra que “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer” (BENJAMIN, 1987, p. 224). Nas palavras de Eloy Rodrigues Blanco, filho de espanhóis de Olímpia, “hoje a história está muito deturpada. A gente participa de um movimento e hoje dizem outra coisa. Então a história não pode morrer...”. Mais do que contribuir com um olhar mais minucioso sobre como o processo de incorporação dos espanhóis no interior de São Paulo se deu de múltiplas maneiras, que esse presente trabalho possa mesmo que de maneira tímida, contribuir para que esse importante grupo de imigrantes que compõe o interior paulista saia da suposta “invisibilidade”. Afinal, parafraseando o Sr. Eloy, essa história não pode morrer.

REFERÊNCIAS

FONTES

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; FRANCISCO, Priscila M.S. Bergamo (org). **Estrangeiros no Estado de São Paulo: dados censitários 1854-1950**. NEPO/UNICAMP: 2002.

Diario Español – 1912, 1913, 1914, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922

Fichas de sócios da *Sociedad Española de Socorros Mutuos y Recreativa* de Olímpia

GIMENES, Roberto Molina. **Centenário de Imigração: em 1912, vindos do além mar...** 2012 Livro Ata da *Sociedad Española de Socorros Mutuos y Recreativa* de Olímpia

MORI, Gualtiero (org.). **Revista Agrícola de Olympia**. No. 1. Typografia América: Olímpia, março-abril de 1925

PELEGRINA, Gabriel Ruiz. Reminiscências: Julião Fernandes de San Roman (pioneiro). **Jornal da Cidade**. Bauru: 1976.

_____. Notas Históricas: João Montilha Del Rio e Eduardo Ruiz. **Jornal da Cidade**. Bauru: 1986.

_____. Notas históricas: o pioneiro Pedro Lira. **Jornal da Cidade**. Bauru: 1986b. Acervo do DEOPS

SANCHES, Oduvaldo. Genealogia – Família Sanches, 2016. Página inicial. Disponível em: <<http://familiasanches.com.br>>, Acesso em: 14 fev. 2020.

ENTREVISTAS

Alberto Lahóz, 09/06/2016, Catanduva/SP

Jaime Perez Muñoz, 02/03/2017, Santa Fé do Sul/SP

Maria Josefa Izquierdo Martinez Facin, 02/03/2017, Jales/SP

Luiz Cordero Perez, 11/04/2017, São Carlos-SP

Elzira Calvo Baraldi, 22/01/2018, Olímpia/SP

Monsenhor Antônio Sant'Climentis Torras, 22/01/2018, Olímpia/SP

Claudina Gil e Miguel Gil, 23/01/2018, Olímpia/SP

Eloy Rodrigues Blanco, 23/01/2018, Olímpia/SP

Teodoro Denaire de Bayan, 23/01/2018, Olímpia/SP

Josefa Martinez Gasparotto, 17/08/2019, Cafelândia-SP

Paulo Odenio Pacheco, 17/08/2019, Cafelândia-SP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, Richard; NEE, Victor. Rethinking Assimilation Theory for a New Era of Immigration. In: **International Migration Review**, Vol. 31, No. 4, Center for Migration Studies: New York, 1997.

_____. **Remaking the American Mainstream: Assimilation and Contemporary Immigration**. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts, and London, England, 2003.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos Antônio da (Coord.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **Sorocaba Operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897-1920**. Sorocaba-SP: CREATTE, 2005.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Fernando. **Um trem corre para o Oeste**. Livraria Martins: São Paulo, 1982.

BAHAMONDE, Ángel. Los dos lados de la migración transoceánica. In: **Historia General de la emigración española a Iberoamérica**. Vol. 1, Madrid: CEDEAL, 1992.

BARBOSA, Agnaldo e Sousa. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado: (Franca, 1920-1990)**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Phillipe. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura: obras escolhidas volume 1**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERLINI, Cíntia Stela Negrão. **Espanhóis em Bauru: histórias de vida (1896-1930)**. Dissertação (mestrado). UNESP: Assis, 1999.

BOECHAT, Cássio Arruda. **Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) no Oeste Paulista**. Dissertação (mestrado). USP: São Paulo, 2009.

BORJAS, George Jesus. Economic Theory and International Migration. In: **International Migration Review** 23, no. 3, 1989.

BRETTEL, Caroline B; HOLLIFIELD, James F. **Migration Theory: talking across disciplines**. 3th ed. New York: Routledge, 2015.

BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAGIAO, Pilar. Cinco siglos de emigración galega a América. In: VIVES, Pedro, VEJA, Pepa e OYAMBURU, Jesus. **História General de la Emigracion Española a Iberoamerica**. Vol 1. Madri: Cedeal, 1992.

CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, nº 153, 3 vols, São Paulo, 1952.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2º ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

CÁNOVAS, Marília Klaumann. **Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930**. São Paulo: Lazuli Editora, 2005.

_____. **Imigrantes Espanhóis na paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana –(1890-1922)**. Tese (Doutorado). USP, São Paulo: 2007.

CARMO, Jefferson Cariello do; SANDANO, Wilson. A imigração italiana na cidade de Sorocaba e a experiência escolar no final do século XIX e início do século XX. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.109-121, mar.2009.

CARMO, Jefferson Carriello do. A formação da classe operária em Sorocaba e a luta pela educação no contexto da industrialização no início do século XX. In: NASCIMENTO, Maria Isabel; LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Demerval (Orgs). **Anais do VII Seminário Nacional do HISTEDB**. Campinas-SP, 2006.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A Guerra Civil Espanhola sob o Olhar do Deops/SP. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CARVALHO, Renata Theodoro de; CARVALHO, Fernanda Theodoro de. **Gabriel: história e trajetória**. Bauru, SP: 2001.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. **Fisionomia da cidade: Sorocaba – cotidiano e desenvolvimento urbano – 1890-1930**. 2008. Tese (Doutorado). USP: São Paulo, 2008.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. **Salvadora! Sorocaba: LINC**, 2001.

CONTRERAS PÉREZ, Francisco. La difusión de la idea de migrar. Andalucía y América en el tránsito del siglo XIX al XX. In: **Anuario de Estudios Americanos**, [S.l.], v. 57, n. 2, p. 523-542, dec. 2000.

D'ÁVILA, Rosemeire Pereira. **Lembranças da imigração: cenas e cenários de vida dos imigrantes espanhóis em Bauru (1892-1930)**. Bauru: EDUSC, 2004.

DE RUGGIERO, Antonio. A saudade dos sabores e o comércio étnico dos imigrantes italianos no Brasil (1875-1914). **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 121-138, jan. 2018.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)**. Rio de Janeiro: Paz de Terra, 1977.

_____. **A industrialização de São Paulo**. 2ª edição. Difel: São Paulo, 1985.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração. In: DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. TRUZZI, Oswaldo. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

DEZAN, Maria Dalva de Souza. **Impactos das imigrações espanhola e sirio-libanesa como fator para o desenvolvimento econômico e diversidade cultural na organização do espaço geográfico piracicabano-SP**. Tese (doutorado). UNESP: Rio Claro-SP, 2012.

DIAS, Eduardo. **Um imigrante e a revolução** (memórias de um militante operário). São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DIAS, Vanessa Martins. **Inserção às avessas: a imigração espanhola em Franca-SP (1900-1955)**. Dissertação (mestrado). UNESP: Franca, 2010.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café: Franca, 1880-1920**. Dissertação (mestrado). UNICAMP: Campinas-SP, 2002.

_____. **Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)**. Tese (doutorado). UNICAMP: Campinas-SP, 2007.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

FERNÁNDEZ, Alejandro. Mutualismo y Asociacionismo. In: VIVES, Pedro, VEJA, Pepa e OYAMBURU, Jesus. **História General de la Emigración Española a Iberoamérica**. Vol 1. Madri: Cedeal, 1992.

FOLLIS, Fransérgio. **Política urbana e cidadania: um estudo sobre a cidade no interior paulista (Franca, 1890-1996)**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FONT, Maurício. **Coffee and transformation in São Paulo, Brazil**. New ed. Lexington Books, 2000.

GABBACIA, Dona. Time and Temporality in Migration Studies. In: BRETTEL, Caroline B. HOLLIFIELD, James F. **Migration Theory: talking across disciplines**. 3th ed. New York: Routledge, 2015.

GANS, Herbert. Symbolic Ethnicity: the future of ethnic groups and cultures in America. In: **Ethnic na Racial Studies**, 2:1, p. 1-12, 1979.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migrantes mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980)**. Franca: UNESP/FHDSS, Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GLAZER, Nathan. Is Assimilation Dead? In: **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, vol. 530, pp. 122-136, 1993.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GREEN, Nancy. L'Histoire comparative e le champ des études migratoires. In: **Annales Économie, société et civilisation**, n. 6, novembre-décembre, 1990.

HALER, Marylin. Cultura econômica do empreendimento étnico: caminhos da imigração ao empreendedorismo. In: **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 116-123, mar. 2007.

HALL, Michael. **The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914**. Tese (doutorado). Columbia University, 1969.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. Quem precisa de identidade? In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HALLER, William; LANDOLF, Patricia. The transnational dimensions of identity formation: Adult children of immigrants in Miami. In: **Ethnic and Racial Studies**, Vol. 28 No. 6 November 2005.

HARDMAN, Francisco. LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos vinte)**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

HOBBSWAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KAZAL, Russell A. Revisiting Assimilation: The Rise, Fall, and Reappraisal of a Concept in American Ethnic History. In: **The American Historical Review**, vol. 100, nº 2, pp. 437-471, 1995.

KLEIN, Herbert. **Imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1994.

_____. Migração Internacional da História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org). **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

KOVAL, Boris. História do proletariado brasileiro (1857 a 1967). São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LEITE, Silvia Ibiraci de Souza. **Os italianos no poder, cidadãos catanduvenses de virtude e fortuna: 1918-1964**. Tese (doutorado). UNESP: Araraquara, 2007.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LIMA, João Francisco Tidei. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. Dissertação (mestrado). UNESP: Assis, 1978.

LOSADA, Larissa Girardi. TIRELLO, Regina Andrade. Espacializando a memória: a contribuição dos espanhóis, entre fábricas e ferrovias, na formação de territórios sorocabanos. In: **V Congresso Internacional de História e Patrimônio Ferroviário: “Os legados para o futuro”**. PUC-Campinas, 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MACDONALD, L. & MACDONALD, J.S. Chain migration, ethnic neighborhood formation and social networks. In: **The Milbank Memorial Fund Quarterly**, XLII (1): 89-96. 1964.

MARANGONI, José Maria de Jesus. **Olímpia – cidade menina-moça**. Vol. 1 (1857- 1941). Centrograf, Olímpia, 2001.

MÁRQUEZ, Rosário. MARTÍNEZ, Elda Evangelina Gonzáles. Andalucía y América: las alternativas de una comunidade migrante. In: VIVES, Pedro; VEGA, Pepa; OYAMBURU, Jesús. **Historia General de la emigración española a Iberoamérica**. Vol 2. Madri: Cedeal, 1992.

_____. O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis. In: FAUSTO, Boris (Org). **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. La práctica asociativa de los españoles en Brasil: la preponderância de los espacios étnicos nacionales frente a los regionales. In: BLANCO, Juan Andrés.; DACOSTA, Arsenio (Org). **El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones**. Madrid: Sílex ediciones S.L., 2014.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. **R. História**, São Paulo, n 121, p. 5-26, ago/dez. 1989.

MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Global, 1977.

MASSEY, Douglas *et al.* Theories of international migration: a review and appraisal. In: **Population and development review**, 19 (3): 431-466, 1988.

MELO, Beatriz Medeiros de. **História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiantes no noroeste paulista**. Tese (doutorado). UFSCar: São Carlos, 2013.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 3ª ed. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1941.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

MOMESSO, Luiz. José Duarte. **Um maquinista da História**. Editora Oito de Março. São Paulo, 1988.

MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; CONCEICAO, Silvano da. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no oeste paulista, 1895-1898. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 71-96, Oct. 2003.

MÖRNER, Magnus. **Aventureros y proletários: Los emigrantes em Hispanoamerica**. Madrid: Ed. Mapfre, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1954). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOYA, José C. **Primos y extranjeros: la inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930**. Buenos Aires: Emecé, 2004.

NAGEL, Joane. OLZAK, Susan. Ethnic mobilization in new and old states: An extension of the competition model. In: **Social Problems** 30:127-143, 1982.

NAVARRO, Manuel Gonzáles de Molina. Siete problemas en la interpretación tradicional sobre el movimiento campesino andaluz. In: **Historia y fuente oral**. Barcelona: Universitat de Barcelona, nº 8, 1992.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. **Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Márcio de. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 73-100, Mar. 2014.

OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. **Os espanhóis**. Sorocaba: TCM, 2002.

PACHECO, Paulo Odenir. BADINI, Carlos Coli. **Cafelândia: História e Estórias 1880 a 2014**. São José do Rio Preto, SP: Raízes Gráfica e Editora, 2014.

PARK, Robert E. **Old World Traits Transplanted: The Early Sociology of Culture**. New York: Harper Brothers, 1921.

PÉREZ, Francisco Contreras. La difusión de la idea de migrar. Andalucía y América en el tránsito del siglo XIX al XX. In: **Anuario de Estudios Americanos**, Vol 57, No 2, 2000.

PERSONS, Stow. **Ethnic Studies at Chicago, 1905-45**. Urbana: University of Illinois Press, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional e transformação social. In: SILVA, Marcos Antônio da (Coord.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTA, Eliane Veiga. **Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920**. Tese (doutorado). USP: São Paulo, 2008.

PORTES, Alejandro; MANNING, Robert. The immigrant enclave: Theory and empirical example. In: OLZAK, Susan; NAGEL, Joane (Orgs.). **Competitive Ethnic Relations**. New York: Academic Press, 1986.

_____; ZHOU, Min. "The New Second Generation: Segmented Assimilation and Its Variants". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, nº 530. 1993.

_____; HALLER, W.; FERNÁNDEZ-KELLY, P. Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 13-50, 1 jan. 2008.

_____; MANNING, Robert. The Immigrant Enclaves: Theory and Empirical Examples. In: GRUSKY, David B. (Org.) **Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective**, Boulder, CO, Westview Press: 2008.

_____; RUMBAUT, Rubén. **Immigrant America: a Portrait**. 4ª ed. University of California Press: 2014.

QUINTELA, Antón Corbacho. **Os periódicos dos imigrantes espanhóis**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Hispanista. Outubro de 2002.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

ROMERO, Maria Francisca Martinez. Origen y causas del subdesarrollo andaluz. In: **Anais do I Congresso de Ciencia Regional de Andalucía: Andalucía en el umbral del siglo XXI**. Jerez (Espanha): _____ 1997. Disponível em: <http://www2.uca.es/escuela/emp_je/investigacion/congreso/mac011.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2016.

RUIZ, José Luis Solana. Las clases sociales en Andalucía. Un recorrido sociohistórico. In: **Gazeta de Antropología**, Jaén (Espanha): 2000.

SCHILLER, Nina Glick. ÇAĞLAR, Ayşe, GULDBRANDSEN, Thadeus. Beyond the ethnic lens: Locality, globality, and born-again incorporation. In: **American ethnologist**, Vol. 33, No. 4, pp. 612–633, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEYFERTH, Giralda. Assimilação dos Imigrantes no Brasil: Inconstâncias de um Conceito Problemático. *Travessia. Revista do Migrante*, no 36, pp. 45-50, 2000.

_____. Cartas e narrativas biográficas no estudo da Imigração. In: DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. TRUZZI, Oswaldo. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

_____. Os estudos da imigração no Brasil: novas sobre uma produção multidisciplinar. In: SEYFERTH, Giralda *et alli*. **Mundos em movimento: ensaios sobre imigração**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

SILVA, Henry Marcelo Martins. Construtores do sertão: imigrantes espanhóis em São José do Rio Preto-SP. In: **Fato & Versões**, v. 5, p. 1, 2013.

SILVA, João Paulo da. **Posseiros e possuidores: conflitos sociais na formação da estrutura fundiária em São Carlos-SP entre 1850 e 1888**. Dissertação (mestrado). UFSCar: São Carlos, 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. TRUZZI, Oswaldo. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

_____; MARTINS, Rodrigo Constante; OCADA, Fábio Kazuo; GODOI, Stela; MELO, Beatriz Medeiros de Melo; VETTORATI, Andreia; BUENO, Juliana Dourado; RIBEIRO, Jadir Damião. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Revista Nera. UNESP, Presidente Prudente*, ano 9, n. 8, janeiro/junho de 2006.

_____. Encontrando mulheres nos vãos da história. **Contemporânea**. v. 2, n. 1, p. 131-157, Jan.–Jun. 2012

SILVA, Paulo Celso da. **De novelo de linha a Manchester Paulista – Fábrica Têxtil e Cotidiano no início do século XX em Sorocaba** / Silva, Paulo Celso da. Organização de Neide Maria Perez – Sorocaba : Teaser Design, 1999.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: SILVA, Marcos Antônio da (Coord.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

SOBREIRA, Márcia Regina Nava. **Viagem através das ruas de Bauru**. Bauru, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

SOUZA, Ismara Izepe de. **República Espanhola: um modelo a ser evitado**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

_____. **Solidariedade Internacional:** a comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a política diante da guerra civil da Espanha (1936-1946). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.

_____. **Espanhóis:** história e engajamento. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

SOUZA, Marcelo Cintra de. **A imprensa imigrante:** trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo. São Paulo: Memorial do Imigrante: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

SOUZA, Marco Aurélio Barbosa de. Formação da companhia de terras, madeiras e colonização de São Paulo e as estratégias para comercialização de terras na zona noroeste paulista entre 1912 e 1920. In: **Economia & Pesquisa** v.13, n.13, p. 153-175, 2014.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, Special Issue: The Eurasian Contexto f the Early Modern History of Maindland South East Asia, 1400-1800, jul., 1997.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior:** Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Tese (doutorado). UNICAMP: Campinas-SP, 2008.

TRENTO, Angelo. Os *fasci* no Brasil. In: SILVA, João Paulo. CONCEIÇÃO, Carla Fernandes da (Orgs). **Imigração:** olhares contemporâneos. Revista *Áskesis*, v.6, n.2, p. 180-191, Julho/Dezembro – 2017.

TRUZZI, Oswaldo. **Patrícios:** sírios e libaneses em São Paulo. Tese (doutorado). UNICAMP: Campinas-SP, 1993.

_____. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. In: DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. TRUZZI, Oswaldo. Estudos migratórios: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

_____. Redes em processos migratórios. In: **Tempo Social:** revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008.

_____. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, 2012 .

_____; KERBAUY, Maria Teresa Miceli; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 27, n. 80, p. 135-151, out. 2012.

_____; PALMA, Rogerio de. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. In: **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014.

_____. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

_____; VOLANTE, J. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950). **Tempo Social**, v. 31, n. 3, p. 161-191, 18 dez. 2019.

VÁZQUEZ, Alejandro. Causas de La emigración y tipología de los emigrantes. In: **História General de la emigración española a Iberoamérica**. Vol. I, Madri: Cedeal, 1992.

VILELA, Elaine Meire; COLLARES, Ana Cristina Murta; NORONHA, Cláudia Lima Ayer de. Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 19-42, Feb. 2015.

WEBER, R. Conceitos para pensar as imigrações, velhos e novos. In: **Revista História: Debates e Tendências**, v. 19, n. 2, p. 213-224, 11 maio 2019.

WEBER, Regina, GOODMAN, Glen. Comparada, Conectada, Mundial/Global ou Transnacional: A história da imigração entre tantos rótulos. In: ELMIR, C. P.; WITT, M. A. e TRUZZI, O. (orgs.) **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2018.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. In: **Revista Eletrônica da Anphlac**, n. 14, p. 9-36, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

YANG, Eun Mi. A “Geração 1.5” dos coreanos em São Paulo: identidade, alteridade e educação. Tese (doutorado), USP: São Paulo, 2011.

ZIMMERMANN, Gustavo. A região administrativa de Sorocaba. In: **São Paulo no limiar do século XXI – Cenários da urbanização paulista -Regiões administrativas**. 1992.